

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

Luís Henrique Junqueira de Almeida Rechdan

**Moderno dentre *modernos*:
a escolha do projeto do edifício-sede
do Ministério da Educação e Saúde Pública (1935-1937)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2009

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

Luís Henrique Junqueira de Almeida Rechdan

**Moderno dentre *modernos*:
a escolha do projeto do edifício-sede
do Ministério da Educação e Saúde Pública (1935-1937)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do título
de MESTRE em História pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, sob a
orientação da Prof^a., Doutora Márcia Barbosa
Mansor D'Aléssio.

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

À memória de Salim Rechdan – meu pai.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Márcia Barbosa Mansor D’Aléssio, por ter me acolhido no Programa de Estudos Pós-graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e acreditado na viabilidade e no desafio representado por um trabalho interdisciplinar, no qual o debate arquitetônico emerge enquanto fonte para a história.

Aos professores do departamento de história social da PUC/SP e, em especial a Antonio Rago Filho, Estefânia Knotz Canguçu Fraga e Vera Lúcia Vieira pelo apoio e pelas sugestões dadas no decorrer da elaboração desse trabalho.

À Betinha, secretária do Programa, sempre atenta às solicitações formuladas pelos alunos.

Aos funcionários do Arquivo Geral do IPHAN e do CPDOC/FGV que, desde o primeiro contato, se dispuseram a disponibilizar os documentos necessários a essa pesquisa.

Aos funcionários das bibliotecas Nacional, PUC/SP, FAU/USP, FFLCH/USP e Pereira Passos (IPP) pela atenção dada às minhas solicitações.

Aos colegas do Programa e, em especial, aos integrantes do “Núcleo de Estudos: Diálogos sobre a historiografia da Era Vargas”: Juliana, Pedro Paulo, Rosana e Sidney.

À minha mãe e ao Marcos, por me apoiarem nessa jornada dedicada à pesquisa, à redação e à revisão desse trabalho.

À CAPES e ao CNPq pelas bolsas de estudos concedidas, respectivamente, nos anos de 2007 e 2008.

*Nada me resulta más desagradable,
como historiador, que los juicios
'a posteriori' sobre este o aquel
acontecimiento, sobre esta o aquella
revolución. Si ha triunfado, es justificable;
si ha fracasado, es condenable.
El problema del historiador es otro:
saber examinar las causas de un fenómeno,
en la apreciación de sus circunstancias y
en la observación de sus consecuencias.*

Pierre Vilar, Pensar históricamente, p.125

RESUMO

Neste trabalho propomos uma reflexão sobre os meios materiais de produção cultural, dentre outros aspectos presentes nos processos sociais de produção cultural, que possibilitaram a um grupo de jovens arquitetos brasileiros, sob a coordenação de Lucio Costa e a ‘consultoria’ de Le Corbusier, projetarem e construírem um edifício ministerial de acordo com os preceitos da arquitetura moderna européia de inspiração corbusiana, tal como ela se apresentava nos anos 1930. Frente a uma historiografia da arquitetura voltada aos aspectos técnico-estéticos do debate arquitetônico travado naqueles anos, visamos historicizar esse debate mobilizador tanto do campo arquitetônico quanto do político, em um momento no qual o governo dispunha de um projeto de (re)construção do Estado-nação brasileiro.

Para tecermos a trama político-arquitetônica desenrolada ao longo do processo de escolha do projeto do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), desde março de 1935 até abril de 1937, recuperamos não apenas a trajetória político-profissional dos diversos atores em cena, em meados dos anos 1930, como também as relações existentes entre eles e os acontecimentos políticos e os intelectuais ocorridos no Brasil desde a década anterior. A análise do concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP, bem como seus desdobramentos posteriores, emerge após refletirmos sobre o que era ser *revolucionário*, *moderno* e brasileiro num governo que se autodenominava *revolucionário*, mesmo após a promulgação de uma nova carta constitucional em 1934. Lúcio Costa e Gustavo Capanema, o *arquiteto* e o *ministro clarividente*, não agiram sozinhos, mas foram os hábeis articuladores de uma trama que envolveu políticos e intelectuais, brasileiros e estrangeiros. Os anos, ditos *heróicos*, foram anos nos quais houve um intenso debate entre a Arte e a Política no Brasil. Nessa perspectiva, o processo de escolha do projeto do edifício-sede do MESP representa um momento excepcional não apenas para reavaliarmos os marcos balizadores da *arquitetura moderna* no Brasil, como também para refletirmos sobre a política do governo constitucional do presidente Getúlio Vargas e, em especial, as articulações político-intelectuais que possibilitaram o golpe de 10 de novembro de 1937, dando início ao Estado-Novo.

Palavras-chave: Era Vargas; Ministério da Educação e Saúde Pública; Arquitetura moderna brasileira.

ABSTRACT

In this work we propose to reflect on the material means of cultural production, among other aspects of the social process of cultural production, that enabled a group of young Brazilian architects, coordinated by Lucio Costa and with the “consultancy” of Le Corbusier, to plan and construct a ministerial building in accordance with the principles of modern European architecture inspired by Corbusier as they existed in the 1930s. Based on a historiography of architecture oriented toward the technical and aesthetic aspects of architectural debate during those years, we intend to historicize this stimulating debate in both its architectural and political dimensions at a moment in which the government was proposing a project for the (re)construction of the Brazilian nation-state.

To reconstruct the political-architectural drama that unfolded during the selection process for the headquarters building of the Ministry of Education and Public Health (MESP) between March 1935 and April 1937, we have reconstituted not only the political and professional careers of the various actors in the mid-1930s but also the relations among them and the political and intellectual events that had taken place in Brazil since the preceding decade. Our analysis of the competition to select the project for MESP, as well its subsequent developments, emerges from a reflection on what was *revolutionary, modern* and Brazilian about a government that styled itself revolutionary, even after the promulgation of a new constitutional document in 1934. Lucio Costa and Gustavo Capanema, *the architect* and *the visionary minister*, did not act alone, but were the active proponents of a scheme that involved politicians and intellectuals both Brazilian and foreign. These years, called the *heroic* years, were years of intense debate between Art and Politics in Brazil. From this perspective, the process of selecting a project for MESP represent an exceptional moment not only for purposes of reevaluating the landmarks of modern architecture in Brazil but also in order to reflect on the policies of the constitutional government of President Getulio Vargas, and more specifically on the political and intellectual maneuverings that made possible the coup of November 10, 1937, which gave birth to the Estado Novo.

Key Words: Vargas era; Ministry of Education and Public Health; Modern architecture in Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 – Por um Estado-nação moderno	13
Vitoriosa a <i>revolução</i> : botas e esporas no Catete	14
O Ministério da Educação e Saúde Pública	27
Um novo ministro – Gustavo Capanema	37
Por uma racionalização do serviço público	46
Por uma <i>revolução</i> nas artes – o salão <i>revolucionário</i> de 1931	51
Capítulo 2 – Por uma reorganização administrativa e espacial do MESP	70
Três problemas fundamentais do Brasil: sanear, educar e povoar	73
A nova casa do MESP	77
Opção por um concurso	79
Ministérios na Esplanada: escolha do terreno	82
Recursos necessários à obra	84
O edital e a reorganização administrativa do MESP – aproximações	87
Novas práticas, novos hábitos e novos costumes	94
O campo arquitetônico em meados da década de 1930	99
Os <i>arquitetos legalmente habilitados</i> ao exercício da sua profissão no Brasil	107
A estrita observância das normas do edital, incluso a legislação municipal	111
Definição da comissão julgadora	115
Um concurso e alguns prêmios	117
Um vencedor ?	134
Argumentos iguais, conclusões diferentes	141

Capítulo 3 – Em defesa do <i>moderno</i>	143
No intuito de ver o assunto ainda examinado sob todos os seus ângulos e conveniências	146
Sob uma tal luz nascerá a arquitetura: Le Corbusier e o Brasil	155
Uma viagem providencial	168
Sejam ouvidos sobre o projeto os senhores ...	179
Julga o senhor que o projeto seja bom ?	185
Aprovo o projeto, com as seguintes observações	201
Uma ‘variante’ ao projeto anteriormente apresentado	209
Considerações finais	216
O duplo objetivo de se fazer uma obra de arte e uma casa de trabalho	224
Arquivos e Bibliotecas consultadas	233
Fontes	233
Bibliografia	235
Anexo 1 – Cronologia dos acontecimentos narrados nessa dissertação	249
Anexo 2 – Evolução populacional das maiores cidades do Brasil 1872-1940	257
Anexo 3 – Quadro comparativo: Edital publicado – Versão preliminar	258
Anexo 4 – Numeração dos invólucros apresentados – Processo 6870/35	263
Anexo 5 – Quadro comparativo dos projetos dos edifícios-sedes construídos na esplanada do Castelo	264

Abreviaturas utilizadas neste trabalho:

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DE – Departamento de Engenharia

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

ICA – Instituto Central dos Arquitetos

INM – Instituto Nacional de Música

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPP – Instituto Pereira Passos

LASCEBA – Livro de Atas das Sessões da Congregação da Escola de Belas Artes

MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública

MoMA – Museu de Arte Moderna de Nova York

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

PDF – Prefeitura do Distrito Federal

RDE-PDF – Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal

INTRODUÇÃO

“Peço aos leitores que, através dos vestígios materiais e das *zonas de penumbra* que ligam a história e a memória, não esqueçam que o nosso Ministério é, por sua vez, o perfeito *Retrato do Modernismo quando jovem*.”

Ítalo Campofiorito¹

A afirmação de Ítalo Campofiorito², feita em novembro de 1995, é representativa da maneira pela qual a crítica e a historiografia da arquitetura abordam o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), atual Palácio Capanema³, desde o momento em que ele ainda estava em construção (1937-1943). *Retrato do modernismo quando jovem*, de uma geração heróica: perfeito em suas formas e avançado em seu tempo. Como gostava de salientar Lucio Costa (Toulon-França, 1902 – Rio de Janeiro-RJ, 1998), o coordenador da equipe de arquitetos responsável pelo projeto, o edifício foi *fruto de um milagre*⁴, o qual se deve à presença no Ministério de um homem de espírito arrojado, empreendedor e capaz de aglutinar ao seu redor uma equipe de intelectuais jovens e idealistas: o ministro Gustavo Capanema (Pitangui-MG, 1900 – Rio de Janeiro-RJ, 1985).

Contou-se uma história, a da *arquitetura moderna brasileira*, a qual foi perpetuada pelas gerações. Campofiorito nos adverte para não esquecermos, frente aos vestígios materiais daquela época e às temíveis *zonas de penumbra*, o que aquele edifício representou para uma geração, sem mencionar, contudo, o fato de a ela devermos a construção de uma história reiteradamente (re)contada e perpetuada em nossas escolas de arquitetura. Fez-se o cânon⁵ e, isso posto, não há nada a ser (re)escrito, pois tudo já foi devidamente explicitado. Na hipótese de novos documentos serem descobertos ou colocados à disposição

¹ In: LISSOVSKY, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. (organização e seleção de documentos, textos e notas). *Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)*. Rio de Janeiro: MINC, IPHAN; CPDOC/FGV, 1996, Prefácio de Ítalo Campofiorito, p. VIII.

² Arquiteto e crítico de arquitetura.

³ Localizado no centro do Rio de Janeiro, na quadra delimitada pelas ruas Araújo Porto Alegre, Graça Aranha, Pedro Lessa e Imprensa, construído entre os anos de 1937 e 1943, foi inaugurado a 03 de outubro de 1945, pouco antes da deposição de Getúlio Vargas da presidência da República.

⁴ COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p.159.

⁵ O título do prefácio de Ítalo Campofiorito, do qual extraímos a epígrafe, é sugestivo: *Entre o cânon e a ninharia*. In: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. VI-VIII.

do pesquisador, *ninharias*⁶ como a eles se refere o autor, aquele não deve se esquecer que está frente de um monumento/documento de uma geração moderna quando jovem. Há um dogma a ser respeitado e aceito enquanto Verdade.

O edifício-sede do MESP, fruto de um projeto elaborado por uma equipe de jovens arquitetos⁷ sob a coordenação de Lucio Costa e a ‘consultoria’ de Le Corbusier (pseudônimo adotado pelo arquiteto franco-suíço Charles-Edouard Jeanneret, La Chaux-de-Fonds-Suíça, 1887 – 1965, Paris-França), representa para grande parte da historiografia da arquitetura a primeira obra pública de vulto, e carregada de forte simbolismo, enquanto representação de uma nova forma de se conceber a arquitetura e o Estado-nação brasileiros, construída de acordo com os preceitos da arquitetura *moderna* européia de inspiração corbusiana, tal como ela se apresentava nos anos 1930: após a exposição *International Style* do Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), em 1932, e da inflexão corbusiana representada pela concepção da casa-palácio.⁸ Assim, inúmeros trabalhos foram desenvolvidos no intuito de

⁶ Campofiorito afirma: “Os autores do livro falaram de muitas coisas mais, de textos canônicos e memórias passionais, das *positividades* de que é feita a História, e do resgate das *ninharias* que pulsam entre os gestos heróicos;” In: LISSOVSKY, *opus cit.*, p. VI-VIII.

⁷ A equipe de arquitetos formada por Lucio Costa era composta por: Jorge Machado Moreira (Paris-França, 1904 – Rio de Janeiro-RJ, 1992, turma 1932 ENBA), Carlos Leão (Rio de Janeiro-RJ, 1906 – 1983, turma 1931 ENBA), Affonso Eduardo Reidy (Paris-França, 1909 – Rio de Janeiro-RJ, 1964, turma 1930 ENBA), Ernani Mendes de Vasconcelos (Rio de Janeiro-RJ, 1912 – 1987, turma 1933 ENBA) e Oscar Niemeyer (Rio de Janeiro-RJ, 1907, turma 1934 ENBA). Todos eram formados pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), entre 1930 e 1934, e participaram ativamente, como alunos ou professor (no caso de Affonso Eduardo Reidy, convidado para assumir, como assistente de Gregori Warchavchik, a cadeira de composição de arquitetura em 1931), da tentativa de reforma do ensino daquela instituição conduzida por Lucio Costa, entre 8 de dezembro de 1930 e 18 de setembro de 1931. Ao longo desse trabalho, refletiremos sobre os significados possíveis não só da presença de Lucio Costa à frente da ENBA, como também da polêmica travada com José Marianno Filho, principal expoente/defensor do movimento neocolonial no Brasil, e do seu posterior afastamento da direção daquela instituição. Não podemos subestimar o papel representado pela ENBA no jogo político dos anos 1930. Os artistas/arquitetos/intelectuais que dela faziam parte desempenhavam um importante papel no debate travado, naqueles anos, em torno das questões do *moderno* e da *brasilidade/caráter nacional* na arte brasileira.

⁸ Sobre a exposição *International Style* do (MoMA), em 1932, e a inflexão corbusiana dos anos 1930, ver COMAS, Carlos Eduardo Dias. *Precisões Brasileiras: sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos a partir dos projetos e obras de Lucio Costa, Oscar Niemeyer, MRM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia. 1936-1945*. Tese de doutorado, orientador Prof. Philippe Panerai. Paris: Universidade de Paris VIII – Vincennes-Saint Denis, 2002

verificar qual a influência que tal ou qual arquiteto ou movimento arquitetônico estrangeiro exerceu sobre a equipe de profissionais responsável pelo projeto e construção daquele edifício. Nessa polêmica, a presença de Le Corbusier no Rio de Janeiro, entre julho e agosto de 1936, a convite de Gustavo Capanema, conforme lhe solicitara Lucio Costa, e patrocinada pelo Estado assumiu grande destaque no debate historiográfico e gerou um amplo embate sobre a originalidade ou não da nova arquitetura brasileira: o edifício-sede do MESP constituiu uma simples aplicação da teoria arquitetônica corbusiana (em especial dos cinco pontos da nova arquitetura – pilotis, estrutura independente, planta livre, fachada livre e terraço jardim) ou representou uma inovação, uma contribuição dos arquitetos brasileiros para a arquitetura internacional?

Essa problemática, de caráter técnico-estético, tem sido abundantemente abordada pela historiografia da arquitetura desde o pioneiro texto de Goodwin e Smith escrito para o catálogo da exposição *Brazil builds* (1943) do MoMA até os dias de hoje.⁹ Tal preocupação, aliás, suscita paixões de ambos os lados do Atlântico, desde que o próprio Le Corbusier publicou alguns croquis do prédio em sua *Oeuvre complète – 1934-1938*¹⁰ com a legenda *segundo projeto de Le Corbusier adaptado para a construção*. Por exemplo, o historiador da arquitetura Yves Bruand, quando se refere à importância da estadia de Le Corbusier no Brasil em julho – agosto de 1936, não se contém e afirma:

“(...) apenas seis semanas de trabalho sob a orientação do mestre, cujo método não consistia em ordenar os problemas de ordem prática e os de ordem estética, foram suficientes para desinibi-los e conscientizá-los do verdadeiro significado do aspecto plástico em toda obra digna de merecer a qualificação de arquitetura e não de mera construção.”¹¹

⁹ Dentre as últimas pesquisas acadêmicas, voltadas à compreensão das origens da *arquitetura moderna brasileira*, destacamos a tese de doutorado defendida por Carlos Eduardo Dias Comas, em 2002 na Universidade de Paris VIII, intitulada: *Precisões Brasileiras: sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos a partir dos projetos e obras de Lucio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia. 1936-1945*.

Sobre a construção de uma historiografia da *arquitetura moderna brasileira*: o trabalho pioneiro de MARTINS, Carlos Alberto F. *Arquitetura e Estado no Brasil – elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lucio Costa*. Dissertação de Mestrado em História Social, orientador Prof. Dr. Arnaldo Daraya Contier. São Paulo: FFLCH-USP, 1987.

¹⁰ LE CORBUSIER. *Oeuvre complète: 1934-1938*. Zurich: Girsberger, 1939, p.81.

¹¹ BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1991, p.90.

Apesar de ter Bruand afirmado, em outro trecho de seu livro *Arquitetura Contemporânea no Brasil* que *é preciso reconhecer uma indiscutível contribuição autóctone no domínio da plástica*¹², o autor realça sua admiração por Le Corbusier: o que este não idealizou não o fez por que não soube fazer, mas por que tendo passado por uma determinada solução preferiu outra. Mesmo em relação à utilização dos azulejos nas fachadas, exalta-se a sugestão feita pelo mestre franco-suíço, o que seria mais tarde confirmado por Lucio Costa em entrevista concedida a Jorge Czajkowski, Maria Cristina Burlamaqui e Ronaldo Brito, em 1987, quando o arquiteto repetindo o cânone histórico afirmou sobre a praticidade do referido revestimento: *Solução adequada e prática*.¹³

Os demais trabalhos acadêmicos, alguns dos quais publicados, voltaram-se, ora para exaltar a arquitetura *moderna* brasileira e a aliança que aqui se fez entre o *moderno* e o tradicional¹⁴, ora para estabelecer a originalidade¹⁵ ou não¹⁶ do que aqui se construiu, sobretudo, frente à obra corbusiana.¹⁷ Em nenhum desses textos, há a preocupação de se

¹² BRUAND, Yves (1981). *Opus cit.* p.88.

¹³ COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p. 146-147.

¹⁴ De forma a exaltar a arquitetura moderna brasileira destacamos as seguintes obras:

GOODWIN, Philip; SMITH, G. E. Kidder. *Brazil builds / Construção brasileira*. New York: MoMA, 1943.

COSTA, Lucio. Muita construção, alguma arquitetura e um milagre. Texto escrito sob encomenda e publicado originalmente na edição comemorativa do cinquentenário do jornal Correio da Manhã, em 15 de junho de 1951.

MINDLIN, Henrique E. *Arquitetura Moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000. (1ª edição: *Modern Architecture in Brazil*. New York: Reinhold, 1956).

In: XAVIER, Alberto (org.). Lucio Costa: sobre arquitetura. Porto Alegre: Centro dos estudantes universitários de arquitetura, 1962, p. 169-201. COSTA (1995), p. 157-171. XAVIER (2003), p. 78-97.

E, de certa forma, BRUAND (1981) em alguns trechos do seu clássico livro dedicado à arquitetura contemporânea no Brasil.

¹⁵ Por outro lado, alguns autores procuraram estabelecer as diferenças existentes entre o que aqui se produziu e a produção arquitetônica internacional, de forma a salientar a originalidade da produção brasileira: KAMITA, João Masao. *Estado moderno e país novo*. Tese de doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas, orientadora Profa. Dra. Marlene Yurgel. São Paulo: FAU/USP, 1999. / COMAS, Carlos Eduardo Dias (2002). *Opus cit.*

¹⁶ Temos também obras que buscaram os vínculos entre a produção arquitetônica nacional e a européia, dentre as quais: HARRIS, Elizabeth D. *Le Corbusier: riscos brasileiros* São Paulo: Nobel, 1987.

¹⁷ Em São Paulo, em decorrência da obra teórica e arquitetônica de Gregori Warchavchik (Odessa-Ucrânia, 1896 – São Paulo-SP, 1972) e Flávio de Carvalho (Barra Mansa-RJ, 1899 – Valinhos-SP, 1973) produzida na década de 1920, Geraldo Ferraz elaborou uma variante à trama tecida pela historiografia tradicional da *arquitetura moderna brasileira*. Em sua argumentação aqueles arquitetos aparecem como protagonistas de uma história que

entender os meios materiais de produção cultural¹⁸ que possibilitaram o surgimento de uma nova forma de se conceber o espaço e a arquitetura no Brasil. Ao lermos esses textos, parece que tudo se resolve num plano puramente estético e discursivo, sendo que os dados da realidade social surgem como secundários para a evolução da arquitetura. Eventualmente aparece um nome de um político ou de um intelectual da época, fora do meio arquitetônico, para *ilustrar* quem vivia ou o que estava acontecendo no período. Assim, propomos romper com esse discurso da história da arquitetura para o qual fatos estéticos são compreendidos num universo fechado alheio aos meios materiais de produção cultural. Visamos historicizar a arquitetura, fazer uma historiografia *strictu senso* da arquitetura, entender, enfim, as relações que se estabelecem entre Arte e Política.

teve na cidade de São Paulo os seus primeiros acontecimentos, os quais prepararam o terreno para o florescimento que ocorreria na década de 1930 na capital federal, com a construção, dentre outras obras, do edifício-sede do MESP. Nesse sentido, destaque foi conferido ao período em que Warchavchik permaneceu no Rio de Janeiro, durante o qual projetou e executou importantes obras arquitetônicas (p.ex.: a casa Nordchild, na rua Tonelero, em 1931), e atuou como professor da cadeira de projetos na ENBA durante o período em que Lucio Costa esteve à frente daquela instituição. FERRAZ, Geraldo. Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil. São Paulo: MASP, 1965.

¹⁸ De acordo com Raymond Williams: “A invenção e o desenvolvimento dos meios materiais de produção cultural são um capítulo notável da história humana. (...) sejam quais forem os objetivos a que vise a prática cultural, seus meios de produção são indiscutivelmente materiais. Na verdade, em vez de partirmos da equivocada contraposição entre ‘material’ e ‘cultural’, devemos definir duas áreas de estudo: em primeiro lugar, as relações entre esses meios materiais e as formas sociais dentro das quais são usados (certamente, um problema geral na análise social, mas aqui a discussão se limita a meios e formas culturais); e, em segundo lugar, as relações entre esses meios materiais e formas sociais e as formas específicas (artísticas) que constituem uma produção cultural manifesta. WILLIAMS, Raymond. Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.87-88. (1ª edição em inglês, 1981)

Cumpramos salientar que, em nossa dissertação levaremos em consideração não apenas os meios materiais de produção cultural, conforme definido por Williams, como também dos diversos aspectos que interagem nos processos sociais de produção cultural. Cf. WILLIAMS, Raymond. *Opus cit.*



Figura 1 - Capas de livros que contribuíram para a construção de uma historiografia da *arquitetura moderna brasileira*. Cumpre salientar a presença de imagens que ou reproduzem ou nos remetem ao edifício-sede do MESP, de forma a reforçar o seu papel como marco fundador da denominada *arquitetura moderna brasileira*.

Apesar da importância do tema proposto para a reflexão, não encontramos na historiografia da arquitetura muitas referências aos meios materiais de produção cultural presentes em meados da década de 1930, no momento da escolha do projeto a ser edificado.¹⁹ Cumpre salientar que essa escolha não foi tão óbvia e necessária como muitos autores

¹⁹ Alguns autores tem se dedicado a uma reflexão mais ampla sobre as origens da *arquitetura moderna brasileira*, de forma a questionar alguns dos paradigmas estabelecidos ao longo das décadas de 1940 e 1960. Nesse sentido, destacamos a livro SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999 (1ª edição: 1998), no qual o autor, apesar de estar preocupado em estabelecer uma nova periodização para a arquitetura brasileira do século XX, estabelece conexões com a política, a economia e o meio intelectual do período estudado.

afirmam. Mesmo tendo o resultado favorecido determinado grupo de arquitetos, a sua aceitação pelo conjunto dos profissionais do campo arquitetônico e pela sociedade em geral não foi imediata. Muito ainda seria debatido antes da ‘consagração do *moderno*’ entre nós, se é que podemos fazer essa afirmação. Interessante notar que a postura enaltecida dos acontecimentos ocorridos naqueles anos, ditos *heróicos*, manteve-se no momento logo após a publicação das pesquisas realizadas por Bardi (1984), Santos *et alli* (1987) e Lissovsky e Sá (1996)²⁰, nas quais foram transcritos grande parte da documentação referente ao assunto constante do arquivo geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), da Fundação Le Corbusier (Paris) e do Projeto Portinari.

Tendo em vista uma lacuna na historiografia da arquitetura, no que se refere à análise dos meios materiais de produção cultural que envolveram os arquitetos *modernos* nos anos 1930, propomos discutir não a filiação estética *strictu senso* do projeto efetivamente construído, mas os aspectos políticos, sociais e culturais que possibilitaram a sua realização tal como ela efetivamente ocorreu. Nesse sentido, nos inserimos dentre os pesquisadores em história que buscam refletir sobre as periodizações, os marcos temporais e espaciais do *movimento moderno* no Brasil consagrados pelas historiografias das artes plásticas, da literatura, da música e da arquitetura.²¹ Cumpre salientar que não buscamos substituir as periodizações consagradas por outras, na medida em acreditamos ser toda periodização redutora da realidade social, a qual não cabe nos marcos temporais e espaciais geralmente impostos pelos pesquisadores em suas análises.²²

²⁰ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* Livro originado de uma pesquisa desenvolvida pelos autores ao longo de 1982 e 1983, e publicado em 1996.

²¹ Monica Pimenta Velloso, em trabalho dedicado a uma reflexão sobre os marcos temporais e espaciais do modernismo na literatura brasileira a partir do resgate da produção intelectual de um grupo de humoristas cariocas, afirma: “A meu ver, a matriz de pensamento que pressupõe a existência de um movimento para dar conta do moderno se arrisca a não dar conta da dinâmica social.” VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

²² No sentido de se questionar, indiretamente, a periodização proposta pela historiografia da *arquitetura moderna brasileira* citamos os seguintes trabalhos: PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura*

Construiu-se uma historiografia da arquitetura na qual os *modernos* perdedores, bem como suas idéias, foram silenciados pela narrativa tecida a partir dos testemunhos dos *modernos* vencedores: desprezou-se a luta pelo capital simbólico de reconhecimento ou consagração²³ travado entre *modernos*. Na leitura da versão oficial dos acontecimentos ocorridos na década de 1930, temos a sensação de que o *moderno* de inspiração corbusiana era não apenas a única opção de *moderno* possível entre nós, como também a destinada inexoravelmente a ser consagrada: um destino que nos estava reservado e que um *milagre* fez aflorar. Desprezou-se o rico debate sobre o *moderno* e o *nacional* na arquitetura, travado desde os anos 1920 e acirrado por ocasião do concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP. Mesmo nos textos que tratam especificamente desse edifício, encontramos, em geral, o tema do concurso tratado de forma secundária.²⁴

Em face dessa historiografia da arquitetura que se limita a repetir os feitos heróicos de uma geração de arquitetos *modernos*, propomos não apenas (re)escrever, a partir das fontes colhidas, a história do concurso e da escolha de um projeto *moderno*²⁵ de inspiração

brasileira: questões de historiografia. São Paulo: Pontes, CPHA/IFCH, 1998. / KESSEL, Carlos. Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá, 2002.

²³ De acordo com Pierre Bourdieu: “Se é verdade que o campo literário é, como todo campo, o lugar de relações de força (e de lutas que visam transformá-las ou conservá-las), permanece o fato de que essas relações de força que se impõem a todos os agentes que entram no campo – e que pesam com especial brutalidade sobre os novatos – revestem-se de uma forma especial: de fato, elas têm por princípio uma espécie muito particular de capital, que é simultaneamente o instrumento e o alvo das lutas de concorrência no interior do campo, a saber, o capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas.” BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 170.

²⁴ Salientamos, como exceção dessa abordagem que privilegia a análise estética em detrimento da atmosfera do período, os seguintes textos, representativos de uma nova forma de se abordar a historiografia da arquitetura no Brasil: CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. / SEGRE, Roberto. *Ministério da Educação e Saúde Pública no Rio de Janeiro (1935-1945): um work in progress da Primeira Modernidade Brasileira*. Capítulos 1 e 2. Trabalho ainda não publicado, encaminhado via e-mail pelo autor.

²⁵ O adjetivo *moderno* encontra-se em itálico, pois pretendemos delimitar, no decorrer dessa dissertação, quais as conotações desse vocábulo nos anos 1920 e 1930. Nesse período, vários grupos de intelectuais reivindicavam aquela denominação o que nos leva a busca da compreensão dos diversos discursos justificadores da

corbusiana, para o edifício-sede do MESP, como também refletir sobre os meios materiais de produção cultural que possibilitaram, em meados da década de 1930, a referida escolha. Da opção política inicial de Gustavo Capanema, em defesa da realização de um concurso – visão apropriada a um administrador público moderno, cômico de suas responsabilidades enquanto ministro –, às decisões administrativas de pagar o prêmio ao vencedor, descartar o projeto vitorioso e escolher outro arquiteto para coordenar uma equipe de profissionais responsável pelo desenvolvimento de um novo projeto, constatamos a mobilização não apenas dos integrantes do campo cultural-arquitetônico em torno da luta pelo capital simbólico de reconhecimento ou consagração como também das diversas ideologias políticas atuantes entre os anos 1935 e 1937.

Toda essa luta política e profissional foi deixada de lado pelos principais historiadores que abordaram o tema. Postura que possibilitou a construção de uma historiografia voltada para a consagração do *moderno* enquanto síntese da nacionalidade e de um fazer arquitetônico genuinamente nacional – idéia que era igualmente defendida pelo movimento neocolonial na década de 1920. Para essa historiografia, o *moderno* surgiu como consequência natural e necessária de um determinado estado da arquitetura brasileira. Contudo, tal discurso, elaborado ao longo dos anos *heróicos*, não encontra respaldo nas *ninharias* encontradas nas fontes consultadas.

A partir das fontes, verificamos que num primeiro momento – o do concurso – tivemos a consagração do discurso arquitetônico acadêmico, institucionalizado na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). Nele, o *moderno* era associado à adoção das *modernas* técnicas construtivas e das mais recentes inovações tecnológicas colocadas à disposição dos arquitetos nas edificações. A associação desse grupo ao arcaico, passadista e ultrapassado foi resultado da interpretação, dada por Lucio Costa, ao período anterior ao projeto e construção do edifício-sede do MESP:

“Era a época do chamado ecletismo arquitetônico. Os estilos ‘históricos’ eram aplicados *sans façon* de acordo com a natureza do programa em causa. Tratando-se de igreja, recorria-se ao receituário românico, gótico ou barroco; se de edifício público ou

modernidade no Brasil. Lucio Costa, por exemplo, distinguia a arquitetura *moderna*, da qual o edifício-sede do MESP constitui um exemplo, da arquitetura *modernista* produzida nos anos 1920, nos moldes de Warchavchik.

palacete, ao Luís XV ou XVI; se de banco, ao Renascimento italiano; se de casa, a gama variava do normando ao basco, do missões ao colonial.”²⁶

Dessa forma, o vencedor do concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP foi o que melhor respondeu (de acordo com a opinião técnica lastreada numa forma acadêmica de se conceber a arquitetura) ao programa e ao(s) significado(s) do futuro edifício ministerial. Contudo, o discurso político, fruto do movimento armado político-militar de 1930, a autodenominada *revolução de 30*, expresso pela atuação do ministro Gustavo Capanema, tinha por objetivo não a mera representação do poder estatal – para o qual bastaria ao edifício ser monumental – mas, a da (re)construção do Estado-nação brasileiro e da racionalização do serviço público. Assim foi nesse descompasso, entre o discurso arquitetônico acadêmico e o discurso *revolucionário* político, que Lucio Costa (ex-diretor da ENBA e organizador, no âmbito dessa instituição, do *salão revolucionário*) através de um discurso bem elaborado²⁷ e de um projeto melhor resolvido funcionalmente, conseguiu convencer, em parte, o ministro das vantagens de se construir o edifício de acordo com os preceitos da nova arquitetura européia de inspiração corbusiana. Nessa luta para afirmar um novo movimento arquitetônico, uma hábil articulação político-cultural foi desenvolvida com a ativa participação da intelectualidade dos anos 1930 agrupados nos quadros do próprio MESP, cujo edifício-sede ainda estava por ser construído. Cumpre salientar que, nos quadros do ministério, encontrávamos tanto intelectuais modernistas quanto intelectuais reacionários católicos, e o ministro circulava perfeitamente entre os grupos e os projetos de Estado-nação por eles defendidos, objetivo por todos perseguido...

Além disso, analisaremos como, naquele momento de escolha do projeto a ser executado, foi recepcionado o *moderno* de inspiração corbusiana entre nós. Entendemos que não houve uma opção do governo federal pelo *moderno* em si, mas uma decisão de Capanema frente à urgência e à necessidade de serem iniciadas as obras uma vez que não apenas acabava de ser aprovada a lei destinada a (re)organizar administrativamente o MESP, como também

²⁶ COSTA (1995). *Opus cit.*, p. 15.

Contra essa leitura *moderna* da arquitetura anterior à eclosão do movimento *moderno* inspirado nos princípios defendidos por Le Corbusier, Marcelo Puppi defendeu a escrita de uma “história não moderna da arquitetura brasileira”. Ver PUPPI, Marcelo (1998). *Opus cit.*.

²⁷ O discurso de Costa partia da academia, de um fazer clássico de arquitetura e agregava componentes que o atualizava e o tornava muito mais atraente que o dos seus rivais. Porém era um discurso atraente dentre outros tantos propostos e veiculados nesse período.

existia um projeto que parecia melhor responder ao programa de atividades a serem desenvolvidas em um edifício ministerial. O ministro não se convencera, mas a obra tinha que ser iniciada: iniciada foi ... Tanto que, no discurso proferido na cerimônia de lançamento da pedra fundamental, foi a questão da racionalização do serviço público o aspecto salientado pelo ministro.²⁸

Para atingirmos nosso objetivo propomos como recorte temporal o período transcorrido entre 11 de fevereiro de 1935 – quando o ministro Gustavo Capanema solicitou ao superintendente de obras e transportes Souza Aguiar a elaboração de um edital de concorrência pública para o concurso de escolha do projeto de construção do edifício-sede do MESP – e 24 de abril de 1937 – data da cerimônia de lançamento da pedra fundamental da edificação. Nessa ocasião, Capanema proferiu um discurso no qual ficaram delimitados os significados e os objetivos de se construir um edifício para o MESP, bem como uma justificativa administrativa para a anulação do concurso realizado e para a escolha de um novo arquiteto responsável pelo desenvolvimento do projeto.

Num debate, a princípio de caráter técnico-arquitetônico (no qual os principais arquitetos do período se manifestaram), encontramos elementos de ordem política, social, cultural, técnica e econômica que nos auxiliam a compreender a forma pela qual se estruturava o poder no Estado brasileiro e as articulações existentes entre o governo e a sociedade civil, em meados da década de 1930. Por meio da análise das decisões tomadas por Capanema, durante o processo de escolha do projeto de construção do edifício-sede do MESP, podemos refletir em que medida o regime político imposto por Vargas, pelo golpe de Estado de novembro de 1937, estava sendo articulado entre 1935 e 1936.²⁹

²⁸ Não podemos nos deixar enganar pela repercussão internacional que teve o edifício-sede do MESP, ainda durante as obras, sobretudo após a exposição *Brazil builds* no MoMA, inaugurada em janeiro de 1943. Devido à repercussão no cenário arquitetônico e político internacional, novos elementos foram agregados ao edifício e novas representações possíveis foram nele incorporadas, as quais não estavam prevista por ocasião do lançamento da sua pedra fundamental em abril de 1937.

²⁹ Segundo os preceitos da Constituição, promulgada em 16 de julho de 1934, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República pela Assembléia Constituinte transformada em Assembléia Legislativa ordinária. Novas eleições estavam previstas para 1º de janeiro de 1938. As articulações políticas para a escolha dos candidatos à sucessão presidencial estavam em andamento e, a princípio, a Constituição seria garantida pelo próximo presidente eleito. Por outro lado, o país, em virtude da insurreição comunista de novembro de 1935 e em nome

Essas relações de força (arquitetos – governo – sociedade) expressas no processo de escolha do projeto do edifício-sede do MESP, serão aqui analisadas em três capítulos. No primeiro, analisaremos o impacto representado pelo movimento armado político-militar de 1930 nos intelectuais daquela década, de forma a delimitar os significados das palavras *revolução* e *revolucionário* naqueles anos e a atmosfera transformadora e contestadora dos valores tradicionais reinantes. A criação do MESP será analisada tendo em vista o momento de (re)construção do Estado-nação brasileiro no pós-30. O novo estava por todos os lados e, inclusive, um Estado dito-novo seria proclamado poucos anos após. Ser *revolucionário* era estar em sincronia com o momento em que se vivia: ser atual, moderno, racional. No segundo capítulo, deter-nos-emos no concurso realizado para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP e como, por meio das disputas ocorridas durante o certame podemos fazer um diagnóstico da sociedade brasileira de meados dos anos 1930. Por fim, no último capítulo, avaliaremos, após termos analisado os meios materiais de produção cultural presentes na década de 1930, os significados da escolha de um determinado grupo de arquitetos *modernos* em detrimento de outros *modernos*, para o desenvolvimento do projeto de construção do edifício-sede do MESP.

da defesa dos valores democráticos ameaçados pelo avanço do comunismo, estava sendo governado sob Estado de Sítio equiparado ao de Guerra.

Capítulo 1 – Por um Estado-nação moderno

A arquitetura, enquanto intervenção humana no urbano, só pode ser apreendida em sua historicidade se compreendermos os meios materiais de produção cultural nos quais se realizou a criação intelectual. Ela não é fruto de uma elaboração teórica distanciada da realidade social, ou seja, por mais anacrônicas que possam parecer à primeira vista certas construções, elas sempre refletem o seu tempo, na medida em que para se concretizarem demandam um elevado custo, não só simbólico-intelectual, relacionado à elaboração e desenvolvimento do projeto executivo, como também material, da execução da obra.

Ao propormos a análise do processo de escolha do projeto do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), considerado o marco inaugural da arquitetura *moderna* brasileira³⁰, aquela só será possível se o inserirmos na atmosfera político-intelectual dos anos 1930, inaugurados pelo movimento armado político-militar, a denominada *revolução* de 30, que conduziu Getúlio Vargas (São Borja-RS, 1882 – Rio de Janeiro, RJ, 1954) ao poder. Neste capítulo, delimitaremos os projetos de (re)construção do Estado-nação, propostos pelos *revolucionários de 30*, a serem implantados no lugar da antiga ordem personalista dada pelas *oligarquias* regionais, para, a seguir, nos capítulos seguintes, desenvolvermos a análise do referido processo de escolha.

³⁰ De acordo com a historiografia da arquitetura, apesar de não ter sido o primeiro edifício construído de acordo com os preceitos do que seria posteriormente denominada arquitetura *moderna* brasileira.

Sobre a existência de diversos *estilos modernos* nos anos 1920, afirmou Lucio Costa, em 1928, num artigo sobre o seu projeto em estilo ‘renascimento espanhol, para a Embaixada Argentina no Rio de Janeiro: “*Finalmente, os estilos francamente modernos - como tive ocasião de ver ultimamente na Europa muita coisa interessante - são, mesmo quando adaptadas com moderação às idéias de Le Corbusier, arriscados. Pode ser gosto do momento, questão de moda, parecer amanhã ridículo, extravagante, intolerável, como por exemplo hoje nos parece o “art nouveau” de 1900. E assim pareceu-me pouco prudente aplicá-lo a uma construção de caráter definitivo, um edifício que precisa estar bem não só hoje, mas amanhã e sempre.*” Apud: PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Lucio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes.

In: <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Maria%20Lucia%20Bressan%20Pinheiro.pdf> acessado em 03 de setembro de 2009.

Vitoriosa a *revolução*: botas e esporas no Catete

“Vitoriosa a revolução, O Brasil retoma o caminho que o fará ascender ao destino que lhe compete. O gigante despertou da longa modorra, distendeu os membros entorpecidos, experimentou a rijeza dos músculos e, com desassombro, se pôs em marcha, afastando todos os obstáculos que se opunham ou retardavam o seu progresso.”

Getúlio Vargas, trecho do discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes armadas, em 02 de janeiro de 1931.³¹

No Brasil, desde a década de 1920, as palavras *revolução* e *revolucionário* estavam na ordem do dia. Muitos eram aqueles que questionavam o modelo de *Republica* implantado no país nos anos que se seguiram à sua proclamação em 1889, e buscavam uma alternativa. Parecia-lhes que o Estado *republicano* abandonara o lema positivista *ordem e progresso* proposto pela sua bandeira, saíra dos trilhos. Era urgente recolocá-lo no caminho do *progresso*, mantendo-se, contudo, a *ordem*, ameaçada pelas desordens sociais. Greves operárias e revoltas militares eram severamente punidas sem que o governo federal se dispusesse a dialogar com os insatisfeitos de forma a encontrar soluções conciliadoras. À fragmentação política gerada pelo federalismo implantado na Constituição republicana de 1891, somava-se a fragmentação social, impossibilitando ao país o tão sonhado rumo do *progresso*, inserindo-o no círculo virtuoso das nações industrializadas do hemisfério norte. A *modernização* do país dependia da (re)construção do Estado-nação brasileiro, o que apenas se daria em uma nova *entente* política. Conforme salienta D’Aléssio:

“Assim, a emergência da nação moderna, naquele momento, significava a vitória de uma concepção altamente centralizada de poder que deveria fortalecer-se para enfrentar a reação dos poderosíssimos chefes locais.”³²

De acordo com a autora, não só a centralização administrativa, possibilitada pela criação das Interventorias, como também a unificação territorial do espaço econômico nacional, definindo-o do ponto de vista de fronteiras, eram fundamentais para uma nação moderna. Salienta a autora: “o tempo do Estado-nação foi historicamente o tempo da indústria que, para seu desenvolvimento, precisou interiorizar a produção e o consumo, portanto, o

³¹ VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, vol. I, p. 83.

³² D’ALÉSSIO, Márcia Mansor. Estado-nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas. In: SEIXAS, Jacy A. *et alli* (org.). Razão e paixão na política. Brasília: UnB, 2002. p.161.

mercado. (...) Tratava-se de conquistar economicamente o espaço interno brasileiro, criando, através dele, uma coesão grupal que refundaria a nação.”³³

Frente a essa *República* desagregadora e rural implantada no país em 1889, durante a década de 1920, articularam-se vários movimentos militares e civis questionadores do poder central. Alguns denominados de *revolução* outros de *revolta*, por aqueles que deles participaram.

Assim, antes de analisarmos o movimento armado político-militar de 1930, autodenominado *Revolução* de 30, propomos uma breve reflexão sobre os significados das palavras *revolução* e *revolucionário* nos anos 1920. De acordo com o Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido de Figueiredo (Lobão da Beira-Portugal, 1846 – Lisboa-Portugal, 1925), cuja terceira edição foi publicada em 1922:

Revolução, f. Acto ou efeito de revolver. Volta de um astro ao ponto donde partiu. Tempo, que um astro emprega em percorrer a sua órbita. Movimento de rotação, em volta de um eixo imóvel. Giro. * Movimento anormal dos humores orgânicos. Transformação violenta, e mais *ou* menos rápida, da situação política *ou* social de um Estado *ou* de um país. Cada uma das transformações naturais da superfície do globo. Systema político, filosófico *ou* religioso, em opposição às idéias do passado. Pertubação moral. Indignação, nojo, repulsão; náusea. (Do lat. *revolutio*).

Revolucionamento, m. Acto ou efeito de

Revolucionar, v.t. Excitar à revolução. Agitar por meio de idéias revolucionárias. Revolver. Agitar moralmente; transformar. (Do lat. *revolutio*)

Revolucionariamente, adv. De modo revolucionário. À maneira de revolução. Insubordinadamente.

Revolucionário, adj. Relativo à revolução. Afeiçoado a revoluções: *jornal revolucionário*. M. Aquelle que deseja ou provoca revolução. Progressista. Autor de novo systema ou de novo processo. Aquelle que é afeiçoado a renovações políticas, moraes ou sociaes; inovador. (De *revolucionar*).³⁴

Podemos notar que, no início da década de 1920, na língua portuguesa, a palavra *revolução* estava relacionada tanto aos fenômenos naturais quanto aos políticos, aos sociais, aos filosóficos e/ou aos religiosos defendidos *em opposição às idéias do passado*. Contudo, quando relacionados à transformação política ou social de um Estado ou de um país, assumiam um caráter violento e se dava de forma mais ou menos rápida. Não se colocava, em todos os dicionários da língua portuguesa, naquele momento, a questão de renovação artística,

³³ D’ALÉSSIO, Márcia Mansor (2002). *Opus cit.*, p.166-167.

³⁴ FIGUEIREDO, Cândido. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada, 3ª edição, s.d.. (Primeira edição: 1899)

como de caráter *revolucionário*. Nos anos 1920, pós-revolução russa, o sentido político ou social de *revolução* fortaleceu-se, e *revolucionários* eram os afeiçoados a renovações políticas, morais ou sociais. Nesses termos, se a revolução francesa foi decisiva para o sentido moderno de revolução, a russa firmou-lhe o novo sentido. Conforme salienta Willians:

“Foi nesse estado de interação entre as palavras que os efeitos específicos da Revolução Francesa tornaram decisivo o sentido moderno de **revolução**. O sentido mais antigo, de restauração da autoridade legal, embora usado em justificações ocasionais, foi suplantado pelo sentido de necessária inovação de uma nova ordem, com o respaldo do sentido cada vez mais positivo de PROGRESSO. (...) na controvérsia política que surgiu a partir da história real dos levantes e dos conflitos armados, **revolução** assumiu um significado especializado de derrocada violenta e, por volta do final do S19, contrapôs-se a EVOLUÇÃO no sentido de uma nova ordem social alcançada por meios pacíficos e constitucionais. O sentido de **revolução** como instauração de uma ordem social inteiramente nova fortaleceu-se em grande medida com o movimento socialista, o que levou a alguma complexidade na distinção entre socialismo **revolucionário** e *evolutivo*. De certo ponto de vista, havia distinção entre derrocada violenta da velha ordem e mudança pacífica e constitucional.”³⁵

Assim, por não envolver uma inovação política ou social, a Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, não se mostrou, aos olhos dos seus contemporâneos, *revolucionária*, pois não foram afetadas as principais instituições político-artísticas do país³⁶, situadas no Rio de Janeiro. Foi uma *revolta*, uma *grande perturbação moral*, como tantas outras que ocorreram naqueles anos, sem abalar os alicerces das artes. De acordo com Cândido de Figueiredo:

Revolta, f. Acto ou effeito de de revoltar. Rebelião; sublevação. Desordem. Grande perturbação moral. * *Prov. minh.* Volta ou curva de rio.

Revoltado, adj. Que se revoltou; que se rebelou. *Fig.* Insubmisso. M. Indivíduo, que se rebellou. Aquelle que é insubmisso. (De *revoltar*).

Revoltar, v.t. Tornar insubordinado, Sublevar; agitar. Pertubar moralmente. *Fig.* Indignar; causar repugnância a. * V.i. Causar indignação: *essas coisas revoltam*. (De *revôlto*).

Para grande parte dos que viveram aqueles anos, *revoltas* se sucederam ao longo da década de 1920 (1922, 1924, 1926), sendo que a *revolução* só ocorreu efetivamente em 1930. As *revoltas* políticas, militares – as denominadas *quarteladas* – e artísticas ocorridas ao longo da década de 1920, pouco organizadas e de caráter local, sempre eram derrotadas ou desconsideradas pelo governo federal e pelas instituições oficiais localizadas na capital federal, bem como suas reivindicações esquecidas e o *status quo ante* mantido. Portanto, aos

³⁵ WILLIANS, Raymond. *Opus cit.*, p.360.

³⁶ Referimo-nos à Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e ao Instituto Nacional de Música (INM).

articuladores do movimento armado político-militar de 1930 coube encontrar os meios de superar as fragilidades dos movimentos anteriores e criar as condições objetivas para o sucesso da *revolução*. Buscou-se, visando essa finalidade, conseguir a mobilização de toda a Nação, e, em especial das forças armadas em conjunto, com o intuito de alcançar a vitória e despertar o gigante, *afastando todos os obstáculos que se opunham ou retardavam o seu progresso*.³⁷

Conforme salientamos no início do presente capítulo, havia um consenso entre os articuladores do movimento armado político-militar de 1930: o modelo de Estado implantado após a proclamação da república em 1889 feria os princípios *republicanos*, em especial aqueles defendidos pelos positivistas gaúchos.³⁸ Algo deveria ser feito para a *regeneração* do Estado brasileiro, o qual se encontrava combalido diante dos abusos cometidos pelas *oligarquias* responsáveis pelos destinos da nação. Contudo, apesar de o descontentamento dos republicanos ser antigo, um fato novo precipitou os acontecimentos: por ocasião da sucessão presidencial de 1930 o presidente da república Washington Luís (Macaé-RJ, 1869 – São Paulo-SP, 1957, presidente da República: 1926-1930), político filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), decidiu lançar como candidato oficial à sua sucessão outro perrepista, Júlio Prestes (Itapetininga-SP, 1882 – São Paulo-SP, 1946, presidente do estado de São Paulo: 1927-1930). Tal postura rompeu com o pacto político firmado nos primeiros anos da república, de alternância das *oligarquias* mineira e paulista no poder federal, e provocou uma distensão entre as mesmas. Diante desse quadro, os dissidentes, articulados por Antônio Carlos (Barbacena-MG, 1870 – Rio de Janeiro-RJ, 1946, presidente do estado de Minas Gerais: 1926-1930, preterido na indicação do futuro candidato oficial à presidência da República, e organizados em torno da Aliança Liberal³⁹), lançaram a candidatura de Getúlio

³⁷ VARGAS, G. (1938). *Opus cit.*, vol. I, p.83.

³⁸ Nesse sentido BOSI, Alfredo. Arqueologia do Estado-providência. In: BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.273-307.

³⁹ A Aliança Liberal representou uma resposta das oligarquias mineira e gaúcha à indicação, por parte de Washington Luís, então presidente da república, de um paulista, Júlio Prestes sucedê-lo no cargo presidencial. Como candidatos aliancistas foram lançados Getúlio Vargas e João Pessoa, para presidente e vice-presidente da república, respectivamente.

Com a eleição de Júlio Prestes (57,7% dos votos, num pleito em que predominou a fraude de ambos os lados), e o assassinato de João Pessoa (26 de julho de 1930) os acontecimentos se precipitaram rumo ao movimento

Vargas, antigo ministro da Fazenda (1927) de Washington Luís⁴⁰ e então presidente do Rio Grande do Sul (1928 – 1930), para a presidência da República. Para a vice-presidência foi escolhido João Pessoa (Umbuzeiro-PB, 1878 – Recife-PE, 1930), presidente da Paraíba (1928-1930) e articulador das forças oposicionistas no norte do país.

Comícios foram organizados por todo o Brasil conclamando a população a comparecer e votar nas eleições de 01 de março de 1930. Contudo, cumpre lembrar que, naquele momento, de acordo com a constituição federal de 1891, o voto era facultativo⁴¹ e não secreto⁴². Podiam votar os cidadãos brasileiros⁴³ maiores de 21 anos, salvo os mendigos; os analfabetos; as praças de pré⁴⁴, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

revolucionário, com o apoio dos militares. Em outubro de 1930, com a deposição de Washington Luís tivemos o início da era Vargas (1930-1945; 1950-1954).

⁴⁰ De acordo com AXT, Gunter. A emergência da liderança política de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul coronelista e o seu governo no Estado. *In*: AXT, Gunter *et alli* (org.). Reflexões sobre a Era Vargas. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005, p.49: “Sendo o deputado gaúcho com mais visibilidade no Congresso, Vargas foi convidado, em outubro (1926), pelo recém-eleito presidente Washington Luiz para assumir o Ministério da Fazenda. Washington Luiz tinha dentre suas prioridades a pacificação da política oligárquica, a implementação de um plano de estabilização financeira e uma reforma monetária, objetivos para os quais precisava compor um governo de coalizão. A destinação do Ministério da Fazenda ao Rio Grande do Sul era uma forma de prestigiar o estado sulino e de estreitar os laços que uniam São Paulo e o Rio Grande em torno da política econômica.”

⁴¹ De acordo com a CF 1891, art 70, eram eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei. Havia, portanto a possibilidade de não se alistarem.

⁴² De acordo com a CF 1891, art. 47:

Art 47 - O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos por sufrágio direto da Nação e maioria absoluta de votos.

⁴³ De acordo com a CF 1891, art. 69 eram considerados cidadãos brasileiros:

Art 69 – “São cidadãos brasileiros: 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação; 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República; 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiver em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se; 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem; 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade; 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados.”

⁴⁴ Soldados, sem graduação ou patente.

e os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.⁴⁵

Dessa forma, nos discursos aliancistas, proferidos na campanha de 1930, o principal tema era o resgate do ideal *republicano*, combalido pelas fraudes eleitorais e pela ineficiência de um Estado voltado para a satisfação dos interesses regionais dos seus dignatários. Conforme salientado acima, buscava-se a *regeneração* do Estado *republicano* debilitado pelas forças *oligárquicas*. Nesse sentido, proclamou Getúlio Vargas, às vésperas do pleito:

“É indispensável que cada eleitor porfie em depositar a sua cédula nas urnas, sobrepondo-se a qualquer violência, desmascarando a fraude, zelando pela verdade do pleito, a fim de que possamos valer, no reconhecimento, em sua plenitude, os nossos direitos. (...)

Precisamos *realizar a República* no seu verdadeiro sentido democrático, sem visar pessoas, em obediência a manifestações inequívocas das aspirações populares.”⁴⁶ (grifos nossos)

Realizar a república, nesse momento *pré-revolucionário*, era *retornar* aos ideais defendidos por aqueles que desejavam uma *República*, em substituição à *Monarquia*, para o *progresso* do país. Acreditava-se terem sido os ideais republicanos abandonados após os pactos políticos intra-oligárquicos estabelecidos. Era recolocar o Brasil no caminho do *progresso*, ao afastar todos os obstáculos que se lhe opunham ou retardavam. Por meio da participação livre do povo nas eleições e do respeito ao resultado do pleito poderiam ser alcançados os ideais democráticos proclamados pela Constituição de 1891.

Contudo, uma vez derrotada nas eleições presidenciais de primeiro de março de 1930, os aliancistas mais radicais começaram a articular o movimento armado político-militar que eclodiria em 03 de outubro do mesmo ano, com hora marcada: às dezessete horas e trinta minutos.⁴⁷ Verificamos, a partir da leitura dos textos dos principais cronistas da revolução⁴⁸,

⁴⁵ CF 1891, art. 70.

⁴⁶ SILVA, Hélio. 1930: A revolução traída. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p.62-63.

⁴⁷ Como salientaram os cronistas daquele acontecimento, apenas os estados do nordeste, comandados por Juarez Távora (Jaquaribe Mirim-PB, 1898 – Rio de Janeiro-RJ, 1975) – devido a uma falha na compreensão das mensagens trocadas –, iniciaram o movimento mais tarde, o que lhes dificultou, a princípio, o domínio da situação.

⁴⁸ Dentre eles destacamos: FRANCO, Virgílio de Mello. Outubro, 1930. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931, 3ª edição, 1931.

que houve uma grande preocupação em se coordenar o movimento armado em todo o território nacional, de forma a dificultar a reação contra-revolucionária do governo federal.

Dessa forma, tendo em vista a ampla articulação político-militar do movimento armado de 1930, Getúlio Vargas, após conquistar o poder federal, iniciou o processo de (re)organização político-administrativa do Estado Brasileiro de forma a *realizar a república*. A *revolução* triunfara e era necessário construir um novo Estado, diferente daquele a que substituíra. Em seu diário escreveu sobre o triunfo da *revolução*:

“E venci, vencemos todos, triunfou a Revolução! Não permitiram que o povo se manifestasse para votar, e inverteram-se as cenas. Em vez de o Sr. Júlio Prestes sair dos Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e o cortejo dos bajuladores, eu entrei e botas e esporas nos Campos Elísios, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo no Catete, com poderes ditatoriais. O sr. Washington Luís provocou a tormenta, e esta o abateu.”⁴⁹

Num momento em que o modelo liberal era questionado pelos principais Estados europeus e, os governantes, após o choque provocado pelos nacionalismos na Grande Guerra (1914-1919) e pela quebra da economia norte-americana (1929), buscavam fortalecer os elementos nacionais dos seus povos, assumir o governo com poderes ditatoriais não chocava, na medida em que havia um objetivo maior a ser alcançado: a (re)construção do Estado-nação brasileiro. De acordo com D’Aléssio:

“É sabido que a realidade política do período pós-Primeira Guerra Mundial transformou o Estado. Planejamento como forma de governar, controle dos interesses de grupos e classes, intervenção direta na vida econômica, regulamentação do mundo do trabalho revelaram um Poder temeroso do descontrole dos povos e da irracionalidade da História. Um Estado todo-poderoso e onipotente marca a atmosfera política a partir dos anos 1920 e cria um paradigma de governo que norteia a organização do poder em vários países, dividindo internamente os grupos em suas disputas políticas. O Brasil, como todos os países ocidentais, é partícipe dessa trama, ao mesmo tempo que, nessa condição e nesse momento, reformula seu Estado.”⁵⁰

Washington Luís, o presidente deposto, representava o modelo liberal que devia ser superado pelo Estado-nação brasileiro a ser (re)construído. Nesse contexto, os ideais *revolucionários* eram ardentemente defendidos não só em discursos públicos inflamados como também através de textos publicados logo no início da década de 1930. De acordo com

⁴⁹ In: VARGAS, Getúlio. Diário – vol. I (1930-1936). São Paulo: Siciliano, 1995, p. 27.

⁵⁰ D’ALÉSSIO, Márcia Mansor (2002). *Opus cit.*, p. 160.

o levantamento realizado sob a coordenação de Lúcia Lippi Oliveira⁵¹ entre 1929 e 1936 foram publicados 143 títulos referentes ao movimento político-militar de 1930. São relatos nos quais seus autores fizeram uma avaliação da situação do país na década de 1920 e expuseram, dentre outros temas, os motivos que levaram à eclosão do movimento *revolucionário*, a participação de civis e militares e os objetivos a serem alcançados. São textos apaixonados e revelam a intensa participação dos intelectuais na defesa e divulgação da *revolução de 1930*. Fez-se uma historiografia da história política de 1930, e esta foi perpetuada.

Esses livros tornaram-se uma leitura indispensável a todos aqueles que se interessavam pelos destinos do país, inclusive para os artistas plásticos e os arquitetos, integrantes ou não, das instituições oficiais de ensino das belas artes no país: construir o novo significava também construir uma nova representação da nação, da nacionalidade e do Estado surgidos da *revolução*. As artes nesse contexto assumiam um papel relevante, na medida em que elas deveriam captar os ideais *revolucionários* dispersos na população e representá-los nas obras de arte.

Podemos compreender por esses textos, que atingiram uma grande circulação na época, o que os protagonistas da história entendiam por *revolução* e os motivos pelos quais eles se autodenominavam *revolucionários*. Em Virgílio de Melo Franco (Ouro Preto-MG, 1897 – Rio de Janeiro-RJ, 1948), um dos principais articuladores do movimento ao lado de Osvaldo Aranha (Alegrete-RS, 1894 – Rio de Janeiro-RJ, 1960) e João Neves da Fontoura (Cachoeira do Sul-RS, 1889 – Rio de Janeiro-RJ, 1963), encontramos, na advertência ao leitor, a seguinte afirmação:

“o que procuro, nas páginas deste livro, é *justificar* o appello feito ao extremo recurso da revolução – a tentativa de salvar o cosmos por intermédio do chaos ...” (grifos nossos)⁵²

Por outro lado, vitoriosa a *revolução*, Góes Monteiro (São Luiz do Quitunde-AL, 1889 – Rio de Janeiro-RJ, 1956), em texto escrito às vésperas da promulgação da constituição de

⁵¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). Elite intelectual e debate político nos anos 1930. Uma bibliografia comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1980.

⁵² FRANCO, Virgílio de Mello Franco. *Opus cit.*, p. V.

1934, discorreu sobre o caráter irrevogável dos ganhos obtidos pela *revolução* de 30. Afirmou o militar:

“Pela sua extensão e natureza, a revolução de Outubro constituiu o passo mais importante dado pela nacionalidade para atingir a estabilidade do seu destino. (...) Como impressão final, aconteça o que acontecer, estou convencido de que jamais retrogradaremos ao ciclo que se encerrou. A marcha para diante não se deterá e por etapas sucessivas havemos de nos encaminhar para um sistema social-nacionalista. Está nisso o maior resultado da revolução, pela eliminação dos quistos latifundiários e de outras excrescências mortas que, como o caráter mal formado, produzem as maiores infecções do nosso organismo.”⁵³

Apesar de o perigo representado pelo novo texto constitucional⁵⁴, Góes Monteiro acreditava que o gigante despertado pela *revolução*, não corria o risco de ser vencido pelas forças conservadoras e por *outras excrescências mortas que, como o caráter mal formado, produzem as maiores infecções do nosso organismo*. Ao longo do texto, um libelo a favor do papel político do exército na consolidação do Estado brasileiro, verificamos a importância conferida à defesa das conquistas obtidas pela *revolução de 30* e implementadas pelo governo provisório. Tal como Vargas afirmara, ao Brasil cabia um só destino: o *progresso*.

Havia vozes divergentes, tal como a de Maurício de Lacerda (Vassouras-RJ, 1888 – Rio de Janeiro-RJ, 1959)⁵⁵, mas nenhuma questionava a necessidade da *revolução*⁵⁶. A crítica

⁵³ MONTEIRO, Gal. Góes. A Revolução de 30 e a finalidade política do exército. Discurso-prefácio de José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Odersen editores, 1934, p.97-102. Texto escrito às vésperas da promulgação da Constituição de 1934 e no qual Góes Monteiro expõe seus temores frente a um regime constitucional: “A revolução de 30 não produziu a maioria dos efeitos dela esperados, destruindo ou neutralizando as causas dos nossos desacertos passados. A obra de destruição, que seria mais fácil, não tendo sido completa no período ditatorial, será muito mais aleatória no período constitucional, sobretudo com a democracia liberal e os excessos de individualismo. (...) Já que as circunstâncias nos conduziram à convocação da Assembléia Constituinte, só nos cumpre agora esperar pelos resultados do trabalho dela.”p.193-194

⁵⁴ Uma nova constituição federal foi promulgada no dia 16 de julho de 1934, fruto de uma Assembléia Nacional Constituinte.

⁵⁵ Pai do jornalista e político Carlos Lacerda (Rio de Janeiro-RJ, 1914 – 1977) e crítico do governo Getúlio Vargas.

⁵⁶ Nesse mesmo espírito de estar sendo realizada uma *revolução*, e em defesa da mesma, não podemos nos esquecer do papel desempenhado pela imprensa nos acontecimentos de 1930. Nesse sentido, o Diário da Noite do dia 24 de outubro de 1930 publicou como manchete na primeira página o seguinte: “Viva o Brasil! Viva a República Nova e Redimida!” (In: SILVA, Hélio. *Opus cit.*, p.365) Não apenas na manchete mas também no texto que se lhe seguiu verificamos uma confluência de expectativas políticas, econômicas e sociais entre os

centrava-se sempre no desvio dos ideais *revolucionários*, inicialmente propostos, uma vez conquistado o poder e instalado o governo provisório. Num livro polêmico, publicado em 1931, o autor, no prefácio, defendeu a necessidade de se escrever um livro sobre os acontecimento de 1930, de forma a que sejam corrigidos os rumos da *revolução*:

“Este livro se tornou necessidade, depois que a Revolução encerrou o período da propaganda para derrubar a política profissional no Brasil entrando em acção e ocupando o governo, onde ainda se conserva. (...)

Agora o povo tem de realizar, removidos os destroços dessa olygarchia, a tarefa de construção ardente de seus novos destinos, a qual terá, forçosamente, de romper os quadros do direito público e do direito privado que o espírito predatório dos romanos ainda deixou pairando nos códigos e nas constituições modernas, dando a terra como um privilégio e considerando o trabalho como uma corvêa dos homens.

Este livro visa justamente alimentar e coordenar o espírito e o gesto revolucionário, de modo que um não se dissipe e outro não se neutralize de encontro á confusão dominante, em que se diria que a bussola dos acontecimentos endoidecêra, roubando-lhes um norte seguro e perturbando-lhes um roteiro sem os perigos das restaurações ou das ditaduras, como o desnorteio da revolução franceza acabou gerando duas restaurações da coroa guilhotinada, duas ditaduras do mesmo general Bonaparte, um consulado e um novo Império.”⁵⁷

Lacerda denuncia o desvio da *revolução* após a vitória e conclama que os ideais originais dos *revolucionários* sejam resgatados: a democracia e a construção de um ordenamento jurídico de acordo com os novos tempos. Diz ‘não’ tanto às restaurações e às ditaduras em substituição às oligarquias derrubadas quanto à manutenção de uma *dita* tradição legal que remonta ao período romano, em especial o direito de propriedade.

Não há como negar ter o espírito (dito *revolucionário*) impregnado as reflexões feitas, a partir daquele momento, sobre a condição nacional brasileira. Se, num primeiro momento, tivemos a profusão de textos destinados à compreensão do próprio movimento *revolucionário*, escritos pelos seus principais articuladores e/ou divulgadores, como os acima analisados; logo a seguir, a produção intelectual brasileira voltou-se para a compreensão das raízes, das *tradições*, de uma cultura genuinamente nacional e das maneiras e das possibilidades de se (re)construir o Estado-nação brasileiro numa sociedade em transformação econômica e social. Dessa forma, Gilberto Freyre (Recife-PE, 1900 – 1987), Sérgio Buarque

articuladores do movimento e amplos setores médios urbanos da população das principais cidades do país. Conforme pesquisa desenvolvida por Vavy Pacheco Borges (Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: o apoio dado pela imprensa não se restringiu aos jornais da capital federal, podendo ser notada, inclusive, nos periódicos paulistas.

⁵⁷ LACERDA, Maurício de. Segunda República. Livraria editora Freitas Bastos, 1931, 2ª edição, p. 9-18.

de Holanda (São Paulo-SP, 1902 – 1982) e Caio Prado Júnior (São Paulo-SP, 1907 – 1990), dentre outros, não se preocuparam em descrever o movimento *revolucionário* em si, mas voltaram-se à compreensão de como os brasileiros poderiam (re)construir sua identidade nacional.⁵⁸

Nesse ambiente em que a idéia de uma *revolução vitoriosa* marcava os discursos, os projetos e as ações é que inserimos o processo de escolha do projeto do edifício-sede do MESP. Pela defesa dos ideais *revolucionários* seria possível conduzir o país rumo à *modernidade*: meta desejada pelo conjunto da população, o que fora confirmado pela intensa participação popular no movimento armado político-militar de 1930. Nesse, tivemos não só a defesa dos ideais *republicanos*, ameaçados por um sistema eleitoral fraudulento, como também a afirmação da nossa existência enquanto nacionalidade. Vargas, nesse ponto, avança frente à geração de 1870, a qual buscara encontrar os elementos definidores do ser brasileiro. Para ele, já o éramos sem sabermos disso. Competia, portanto, ao Estado criar instituições responsáveis pela construção desse novo brasileiro consciente de sua identidade.

Todos os que participaram da *revolução vitoriosa* o fizeram em nome de um bem maior chamado *Nação*, da qual todos, igualmente, faziam parte. Portanto, não há que se falar em vitoriosos e em derrotados. Houve apenas uma grande vitória: a da *Nação* que emergiu do conflito. Nesse sentido, afirmou Vargas, no discurso de posse na chefia do governo provisório, em 03 de novembro de 1931:

“O movimento revolucionário, iniciado, vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos, da nossa existência, como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do *povo brasileiro*, afinal *senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas*.

No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. *Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma Pátria nova*, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.”⁵⁹ (grifos nossos)

⁵⁸ Através das suas obras (Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil*, 1933; Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*, 1933; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936), também realizaram uma *revolução* em suas respectivas áreas de atuação.

⁵⁹ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p. 69.

Em outro trecho, pronunciado por ocasião de um banquete oferecido pelas *classes armadas* em 02 de janeiro de 1931, Vargas frisou não ter a *revolução* de 1930 se esgotado com o episódio armado militar que a concretizara, pois era responsabilidade do governo zelar para que os seus objetivos fossem alcançados:

“Não devemos jamais esquecer que a Revolução ainda não terminou. A luta travada entre 3 e 24 de outubro foi, apenas, episódio militar em que se concretizou o esforço dos brasileiros, com o fim determinado de derrubar as barreiras opostas à ação transformadora, necessária para modificar a vergonhosa situação do país.

A simples mudança de nomes nas altas esferas governamentais não basta para encerrar o ciclo do *movimento regenerador*. Só agora começa o *lento processo de transformação*, no qual deve ter preeminência o espírito revolucionário, criando *nova mentalidade política*, que o pratique integralmente, de acordo com os imperativos da vida real e as exigências complexas do momento social que atravessamos.”⁶⁰ (grifos nossos)

Havia a necessidade de se construir um novo Estado, de acordo com a realidade social daquele momento histórico. Uma nova mentalidade política devia ser criada dentro de um *lento processo de transformação* que apenas se iniciara com o movimento armado político-militar de 1930. Era um processo que estava em curso e os resultados apenas seriam sentidos após as devidas medidas de (re)organização administrativa do Estado-nação brasileiro a serem implementadas pelos governos imbuídos do ideal *revolucionário*. Havia um objetivo a ser alcançado, porém eram múltiplos os caminhos possíveis, bem como os projetos destinados a atingi-lo.

Não podemos nos esquecer das palavras de Tasso Fragoso (São Luís-MA, 1869 – Rio de Janeiro-RJ, 1945), por ocasião da posse de Getúlio Vargas à frente do governo provisório:

“De há muito vinham-se patenteando, de modo iniludível, de mando do governo e da politicagem que ele acoroçoava: *pouco a pouco, se ia aniquilando a obra meritória levada a cabo a 15 de novembro de 1889 e se traíam os ideais dos que se haviam congregado em torno de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant*, na fundada esperança de proporcionar ao Brasil dias mais serenos e mais felizes. (...)

É chegado o momento de entregar essa tarefa a V. Excia. na sua qualidade de chefe da Revolução Vitoriosa ...” (grifos nossos)⁶¹

Assim, apesar dos constantes ataques de diversos políticos e intelectuais sobre os possíveis desvios da *revolução*, encontramos no discurso varguista, desde plataforma da

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p.84.

⁶¹ SILVA, Hélio. *Opus cit.*, p. 413.

Aliança Liberal até o discurso de implantação do Estado Novo⁶², alguns eixos em torno dos quais se construiu uma nova forma de se conceber não apenas o Estado, como também a relação entre o público e o privado no Brasil. Não entendemos que em 1930 já estavam presentes os dados político-institucionais que possibilitaram o golpe dado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, apenas verificamos no discurso varguista uma coerência que remonta aos primórdios da sua campanha presidencial de 1930: havia um projeto de Estado-nação moderno a ser implantado no Brasil e, na defesa desse projeto, atuou Vargas à frente do governo federal. Ou seja, em contraposição ao Estado oligárquico-personalista, no qual as relações de parentesco assumiam grande importância, defendia-se a construção do Estado-nação moderno, baseado na nacionalidade, como critério identificador, e na racionalidade, como definidor. Ainda que esses objetivos não tenham sido plenamente alcançados, atuou-se efetivamente para a sua concretização.

Para fortalecer os laços da nacionalidade, era necessário construir um novo homem por meio da educação, da saúde e do trabalho, garantindo-lhes não só a formação intelectual como também as condições sanitárias e sociais necessárias para exercerem plenamente os seus direitos recém-conquistados. Em muitos setores, Vargas não cria novos direitos, mas os torna conhecidos e acessíveis a camadas mais amplas da população. Tendo em vista o homem, como elemento integrante do Estado-nação em construção, foram criados, logo após a posse de Getúlio Vargas no governo provisório, os Ministérios da Educação e Saúde Pública (MESP) e o do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). O primeiro, voltado a fortalecer espiritual e fisicamente o brasileiro e, o segundo, destinado a ampará-lo socialmente nas diversas fases da sua vida.

No balanço das realizações do primeiro ano de governo, lido no teatro municipal do Rio de Janeiro em 03 de outubro de 1931, Getúlio afirmou sobre os destinos que se abriam ao Estado brasileiro, liberto das amarras dos políticos, que o impediam de atingir o progresso que lhe fora reservado:

“Triunfante a Revolução, libertado o país pela força conciente de si mesmo e decaído o mandarinato que o dominava, o alcance do movimento não podia restringir-se ao programa político da Aliança Liberal, de simples reformas dentro do regime constitucional. Com efeito, realizara-se uma revolução orgânica, exigindo reconstruções profundas, indispensável

⁶² Em 10 de novembro de 1937. Texto integral *In*: VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. V, p. 19-32.

transmutação de valores, impondo, mesmo, mudança de relações entre os diversos elementos que formam o corpo social.

Visto por esse prisma, o movimento de outubro deve ser considerado mais como força de ação social do que simples pronunciamento de caráter partidário. Terá ele de atuar, portanto, como fator construtivo, operando, não apenas pela substituição dos homens, mas, principalmente, pelo saneamento moral do ambiente, pela renovação de métodos e processos administrativos e estabelecimento de novos roteiros à capacidade creadora da Nação.”⁶³

No que refere à educação e à saúde pública, dentro do projeto nacional elaborado para a (re)construção do Estado-nação brasileiro, afirmou:

“O homem valoriza-se, é certo, pela cultura da inteligência, mas não poderá atuar, no sentido da eficiência social, se, por efeito de causas congênitas ou adquiridas, estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, inapto à vida saudável e sem condições de adaptação produtiva.

Em obediência a esse princípio, geralmente aceito, o Governo Provisório resolveu unificar todos os serviços que dizem respeito ao desenvolvimento da instrução e da assistência sanitária, constituindo com eles o Ministério da Educação e Saúde Pública.”⁶⁴

O Ministério da Educação e Saúde Pública

Dentre as medidas voltadas à (re)organização administrativa do país e à (re)construção do Estado-nação brasileiro, tivemos a defesa, desde a plataforma da Aliança Liberal, e a posterior criação, uma vez vitoriosa a *revolução*, de um novo Ministério voltado à articulação, à sistematização e ao aperfeiçoamento da instrução/educação e do saneamento em todo o país – o MESP⁶⁵. No programa aliancista, lido na Esplanada do Castelo, local onde seriam construídos, alguns anos depois, os edifícios-sede dos três principais ministérios varguistas (o Ministério da Fazenda, o MTIC e o MESP), Vargas afirmou:

“Instrução, educação e saneamento: Para atender às exigências destes três problemas imperiosos e conexos, reputo inadiável a criação de uma entidade oficial técnica e autônoma, com o seu raio de ação benéfica estendido ao Brasil todo. A atividade dessa

⁶³ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p. 156.

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 227.

⁶⁵ Criado pelo decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930, o **Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública (MESP)** passou a ser denominado **Ministério da Educação e Saúde (MES)** em 13 de janeiro de 1937, em virtude da lei 378/37, elaborada por Gustavo Capanema, inserida no conjunto de medidas adotadas pelo ministro no sentido de (re)organizar e racionalizar os serviços prestados pelo MES à população. Em virtude da criação do Ministério da Saúde, pela lei nº 1.920 de 25 de julho de 1953, o MES passou a ser denominado **Ministério da Educação e Cultura (MEC)**. Com a criação do Ministério da Cultura (MinC), pelo decreto nº 91.144 de 15 de março de 1985, o MEC passou a ser denominado Ministério da Educação, conservando porém a sigla MEC.

repartição coordenadora exercer-se-á, não só dentro da esfera das privativas repartições constitucionais da União, como, também, junto às administrações dos Estados, com os quais colaborará, mediante convênios, para a conjugação de esforços, provendo de recursos os governos regionais cuja situação financeira assim o reclamar.

Quanto ao desenvolvimento da instrução pública, é preciso generalizar, cautelosamente, algumas providências isoladas, que, nesse particular, já se praticam em circunscrições nacionais de mais densa população de origem estrangeira, nas quais a União subvenciona regular número de escolas, auxiliando, assim, os Estados respectivos.

Não só o alienígena e seus descendentes, porém, necessitam de instrução efetiva e gratuita. Se a eles dou preferência, com o intuito de mais rapidamente nacionalizá-los, a verdade é que *os interesses da nacionalidade não são menos exigentes no tocante à alfabetização dos habitantes das zonas do interior do país*, até onde ainda não chegaram quaisquer levas imigratórias.

Pouco será, sempre, tudo quanto se fizer – e, *até agora, quasi nada se tem feito* – no sentido de melhorar as condições dos habitantes do país, sob o tríplice aspecto moral, intelectual e econômico.

Creio, mesmo que *é chegada a oportunidade de instituição de um novo Ministério, que sistematize e aperfeiçoe os serviços federais, estaduais e municipais existentes com esse objetivo e cuja eficiência tanto deixa a desejar, por efeito, justamente, em grande parte, da falta de contacto real e entendimentos práticos.*⁶⁶ (grifos nossos)

De acordo com a constituição federal de 1891, a União, através da atividade legislativa do Congresso, possuía competência não privativa no que se refere à educação.⁶⁷ Sua atuação estava limitada aos ensinos secundário e superior nos Estados e no Distrito Federal, desde que não atentasse contra a autonomia dos mesmos nessa matéria. Diante desse quadro, Vargas propunha o rompimento de uma atitude passiva do governo federal em relação ao ensino e à saúde por meio da intervenção nas unidades federadas tendo em vista a sistematização da educação e da saúde pública em todo o território nacional. Nos novos tempos inaugurados pela *revolução vitoriosa*, a instrução pública e gratuita tornava-se fundamental na formação no novo homem brasileiro, integrante do Estado-nação que se pretendia (re)construir. Não mais se justificava ela estar limitada às áreas com maior densidade de população estrangeira. Seu escopo, a partir disso, seria muito mais amplo do que a simples política de nacionalização dos imigrantes nas áreas de colonização estrangeira. Havia uma nacionalidade a ser formada e um Estado-nação a ser (re)construído. Para tanto, era urgente a criação de um Ministério responsável pela coordenação das políticas federais referentes a esses temas. Se alguns

⁶⁶ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p. 40-41.

⁶⁷ CF 1891: Art 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: 1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal; 2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais; 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.

Estados já tinham feito reformas locais, ainda muito havia a ser feito para integrar o país em um todo uniforme, em um Estado-nação de acordo com os novos tempos. Frente à organização política dos quarenta primeiros anos de regime republicano no Brasil que valorizava a autonomia das unidades federadas esfacelando os ideais nacionais, o novo governo propunha a união das diversas regiões brasileiras, pulverizadas pela ação das *oligarquias* regionais.

As disposições referentes à educação e à saúde pública presentes no Manifesto da Aliança Liberal foram reafirmadas por Vargas em seu discurso de posse, proferido em 03 de novembro de 1930, no qual expôs o *programa de **reconstrução nacional*** (grifos nossos) a ser implementado pelo governo provisório. Nesse texto, os problemas da instrução, da educação e da saúde pública elencados no discurso eleitoral, bem como a necessidade da criação do MESP para resolvê-los, foram colocados logo no início de uma relação de dezessete metas a serem cumpridas imediatamente pelo governo provisório⁶⁸ recém-empossado:

“Resumindo as idéias centrais do nosso **programa de reconstrução nacional**, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade:

- 1) concessão de anistia⁶⁹;
- 2) **saneamento moral e físico**, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária;
- 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a **criação de um Ministério da Instrução e Saúde Pública**, sem aumento de despesas;” grifos nossos⁷⁰

Em relação ao fato de a saúde pública ser colocada sob a mesma coordenação da educação, Vargas esclareceu no discurso proferido por ocasião do primeiro ano do governo provisório, em 03 de outubro de 1931, no qual fez um balanço das atividades desenvolvidas e estabeleceu metas a serem cumpridas pelo governo federal:

⁶⁸ Deposto Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, assumiu o governo uma junta governativa composta pelos generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto (Porto Alegre-RS, 1874 – Rio de Janeiro-RJ, 1933) e pelo almirante Isaías de Noronha (Rio de Janeiro-RJ, 1873 – 1931). A 03 de novembro do mesmo ano, Getúlio Vargas tomou posse não como presidente eleito, mas como chefe de um governo provisório constituído de um grupo de dirigentes. SILVA, Hélio. *Opus cit.* p.393-394.

⁶⁹ De acordo com a CF 1891, art. 34, inciso 27, a concessão de anistia era de competência privativa do Congresso Nacional, por ora fechado em virtude do decreto n.º 19.398 de 11 de novembro de 1930.

⁷⁰ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p.72.

“Questões interdependentes e correlatas por natureza e finalidade, as referentes à educação e saúde pública só admitem *solução comum*.

O homem valoriza-se, é certo, pela cultura da inteligência, mas não poderá atuar, no sentido da eficiência social, se, por efeito de causas congênitas ou adquiridas, estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, inapto à vida saudável e sem condições de adaptação produtiva.

Em obediência a êsse princípio, geralmente aceito, o Governo Provisório resolveu unificar todos os serviços que dizem respeito ao desenvolvimento da instrução e da assistência sanitária, constituindo com eles o Ministério da Educação e Saúde Pública.” (grifos nossos)⁷¹

A essa entidade oficial técnica e autônoma caberia exercer a sua ação benéfica por todo o território nacional, integrando os seus diversos habitantes, nacionais ou estrangeiros, em um novo Estado-nação. Ao contrário do que observávamos até aquele momento, no qual a reformulação e a sistematização do ensino e da saúde pública ocorriam isoladamente e segundo critérios particulares a cada estado federado, o novo governo propunha a união de esforços no sentido de se criar um sistema nacional de ensino e de um programa nacional de assistência sanitária, que possibilitaria fortalecer os laços de união entre os habitantes do Brasil, fortalecendo-os e os integrando física e espiritualmente.

Cumpre lembrar que nos quarenta anos de vida republicana já houvera algumas tentativas de se criar um ministério dedicado à educação. Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, abriu-se a possibilidade de (re)organização administrativa e de (re)construção do Brasil que permanecera, desde a sua origem em 1822, sob o manto protetor de uma monarquia de origem lusitana. Naquele momento, havia uma *república* a ser construída ao mesmo tempo em que o país avançava, mais rapidamente, rumo à *modernidade* (o processo de urbanização aliado ao de industrialização). A educação concebida durante o Império (1822 – 1889) não mais atendia aos anseios das crescentes camadas médias urbanas, as quais valorizavam a escolarização como forma de, no futuro, exercerem cargos na burocracia estatal ou se firmarem como profissionais liberais. Assim, nos primeiros anos do novo regime, verificamos um amplo movimento de idéias em prol da abertura de novas escolas, denominado *entusiasmo pela educação*.⁷² Dentro dessa concepção, chegou a ser criado, pela reforma Benjamin Constant, em 1891, o *Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos*, que teve vida curta: durou apenas até 1892. Algumas escolas foram abertas,

⁷¹ *Idem, Ibidem*, p. 227.

⁷² GHIRALDELLI JR, Paulo. História da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2006. As considerações que se seguem, sobre os movimentos “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, foram escritas com base nas considerações desse autor sobre o tema, constantes do capítulo 3 do referido livro.

porém, a estrutura descentralizada implantada pela Constituição de 1891⁷³ não favorecia a constituição de um sistema para o ensino nacional, cabendo aos estados federados organizar a educação em suas respectivas unidades. Frente a esse quadro, em que o ensino público e a sua sistematização pela União não apareciam como prioridades⁷⁴, alguns intelectuais e políticos, na década de 1920, passaram a questionar se os ideais da *república*, enquanto “coisa pública” (*res publica*), tinham sido efetivamente implantados.

Cumprе lembrar que, durante os anos 1920, em virtude da maior difusão no Brasil das teorias do filósofo e educador norte-americano John Dewey (Burlington-EUA, 1859 – Nova Iorque-EUA, 1952), os intelectuais insatisfeitos com os rumos tomados pela educação na *república* começaram a se mobilizar em torno de um movimento chamado *otimismo pedagógico*. De acordo com esses pensadores, para se reconstruir a *república* não era suficiente a abertura de escolas, devia-se, antes de tudo, discutir quais os métodos e os conteúdos do ensino a serem ministrados. Dentro desse espírito renovador, foram realizadas diversas reformas educacionais locais: São Paulo (por Sampaio Dória e Lourenço Filho –em 1920 e 1930, respectivamente), Ceará (Lourenço Filho em 1923), Bahia (Anísio Teixeira em 1925), Minas Gerais (Francisco Campos em 1927) Distrito Federal (Fernando de Azevedo em 1928), Pernambuco (Carneiro Leão em 1930). Contudo, faltava-lhes uma coordenação nacional, bem como o estabelecimento de diretrizes que dessem um rumo à educação no Brasil de forma a se consolidar o Estado-nação. Uma tímida iniciativa nesse sentido pode ser

⁷³ Estrutura que foi questionada pelos políticos e militares vitoriosos no movimento armado de 1930.

⁷⁴ A constituição de 1891 apenas estabeleceu alguns princípios sobre o papel da União frente à educação pública: 1 – competência privativa para a organização do ensino superior no Distrito Federal (art 34 – Compete privativamente ao Congresso Nacional: (...) 30º) legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal bem como sobre a polícia, o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o Governo da União); 2 – competência supletiva para criação de instituições de ensino secundário e superior nos Estados e secundário no Distrito Federal (art. 35 citado acima); 3 – laicidade do ensino ministrado nos estabelecimentos públicos (art 72 – a Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...)§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos; 4 – responsabilidade pela educação militar (art 87 – O Exército federal compor-se-á de contingentes que os Estados e o Distrito Federal são obrigados a fornecer, constituídos de conformidade com a lei anual de fixação de forças. (...) § 2º - A União se encarregará da instrução militar dos corpos e armas e instrução militar superior.

Além disso, cumpre lembrar que, em 1920 75% da população brasileira em idade escolar ou mais era analfabeta.

vislumbrada com a reforma Rocha Vaz (1925), na qual pela primeira vez tentou-se ordenar as iniciativas isoladas dos estados federados com as pontuais da União.⁷⁵

Inserido nesse espírito renovador que animava os últimos anos da década de 1920, encontramos expressas na Plataforma da Aliança Liberal muitas das reivindicações dos intelectuais envolvidos com a questão educacional e sua importância para a (re)construção do Estado nacional brasileiro. No tópico **Ensino secundário e superior – liberdade didática e administrativa** lemos:

“Tanto o ensino secundário quanto o superior reclamam alterações que lhes arejem e atualizem os métodos e disciplinas. Essa reforma é das que não comportam adiamento. (...)”

É de lamentar-se, especialmente, que tão poucos tenhamos sido, até agora, no tocante à instituição de cursos técnico-profissionais, cujas vantagens ninguém mais contesta. Os excelentes resultados já obtidos nos poucos Estados onde eles funcionam bem demonstram, iniludivelmente, a necessidade de os difundir.”⁷⁶

Mais a frente, ao abordar a Questão Social, afirmou sobre a necessidade do ensino profissionalizante no Brasil:

“É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, (...)”⁷⁷

Nesse momento, contudo, nada foi dito em relação ao ensino primário, sendo a ênfase dada à formação dos grupos dominantes no Brasil, as quais apoiavam a plataforma renovadora da Aliança Liberal. De certa forma o *dualismo educacional*, iniciado pela reforma Francisco Campos e sistematizado na reforma Capanema, já estava colocado: era necessário reformar o ensino secundário e superior, voltado para as classes mais abastadas e criar um ensino profissionalizante para os mais pobres. Vitorioso o movimento armado político-militar de outubro de 1930 e instalado o governo provisório, sob a chefia de Getúlio Vargas, foi esse o programa seguido.

Para o posto de ministro do recém-criado MESP foi escolhido o político mineiro Francisco Campos (Dores do Indaiá-MG, 1891 – Belo Horizonte-MG, 1968) o qual já tinha empreendido uma reforma na educação em seu estado natal, Minas Gerais, durante a presidência de Antônio Carlos naquele estado. Na ocasião, a chefia do gabinete do ministro

⁷⁵ GHIRALDELLI JR, Paulo (2006). *Opus cit.*, p.35.

⁷⁶ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p. 25-26.

⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 27.

foi concedida a Rodrigo de Mello Franco de Andrade⁷⁸ (Belo Horizonte-MG, 1898 – Rio de Janeiro-RJ, 1969), por sugestão de Manuel Bandeira (Recife-PE, 1886 – Rio de Janeiro-RJ, 1968)⁷⁹. A recém-criada pasta ministerial tinha por missão, conforme dissemos acima, cumprir os pontos referentes à educação e à saúde pública estabelecidos pela plataforma da Aliança Liberal e reforçados no discurso de posse no governo provisório. Assim, referente à educação, em abril de 1931, foram publicados pelo presidente da república quatro decretos, acrescidos de outros dois em junho do mesmo ano e em abril do seguinte⁸⁰ – a chamada reforma Francisco Campos.⁸¹ Pela primeira vez uma reforma educacional atingia todo o Brasil, enquanto Estado-nação. Buscava-se, dessa forma, criar um *sistema nacional de educação* em contraposição às isoladas, múltiplas e fragmentárias iniciativas educacionais dos estados federados. Destarte, no balanço do primeiro ano do governo provisório, lido por Vargas à nação, no teatro municipal do Rio de Janeiro, a 3 de outubro de 1931, verificamos a satisfação do chefe de Estado frente às iniciativas tomadas pelo seu ministro da educação e saúde pública, Francisco Campos. O presidente, após afirmar que *em matéria de educação nacional, quasi tudo está por fazer-se*⁸², desde o ensino primário (agora objeto de reflexão governamental) até o superior, expõe-nos:

⁷⁸ A partir de 1937, sob a gestão Gustavo Capanema, Rodrigo de Mello Franco desempenhou um importante papel na criação e regulamentação do Instituto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Criado pela lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, art. 46. e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25, em 30 de novembro de 1937, atualmente, o Iphan está vinculado ao Ministério da Cultura (MinC) e seu arquivo geral se encontra localizado no 4º andar do Palácio Capanema.

⁷⁹ VIEIRA, Lúcia Gouvêa. Salão de 1931: marco da revelação da arte moderna em nível nacional. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1984, p.23.

⁸⁰ Em 11 de abril de 1931 foram publicados os decretos: n.º 19.850 (criação do Conselho Nacional da Educação); n.º 19.851 (organização do ensino superior no Brasil e adoção do regime universitário); n.º 19.852 (organização da Universidade do Rio de Janeiro). Em 18 de abril de 1931, publicou-se o decreto n.º 19.890 (organização do ensino secundário; em 30 de junho do mesmo ano, o decreto n.º 20.158 (organização do ensino comercial) e, em 14 de abril de 1932 o decreto n.º 21.141 (consolidação das disposições sobre a organização do ensino secundário). ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. São Paulo: Vozes, 1986, p. 131.

⁸⁰ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p. 228. Em contraponto ao que afirmara por ocasião da Plataforma

⁸¹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Opus cit.*, p. 131.

⁸² VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p. 228. Em contraponto ao que afirmara por ocasião da Plataforma da Aliança Liberal, lida no ano anterior: “quasi nada se tem feito”.

“O ensino secundário, que vinha sendo considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezada a sua função de natureza educativa, que consiste, justamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação de juízo e de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas, requeria urgente reforma, na qual se atendesse às suas necessidades mais prementes. O governo provisório soube desde logo solucionar a questão, dando ao ensino secundário a sua função própria – formar o homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras, em lugar de constituir um simples curso de passagem e um mero sistema de exames, destituído de virtudes educativas e reduzido às simples linhas essenciais de sua estrutura, estreitamente pragmática e utilitária, de instrumento de acesso aos cursos superiores.”⁸³

Em relação ao ensino primário, não abarcado pela reforma Francisco Campos, afirmava ser fundamental discipliná-lo em seu *duplo aspecto – ensino primário de letras e técnico-profissional*.⁸⁴ O que, salientava, seria feito em breve, pois *já existe, em estudos, um ante-projeto, em que se procura reformar o ensino profissional nos estabelecimentos a cargo deste Ministério*. Contudo, a reforma do ensino primário ainda teria que aguardar quinze anos para ser realizada, através do decreto-lei 8.529, em 2 de janeiro de 1946.

De fato, a reforma Francisco Campos não só deixou de incluir o ensino primário, como também os ensinos normal e industrial. Além disso, não promoveu a articulação entre os diversos ramos do ensino médio, o que ressaltava o caráter elitista que o norteara. Como salienta Romanelli, essa reforma “refletia a sociedade do momento, enquanto esta também oscilava entre a necessidade de inovar e organizar a vida social, em novas bases, e a velha ordem, com a qual ainda se encontrava seriamente comprometida.”⁸⁵

O destaque dado à educação dos grupos dominantes – as quais seriam responsáveis não só pela (re)construção do Estado-nação, como também pela condução do povo brasileiro rumo à *modernidade*, representado pela urbanização e pela industrialização – era compartilhado por grande parte dos intelectuais envolvidos com a questão educacional. Conforme salienta Abud:

“Intelectuais envolvidos com as questões educacionais também não escondiam a crença na liderança das elites. Fernando de Azevedo, o redator do *Manifesto dos Pioneiros da*

⁸³ *Idem, ibidem*, p. 229.

⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 228.

⁸⁵ ROMANELLI, Otaíza, de Oliveira. *Opus cit.*, p. 142.

Educação, no Inquérito sobre a Instrução Pública, manifestou sua convicção na necessidade de se priorizar a educação das camadas dirigentes, que deveria anteceder a educação do povo. A anterioridade da educação da elite era necessária porque ela seria seguida pelas massas. Outro educador conhecido que deixou bem claras suas convicções autoritárias foi Lourenço Filho, que destacou a ligação entre a política de segurança e a política de educação, "pois no fundo trata-se de uma única e mesma política: a dos mais profundos interesses da nação". Os interesses do Estado e da Educação conjugavam-se, na medida em que os indivíduos seriam instruídos nas formas conservadoras de ação e representação."⁸⁶

Enquanto reflexo das lutas que se travavam na sociedade, a gestão Francisco Campos à frente do MESP ainda nos legou, nos decretos de abril de 1931, a institucionalização do ensino de religião facultativo na rede escolar pública.⁸⁷ Posição essa contrária à Constituição de 1891, que se encontrava suspensa em virtude do decreto n.º 19.398 de 11 de novembro de 1930⁸⁸, mas que foi referendada pela carta magna de 1934⁸⁹. Lembramos que, nesses anos, ocorria um grande debate entre os defensores da denominada Escola Nova (dentre os quais Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo) e os pensadores católicos (dentre os quais D. Sebastião Leme – 1882-1942 –, cardeal da arquidiocese do Rio de Janeiro – 1930-1942 – e Alceu de Amoroso Lima, mais conhecido pelo pseudônimo Tristão de Athayde – 1893-1983), sendo que esses últimos vislumbravam, no regime implantado pela revolução de 1930, a possibilidade de recuperar o espaço político perdido no processo de implantação da *república* em 1889.

⁸⁶ ABUD, Kátia Maria. Formação da alma e do caráter nacional: o ensino de história na era Vargas. In: Revista brasileira de História. São Paulo, vol. 18, n. 36, 1998.

⁸⁷ GUIRALDELLI JR., Paulo. *Opus cit.*, p. 58.

⁸⁸ O decreto n.º 19.398/30, que instituiu o Governo Provisório, fruto da Revolução de 1930, em seu art. 4º estabeleceu: "Continuam em vigor as constituições federal e estaduais, as demais leis e decretos federais, assim como as posturas e deliberações e outros atos municipais, todos, porém, inclusive as próprias constituições, sujeitas às modificações e restrições estabelecidas por esta lei ou por decreto ou atos ulteriores do governo provisório ou de seus delegados, na esfera de atribuições de cada um." (grifos nossos)

Além disso, em seu art. 5º excluía da apreciação judicial os decretos editados pelo governo provisório: "Ficam suspensas as garantias constitucionais e excluída a apreciação judicial dos decretos e atos do governo provisório ou dos interventores federais, praticados na conformidade da presente lei ou de suas modificações ulteriores." (grifos nossos)

Assim, não há como alegar a inconstitucionalidade do dispositivo que institucionalizava o ensino de religião facultativo na rede escolar pública, na medida em que o art. 72, § 6 da Constituição de 1891 ("Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.") estava suspenso.

⁸⁹ Ver, abaixo, quadro comparativo entre as constituições de 1934 e 1937.

Conforme vimos acima, em relação à gestão Francisco Campos à frente do MESP, de acordo com a proposta de (re)construção do Estado-nação brasileiro, Getúlio Vargas lançou as bases de uma nova organização político-administrativa para o país, centralizando as funções estatais. Em relação à educação, o destaque conferido pelo governo provisório seria confirmado pela Constituição de 1934⁹⁰. Fruto de uma Assembléia Constituinte livre e soberana, naquela encontramos expressos não só os princípios defendidos pelos escolanovistas⁹¹ para a escola pública (a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a co-educação dos sexos) como também uma delimitação dos amplos poderes da União no tocante à tarefa de fixar as diretrizes nacionais das políticas públicas, como, por exemplo, o *plano*

⁹⁰ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 16 de julho de 1934. Texto completo no sítio: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm, em 08/10/2007.

⁹¹ De acordo com o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, redigido por Fernando de Azevedo em 1932, em contraposição à denominada “escola tradicional” deveria ser instituída a “escola socializada”, ou seja, a “reconstruída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana.” Essa reconheceria “a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde permitisse as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social.” Assim, caberia ao Estado promover a educação escolar pública, garantindo desta forma o “direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral”. Além disso, a escola pública deveria ser única (“escola para todos”, “educação *commum*, igual para todos”), ou seja: “em nosso regimen político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de *typos* diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admittir, dentro do *systema* escolar do Estado, quaesquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilegio exclusivamente econômico.”

Por fim, o *Manifesto* estipulava quatro outros princípios para a escola pública: a *laicidade*, a *gratuidade*, a *obrigatoriedade* e a *co-educação* dos sexos. De acordo com esses princípios, o Estado deveria buscar, no que se refere à definição da sua “política educacional”, a *unidade*, a *autonomia* e a *descentralização* da “função educacional”. Tal posicionamento dos pioneiros entrava em conflito com os rumos traçados pela sistematização do ensino, altamente centralizada, proposta pela reforma Francisco Campos, em abril de 1931. Neste sentido, segundo o *Manifesto* temos: “Unidade não significa uniformidade. A unidade pressupõe multiplicidade. Por menos que pareça, à primeira vista, não é, pois, na centralização, mas na applicação da doutrina federativa e descentralizadora, que teremos de buscar o meio de levar a cabo, em toda República, uma obra metódica e coordenada, de accôrdo com um plano *commum*, de completa *efficiência*, tanto em intensidade com em extensão. A União, na capital, e aos estados, nos seus repectivos territórios, é que deve competir a educação em todos os grãos, dentro os princípios geraes fixados na nova constituição, que deve conter a definição de attribuições e deveres, os fundamentos da educação nacional.”

nacional de educação, limitando-se o poder legislativo dos estados membros da federação.

Nesse sentido, a Carta de 1934 ampliou os poderes da União no que se refere à educação:

Art 5º - Compete privativamente à União: (...)

XIV - traçar as diretrizes da educação nacional; (...)

Art 150 - Compete à União:

a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; (...)

Art 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

Parágrafo único - Os Estados e o Distrito Federal, na forma das leis respectivas e para o exercício da sua competência na matéria, estabelecerão Conselhos de Educação com funções similares às do Conselho Nacional de Educação e departamentos autônomos de administração do ensino.

Um novo ministro – Gustavo Capanema

Dentro do quadro constitucional promulgado em 1934, no qual Getúlio Vargas deixa de ser o chefe do governo provisório para assumir o cargo de presidente da República eleito⁹² pela Assembléia Nacional Constituinte transformada em Ordinária, situamos a escolha de Gustavo Capanema (Pitangui-MG, 1900 – Rio de Janeiro-RJ, 1985) para a chefia do MESP, no dia 26 de julho de 1934. As razões que levaram Getúlio Vargas a escolher seu nome ainda não foram completamente esclarecidas: seria uma compensação, ao forte grupo de Olegário Maciel⁹³ (Bom Despacho-MG, 1855 – Belo Horizonte-MG, 1933), pelo fato de Capanema não ter sido o escolhido por Vargas para a presidência de Minas Gerais ou, uma parte do acordo geral estabelecido entre a Igreja e o novo regime, articulado desde a *revolução* de 1930 por Francisco Campos. De acordo com Schwartzman *et alli*:

⁹² Dos 248 deputados presentes à eleição do novo Presidente da República, no dia 17 de julho de 1934: 175 votos foram para Getúlio Vargas, 59 para Borges de Medeiros e 4 para Góes Monteiro. SILVA, Hélio. 1934: a constituinte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

Sobre o significado do resultado das eleições de 1934, afirmou Alfredo Bosi (Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.306): “O Castilhismo, rejeitado em 91, era em 34 a pedra angular do sistema político nacional.”

⁹³ Olegário Maciel foi o único presidente estadual – tomara posse em setembro de 1930 –, mantido por Vargas após a revolução de outubro. Após sua morte em setembro de 1933, o nome mais forte para sucedê-lo, na presidência de Minas Gerais, era Gustavo Capanema, seu primo e secretário do Interior e Justiça.

“A parte não dita, mas certamente de conseqüências mais profundas, foi a entrega do Ministério da Educação a Capanema, como homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado, Alceu Amoroso Lima.”⁹⁴

Independente dos motivos que levaram à escolha de Capanema, de fato, ele possuía larga experiência na administração pública, como secretário do Interior e Justiça do conturbado governo de Olegário Maciel e, após a morte deste, como interventor federal interino em Minas Gerais. Além disso, era um hábil articulador político, tendo como mentor o ex-ministro e então consultor-geral da república Francisco Campos.⁹⁵ Ao assumir o cargo de ministro, Capanema buscou, dentre outras ações, (re)organizar o MESP, de forma a que ele pudesse, a contento, desempenhar as novas funções que lhe cabia dentro do projeto varguista de (re)construção do Estado-nação brasileiro. Em 16 de outubro de 1935, quando estava em curso o concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do ministério, escreveu ao presidente, apresentando um detalhado projeto de (re)organização administrativa do MESP⁹⁶:

“Sr. Presidente da República,

Na Mensagem, que Vossa Excellencia dirigiu ao Poder Legislativo, em 3 de maio⁹⁷ deste anno, foi dito que o Ministério da Educação e Saúde Pública não está ainda organizado de maneira que possa dar cabal desempenho às funções, a que se destina.

Criado em 1930, soffreu elle, desde então até 1934, diversas reformas parciaes, que objectivaram ampliar e melhorar os seus serviços. Muitas dessas reformas foram feitas já nos últimos dias do Governo Provisorio, ao qual, assim, não restou tempo para coordenar os órgãos existentes, criados em momentos diversos e estruturá-los num aparelho racional e harmônico.

Ainda naquella Mensagem, depois de fazer criteriosa apreciação sobre a situação do Brasil nos dias que correm, mostrando quão favoráveis são as condições da vida nacional, observou Vossa Excellencia, com grande lucidez, que o de que precisamos é organização.

⁹⁴ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas. 2000, p. 65.

No prefácio do livro supra citado, Afonso Arinos Filho afirma: “Capanema, marginalizado por Valadares em Minas, seria recompensado em julho de 1934, para apaziguar Flores da Cunha, com o Ministério da Educação e Saúde. Esta pode ter sido a opção mais fecunda de Getúlio Vargas nas duas vezes em que chefiou o governo. Foi efetuada sob a influência de Alceu Amoroso Lima, então direitista convicto, e que já exercia clara liderança sobre o laicato católico nacional. A escolha se inseria no esquema de Francisco Campos, que buscava o apoio da Igreja em troca da hegemonia católica no terreno da educação.” SCHWARTZMAN, Simon *et alli* (2000). *Opus cit.*, p.11.

⁹⁵ SCHWARTZMAN, Simon *et alli* (2000). *Opus cit.*, p.53.

⁹⁶ Do qual resultaria a lei n.º 378 de 13 de janeiro de 1937.

⁹⁷ Data da instalação da primeira legislatura ordinária após o movimento armado político-militar de 1930.

Tal advertência presidiu ao trabalho a que me consagrei. Estudei, nos seus pormenores, a composição e o funcionamento actual do Ministério, perquirindo qual a estrutura que lhe é mais adequada, investigando o que deve ser nelle supprimido e o que se lhe deve accrescentar, indagando das normas, que é preciso adoptar, para que o serviço se simplifique e accelere, se realize com economia de dinheiro, tempo e esforço. Examinei como deve o Ministério dilatar os limites de sua presença e de sua influencia, projectando-se em todo o território nacional, levando o seu concurso a todas as unidades federadas.

Este trabalho, realizado sob as elevadas inspirações de Vossa Excellencia, afim de que venha a ter inteira execução o programa, por Vossa Excellencia traçado a este sector da administração federal e manifestado em numerosos documentos, entre os quaes assumem considerável relevo a mensagem mandada, no Natal de 1932, aos interventores federaes, sobre o problema da saúde da criança, e o discurso, sobre o problema educacional, pronunciado na Bahia, em 18 de agosto de 1933, - este trabalho se concretiza agora no projecto de lei que, com a exposição de motivos que o precede, escrevi e submetto ao seu esclarecido exame, afim que, merecendo a sua aprovação, seja por Vossa Excelencia mandado ao Poder Legislativo.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1935.

Gustavo Capanema.”⁹⁸

Nessa carta, encontramos vários elementos que caracterizaram a gestão Capanema à frente do MESP. Dessa forma, afirmou que, apesar da criação de diversos órgãos, muitos dos quais às vésperas da promulgação da Constituição⁹⁹, eles não podiam plenamente desempenhar as funções que lhes cabiam em virtude de o ministério não estar estruturado, de acordo com os *modernos* preceitos da racionalização dos serviços públicos. Ao salientar a perspicácia do presidente em ter constatado a falta de organização ministerial, o ministro apresentou o seu projeto de (re)organização da Pasta de forma a que *o serviço se simplifique e accelere, se realize com economia de dinheiro, tempo e esforço*. Tais idéias estariam sempre presentes na gestão Capanema e seriam, inclusive, salientadas no discurso proferido por ocasião do lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do MESP em 24 de abril de 1937.¹⁰⁰

Ao construir um edifício-sede para o MESP, almejava-se representar o novo Estado-nação brasileiro gestado pelo movimento armado político-militar de 1930 em seu duplo

⁹⁸ CPDOC/FGV, GC f 34.06.21 rolo 15 fot. 1

⁹⁹ Poucos dias antes da promulgação da Constituição de 1934, diversos decretos foram assinados por Vargas, que, nas anotações dos dias 14 a 16 de julho de 1934 feitas em seu diário, afirma: “Estes dias foram de intenso trabalho. Dos ministérios, jorravam quase diariamente dezenas de decretos para assinar antes da promulgação da Constituinte (Constituição).” Vargas, *opus cit.*, Vol. I, p. 306.

¹⁰⁰ Ver nas considerações finais a análise do discurso proferido por ocasião da cerimônia de lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do MESP.

aspecto: o cultural e o racional. Cultural no sentido de por meio da educação se construir um novo brasileiro, trabalhador e nacionalista, que estaria acima das diferenças regionais e se esforçaria para a *modernização* do país: tal como *moderna* era a casa do ministério, o era a fisionomia do novo brasileiro que se educava e curava. Racional, pois, segundo os princípios da administração moderna, os serviços públicos estariam racionalmente instalados no novo edifício, agilizando-se os procedimentos, reduzindo-se os custos e otimizando-se a ação administrativa dos funcionários. Ao contrário do que ocorria antes, quando tínhamos diversos órgãos espalhados por vários imóveis, muitos dos quais alugados, o que encarecia e atrapalhava o perfeito funcionamento da máquina estatal. Centralizar-se-iam as funções ministeriais pelos mesmos motivos que levavam à centralização dos poderes da União, na medida em que a excessiva autonomia dos estados federados atrapalhava o funcionamento da administração federal e a construção de um Brasil moderno e industrial, objetivo do novo governo, surgido da Constituição recém-promulgada.

A construção de um edifício-sede para o MESP se insere nesse quadro de uma (re)organização administrativa do país e racionalização do serviço público voltada para a construção de um novo Estado-nação forte e centralizado, capaz de dialogar com os demais Estados em igualdade de condições. Os prédios ministeriais representariam esse novo poder que se constituía e se fazia presente no cotidiano da população, sem, contudo, esmagá-la. Se a construção de edifícios ministeriais refletia a própria concepção de Estado-nação defendida por Getúlio – integração, racionalização, eficiência e modernidade – uma grande questão deve ser respondida: por que cada Ministério adotou um *estilo* arquitetônico diferente, sendo todos construídos sob um mesmo governo. Mais especificamente, questionamos: porque para o MESP houve a possibilidade de uma equipe de arquitetos *modernos* de inspiração corbusiana desenvolverem o projeto e acompanharem a execução do mesmo? Quais as circunstâncias que possibilitaram a emergência de uma determinada forma de *moderno* entre nós, e logo após alçada à condição de movimento nacional?

A um grupo de arquitetos brasileiros deu-se a oportunidade de desenvolver um projeto de acordo com os preceitos de uma dada corrente arquitetônica, dita *moderna*, uma dentre as diversas correntes *modernas* existentes no período. Contudo, uma vez concluído o edifício essa forma de se conceber a arquitetura foi alçada a categoria de forma *moderna* por excelência da arquitetura nacional – situação que se manteve até a construção de Brasília.

Contudo, ao mesmo tempo em que se inovava na arquitetura, na área da educação, o movimento renovador (os escolanovistas), frente ao regime ditatorial instaurado pelo golpe de 1937, entrou em hibernação, “menos pela ação de seus membros, que continuaram a lutar no terreno da ação pessoal, e mais pela movimentação de ideais, agora sem condições de serem expressas.”¹⁰¹ O ministro, por sua vez, iniciou em 1942, dentro do espírito da constituição de 1937, a publicar uma série de decretos-lei que foram chamados Leis Orgânicas do Ensino – a reforma Gustavo Capanema.¹⁰² Desses, quatro¹⁰³ foram promulgados após a queda de Vargas, mantendo-se, contudo, os objetivos traçados por Capanema, mesmo estando à frente do MES um novo ministro: Raul Leitão da Cunha (1881-1947).

O grande questionamento que se colocou frente à sistematização da educação proposta pela reforma Gustavo Capanema foi o *dualismo do sistema educacional*. Havia um ensino secundário público destinado às elites e um ensino profissionalizante voltado para os mais pobres. De acordo com Ghiraldelli Jr., numa postura francamente negativa:

“Era um sistema de engessamento vertical dos grupos sociais, de modo a dificultar o que nas democracias liberais chamamos de ascensão social pela escola, e isto vinha a calhar com o engessamento da estrutura sindical, que não permitia uma reivindicação livre dos trabalhadores frente aos patrões, sem a mediação do governo. (...) A lei foi bem clara: a escola deveria contribuir para a divisão de classes e, desde cedo, separar pelas diferenças de chances de aquisição cultural, dirigentes e dirigidos.”¹⁰⁴

Apesar disso, GHIRALDELLI JR. vê na reforma Capanema um ponto positivo: “enfim, criou-se um sistema.”¹⁰⁵ Romanelli, por outro lado, apesar de também considerar negativo o dualismo educacional da reforma Capanema, faz ponderações que nos auxiliam a compreender os motivos sociais, culturais, políticos e econômicos que a nortearam. Lembra

¹⁰¹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. p. 154.

¹⁰² Durante a gestão Gustavo Capanema, foram editados os seguintes decretos-lei: Decreto-lei n.º 4.048 – de 22 de janeiro de 1942: cria o serviço nacional de aprendizagem industrial; Decreto-lei n.º 4.073 – de 30 de janeiro de 1942: Lei orgânica do ensino industrial; Decreto-lei n.º 4.244 – de 09 de abril de 1942: Lei orgânica do ensino secundário; Decreto-lei n.º 6.141 – de 28 de setembro de 1943: Lei orgânica do ensino comercial. ROMANELLI. *Opus cit.*, p.154

¹⁰³ Decreto-lei n.º 8.529 – de 02 de janeiro de 1946: Lei orgânica do ensino primário; Decreto-lei n.º 8.530 – de 02 de janeiro de 1946: Lei orgânica do ensino normal; Decreto-lei n.º 8.621 e 8.622 – de 10 de janeiro de 1946: criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Decreto-lei n.º 9.613 – de 20 de agosto de 1946: Lei orgânica do ensino agrícola. *Idem*, p.154.

¹⁰⁴ GHIRALDELLI JR, *Opus cit.*, p. 84-85.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 86.

que, na década de 1940, estávamos em pleno período de guerra, no qual não apenas a aquisição de produtos importados era dificultada como também a vinda de mão-de-obra estrangeira qualificada sofriam sérias restrições. Nesse contexto, em que a autora inseriu a regulamentação do ensino profissional entre nós, em 1942, o processo de industrialização via substituição das importações foi intensificado e houve a necessidade de se qualificar a mão-de-obra nacional voltada para a indústria. Assim, o governo regulamentou o ensino industrial, que deveria ser conjuntamente implementado pelo Estado (através dos cursos de formação, os de aprendizagem e os artesanais) e pelos empregadores (através das escolas de aprendizagem).¹⁰⁶ Esse engajamento da indústria no sentido de qualificar os seus próprios trabalhadores seria ressaltado pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI).¹⁰⁷ Lembramos que foram igualmente regulamentados os ensinos comercial e o agrícola, sendo que para o primeiro criou-se um sistema de ensino comercial paralelo ao ensino oficial através do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.¹⁰⁸

¹⁰⁶ O art. 67, do Decreto-lei n.º 4.073/42, em relação às escolas de aprendizagem, estabelece, um dever para o empregador, e um direito para os empregadores-aprendizes, sem prejuízo do salário:

Art. 67. O ensino industrial das escolas de aprendizagem será organizado e funcionará, em todo o país, com observância das seguintes prescrições:

I. O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constituirá obrigação dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados.

II. Os empregadores deverão, permanentemente, manter aprendizes, a seu serviço, em atividades cujo exercício exija formação profissional.

III. As escolas de aprendizagem serão administradas, cada qual separadamente, pelos próprios estabelecimentos industriais a que pertençam, ou por serviços, de âmbito local, regional ou nacional, a que se subordinem as escolas de aprendizagem de mais de um estabelecimento industrial.

IV. As escolas de aprendizagem serão localizadas nos estabelecimentos industriais a cujos aprendizes se destinem, ou na sua proximidade.

V. O ensino será dado dentro do horário normal de trabalho dos aprendizes, sem prejuízo de salário para estes.

VI. Os cursos de aprendizagem terão a duração de um, dois, três ou quatro anos. (...)

¹⁰⁷ A criação de um sistema de ensino industrial paralelo ao sistema de ensino oficial deu-se através do Decreto-lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Sua regulamentação se deu pelos decretos-lei n.º 4.481, de 16 de julho de 1942, e 4.436, de 7 de novembro do mesmo ano. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Opus cit.*, p. 166.

¹⁰⁸ Através do Decreto-lei n.º 8.621, de 10 de janeiro de 1946, com a mesma estrutura adotada quando da criação do SENAI, em 1942.

Em relação ao ensino secundário, a reforma Capanema adotou um modelo que se afastava radicalmente do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932. De acordo com o art. 1º do decreto-lei n.º 4.244/42, seriam as finalidades do ensino secundário:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescente, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

Sua ênfase, portanto, voltou-se para a formação das futuras lideranças do país, preparando-as para ingressarem no ensino superior.¹⁰⁹ Para atingir esse objetivo, o ensino ministrado adquiriu um caráter enciclopédico, de coloração nacionalista e patriótica, e a avaliação ocorria por meio de um rígido sistema de provas e exames. Além disso, a co-educação dos sexos foi limitada apenas às situações excepcionais (art. 25)¹¹⁰, bem como, para os meninos, foi instituída a educação militar (art. 20)¹¹¹. Porém, para ambos os sexos, foi

¹⁰⁹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Opus cit.*, p.157-159.

¹¹⁰ Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. E' recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva freqüência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário freqüentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar.

No ensino secundário feminino, tinha-se em vista a formação das futuras mães dos nossos líderes, e não de trabalhadoras. A essas estava reservado o ensino profissional ministrado quer pelo sistema oficial, quer pelos sistemas de ensino industrial (SENAI) ou comercial (SENAC) paralelos àquele.

¹¹¹ De acordo com o art. 20:

Art. 20. A educação militar será dada aos alunos do sexo masculino dos estabelecimentos de ensino secundário, ressalvados os casos de incapacidade física. Dar-se-á aos menores de dezesseis anos a instrução pré-militar, e a instrução militar aos que tiverem completado essa idade.

Parágrafo único. As diretrizes pedagógicas da instrução pré-militar e da instrução militar serão fixadas pelo Ministério da Guerra.

ressaltada a preocupação com a Educação Moral e Cívica, considerada fundamental para a formação dos novos brasileiros responsáveis pela condução e construção do novo Estado-nação (arts. 22-24)¹¹².

Após a queda de Getúlio Vargas em 1945, tivemos a regulamentação do ensino primário, na qual notamos um revigoramento da influência do movimento renovador e dos princípios estabelecidos no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932. Contudo,

Cumpramos lembrar que, em 1942, estávamos num período de guerra e o país mobilizado frente a um possível ingresso no conflito. Aliás, aquele ano representou o ponto de inflexão no posicionamento brasileiro frente às potências em conflito na Europa, pois, em 1943, a situação se definiu e o Brasil se aliou aos Estados Unidos.

¹¹² Art. 22. Os estabelecimentos de ensino secundário tomarão cuidado especial e constante na educação moral e cívica de seus alunos, buscando neles como base do caráter, a compreensão do valor e do destino do homem, e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios, e de sua missão em meio aos outros povos.

Art. 23. Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundária formar às individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade.

Art. 24. A educação moral e cívica não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que dêem ensejo a esse objetivo, e de um modo geral do próprio processo da vida escolar, que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico.

§ 1º Para a formação da consciência patriótica, serão com frequência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, ser postas em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil.

§ 2º Incluir-se-á nos programas de história do Brasil e de geografia do Brasil dos cursos clássico e científico o estudo dos problemas vitais do país.

§ 3º Formar-se-á a consciência patriótica de modo especial pela fiel execução do serviço cívico próprio do Juventude Brasileira, na conformidade de suas prescrições.

§ 4º A prática do canto orfeônico de sentido patriótico é obrigatória nos estabelecimentos de ensino secundário para todos os alunos de primeiro e de segundo ciclo.

Em relação à formação de uma Juventude Brasileira, nos moldes das juventudes nazista e fascista existentes na Europa, Schwartzmann nos mostra como no Brasil a idéia de que seria possível criar, “pela via de um decreto presidencial, as formas paralelas de poder que caracterizavam na Europa as milícias fascistas, foi pouco a pouco sendo transformada em um movimento cívico-educativo bem menos virulento, onde a dinâmica da mobilização miliciana era substituída por atividades tais como o enaltecimento às datas, aos vultos e aos símbolos nacionais.” SCHWARTZMAN, Simon *et alli* (2000). *Opus cit.*, p.147.

como salienta ROMANELLI, “a simples prescrição legal não tem força suficiente para mudar a realidade.”¹¹³ Assim, podemos verificar que não adianta ser elaborada uma legislação avançada se as realidades cultural, social, econômica e política não estiverem preparadas para a sua aplicação. Dessa forma, o que adiantou o decreto-lei n.º 8.529/42, de 02 de janeiro de 1946, ter assegurado a gratuidade (embora ainda haja a previsão da organização de caixas escolares –art. 39¹¹⁴), a obrigatoriedade (art. 41¹¹⁵), a descentralização do ensino publico primário (arts. 24-26¹¹⁶), bem como a previsão de recursos para a sua implantação (art. 45-48¹¹⁷), se não havia da parte dos governantes a disposição e o interesse em sua concretização.

A autora afirma:

“A dificuldade de aplicação da legislação do ensino revela sua inadequação à realidade. Esta sempre acaba ‘acomodando’ a lei, limitando seu poder de ação às reais condições do contexto. Foi assim, por exemplo que o ensino primário fundamental acabou, de fato, por resumir-se no ensino primário elementar, por falta de condições objetivas de funcionamento do ensino complementar, e a expansão da demanda social de educação, acentuadamente maior do que a oferta, acabou por tornar letra morta os dispositivos legais que regulamentavam a formação do corpo docente e o preenchimento de cargos no magistério primário.”¹¹⁸

¹¹³ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Opus cit.*, p. 161.

¹¹⁴ Art. 39. O ensino primário é gratuito, o que não exclui a organização de caixas escolares a que concorram segundo seus recursos, famílias dos alunos.

¹¹⁵ Art. 41. O ensino primário elementar é obrigatório para todas as crianças nas idades de sete a doze anos, tanto no que se refere à matrícula como no que diz respeito à frequência regular às aulas e exercícios escolares.

¹¹⁶ Art. 24. Os estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, formarão, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, um só sistema escolar, com a devida unidade de organização e direção.

Art. 25. Providenciarão os Estados, os Territórios e o Distrito Federal no sentido da mais perfeita organização do respectivo sistema de ensino primário, atendidos os seguintes pontos: (...)

i) coordenação das atividades dos órgãos referidos no item e com os órgãos próprios do Ministério da Educação e Saúde, para mais perfeita articulação dos sistemas regionais, e crescente aperfeiçoamento técnico pedagógico.

Art. 26. O sistema de ensino primário, em cada Estado e no Distrito Federal, terá legislação própria, em que se atendam aos princípios do presente decreto-lei.

Parágrafo único. Os sistemas dos Territórios terão regulamento expedido pelo Ministro da Educação e Saúde.

¹¹⁷ Art. 45. Os Estados e o Distrito Federal reservarão, cada ano, para manutenção e desenvolvimento de seus serviços de ensino primário, a cota parte das rendas tributárias de impostos, fixada no convênio, de que trata o Decreto-lei nº 4 4.958, de 14 de novembro, de 1942. Igual providência tornará a União, quanto aos orçamentos dos Territórios.

¹¹⁸ *Idem.* p. 163.

Por fim, em relação ao ensino normal, feita através do decreto-lei n.º 8.530, de 02 de janeiro de 1946, encontramos os mesmos problemas constatados em relação ao restante da reforma Capanema: um rígido sistema de avaliação inaplicável à realidade nacional aliada à falta de articulação com os demais ramos de ensino oficial.

Por uma racionalização do serviço público

Se por um lado, no campo da (re)organização administrativa do país, criaram-se novos ministérios responsáveis pelo estabelecimento de políticas destinadas a (re)construir o Estado-nação brasileiro, por outro, no que se refere à racionalização do serviço público, propuseram-se à administração pública os princípios norteadores da indústria moderna: eficiência, economia e aliança entre a ciência e a técnica. Não bastavam ser criados ministérios, órgãos de consulta ou secretarias se não houvesse o esforço e a prática da coordenação racional dos mesmos, de acordo com os modernos princípios da administração pública e do direito administrativo em elaboração. Assim, apesar de o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) ter sido criado só em 30 de julho de 1938, a preocupação do governo em orientar, coordenar e fiscalizar as medidas destinadas à racionalização do serviço público no país¹¹⁹ remonta aos primeiros anos do governo Vargas. O tema era constante nos discursos do presidente e dos seus ministros e foi destacado por Capanema no discurso de lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do MESP.

Vargas colocou no povo, ou seja, nas classes menos privilegiadas da população, a origem/idealização das propostas de renovação político-administrativa no Estado brasileiro. Das necessidades objetivas das massas é que surgiram os programas de governo; portanto ao presidente caberia captar esses anseios e realizar as reformas necessárias ao progresso do país. Na plataforma da Aliança Liberal afirmou:

“Apesar de nem sempre terem dos fatos uma visão de conjunto, são, realmente, as classes populares, sem ligações oficiais, as que sentem com mais nitidez, em toda a extensão, por instinto e pelo reflexo da situação geral do País sobre as suas condições de vida, a necessidade de modificação dos processos políticos e administrativos.”¹²⁰

¹¹⁹ SCHWARTZMAN, Simon. (org.) Estado Novo, um auto-retrato (arquivo Gustavo Capanema). Rio de Janeiro: UnB, Fundação Roberto Marinho, 1982, p.51.

¹²⁰ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p.19.

Os *novos* políticos apresentar-se-iam como os catalisadores desses anseios populares, os responsáveis pela condução do país rumo à *modernidade*: meta desejada, ainda que inconscientemente, pelo conjunto da população. No texto acima, num primeiro momento faz-se uma exaltação do papel desempenhado pelas classes populares, *sem ligações oficiais*, na apreensão dos grandes problemas nacionais, *em toda a extensão, por instinto e pelo reflexo da situação geral do País sobre as suas condições de vida*.¹²¹ Pela percepção popular, que muitas vezes faltava às classes mais próximas do poder, a necessidade de se (re)organizar a política e a administração pública do país era sentida no cotidiano, nas suas condições precárias de vida e nos desmandos dos políticos. Contudo, apesar dessa constatação, a ênfase da plataforma aliancista era dada na questão eleitoral – civismo e patriotismo nas urnas – na medida em que havia uma eleição a ser disputada. Em alguns momentos, verificamos a defesa de ideais liberais, posteriormente abandonados por Getúlio; porém, em outros, encontramos idéias que seriam basilares em seu pensamento político, como, por exemplo, quando defende um melhor aproveitamento dos quadros administrativos do governo federal:

“O problema do funcionalismo, no Brasil, só terá solução quando se proceder à redução dos quadros excessivos (...) Com a economia resultante, quer dos cortes automáticos, que a ninguém prejudicarão, quer da impossibilidade de criação de cargos novos, poderá o Governo ir melhorando, paulatinamente, a remuneração dos seus servidores, sem sacrifícios para o erário. Majorando-lhes, desse modo, os vencimentos e cercando-os de garantias de estabilidade e de justiça nas promoções e na aplicação dos dispositivos regulamentares, terá o país o direito de exigir maior rendimento da atividade e aptidões dos respectivos funcionários, que, então, não deixarão de consagrar exclusivamente ao serviço público.”¹²²

Ao assumir o governo provisório, a necessidade de se (re)organizar administrativamente o país adquiriu uma relevância que não estava explicitada na plataforma anteriormente lida na Esplanada do Castelo.¹²³ Após afirmar ter sido o movimento *revolucionário* vitorioso, *a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência*

¹²¹ *Idem, ibidem*, p.19

¹²² *Idem, ibidem*, p.33

¹²³ Interessante, nesse sentido, a denominação dada ao discurso de posse quando de sua publicação, em setembro de 1938 (após a criação do DASP, em julho do mesmo ano), na obra “A nova política do Brasil”: “Nova organização administrativa do país” (VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p. 65). No referido discurso, diversos são os temas tratados, contudo, optou-se em se destacar a questão administrativa como a grande tônica de um movimento *revolucionário*, cujas origens estavam substancialmente ligadas a disputas no interior das *oligarquias* da primeira república.

*como nacionalidade*¹²⁴, Getúlio passou a delimitar os elementos considerados fundamentais para a construção de uma Pátria nova, de um novo Estado nacional, fundado em uma *moderna máquina administrativa*. Assim, ao resumir os pontos anteriormente elencados no programa aliancista, voltados para *reconstrução nacional*, há um claro destaque para a (re)organização administrativa efetiva do Estado. Dentre os diversos temas abordados, destacamos a urgência que foi colocada sobre a necessidade de se consolidar as *normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigente, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes*.¹²⁵

Imbuído da necessidade de se racionalizar o serviço público, adotando critérios mais racionais para a escolha dos administradores públicos, temos as considerações feitas por Vargas, em seu diário iniciado em outubro de 1930, em relação às tratativas para a escolha do seu ministério:

“Começam as tratativas para a organização do Ministério. Alguns nomes eu já trazia fixados, outros foram sendo sugeridos depois. *A mentalidade criada pela Revolução não admitia mais o emprego dos velhos processos, do critério puramente político*. Por isso, causou certa dificuldade o desejo manifestado por Minas – Artur Bernardes – de que esse estado desse três ministros. Enfim, conformaram-se com dois, devendo ser criado o da Instrução e Saúde Pública para Francisco Campos, que me pareceu, aliás, um excelente nome.” Grifos nossos.¹²⁶

Novos critérios para a escolha dos integrantes da administração pública passaram a ser utilizados, ou tentou-se a assim se proceder, porém tais inovações encontrariam resistência entre os políticos, bem como do próprio Vargas, político influente da poderosa *oligarquia* gaúcha vencedora da *revolução*, ainda fortemente ligados à tradição personalista da política brasileira. Dessa forma, em novembro de 1930, buscou-se conciliar os aspectos técnicos com os políticos na escolha dos ministros, bem como nos novos ministérios criados: o do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde Pública, os quais lançariam as bases para a re(construção) do Estado-nação brasileiro. Para o primeiro, foi escolhido Lindolfo Collor (gaúcho, 1890 - 1942), sendo Francisco Campos (mineiro, 1891 - 1968) o indicado para assumir a pasta da Educação e Saúde Pública.

¹²⁴ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p.69

¹²⁵ *Idem, ibidem*, p. 72-73.

¹²⁶ *Idem, ibidem*, p. 21.

Salientamos que, em contraste com o período anterior, no qual predominavam as relações políticas e de compadrio sobre as de caráter técnico-administrativo, com Vargas teve início um processo de *modernização* da burocracia estatal, tanto no discurso estatal quanto nas práticas governamentais. Conforme afirma Jorge Ferreira:

“Cabe chamar a atenção para o *ethos* modernizador da burocracia que se expandiu no aparelho de Estado após 1930. A linguagem jurídica é padronizada, a ‘eficiência técnica’ e a rapidez na troca de informações, com a criação de mecanismos extremamente ágeis na comunicação interna, faziam do estamento burocrático estatal um formidável sistema de legitimação social. (...) Os burocratas procuravam usar um saber técnico, particularmente o jurídico e o administrativo, com base numa legislação elaborada por eles mesmos – um ‘discurso competente’ -, com o objetivo de legitimar a nova ordem política e social (Chauí, 1982). A nova ordem não ficaria mais sob os auspícios da política, pois o saber técnico e científico, portanto neutro, deveria tomar seu lugar. (...) Os discursos racionais e científicos, revestidos de toda uma eficácia técnica, elaboram variadas formas de conhecimento especializado nos mais diferentes campos da vida social. Esses discursos fundamentados na competência técnica começam a tomar corpo e forma nos anos 20, para invadirem todas as dimensões da sociedade nos anos 30.”¹²⁷

No balanço das atividades desenvolvidas pelo DASP, desde a sua criação em 1938¹²⁸, elaborado a pedido de Gustavo Capanema, para constar de uma obra destinada a fazer um painel das realizações do governo Vargas¹²⁹, encontramos a seguinte afirmação:

“Tomaram-se medidas seguras para a racionalização do serviço público, instituindo como órgão destinado a essa tarefa o Departamento Administrativo do Serviço Público, que leva para diante remodelação integral da administração pública de todo o país. Fez-se o reajustamento dos quadros e dos vencimentos do pessoal permanente, deu-se organização ao sistema do pessoal extra-numerário, regulou-se o sistema de seleção de pessoal, estudou-se a questão da especificação e padronização do material, organizou-se o regime de compras, estabeleceu-se normas para a organização de projetos dos edifícios públicos.”¹³⁰

O texto é claro ao afirmar que o DASP não representa a origem, mas uma nova etapa do esforço empreendido pelo governo federal de (re)organizar/remodelar a administração

¹²⁷ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 84-86.

¹²⁸ O texto, apesar de elaborado num período posterior ao que estamos analisando, constitui um importante relato dos objetivos do governo federal no que se refere a racionalização do serviço público no Brasil.

¹²⁹ De acordo com SCHWARTZMAN, Simon. (org.) (1982). *Opus cit.*, p. 3: “Nos primeiros anos das década de quarenta, o Ministro Capanema, da Educação e Saúde, assumiu a responsabilidade de produzir uma obra que desse uma visão aprofundada e de conjunto das realizações do governo Vargas a partir de 1930. Relatos parciais foram solicitados a todos os setores do governo, e os textos que chegavam iam sendo revistos, reescritos e organizados em capítulos. Apesar de muito avançada, foi uma obra que jamais chegou a ser publicada.”

¹³⁰ *Idem, ibidem*, p. 45.

pública brasileira. Encontramos desde o discurso aliancista uma preocupação com a (re)organização administrativa do Estado brasileiro. Contudo, o que antes eram colocadas como meras intenções de uma agremiação política, voltada para o convencimento dos eleitores e sucesso no pleito, agora deveriam se converter num plano de governo, a ser implementado, o qual só seria possível reformando-se o próprio Estado. Nesses termos, o novo Estado-nação a ser construído deveria ter por elemento identificador a nacionalidade afirmada durante a *revolução* e por elemento estruturador a (re)organização/racionalização da administração pública. Nesse aspecto, apresentava-se como fundamental a elaboração e a posterior consolidação das normas administrativas, no intuito de se (re)organizar administrativamente o Estado brasileiro.

Nesse quadro de (re)organização administrativa e de racionalização do serviço público, a necessidade de serem construídos edifícios-sedes das repartições públicas federais adquire especial relevância dado ser no local de trabalho que *os elementos pessoal e material se reúnem, no sentido que seja de produzir utilidades sociais*. Como salienta o balanço do DASP:

“Nos serviços públicos, o local do trabalho, em sua generalidade, é a repartição, a qual deve satisfazer às exigências impostas pela necessidade da eficiência e da defesa social. Esse problema não teve de um modo geral o devido cuidado nos governos passados.

Em 1930, os Ministérios, na sua quase totalidade, apresentavam o aspecto mais desolador, tanto do ponto de vista estético como do da higiene ou do conforto.

Na maioria deles, repartições e serviços sobravam e se desconjuntavam, espalhando-se por várias casas de propriedade federal ou de aluguel, estas últimas onerosíssimas para o erário e todas prejudiciais à saúde dos servidores.

Procurando dar ambiente adequado e decente às repartições públicas federais, o governo do presidente Vargas iniciou e executou trabalho realmente notável nesse sentido, e em período relativamente pequeno. Foram construídos prédios novos e confortáveis para os Ministérios da Viação, da Educação, da Guerra e da Fazenda; os da Agricultura e Relações Exteriores passaram por grandes reformas; fez-se para o Ministério da Justiça prédio novo, embora não definitivo; e se constrói o edifício do Ministério da Aeronáutica.

As características técnicas das novas construções ministeriais tem sido estudadas não só à luz dos princípios da ciência, como, também, atendendo aos requisitos da arte moderna, despidas de exageros ornamentais, porém imponentes pela grandeza e simplicidade das linhas arquitetônicas.”¹³¹

Salientamos que a compreensão da emergência da arquitetura *moderna*, de inspiração corbusiana, entre nós, enquanto um movimento arquitetônico posteriormente assumido pelo

¹³¹ SCHWARTZMAN, Simon. (org.) Estado Novo, um auto-retrato (arquivo Gustavo Capanema). Rio de Janeiro: UnB, Fundação Roberto Marinho, 1982, p.59.

Estado¹³², está diretamente relacionada à forma como o discurso de Lucio Costa e a prática dos primeiros arquitetos *modernos* dialogaram com o projeto varguista e responderam às questões elaboradas pela moderna máquina administrativa em construção no Brasil. Se num primeiro momento, não sentimos uma identificação do governo com o *moderno*, aos poucos esse grupo de arquitetos se afirmaria no panorama arquitetônico nacional, pela relevância das obras construídas e pela conquista de cargos e cátedras nas principais instituições de preservação (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atual IPHAN) e de ensino das artes (ENBA) no país. Ainda sem ter em vista o papel que desempenhariam no futuro, ainda que próximo, os arquitetos idealizadores do projeto do edifício-sede do MESP, que ora iniciava a sua construção, afirmou Gustavo Capanema ter sido o referido edifício elaborado com um duplo objetivo: fazer uma obra de arte e uma casa de trabalho. Tal como a indústria tinha por finalidade atender às necessidades da produção, um edifício ministerial deveria buscar a eficiência e rapidez nos serviços prestados, cabendo à arquitetura auxiliar nessa tarefa. Contudo, a arquitetura de papel coadjuvante passaria a principal durante o processo de construção, mas isso já é outra história.

Por uma *revolução* nas artes – o salão *revolucionário* de 1931

Logo ao assumir o MESP, Francisco Campos indicou novos diretores para as principais instituições dedicadas à educação e à difusão da cultura no país: Rodolfo Garcia (Ceará Mirim-RN, 1873 – Rio de Janeiro-RJ, 1949) para o Museu Histórico Nacional (em substituição a Gustavo Barroso), Luciano Gallet (Rio de Janeiro-RJ, 1893 – 1931) para o INM e Lucio Costa para a ENBA. Sobre a sua designação em 08 de dezembro de 1930, a partir da indicação feita por Rodrigo de Mello Franco de Andrade, para o cargo de diretor da prestigiada instituição, Costa afirmou anos mais tarde lembrando aqueles fatos, consagrados na historiografia:

“Com a revolução de 30, um dos primeiros atos do governo foi a nomeação de novos diretores na área da Educação e Cultura: a de Rodolfo Garcia para o Museu Histórico ou Biblioteca, a de Luciano Gallet para o Instituto de Música e a minha para as Belas Artes.

Colhido de surpresa, recebi em Correias um recado de Rodrigo M. F. de Andrade, que eu ainda não conhecia, pedindo o favor do meu comparecimento ao Ministério então instalado no edifício da Assembléia, na Praça Floriano.

¹³² No governo de Juscelino Kubitschek (1902 – 1976, presidente de 1956 a 1961), com a construção de Brasília.

Vi-me assim, da noite para o dia, diante da tarefa de (re)organizar o ensino das chamadas Belas-Artes no país.”¹³³

A historiografia da arquitetura se consolidou em torno dessa versão, cujas variações apenas ocorriam no que se refere ao responsável pela sugestão do nome de Lucio Costa a Francisco Campos: Rodrigo de Mello Franco¹³⁴ ou Manuel Bandeira¹³⁵. Pinheiro¹³⁶, contudo, questionou essa trama e, a partir de uma pesquisa realizada no Livro de Atas das Sessões da Congregação da Escola de Belas Artes (LASCEBA), afirmou ter a posse de Lucio Costa na direção da ENBA ocorrido em 13 de setembro de 1930¹³⁷, portanto, em data anterior ao movimento armado político-militar daquele ano.¹³⁸ Ao considerarmos a narrativa feita pela autora, a partir das fontes primárias, a versão dos fatos narrada reiteradamente por José Marianno Filho (engenheiro próximo à Recife-PE, 1881 – Rio de Janeiro-RJ, 1946), em artigos publicados em O Jornal, adquire novos contornos. Afirmou Marianno Filho sobre o episódio:

“Quando o ilustre Sr. Dr. Francisco Campos entregou inesperadamente a direção da EBA ao jovem arquiteto Lucio Costa, considerado até então o mais valoroso cadete da esquadra tradicionalista, eu exultei, sinceramente, com a escolha, considerando-a legítima

¹³³ COSTA, Lucio (1995), *Opus cit.*, p.16.

¹³⁴ COSTA, Lucio. Lucio Costa: sobre [sic] arquitetura; organizado por Alberto Xavier, coordenada por Ana Paula Canez – 2ª Ed. Porto Alegre: Uniritter Ed., 2007. Fac-sim. de: Lucio Costa: sobre [sic] arquitetura; organizado por Alberto Xavier. Porto Alegre: Centro de estudantes universitário de arquitetura, 1962, p.41.

¹³⁵ SANTOS, Paulo. Quatro séculos de arquitetura. Rio de Janeiro: IAB, 1981, p.103. KESSEL, Carlos. *Opus cit.*, 2002, p.191. Lucio Costa em carta endereçada a Le Corbusier, datada de 26 de junho de 1936, mencionou Manuel Bandeira como um dos responsáveis pela sugestão do seu nome para a direção da ENBA. LISSOVSKY & SÁ (1996). *Opus cit.*, p.93.

¹³⁶ PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Lucio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes. In: <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Maria%20Lucia%20Bressan%20Pinheiro.pdf> acessado em 03 de fevereiro de 2009.

¹³⁷ De acordo com Pinheiro a posse pode ser verificada no Livro de Atas das Sessões da Congregação da Escola de Belas Artes (LASCEBA), pp. 192-194.

¹³⁸ Para chegar a essa conclusão a autora partiu de um costume presente nas reuniões da Congregação da ENBA. Afirmou a autora: “Na ENBA, o registro de mudança de diretoria utilizado nas atas das reuniões da Congregação era bastante peculiar. Não se fazia na própria ata qualquer menção explícita do fato; apenas registrava-se a abertura da sessão com a presença do diretor cujo mandato acabava de expirar e, no final, constava a assinatura do novo diretor.” Nestes termos, na ata da reunião do dia 13 de setembro de 1930, a autora verificou a indicação da presença do antigo diretor, o escultor José Correia Lima (São João Marcos-RJ, 1878 - Rio de Janeiro-RJ, 1974), no início da sessão e, ao término da mesma, a assinatura do arquiteto Lucio Costa como novo diretor da ENBA.

vitória da causa que defendo. (...) Vendo-o na direção do velho Colégio de Arte, eu me considerava mais vitorioso, do que ele próprio, de tal modo confiava na sinceridade de suas convicções artísticas. Houve mesmo quem supusesse, nos meios artísticos, que a sua ascensão se teria dado por intervenção minha. Aproveito a oportunidade para dizer, nada fiz nesse sentido, não me cabendo, pois, a glória da indicação.”¹³⁹

Ou mesmo em:

“Porque – note-se bem – não foi por conta dos ideais que ele fervorosamente abraça, que se lhe abriram entre alvíssaras as portas do velho instituto de ensino artístico. O jovem chegou às portas da Escola, e bateu palmas, dizendo-se representante da corrente tradicionalista da arte nacional, através da qual ele se tornara conhecido. (...) Desde estudante, até o dia de seu empossamento no cargo de diretor da EBA, por intervenção do esteta Rudí Siqueira e de certo grupo de literatos futuristas, o jovem LC foi o mais destemido combatente da coluna tradicionalista. Assim, sua reputação profissional se fez exclusivamente à custa de seus trabalhos, nos quais se evidenciava de maneira iniludível a íntima convicção do artista. (...) Poucos meses antes de ser nomeado, ele me convidava especialmente para ver um projeto de habitação, em estilo hispano-americano, destinado a um cavalheiro estrangeiro. E eu lhe disse nesse momento: ‘Felizmente você não quer saber de caixas d’água’.”¹⁴⁰

Contudo, ainda que Lucio Costa tenha sido escolhido e empossado em data anterior a outubro de 1930, por indicação de José Marianno Filho, conforme salienta Pinheiro, a sua manutenção no cargo decorreu de uma decisão política de Francisco Campos, sob a orientação quer de Rodrigo de Mello Franco, quer de Manuel Bandeira, ou mesmo de ambos¹⁴¹. O fato de Lucio Costa não conhecer aqueles intelectuais, conforme alegara na ocasião, não excluía esses de conhecê-lo.¹⁴² Manuel Bandeira, em suas crônicas sobre a vida

¹³⁹ MARIANNO Filho, José. Escola Nacional de Arte Futurista, publicado em O Jornal, no dia 22 de julho de 1931, *Apud* PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Opus cit.*

¹⁴⁰ *Apud*: PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Opus cit.*

¹⁴¹ Sobre a amizade com Rodrigo Melo Franco de Andrade, Bandeira afirmou no artigo “O Aleijadinho”, publicado na revista Ilustração Brasileira, em julho de 1928: “Depois de Saint-Hilaire, só uma pessoa, ao que me consta, ocupou-se de tão extraordinário artista [Aleijadinho], dando-se ao trabalho de indagações e pesquisas de primeira mão sobre a sua vida e obra. Foi o publicista mineiro Rodrigo José Ferreira Bretãs, bisavô do meu querido amigo Rodrigo Melo Franco de Andrade.” (grifos nossos) *In*: BANDEIRA, Manuel (2006). *Opus cit.*, p.49.

¹⁴² Cumpre salientar que Lucio Costa escrevera o artigo “O Aleijadinho e a arquitetura tradicional” (*In*: COSTA, Lucio, 2007, p.13-16) para a edição especial de O Jornal, dedicada a Minas Gerais, em 1929. Coordenada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, a referida edição contara com a participação de Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Mario de Andrade, dentre outros. Cf. LEONÍDIO, Otávio (2007) *Opus cit.*, p.51. Destarte, acreditamos que, ao afirmar não conhecer aqueles intelectuais, Lucio Costa se referia ao fato de não os conhecer pessoalmente ...

artística na capital federal, em diversas ocasiões abordou o tema da arquitetura. Nesse sentido, em 04 de janeiro de 1930 publicou no jornal pernambucano *A província* a crônica *A moderna architectura brasileira*, na qual tanto elogiava o trabalho desenvolvido pelo seu *amigo* José Marianno Filho, na defesa de uma arquitetura genuinamente nacional, quanto tecia comentários favoráveis a Lucio Costa, enquanto discípulo daquele. Afirmou Bandeira:

“É preciso repetir a essa gente as palavras de Lucio Costa, um dos poucos arquitetos novos que sentem o passado arquitetônico da nossa terra: a nossa arquitetura é robusta, forte, maciça; a nossa arquitetura é de linhas calmas, tranqüilas; tudo nela é estável, severo, simples – nada pernóstico. É a esse caráter de simplicidade austera e robusta que devem visar os que pretendem retomar o fio da tradição brasileira na arquitetura.”¹⁴³

A partir das considerações feitas por Bandeira sobre Lucio Costa e da defesa do neocolonial empreendida por Mário de Andrade na década de 1920, constatamos que o nome daquele arquiteto era conhecido dos intelectuais modernistas brasileiros, o que o possibilitou ser indicado, ou permanecer, no cargo de diretor da ENBA após o movimento armado político-militar de 1930. Em ambos os casos, o discurso proferido por aquele arquiteto, logo após o seu pedido de exoneração do cargo¹⁴⁴, no dia 19 de setembro de 1931, adquire significado. Afirmou Costa:

“Nunca pretendi ser diretor da EBA. Não conhecia o ilustre Sr. Francisco Campos e o seu convite me surpreendeu.

Chamado pelo então diretor de gabinete, Dr. Rodrigo de M. F. de Andrade, que eu também não tinha o prazer de conhecer, tive a surpresa de saber da intenção do governo. Fiz ver a dificuldade de ser mudado o diretor sem se mudar radicalmente não só a organização, mas a própria orientação do ensino, tanto no curso de Arquitetura como nos de Pintura e Escultura. Declarou-nos então o Dr. Rodrigo de Mello Franco ser essa justamente a intenção do governo, razão pela qual me havia chamado e, mais, que eu teria absoluto apoio do Ministério.”¹⁴⁵

Assim, apesar de não conhecer o ministro e o seu chefe de gabinete, Lucio Costa ao longo da sua carreira como arquiteto, primeiro como discípulo do José Marianno Filho (principal defensor do neocolonial no Brasil) e depois como questionador dos princípios do próprio movimento neocolonial, estabeleceu relações com inúmeros intelectuais *modernistas*,

¹⁴³ BANDEIRA, Manuel. *Crônicas da província do Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.85 (1ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937).

¹⁴⁴ O Jornal, 12 de setembro de 1931, p.4: “A direção da Escola de Belas Artes.”

¹⁴⁵ COSTA, Lucio (2007). *Opus cit.*, p. 41.

os quais seriam fundamentais na posterior defesa dos princípios de uma arquitetura *moderna* brasileira, de inspiração corbusiana.

O neocolonial, movimento arquitetônico que pregava a preservação e a valorização do nosso passado colonial como meio de se atingir uma arquitetura genuinamente brasileira, teve como marco inaugural, de acordo com a historiografia da arquitetura, a conferência *A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo* proferida pelo arquiteto português Ricardo Severo em 20 de julho de 1914, na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo. Nessa cidade, o movimento contou com a participação, dentre outros, dos arquitetos Georg Przyrembel (Alta-Silésia-Polônia, 1885 – 1956) e Victor Dubugras (Sarthe, França 1868 – Teresópolis RJ, 1933)¹⁴⁶ e foi saudada por intelectuais, tais como Monteiro Lobato e Mário de Andrade. Enquanto o primeiro afirmou tratar-se de uma expressão autêntica e *moderna* para a verdadeira arquitetura brasileira¹⁴⁷, o segundo, em plena semana de arte moderna de 1922¹⁴⁸, proclamou exaltando o pioneirismo de São Paulo:

“As artes florescem sempre nas terras que apresentam um apogeu de progresso e de civilização. As terras inertes e decadentes não podem apresentar tais paroxismos. São Paulo toma pois também nas artes a dianteira arrogante que lhe cabe. A hegemonia artística da corte não existe mais no comércio como no futebol, na riqueza como nas artes São Paulo caminha na frente. (...) Quem primeiro manifestou a idéia *moderna e brasileira* na arquitetura ? São Paulo com o estilo colonial.”¹⁴⁹ (grifos nossos)

Como ressalta Kessel, *neocolonial, neste momento [em São Paulo], não é somente nacional e moderno: representa a vanguarda da arquitetura brasileira.*¹⁵⁰ Em contraponto

¹⁴⁶ De acordo com Kessel: “A arquitetura neocolonial, em São Paulo, começava assim a se afirmar como um produto cultural erudito, gestado, discutido e consumido num circuito cultural e institucional bem definido: o Liceu de Artes e Ofícios, o Escritório Técnico Ramos de Azevedo, a Revista do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Geograficamente, a produção construída se resume a residências que se distribuem pelos bairros *chics* da capital e pelos balneários do litoral.” KESSEL, Carlos. *Arquitetura Neocolonial no Brasil – entre o passado e a modernidade*. Rio de Janeiro, Jauá, 2002, p.94.

¹⁴⁷ No artigo intitulado “A questão do estilo”, publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 25 de janeiro de 1925. De acordo com KESSEL, Carlos. *Opus cit.*, p.93.

¹⁴⁸ Na seção de arquitetura da Semana de Arte Moderna, realizada entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, figuraram dois arquitetos, o polonês Georg Przyrembel, com a arquitetura neocolonial, e o espanhol Antonio Moya, com arquitetura dotada de motivos geometrizarantes.

¹⁴⁹ *Apud* KESSEL, Carlos. *Opus cit.*, p.116.

¹⁵⁰ KESSEL, Carlos. *Opus cit.*, p.116.

aos estilos históricos importados da Europa, o neocolonial surgiu como a afirmação da nossa nacionalidade e expressão da *modernidade* no Brasil. Foram realizados neste estilo, a partir de uma encomenda de Washington Luís, então presidente do estado de São Paulo, ao arquiteto Victor Dubugras, os seis monumentos comemorativos ao centenário da independência no Caminho do Mar e a reurbanização do Largo da Memória em São Paulo. Tais obras estavam inseridas claramente na proclamação feita por Mário de Andrade, por ocasião da semana de arte moderna de 1922: tratava-se de mostrar a pujança e a modernidade do estado que mais crescia no país.

A associação entre o neocolonial e a defesa intransigente de um tradicionalismo passadista na arquitetura brasileira apenas ocorreria anos mais tarde, pela polêmica travada entre José Marianno Filho e Lucio Costa, na qual esse último saiu vitorioso. Contudo, nos anos 1920, tal como ocorrera na cidade de São Paulo, o neocolonial assumiu na capital federal o caráter de arquitetura oficial e nacional do Estado brasileiro. Nele foram construídos os pavilhões do Brasil na feiras internacionais¹⁵¹, os monumentos comemorativos e as novas escolas inauguradas no Distrito Federal¹⁵². A consagração na capital federal do movimento iniciado em São Paulo coube a José Marianno Filho, responsável tanto pela difusão quanto pela reflexão teórica sobre o que seria uma arquitetura genuinamente nacional. Em seu pensamento, à arquitetura tradicional brasileira não bastava a simples utilização de elementos extraídos de uma idealizada arquitetura colonial, mas a compreensão tanto das determinantes mesológicas que determinaram aquela¹⁵³, quanto da harmonia das suas proporções. Assim, sua crítica ao nome dado ao movimento arquitetônico foi voltada à defesa da *arquitetura*

¹⁵¹ No concurso para o pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Philadelphia, em 1925 a adoção do ‘estilo colonial’ pelos concorrentes foi uma condição obrigatória aos participantes. Ver. KESSEL, Carlos. *Opus cit.*, p.136.

¹⁵² Com Fernando de Azevedo à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública (1926-1930, durante o governo de Washington Luís) o neocolonial, de acordo o pensamento de José Marianno Filho, foi adotado o estilo arquitetônico a ser seguido nos novos edifícios escolares. KESSEL, Carlos. *Opus cit.*, p.169-170.

¹⁵³ Nas palavras de José Marianno Filho: “Arquitetura não é fachada (...) é a sua profunda e absoluta adaptação às condições sociais da raça, e às exigências do meio físico em cujo cenário ela se formou. (...) A arquitetura brasileira do período colonial representa, é certo, uma fase, um momento de nossa evolução artística. Mas esse momento passou (...) O momento atual, a que chamei ‘neo-colonial’, tem um outro programa a realizar.” *Apud* KESSEL, Carlos. *Opus cit.*, p.155.

tradicional brasileira ou *arquitetura nacional brasileira*¹⁵⁴. Em artigo intitulado *A architectura brasileira não é colonial* afirmou:

“É verdadeiramente uma desolação para mim, que estou todo dia repetindo que o *stylo* brasileiro não faz questão de ser bonito, ver que os profissionaes preferem fazer divagações poéticas, ao invés de considerar a questão arquitetônica na sua realidade. Preciso dizer mais uma vez que nós, tradicionalistas, que nos empenhamos em restituir ao Brasil a sua própria arquitetura extraviada, não nos preocupamos de modo algum com a sua aparência decorativa.

Decoração, ornamentação, telhinha revirada, painéisinhos de azulejos mettidos impertinente a um canto da fachada, são práticas que reputamos condenáveis e mesmo prejudiciais á decência do *stylo*. Quem quer casa bonita, quem se coloca no ponto de vista leviano dos poetas futuristas, não procure o *stylo* brasileiro. Elle não deve dar mais do que, de facto, possui.”¹⁵⁵



Figura 2 – Residência particular de José Marianno Filho – o Solar de Monjope. Obra construída, no Rio de Janeiro-RJ, a partir das concepções arquitetônicas defendidas pelo esteta pernambucano.

Fonte: COSTA, Angyone. *Opus cit.*, p.292 e 195

Dentre seus colaboradores diretos, tivemos os principais arquitetos brasileiros formados na ENBA nas décadas de 1910 e 1920: Nereu Sampaio, Nestor de Figueiredo,

¹⁵⁴ Angyone Costa afirmou sobre José Marianno e o estilo arquitetônico por ele defendido: “O sr. José Marianno, com o seu *estylo* nervoso e tropical, no qual se sente um temperamento exuberante de vida, com exacta e fascinante compreensão das cousas, vendo o mundo, como Ruskin, pelo *phenomeno* cósmico, imperativo, da beleza, define numa admiravel *synthese* aas idéas, até então confusas e baralhadas, correntes sobre o *néo-colonial*, ou *estylo* tradicionalista brasileiro, ou ainda *estylo* José Marianno, assentando, em definitivo, os canones da *architecture* nacional.” COSTA, Angyone (1926). *Opus cit.*, p.291.

¹⁵⁵ MARIANNO FILHO, José. A *architecture* brasileira não é colonial. In: O Jornal, 06 de novembro de 1929, p.2.

Ângelo Bruhns, e Lucio Costa. No campo literário, por sua vez, Manuel Bandeira, em defesa do esteta, mostrou-nos, na crônica supracitada, o esforço de José Marianno Filho que *anda agora com um trabalho danado para mostrar que nada disso é casa brasileira, que não basta azulejo e telha curva para fazer arquitetura brasileira, que os profiteurs da moda (porque hoje é moda ter o seu ‘bangalô colonial’) sacrificaram inteiramente o espírito arquitetônico da renovação a exterioridades bonitinhas*.¹⁵⁶ Ora, de acordo com esteta, com o aval de Bandeira, o que no início fora pregado como um movimento em defesa de um *estilo arquitetônico brasileiro*, mostrara-se na prática de inúmeros arquitetos egressos da ENBA, mais um estilo colocado à disposição do cliente. Como afirmara em mais de uma ocasião: *Quem quer casa bonita, quem se coloca no ponto de vista leviano dos poetas futuristas, não procure o stylo brasileiro*. Aliás, verificamos durante o mês de novembro de 1929, uma dedicação especial de Marianno em sua defesa da tradição arquitetônica brasileira. Aproximava-se a visita de Le Corbusier ao Brasil, e o esteta Marianno buscava não perder as conquistas que obtivera ao longo da década de 1920. A defesa das idéias corbusianas em São Paulo, empreendida por Warchavchik¹⁵⁷, começara a ganhar adeptos e gerar incertezas em alguns intelectuais defensores do neocolonial.

Em 1928, Warchavchik não apenas inaugurou a sua residência localizada na rua Santa Cruz, em São Paulo, como também publicou, no Correio Paulistano, entre os dias 29 de agosto e 16 de dezembro, a série de dez artigos denominada *Arquitetura do século XX*, na qual apresentava a um público leitor mais amplo às suas filiações e concepções arquitetônicas.

¹⁵⁶ BANDEIRA, Manuel (2006). *Opus cit.* p.84.

¹⁵⁷ Em 1925, no manifesto “Acerca da Arquitetura Moderna” Warchavchik afirmou sobre a relação *moderno – nacional*: “Para que a nossa arquitetura tenha seu cunho original, como o têm as nossas máquinas, o arquiteto moderno deve não somente deixar de copiar os velhos estilos, como também deixar de pensar no estilo. O caráter da nossa arquitetura, como o das outras artes, não pode ser propriamente um estilo para nós, os contemporâneos, mas sim para as gerações que nos sucederão. A nossa arquitetura deve ser apenas racional, deve basear-se apenas na lógica, e esta lógica devemos opô-la aos que estão procurando por força imitar na construção algum estilo. (...) O arquiteto moderno deve amar sua época, com todas as suas grandes manifestações do espírito humano, como a arte do pintor moderno ou poeta moderno deve conhecer a vida de todas as camadas da sociedade.” Artigo publicado em italiano com o título “Futurismo” no jornal *Il Piccolo*, em 14 de junho de 1925 e republicado no mesmo ano com o título “Acerca da Arquitetura Moderna”, no *Correio da Manhã*, em 01 de novembro de 1925. In: WARCHAVCHIK, Gregori. *Arquitetura do século XX e outros escritos*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.36-37.

A casa modernista da rua Santa Cruz, por sua vez, provocou a reação favorável de inúmeros intelectuais brasileiros, dentre os quais Anísio Teixeira que, em entrevista ao jornal A Tarde da Bahia, republicada no periódico paulistano Correio Paulistano em 30 de novembro de 1929, afirmou:

“Warchavchik é russo e nunca tive uma impressão mais forte da casa brasileira – que eu entendo com o meu espírito moderno e livre de filho da América – como quando visitei a sua residência de linhas fortes e claras, construída toda de cimento, ferro e vidro, dentro de uma moldura de gigantescos cactos nacionais. A obra era brasileira porque era um consórcio inteligente entre o espírito do homem e as características da Terra.”¹⁵⁸

Mario de Andrade, no entanto, ainda não se convencera de qual seria a melhor resposta para as questões do *moderno* e do *nacional* na arquitetura brasileira. Em 21 de novembro de 1929, por ocasião da visita de Le Corbusier à São Paulo, o escritor afirmou em sua coluna no Diário Nacional:

“Sem dúvida, a presença de Le Corbusier na América do Sul nos honra, sendo ele um nome universalmente importante como é, mas as razões que o trouxeram aqui me fizeram mais triste do que qualquer coisa. Le Corbusier respondeu a um convite de Buenos Aires para dar conferências e, passando por São Paulo, dará outra aqui. É até possível que suas palestras estimulem adesões à arquitetura moderna, mas mais do que a esperança em benefícios futuros, estou pensando sobre este luxo, esta virtuosidade contemporânea de pensamento, que nos faz preferir discussões no lugar de ações. Os Portenhos, que estão entre os mais verdadeiros conquistadores da idade moderna, chamaram da culta Europa outra personalidade enormemente importante, para fazê-los pensar e refletir sobre o lazer junto com os negócios de gado e trigo. Nossa América é maravilhosa, sem dúvida. Mas é também desprezível. Mesmo no modo paciente com que repete os fenômenos desprezíveis da história. Os Gregos cantando em Roma... Os Tupinambás nas festividades de Rouen... Tudo Aídas para muitos outros Verdis.”¹⁵⁹

Frente a esse acontecimento, ameaçador das vitórias obtidas, uma nova batalha foi empreendida por Marianno: dentre os *modernos* arquitetos brasileiros, surgiu um que redefiniu o que era ser *moderno*. Para Warchavchik o moderno arquiteto devia *estudar os antigos não com o fito de imitá-los, mas com o de desenvolver sua capacidade estética no sentido do equilíbrio e das medidas*. Dessa concepção, sua afirmação: *nossos maiores pouco*

¹⁵⁸ Apud: FERRAZ, Geraldo (1965). Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil. São Paulo: MASP, 1965, p.56.

¹⁵⁹ Apud BARDI, Pietro (1984). *Opus cit.*, p. 46.

se preocupavam em inventar estilos; seguiam apenas as necessidades ‘do seu tempo’.¹⁶⁰ Com as primeiras obras construídas, as idéias anteriormente defendidas pelo arquiteto russo adquiriam defensores, antes engajados na defesa do neocolonial. Assim, de forma a distinguir a arquitetura genuinamente brasileira, das concepções *futuristas*¹⁶¹ defendidas por Warchavchik, Marianno afirmou:

“A architectura deve revelar a tua nacionalidade, e o próprio character de tua raça.
O stylo que teus avós conformaram, é simples, generoso e forte. Essas são as verdadeiras qualidades de teu proprio character.
Não te compete alterar, ou modificar, os valores de tua historia patria.
Cumpre-te aceital-os com orgulho, e defendel-os com amor. (...)
A adaptação do velho stylo architectonico que recebeste de teus avós, ás tuas necessidades atuaes, significa simplesmente evolução. Em architectura não há criação, nem improvisação. Os stylos não possuem fronteiras. Eles servem as civilizações, acompanhando-lhes o rythmo eterno.”¹⁶²

Em plena luta no campo arquitetônico, agora frente a um grupo de *modernos* arquitetos, seguidores das idéias defendidas no Primeiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), ocorrido em La Sarraz – Suíça¹⁶³, em junho de 1928, a vitória do movimento armado político-militar de 1930, trouxe, com a indicação, ou mesmo a confirmação, do nome de Lucio Costa para a direção da ENBA, alento às idéias defendidas

¹⁶⁰ Terra Roxa e Outras Terras, São Paulo, 17 de setembro de 1926, In: WARCHAVCHIK, Gregori (2006). *Opus cit.*, p.44.

¹⁶¹ *Futurista* foi o modo pelo qual Warchavchik denominou os defensores dos novos princípios arquitetônicos por ele defendidos, em contraponto com os *passadistas*, isto é, aqueles que “transcorrem a vida toda a adotar figuras e coisas que passaram.” Artigo “Arquitetura do século XX (IV – Passadistas e futuristas)”, publicada no Correio Paulistano, São Paulo, 23 de setembro de 1928, In: WARCHAVCHIK, Gregori. *Arquitetura do século XX e outros escritos*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 89-96.

¹⁶² MARIANNO FILHO, José. Reflexões sobre a architectura. In: O Jornal, 10 de novembro de 1929.

¹⁶³ As concepções sobre a arquitetura moderna defendidas pelos arquitetos de diversos países reunidos em 1928, no castelo de La Sarraz, na Suíça, foram expostas ao público brasileiro por Gregori Warchavchik no artigo “Arquitetura do século XX (V – Um Congresso que marcou época na história da arte)” publicado no Correio Paulistano, no dia 09 de outubro de 1928. Apesar dessa divulgação pioneira no Brasil, em 1934, o arquiteto alemão, naturalizado brasileiro, Alexandre Altberg (Berlim, 1908) afirmaria em artigo publicado seis anos mais tarde na RDE-PDF: “são ainda pouco conhecidos entre nós os directores da vanguarda arquitetônica, embora seja do conhecimento de todos a transformação radical que se vem operando na arte de construir, ninguém sabe a quem atribuir sua direcção e seu controle. Por isso achamos de grande interesse a publicação que segue coma reveação dos principios que originaram esta reforma e seus principais autores.” In: RDE-PDF, ano III, número 13, novembro de 1934, p.142.

por Marianno. Tratava-se de um dos seus principais discípulos que, ao assumir a direção da mais influente instituição dedicada ao ensino das artes no Brasil, poderia finalizar a reforma curricular por ele pretendida anos antes, durante sua curta permanência naquele cargo.¹⁶⁴

Uma vez à frente da ENBA, graças à vitória obtida por um grupo de *revolucionários* que buscavam instrumentos para legitimar o novo Estado brasileiro a ser (re)contruído, cômico da responsabilidade de estar à frente da principal instituição de ensino das artes e arquitetura no Brasil¹⁶⁵, Lucio Costa dedicou-se à renovação do ensino, em especial o da arquitetura¹⁶⁶, ministrado naquela instituição. Contudo, não o fez de acordo com o que previra José Marianno Filho. O arquiteto, antecipando em muitos pontos o que afirmaria anos mais tarde em *Razões da Nova Arquitetura*¹⁶⁷, afirmou em uma entrevista concedida a Gérson Pompeu Pinheiro, publicada n'O Globo de 29 de dezembro de 1930, sob o título *O novo director da Escola de Bellas Artes e as diretrizes de uma reforma: um programa em breve entrevista com o architecto Lucio Costa. O estylo 'colonial' e o 'salon'*:

“Acho que o curso de arquitetura necessita uma transformação radical. Não só o curso em si, mas os programas das respectivas cadeiras e principalmente a orientação geral do ensino. A atual é absolutamente falha. A divergência entre a arquitetura e a estrutura, a construção propriamente dita, tem tomado proporções simplesmente alarmantes. Em todas as

¹⁶⁴ José Marianno Filho, durante a sua permanência à frente da ENBA, de 17 de junho de 1926 (em substituição ao pintor Baptista da Costa, recentemente falecido) até junho de 1927 (ocasião em que o escultor José Correia Lima assumiu a direção da escola), esboçara uma reforma do ensino ministrado naquela instituição. Suas propostas visavam sobretudo o curso de arquitetura: ‘propõe o desmembramento da cadeira de História de Belas Artes e a criação das cadeiras de Estatuária, História da Arte Brasileira, Física Experimental, Urbanologia e Composição Decorativa.’ Após enfrentar grande resistência tanto da Congregação de professores da ENBA quanto do corpo discente, que preferia a indicação do professor Archimedes Memória, foi afastado do cargo. Ver. KESSEL, Carlos (2002). *Opus cit.*, p.158-160.

O livro *A inquietação das abelhas* de Angyone Costa, publicado em 1927 a partir das entrevistas realizadas pelo autor durante o ano anterior, reflete a atmosfera conturbada da ENBA naqueles anos.

¹⁶⁵ Na qual se formou em 1922 (COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p. 15)

¹⁶⁶ No início dos anos 1930, não havia escolas destinadas especificamente ao ensino da arquitetura no Brasil. Os profissionais dessa área ou eram formados pelas escolas de belas artes ou pelas de engenharia existentes no país. Iniciativa pioneira, no ensino da arquitetura, coube ao grupo de intelectuais mineiros articulados em torno do arquiteto mineiro Luiz Signorelli que, em 05 de agosto de 1930 fundou a Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, cujo ensino estava desvinculado das belas artes e da engenharia.

¹⁶⁷ Revista da directoria de engenharia – Prefeitura do Distrito Federal (RDE-PDF), volume III, número 1, janeiro de 1936, p. 3-9.

grandes épocas as formas estéticas e estruturais se identificaram. *Nos verdadeiros estilos, arquitetura e construção coincidem. E quanto mais perfeita a coincidência, mais puro o estilo. O Parthenon, Reims, Santa Sofia, tudo construção, tudo honesto, as colunas suportam, os arcos trabalham. Nada mente. Nós fazemos exatamente o contrário – se a estrutura pode cinco, a arquitetura pede cinqüenta.* (...) Fazemos cenografia, ‘estilo’, arqueologia, fazemos casas espanholas de terceira mão, miniaturas de castelos medievais, falsos coloniais, tudo, menos arquitetura.

A reforma visará aparelhar a escola de um ensino técnico-científico tanto quanto possível perfeito, e orientar o ensino artístico no sentido de uma perfeita harmonia com a construção. Os clássicos serão estudados como disciplina; os estilos históricos como orientação crítica e não para aplicação direta.

Acho indispensável que os nossos arquitetos deixem a escola conhecendo perfeitamente a nossa arquitetura da época colonial – não com o intuito da transposição ridícula dos seus motivos, não de mandar fazer falsos móveis de jacarandá – os verdadeiros são lindos –, mas de aprender as boas lições que ela nos dá de simplicidade, perfeita adaptação ao meio e à função, e conseqüente beleza.”¹⁶⁸

Assim, com o intuito de renovar o ensino da arquitetura, dotando-o de um caráter técnico-científico, distanciado da tradição defendida na Academia, Lucio Costa contratou dois novos professores: os arquitetos Gregori Warchavchik e Alexander Buddeus¹⁶⁹, ambos estrangeiros, sendo o primeiro russo e o segundo alemão. Para o ensino da pintura, foi chamado o pintor alemão Léo Putz (1869-1940), e para o da escultura, o escultor brasileiro Celso Antônio (Caxias-MA, 1896 – Rio de Janeiro-RJ, 1984).

Além da reforma no ensino, posteriormente abortada em virtude da reação contrária empreendida pela Congregação da ENBA, a sua principal e duradoura iniciativa à frente da ENBA ocorreu por meio da organização do Salão Oficial da XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes realizada em setembro de 1931, o denominado, pela imprensa: *salão revolucionário*. Num momento em que a *revolução* política fora vitoriosa, nas artes plásticas e na arquitetura esboçava-se outra *revolução*, agora de caráter artístico. O salão de 31 sob a direção de Lucio Costa, agora também considerado um *revolucionário*, trouxe a idéia da *revolução* para o campo das artes. Cumpre-nos salientar que integravam a comissão organizadora do referido salão: Manuel Bandeira, Anita Malfatti (São Paulo-SP, 1889 – 1964), Celso Antonio e Portinari (Brodowski-SP, 1903 – Rio de Janeiro-RJ, 1962), os dois primeiros intelectuais participantes da Semana da Arte *Moderna* de 1922, em São Paulo.

¹⁶⁸ COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p. 68. Matéria reproduzida em VIEIRA, Lúcia Gouvêa. *Opus cit.*, p.108.

¹⁶⁹ Em contraste com o pensamento de José Marianno Filho, Alexander Buddeus defendia a seguinte idéia: “O modernismo *não é* uma evolução do tradicional, isto é, dos valores artísticos do passado, mas uma criação integral do nosso tempo. A orientação modernista é construtiva, social e econômica, ao passo que a orientação tradicional era artística, decorativa, simbólica.” *Apud*: SANTOS, Paulo (1981). *Opus cit.*, p.98. De acordo com

Destarte, ao passo que a Semana de Arte *Moderna* sensibilizara uma pequena fração da burguesia paulistana nos anos 1920¹⁷⁰ agora teríamos a realização de uma mostra nacional de artes no seio da instituição – a ENBA – responsável pelos destinos artísticos do país. Com um objetivo mais amplo do que o paulista o Salão Oficial da XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes estava inserido num projeto de reformulação do ensino artístico no país, o qual contava, a princípio, com o apoio de um governo *revolucionário*. Propunha-se (re)criar as artes no Brasil, resgatando os elementos identificadores da nossa nacionalidade perdidos após mais de um século de influência francesa, através das *beaux-arts*. Esse caráter *subversivo* da exposição foi salientada na imprensa.¹⁷¹ Em O Jornal, do dia 02 de setembro de 1931, foi noticiado a abertura do referido salão, nestes termos:

“Revestiu-se de excepcional brilhantismo a inauguração hontem, do Salão Oficial da XXXVIII Exposição Geral de Belas-Artes.

Ao contrário do que se esperava, não compareceu o Chefe do Governo Provisório, apesar de até a ultima hora assegurar-se que o Sr. Getulio Vargas iria levar, com sua presença, estímulo aos artistas patrícios admitidos ao salão, como mais uma prova da hora revolucionaria que estamos vivendo.

Este caracter, por assim dizer subversivo, foi, de facto a nota dominante na Exposição.

Os novos, outrôra dela banidos pelo juri academico da Escola de Belas Artes, procuraram desta vez obter sua ‘revanche’. O salão é deles. Justamente por isso, no mesmo não figura, evitando confrontos delicados, nenhum dos professores desses moços, sahidos muitos delles ha pouco dos bancos academicos. (...)

A iniciativa de abrir o salão a todos os artistas foi, porém, das mais felizes. Veiu permitir exacto conhecimento de todos os valores e da falta de valores também, existentes em diversas manifestações artísticas no Brasil. (...)

Seja como fôr, á parte essas pequenas restrições, a idéa foi magnifica. Devemos o curioso e originalíssimo salão deste ano ao espirito moderno dos srs. Lucio Costa, Candido Portinari, Celso Antonio, Manuel Bandeira e sra. Anita Mafaldi [sic] e isto basta para absolver-os dessas pequenas falhas.”¹⁷²

Apesar da surpresa expressada pelo jornal, diante da não participação de Vargas, salientamos que, em setembro de 1931, em plena crise política envolvendo os ministros

¹⁷⁰ Tal como ocorrera com a arquitetura neocolonial em São Paulo, durante os anos 1920.

¹⁷¹ A passagem de Lucio Costa à frente da ENBA foi amplamente coberta pela grande imprensa da época. São inúmeros os artigos referentes tanto à reforma do ensino, quanto à organização e à inauguração do Salão Oficial da XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes da ENBA. Esses acontecimentos fizeram, por outro lado, que fossem publicados um grande número de artigos referentes ao estágio das artes plásticas e da arquitetura no Brasil dos anos 1930, bem como a discussão do *moderno* e do *nacional* frente a uma *revolução vitoriosa*.

¹⁷² Artigo intitulado “Bélas-Artes – A XXXVIII Exposição Geral”, *In*: O Jornal, 02 de setembro de 1931, p.3.

Osvaldo Aranha e Francisco Campos em torno do controle do poder estadual mineiro¹⁷³, não havia condições políticas para presença do presidente da República na abertura de um salão que, antes de ser aberto, já provocava um grande debate na capital federal. Francisco Campos fora exonerado do cargo de ministro do MESP, em 01 de setembro, e substituído, em caráter interino, por Belisário Pena (médico mineiro, então diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, Barbacena-MG, 1868 – Rio de Janeiro-RJ, 1939). Contudo, a sua ausência, conforme sublinhado no texto, não retirava do salão o caráter *subversivo* da sua concepção.

Não compareceu Vargas, porém, recebeu a visita de eminentes *revolucionários de 30*. Em 11 de setembro de 1931, o mesmo jornal destacou a visita de Miguel Costa (Buenos Aires-Argentina, naturalizado brasileiro, 1874 – São Paulo-SP, 1959) ao *salão revolucionário*, nos seguintes termos:

“A revolução invadiu todas as esferas. (...) Os mais extremados chegam ao exagero de falar, na sua censura a esse ambiente revolucionário, nos salões ilustres da Escola, em uma invasão de bárbaros.

Mas os trabalhos lá estão e ainda ontem foram contemplados por um dos ‘leaders’ do movimento vermelhamente subversivo, soldado da revolução autêntica, que houve cá fora e permitiu aquela outra dentro da Escola Nacional de Belas Artes. (...) Começada cá fora, a revolução acabou dentro da Escola. Para um salão de revolucionários, há necessidade de críticos revolucionários, como o general Miguel Costa, capazes de compreendê-los.”¹⁷⁴

Apesar da ironia presente na notícia sobre a visita de Miguel Costa ao salão, ficou explícito, naquele momento, que as *revoluções* ocorriam não apenas na sociedade civil, mas também nas manifestações artísticas onde o *novo* – associado à *modernidade* e ao *progresso* – tinha que se impor a partir de uma luta intelectual. Lucio Costa, nesse contexto, tornou-se tão *revolucionário* quanto os articuladores do movimento armado político-militar de 1930. Ao assumir a direção da ENBA, promover a renovação do seu ensino, e trazer a arte *moderna*

¹⁷³ Em seu diário, no início de setembro de 1931, escreveu Vargas: “Exonero Francisco Campos do Ministério da Educação, e faço sentir a Mario Brant que deve solicitar demissão de presidente do Banco do Brasil. Isto também acarreta a renúncia do diretor Afonso Pena. *A manobra dos mineiros, procurando envolver-me em suas complicações políticas, dá esse resultado*. Qual será o desfecho?” VARGAS, Getúlio (1995). *Opus cit.*, vol. I, p.71.

De acordo com artigo escrito por Assis Chateaubriand, criticando a decisão tomada por Vargas: “A revolução vitoriosa parece desejar afastar-se de Minas, quando foi a autoridade conservadora mineira que tornou possível o triunfo fulminante do movimento de outubro.” *In*: O Jornal, “A saída do Sr. Francisco Campos”, dia 03 de setembro de 1931, p.2.

¹⁷⁴ O Jornal, 11 de setembro de 1931, p.3.

para dentro da Academia, ele passou a ser associado à *modernização* das artes no Brasil, sendo deixado de lado, e posteriormente esquecido / silenciado, seu papel enquanto fiel colaborador de José Marianno Filho na defesa do movimento neocolonial.

Baluartes da tradição, em cujas cátedras encontrávamos os principais arquitetos e artistas plásticos acadêmicos do período, a Academia seria submetida a uma profunda reforma, pelas mãos de Lucio Costa, da qual não sairia incólume. O neocolonial, no início associado à afirmação de nossa nacionalidade, modernidade e vanguarda, passou à condição de movimento tradicionalista de caráter passadista, a tudo o que devia ser superado em nome da defesa de uma arquitetura representativa do novo Estado a ser construído. Assim, agora em defesa de Lucio Costa e da realização do salão de 1931, Manuel Bandeira afirmou, em 15 de agosto de 1931, na crônica *O salão de 1931*, publicada no Diário Nacional:

“Como profissional Lucio Costa, mal saído da Escola, essa mesma escola que hoje dirige, deixou-se seduzir pela ternura das velhas casas brasileiras, e entrou a fazer, como o senhor Ricardo Severo, em São Paulo, iniciador e principal propulsor da estética neocolonial, arquitetura nacionalista. Mas o arquiteto Lucio Costa nasceu poeta. Em geral se pensa que poeta é um sujeito, que vive no mundo da lua e quando vê flor, estrela e virgem casta cai em transe. Ora, é difícil convencer a geral que poeta não é nada disso e é antes o contrário disso: um homem que no domínio das relações artísticas tem o senso profundo das realidades. No caso que nos ocupa o mundo da lua, a flor, a virgem casta é o neocolonial. Naturalmente Lucio Costa namorou a virgem casta (há uma idade pra tudo), mas o senso das realidades levou a melhor, como devia, pois do outro lado estava a vida de verdade com o cliente encomendando a casa da trinta contos (com garagem) para o terreno de oito metros por quinze na avenida Atlântica ou o prédio de apartamentos (todos os quartos com banho) para uma renda mensal de 25 contos etc. etc. O pastiche a que fatalmente tinha que levar a adaptação de um sistema de construção a uma época de costumes, recursos e necessidades diferentes, acabou enjoando todo mundo. Depois é sabido que o neocolonial dá azar.”¹⁷⁵

Algo ocorrera entre janeiro de 1930, quando Bandeira elogiou José Marianno Filho pelo esforço empreendido para depurar a arquitetura tradicional brasileira, e agosto de 1931, momento no qual o poeta pernambucano associou o neocolonial ao pastiche em arquitetura. Conforme salientamos acima, dentre os acontecimentos que influenciaram, no final da década de 1920, a mudança de opinião de diversos intelectuais *modernistas* (dentre os quais Manuel Bandeira) que associavam o movimento neocolonial às vanguardas estéticas, destacamos: a inauguração em 1928 da casa modernista em São Paulo, a partir do projeto de Gregori Warchavchik e a vinda de Le Corbusier ao Brasil no ano seguinte. No ano de 1930, por sua

¹⁷⁵ Crônica intitulada “O salão de 1931”, publicada no Diário Nacional, edição do dia 15 de agosto de 1931, *In*: BANDEIRA, Manuel. Crônicas inéditas I – 1920 – 1931. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 396-397.

vez, antes do movimento armado que pôs fim à primeira república, tivemos o início da construção da casa *modernista* no Rio de Janeiro, a qual seria inaugurada às vésperas do primeiro aniversário da *revolução*.

A partir desses anos, os artistas questionadores dos postulados acadêmicos institucionalizados pela ENBA e pelo INM passaram também a ser vistos, por grande parte da população, como *revolucionários* e outra *revolução*, agora político-cultural, se iniciou. A transformação, no início dos anos 1930, mostrou-se, a princípio, rápida e o *modernismo*, dito *revolucionário*, logo conseguiu assumir os postos de comando da tradicional instituição. Como salientou Vieira, num dos primeiros trabalhos dedicados ao resgate da memória do salão de 1931, de forma a questionar os marcos temporais e espaciais referentes à gênese do *moderno* no Brasil:

“O modernismo paulista, as insatisfações internas da Escola Nacional de Belas Artes e as modificações institucionais do sistema educacional brasileiro transformam o salão de 1931 na expressão do núcleo gerador da arte moderna em nível nacional.

O poder do Estado está diretamente relacionado à normalização do saber artístico, e dentro desse contexto acontece o salão de 1931 cuja produção artística exposta proporciona uma visão completa da transição que significou o olhar moderno no Brasil, época áurea de centralização de poder no campo das artes plásticas.”¹⁷⁶

Contudo, logo em 1931, a reação acadêmica foi hábil e, utilizando-se do estatuto das universidades brasileiras¹⁷⁷, conseguiu-se afastar o diretor *revolucionário*. Assim, durante a realização do Salão Oficial, foi afastado o diretor que o idealizara¹⁷⁸. Assumiu o cargo, em caráter interino, o pintor Rodolpho Chamberland (Rio de Janeiro-RJ, 1879 – 1967) que, em 21 de setembro, transmitiu-o oficialmente ao arquiteto Archimedes Memória (Ipu-CE, 1893 – Rio de Janeiro-RJ, 1960).

¹⁷⁶ VIEIRA, Lúcia Gouvêa. Salão de 1931: marco da revelação da arte moderna em nível nacional. Rio de Janeiro: Funarte, 1984, p.25.

¹⁷⁷ Decreto 19.852 de 11 de abril de 1931, art. 27: o Diretor dos Institutos Universitários Federais - órgão executivo da direção técnica e administrativa - será nomeado pelo Governo, que escolherá, de uma lista tríplice na qual serão incluídos os nomes de 3 professores catedráticos, em exercício, do mesmo Instituto, 2 deles eleitos por votação uninominal pela respectiva Congregação e eleito o terceiro pelo Conselho Universitário. *Apud* PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Opus cit.*

¹⁷⁸ De acordo com o artigo “A direção da Escola Nacional de Belas Artes”, publicado em O Jornal, dia 12 de setembro de 1931, p.4.

Salientamos que, apesar de forçado pela Congregação da ENBA a pedir a exoneração do cargo de diretor daquela instituição, Lucio Costa continuaria a elaborar projetos arquitetônicos, muitos deles não executados¹⁷⁹, e sobretudo textos teóricos, nos quais defenderia a renovação da arquitetura brasileira tornando-a de acordo com os novos tempos inaugurados pelos *revolucionários* de 1930. Dessa forma, o nome do arquiteto, a partir da tentativa de reforma do ensino da arquitetura na ENBA, passou a ser associado ao novo: encarnava a *revolução* e, conseqüentemente, a renovação arquitetônica, responsável pelo restabelecimento dos laços constitutivos da nossa nacionalidade. Assim, em 1936, Capanema¹⁸⁰ ao escolher o seu nome para o desenvolvimento do projeto do edifício-sede do MESP de certa forma reafirmava os ideais *revolucionários* presentes nos primeiros anos do governo Vargas.

Se por um lado não há como dissociarmos o nome de Lucio Costa do período em que esteve à frente da ENBA, por outro, não há como separarmos o desenvolvimento das artes no Brasil dos movimentos armados políticos e/ou militares que diuturnamente assolaram o país nos anos 1920 e, em especial, o transcorrido em 1930. Havia uma clara preocupação em se construir uma cultura nacional, não mimética de valores importados da Europa. A indicação daquele arquiteto, portanto, inseriu-se nesse contexto *revolucionário* e seus atos frente àquela conservadora instituição buscaram trazer ao campo artístico a *revolução* que ocorrera no domínio político. Contudo, tal como na cena política, a revolução nas artes e, sobretudo no seu ensino, não foi pacífica e se estendeu ao longo de mais de uma década, na qual o processo de escolha do projeto do edifício-sede do MESP desempenhou um dos seus principais capítulos, e não sua conclusão, tal como muitos historiadores da arquitetura inclinam-se a afirmar. Se tivesse sido assim tão fácil, Lucio Costa não precisaria abster-se da inauguração

¹⁷⁹ As denominadas casas sem dono: “A clientela continuava a querer casas de ‘estilo’ – francês, inglês, ‘colonial’ – coisas que eu então já não conseguia mais fazer. Na falta de trabalho, inventava casas para terrenos convencionais de doze metros por trinta e seis, - ‘Casas sem dono’.” COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p. 83-89.

¹⁸⁰ Em setembro de 1931 tiveram início uma série de encontros entre Gustavo Capanema (secretário do Interior do governador de Minas Gerais, Olegário Maciel) e Getúlio Vargas tendo em vista a reaproximação entre o governo de Minas Gerais e o federal. Em O Jornal, do dia 10 de setembro de 1931, foi noticiada a vinda ao Rio de Janeiro de Gustavo Capanema, para dialogar com o presidente da República sobre o Código dos Interventores. Não encontramos nas edições seguintes desse jornal qualquer menção à visita do então secretário do Interior mineiro ao denominado *salão revolucionário*, porém, não há como ficarmos indiferentes ao fato de Capanema estar na capital federal durante a realização daquele polêmico evento, que a todos mobilizou.

do edifício por ele projetado e enviado uma carta na qual solicitava ao ministro Capanema dar andamento à (re)organização do ensino artístico no Brasil, cujos primeiros passos tinham sido abortados em 1931.

Para compreendermos os *revolucionários* de 1930, dentre os quais encontramos Lucio Costa, devemos entender o que eles concebiam por *revolução* e qual o papel a ser por ela desempenhado na (re)construção do Estado-nação brasileiro. Conforme salienta Borges, após analisar, a partir dos jornais paulistas da década de 1930, as origens dos termos *tenente* e *tenentismo*, afirma em relação ao salão nacional de belas artes de 1931:

“Em janeiro de 1931, surgiu nos jornais diretamente envolvidos na política partidária um uso pejorativo do termo ‘tenente’, inicialmente aplicado aos militares que participaram do movimento de outubro e que se encontravam nos postos-chave do Estado de São Paulo.

Essa criação, de um inimigo político teve total sucesso, pois, à força de tanto se falar nos ‘tenentes’, de tanto alertar as pessoas contra eles, esses ‘tenentes’ começam a existir, aceitos como personagens na vida política pela opinião pública. Aos poucos, o uso do termo ampliou-se (...) *O caráter de vanguarda levou o termo a escapar do campo político e invadir o campo artístico; no Salão de Belas Artes de 1931 foram apontados ‘tenentes da arte moderna’, como, por exemplo, Di Cavalcanti, entre outros.*” (grifos nossos)¹⁸¹

Para a autora (2005, p.60), *depois de outubro de 1930, ser visto, ser aceito como “revolucionário”, era a chave que abria todas as portas.* A princípio, *revolucionários* eram os militares, os políticos civis e os intelectuais, sobretudo os escritores, que participaram do movimento de outubro. Nesse quadro de forte mobilização política, durante a campanha aliancista e a *revolução* de 1930, os acadêmicos da ENBA encontravam-se alheios às transformações, como se a instituição pudesse permanecer alheia ao turbilhão revolucionário que agitava o país; contudo, o encastelamento dos acadêmicos não sobreviveria à queda da ordem que os mantinha.

Assim, ao propormos a compreensão dos meios materiais de produção cultural que possibilitaram a construção do edifício-sede do MESP, partimos da idéia de que nos anos 1930 nada garantia que uma determinada concepção de arquitetura *moderna* sairia vitoriosa nesse embate pela representação da nação. O movimento neocolonial apresentava, tal como uma determinada concepção de *moderno* consagrada pela historiografia da arquitetura como o

¹⁸¹ BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e o tenentismo. In: AXT, Gunter *et alli* (org.). Reflexões sobre a Era Vargas. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005, p.66

moderno, um hábil articulista: José Marianno Filho. Conforme pudemos verificar no decorrer do nossa pesquisa.¹⁸²

Assim, propomos analisar os acontecimentos que cercaram a escolha do projeto do edifício-sede do MESP considerando que a escolha de um projeto moderno de inspiração corbusiana não era tão lógica e necessária como afirma nossa historiografia da arquitetura. Naquele momento, nada indicava que o grupo articulado por Lucio Costa sairia vitorioso e conseguiria o encargo do edifício ministerial.

¹⁸² Não concordamos com a avaliação feita por Lauro Cavalcanti sobre a suposta *flagrante superioridade* ‘qualitativa’ dos modernos *em relação a seus contentores* ‘tradicionalistas’. Ao que Cavalcanti complementa: “Os ‘modernistas’ tinham, ainda um projeto de nação incomparavelmente mais globalizante, sofisticado e inclusivo da complexa realidade brasileira, enquanto os ‘tradicionalistas’ buscavam compensar sua fragilidade teórica com uma ‘arenga’ denunciadora de supostas posições esquerdistas dos primeiros (alegações que, em muitos casos, beiravam o ridículo, como ao acusar de comunista Manuel Bandeira, figura sabidamente conservadora no plano político).” CAVALCANTI, Lauro (2006). *Opus cit.*, p. 20.

Capítulo 2 – Por uma (re)organização administrativa e espacial do MESP

“A Ditadura foi, sobretudo, uma escola de administração pública. Os promotores e executores da obra revolucionária compreenderam, felizmente, que o máximo problema do Brasil consiste no bom encaminhamento e na solução das questões administrativas. A Revolução integrou o país nas concepções do Estado moderno, onde as preocupações partidárias ocupam lugar subalterno”
Getúlio Vargas, trecho do Manifesto à Nação, proferido em junho de 1934.¹⁸³

Pronunciado às vésperas da promulgação da Constituição de 1934, o denominado *Manifesto à Nação* não só fazia um balanço das ações realizadas durante o governo provisório, como também reafirmava a idéia de uma *revolução* em curso que não se esgotara no episódio militar ocorrido em 1930. De acordo com Vargas:

“Cumpre não confundir *revolução* com *episódio militar* que a deflagra. Revolução é adaptação à realidade, compreensão segura dos fenômenos sociais, reconstrução do edifício do Estado sobre fundamentos sólidos. Os novos rumos abertos pela idéia revolucionária estão definitivamente traçados. É impossível entrar-lhe a marcha progressiva determinada pela força de uma fatalidade histórica. Nem fórmulas caducas nem princípios inadaptáveis à nossa índole serão capazes de a deter.”¹⁸⁴ (grifos nossos)

Apesar de verificarmos no discurso de Vargas a referência a uma *revolução* ainda não esgotada no episódio militar que lhe deu início, tínhamos na população o sentimento de que surgia um novo Estado a partir da promulgação da Carta Constitucional de 1934, uma vez restabelecida a Democracia no Brasil. Afirmar que a *revolução* ainda não terminara era uma forma de o presidente se prevenir diante de um texto legal que poderia tolher-lhe os atos. Sentia-se que uma *revolução* fora necessária para derrubar a velha ordem e, passado o período revolucionário, uma nova ordem legal foi construída para o Estado-nação almejado pelos *revolucionários* de antanho. Findara o período de transição, representado pelo Governo Provisório, e fora inaugurada a Nova República. Isso não significava que os ideais *revolucionários* tinham sido perdidos, mas que eles foram, de certa forma, assimilados pela nova constituição, fruto de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, conforme proclamou Antônio Carlos, por ocasião da promulgação do texto constitucional em 16 de julho de 1934:

¹⁸³ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. III, p.246.

¹⁸⁴ *Idem, ibidem*, p.244-245.

“Sinto-me feliz porque tocamos, venturosamente, ao término dos nossos trabalhos, havendo conseguido dotar a Pátria de um Código Político à altura de sua civilização, digno dos luminosos destinos de um povo livre e com a precisa capacidade para abrir ao Brasil novos e largos horizontes de cultura e de progresso.”¹⁸⁵

Embora tivéssemos essa euforia popular e, mesmo, parlamentar, frente à promulgação da nova Constituição, em contrapartida, havia uma tensão no plano político-institucional no qual não apenas teríamos as eleições para a escolha do *presidente constitucional do Brasil* pela Assembléia Nacional Constituinte convertida em Assembléia ordinária, como também deveriam ser tomadas providências no sentido de garantir a sua posse, na medida em que havia boatos de uma conspiração militar em curso. Em seu diário, dias 14 a 16 de julho de 1934, refletiu Vargas sobre as limitações do texto constitucional e as agitações políticas e populares daqueles dias :

“Afinal, chegou esse dia. Entre festas e demonstração de regozijo, foi promulgada a nova Constituição. Parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação.¹⁸⁶ Amanhã será a eleição do presidente. O candidato da oposição será o dr. Borges de Medeiros, apoiado inclusive pela representação de São Paulo, que, espontaneamente, se comprometera a não servir de apoio, de centro de aglutinação a nenhum candidato de oposição.

Disse-me o ministro da Guerra que os militares estão descontentes porque eu não assinei um decreto de aumento de vencimentos que me foi trazido à última hora. Os políticos oposicionistas, civis e militares, procuram promover uma greve de operários – marítimos e ferroviários.”¹⁸⁷

Contudo, apesar dos temores, Getúlio Vargas foi eleito por voto secreto no dia seguinte e empossado como presidente constitucional do Brasil três dias depois.¹⁸⁸ Cumpre salientar que, de acordo com o art.52¹⁸⁹ do texto constitucional, estava vedada a reeleição para

¹⁸⁵ SILVA, Hélio. 1934: a Constituinte. São Paulo: Civilização Brasileira, 1969, p. 565.

¹⁸⁶ Um mês antes da promulgação da Constituição, em trecho do diário datado de 14 a 16 de junho de 1934, Vargas afirmou: “Com a Constituição que está para ser votada, talvez seja preferível que outro governe. Não tenho dúvidas sobre as dificuldades que vou enfrentar, e talvez seja mesmo preferível que tome outro rumo, pois já começo a acreditar que, com tal instrumento de governo, será perdido o esforço VARGAS, Getúlio (1995). *Opus cit.*, Vol. I, p.302

¹⁸⁷ *Idem ibidem*, p.306.

¹⁸⁸ *Idem, ibidem*, p.308.

¹⁸⁹ CF 1934, art. 52 – “O período presidencial durará um quadriênio, não podendo o Presidente da República ser reeleito senão quatro anos depois de cessada a sua função, qualquer que tenha sido a duração desta. § 1º - A eleição presidencial far-se-á em todo o território da República, por sufrágio universal, direto, secreto e maioria de votos, cento e vinte dias antes do término do quadriênio, ou sessenta dias depois de aberta a vaga, se esta ocorrer dentro dos dois primeiros anos.”

o cargo de presidente da República. Logo, Vargas teria quatro anos para executar o seu plano de governo, pois ao término do mandato, em 1938, novas eleições seriam realizadas e outro presidente assumiria o cargo. Estava lançado o desafio: concluir a reconstrução do Estado-nação brasileiro e desse modo a *revolução* iniciada em 1930. Conforme salientara, em junho de 1934 no *Manifesto à Nação*, estava em curso a *reconstrução do edifício do Estado-nação brasileiro sobre fundamentos sólidos*¹⁹⁰, em sua marcha inexorável rumo ao progresso. Nesse cenário concebido pelo então chefe do Governo Provisório, agora presidente constitucional do Brasil, a Constituição, recém-promulgada, constituía um simples instrumento incapaz de alterar o rumo dos acontecimentos.

Frente aos novos desafios colocados pelo texto constitucional e pelo mandato presidencial de quatro anos, vedada a sua reeleição, urgente era finalizar a obra iniciada em 1930. Seria inócua a atuação da Presidência da República e os discursos pronunciados, meros artifícios de retórica, se a máquina administrativa permanecesse inerte, não se modernizasse de acordo com os novos tempos fundados pela *Revolução*. A simples criação de novos ministérios não garantiria a satisfação das demandas sociais que conduziram ao movimento armado político-militar de 1930 e ao estabelecimento do governo provisório. Novos ministros foram escolhidos e foi-lhes cobrado o que ainda faltava a ser feito, em cada setor da administração. Ao longo desse capítulo, analisaremos como Capanema, ao decidir pela utilização de um concurso, não só atendia aos anseios de uma classe profissional em ascensão¹⁹¹ como buscava cumprir o seu papel enquanto ministro do governo constitucional de Vargas.

¹⁹⁰ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. III, p.244-245.

¹⁹¹ De acordo com LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.3 a realização de um concurso atendia à reivindicação dos arquitetos expressa no regulamento do Instituto Central dos Arquitetos, aprovado em 09 de agosto de 1926.

Dentre os vários documentos juntados ao processo, congratulando o ministro pela realização do referido concurso, destaca-se a carta de Gerson Pompeu Pinheiro, do Conselho Nacional de Belas Artes, na qual afirma: “Considerando ser o concurso público uma norma digna de todo apoio, por isso que permite a manifestação de profissionais que não dispõem de outro cabedal para o sucesso, que não seja o seu próprio valor. (...) Considerando que esse é um precedente oficial digno de ser seguido pelos demais órgãos dos poderes públicos. (...) Congratulações de Gerson Pompeu Pinheiro. Processo 6870/35, p. 32.

Três problemas fundamentais do Brasil: sanear, educar e povoar

“Há no Brasil três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar” Getúlio Vargas, trecho do Manifesto à Nação, proferido em junho de 1934¹⁹²

De acordo com Vargas, após ter solucionado uma série de problemas que afligiram o país durante a Primeira República, cabia agora ao governo enfrentar três problemas fundamentais, que triangulavam o progresso do país: o saneamento, a educação e o povoamento do Brasil. Deles podemos afirmar que os dois primeiros estavam intrinsecamente relacionados ao MESP e, apesar dos esforços empreendidos pelos ministros Francisco Campos, Belisário Pena (1868-1939, médico mineiro) e Washington Pires (1892-1970, médico mineiro), muito ainda havia a ser feito. Cumpre salientar que não era a primeira vez que Vargas analisava a questão da educação e da saúde pública para a (re)construção do Estado-nação brasileiro. As palavras proferidas pelo presidente em junho de 1934 ecoavam a avaliação da situação da educação no país feita na Baía em 18 de agosto de 1933¹⁹³. Após considerações sobre o povoamento e a fixação racional do homem no campo, devidamente saneado, o presidente afirmou:

“Todas as nações assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional.

Nesse sentido, *até agora, nada temos feito de orgânico e definitivo*. Existem iniciativas parciais em alguns Estados, embora incompletas e sem sistematização. Quanto ao mais, permanecemos no domínio do ideológico das campanhas pró-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforta o caráter. (...)

A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil, a educação foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legítimo caso de salvação pública. (...)

Educando o povo, o sertanejo rude, feito cidadão consciente, valorizado o homem pela cultura e pelo trabalho inteligentemente produtivo, o Brasil, terra maravilhosa por sua beleza natural, transformar-se-á na grande Pátria que os nossos maiores idealizaram e as gerações futuras abençoarão.” (grifos nossos)¹⁹⁴

Assim, de acordo com o presidente, apesar do rol de realizações do MESP nos três anos de Governo Provisório, carecia-lhe o mais importante: dar organicidade à sua estrutura

¹⁹² VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. III, p.246.

¹⁹³ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. II, p.118. De acordo com o Diário o referido discurso foi pronunciado em 26 de agosto de 1933. VARGAS, Getúlio (1995). *Opus cit.*, Vol. I (1930-1936), p.234

¹⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 118.

administrativa e ao seu aparato legal. Diversos órgãos foram criados, bem como uma ampla legislação buscou regulamentar as áreas da educação e da saúde pública¹⁹⁵; contudo a falta de uma organização administrativa moderna, racional e eficiente impedia o perfeito funcionamento dos órgãos criados e das medidas legais propostas. Salientamos que o esforço empreendido e os resultados alcançados pelo Governo Provisório em articular o aparelho da administração pública constituía um dos grandes orgulhos de Vargas e a situação em que se encontrava o MESP causava um desconforto para o presidente, sobretudo se considerarmos a importância dessa pasta para a concretização dos objetivos da *Revolução*. Afirmava Vargas:

“Articular o aparelho da administração pública foi o segundo mandamento do Governo Provisório. Sua atuação, nesse passo, desafia qualquer paralelo. O acervo de leis orgânicas, acumulado em três anos e seis meses, justifica, por si mesmo, a Revolução.”¹⁹⁶

Não só leis orgânicas como também novos edifícios foram concebidos de forma a (re)organizar administrativa e espacialmente os ministérios e, a permitir o perfeito funcionamento da máquina estatal. Foram construídos edifícios-sedes, mesmo para aqueles que já os possuíam, e (re)organizado o espaço de representação do poder na capital federal. Ao governo *revolucionário*, agora constitucional, além de reestruturar administrativamente o Estado fazia-se necessário reconstruí-lo espacialmente na capital de república. Nesse sentido, a área resultante do desmonte do morro do Castelo desempenharia um papel relevante: nela seriam construídos os três dos principais ministérios varguistas – o da Fazenda, o do Trabalho, Indústria e Comércio, e o da Educação e Saúde Pública. O primeiro responsável pelo saneamento financeiro do país, o segundo, pela questão social e o terceiro, pela formação do cidadão brasileiro.

¹⁹⁵ Nesse sentido vê-se *Idem, ibidem*, vol. III, p. 228-230 sobre as realizações do MESP durante o Governo Provisório.

¹⁹⁶ *Idem, ibidem*, vol. III, p.200.

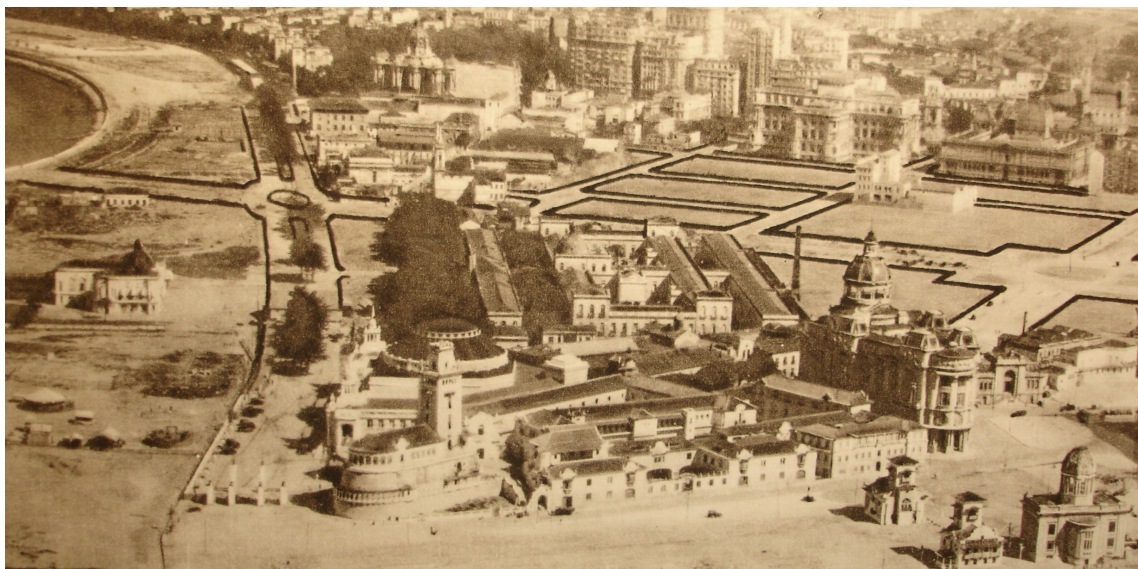


Figura 3 - Foto aérea, constante do Plano Agache¹⁹⁷, com o arruamento traçado para a área resultante do arrasamento do Morro do Castelo – a denominada Esplanada do Castelo no final da década de 1920.

Fonte: Plano Agache.

Cumpre salientar que, durante o governo Vargas, o Rio de Janeiro passou a ser o espelho desse Estado *revolucionário* no qual todo o Brasil deveria se mirar, um exemplo a ser seguido. Assim, se antes tínhamos unidades federadas orgulhosas de suas identidades, agora deveríamos ter um só Brasil admirado por todos os brasileiros. Portanto, mais do que simples edifícios-sedes, construía-se uma identidade nacional, baseada num Estado-nação moderno e racional. Ao contrário do que ocorrera durante os primeiros anos da república, quando a preocupação era a de se criar uma capital para ser vista do exterior – a Paris tropical, agora o que importava era criar uma capital para os brasileiros, orgulho desses.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Na legenda original encontramos a seguinte descrição: “Fig. 13 – Esplanada do Castello no estado actual com o arruamento em execução.”

¹⁹⁸ Pereira Passos, ao abrir a Avenida Central além de criar um cartão postal para a cidade do Rio de Janeiro – a exemplo do que possuía as principais cidades europeias – teve por finalidade facilitar o acesso daqueles que chegavam pelo porto localizado na Praça Mauá às belas paisagens da zona sul ... Atitude diversa verificamos na ação de Dodsworth ao abrir a Avenida Presidente Vargas ligando a zona norte da cidade à área central, tendo por principais monumentos a Central do Brasil e o edifício-sede do Ministério do Exército.



Figura 4 - Foto da Avenida Central feita por Marc Ferrez em 1910. Verificamos uma cidade cenário para ser vista por aqueles que aportassem no Rio de Janeiro e apropriada enquanto espaço de sociabilidade das elites cariocas. Cumpre salientar a presença do que ainda restava do Morro do Castelo, no canto esquerdo ao fundo da imagem. Era algo a ser eliminado daquela vitrine do progresso da república brasileira recém-proclamada.

Fonte: Foto de Marc Ferrz In: KOK, Glória. Rio de Janeiro na época da Av. Central. São Paulo: Bei comunicação, 2005, p. 7



Figura 5 - Em contraste com a imagem anterior, onde nos impressiona o vazio de uma ampla avenida, no início dos anos 1930 a mesma avenida, rebatizada em 1912 de Avenida Rio Branco (em homenagem ao diplomata brasileiro recém-falecido), encontra-se repleta de pessoas e de automóveis. O que podia ser sinônimo de progresso também podia significar o caos urbano de uma cidade em busca de uma nova identidade. Novos grupos sociais surgiam, novas lutas se travavam e no eixo daquela avenida se encontravam muitos dos grupos políticos, econômicos e intelectuais em batalha.

Fonte: Foto de Theodor Preising In: KOK, Glória. *Opus cit.*, p. 95.

A nova casa do MESP

Escolhido para ser o novo ministro do MESP, em 1934, Gustavo Capanema buscou, em sua gestão, dotar o ministério de todos os instrumentos e meios necessários para atender os desafios propostos por Vargas durante o Governo Provisório.¹⁹⁹ Dentre as primeiras medidas tomadas, encontramos as tratativas referentes à construção do edifício-sede do Ministério. Após ter ocupado, desde a sua criação em 1930, o edifício do Conselho Municipal da cidade do Rio de Janeiro²⁰⁰, com a promulgação da nova constituição e o restabelecimento do legislativo municipal, o gabinete do ministro teve que ser transferido para salas alugadas em edifícios comerciais na área central da cidade. Relembra o ministro:

“O prédio [Conselho Municipal da cidade do Rio de Janeiro] é uma obra muito bonita, com boas instalações para o restrito gabinete do Ministério da Educação e Saúde Pública, daquela época, uma vez que os serviços executivos do ministério permaneciam nas suas antigas dependências no Rio de Janeiro. Ocorreu, porém, que, com a inauguração do período constitucional, surgiu a necessidade do local para a instalação, novamente, do órgão legislativo da municipalidade do Rio de Janeiro, que reclamava a sua casa. Senti-me ameaçado de despejo. Tinha de entregar a Gaiola de Ouro para o antigo Conselho Municipal, de que é sucedânea, hoje, a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara.

Tive que tomar duas providências: alugar salas para o meu gabinete – afinal instalado em dois andares do edifício Rex, na rua Álvaro Alvim – e mostrar ao presidente Getúlio Vargas que, apesar da política de restrição de despesas em que vinha sendo pautada a obra do governo revolucionário, tínhamos que pensar em construir a nova casa do Ministério da Educação. (...) Pedi ao presidente que me autorizasse abrir um concurso para a construção de um novo edifício para o Ministério da Educação e Saúde Pública. (...)

Autorizou-me o presidente a abri o concurso para o projeto do novo edifício. O concurso era a regra de então, como o é hoje.”²⁰¹

¹⁹⁹ Conforme analisamos no primeiro capítulo.

²⁰⁰ O, atualmente denominado, Palácio Pedro Ernesto, situado na Praça Floriano, resultou de um projeto do Escritório Técnico de Heitor de Mello (1920), desenvolvido pelo arquiteto Francisco Cuchet após a morte do titular do escritório. Em virtude da ostentação e do alto custo da obra, era popularmente chamado pelos cariocas de ‘Gaiola de Ouro’. CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p.35

²⁰¹ Revista Módulo nº 85, maio de 1985, p. 28-32 *Apud* XAVIER, p.122.

De acordo com CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Guia da arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000, p.41, o edifício Rex foi construído em 1928, sob projeto de Luiz Fossari, tendo como proprietária a Companhia Industrial de Minas Gerais, presidida por José Vivaldi Ribeiro. Afirma o autor sobre o edifício: “Impressiona neste edifício o arsenal de recursos tecnológicos, avançadíssimos para a época, empregados pelos projetistas para a concepção de uma moderna máquina de

Em seu relato, fruto da memória, o ministro ao mesmo tempo em que reafirma uma versão oficial dos fatos ocorridos meio século antes nos auxilia na compreensão de como a narrativa foi construída. Pelo não dito, podemos iniciar uma reflexão sobre aqueles anos decisivos para a (re)construção do Estado-nação brasileiro. Capanema relembra a necessidade que tinha o ministério de construir o seu edifício-sede, contudo omite as iniciativas nesse sentido tomadas pelo seu antecessor, na pasta da educação, Washington Pires (Formiga-MG, 1892 – Belo Horizonte-MG, 1970, médico mineiro e ministro do MESP de 16 de setembro de 1932 a 25 de julho de 1934). Igualmente, é linear a forma como a memória reconstitui os fatos ocorridos entre o despejo e a abertura do concurso, como se esse fosse, naquela época, a única solução possível para a escolha de um projeto de edifício ministerial. Na fala do ministro, busca-se a afirmação da idéia de que, a partir do governo Vargas, todos os direitos e garantias necessárias a um Estado-nação moderno já se encontravam consolidadas. Ora, o que era norma nos anos 1930 continuava sendo cinquenta anos depois.

Ao afirmar que mesmo as antigas dependências do Conselho Municipal, apesar de boas, não mais seriam adequadas ao novo gabinete do ministro, Capanema ressalta a diferença entre a sua gestão e as anteriores: a (re)organização administrativa do MESP. Portanto, ainda que não tivesse sido despejado, o antigo edifício não atendia às novas atividades a cargo do ministério e às exigências relacionadas à racionalização do serviço público. A dispersão dos serviços executivos em diversas sedes no distrito federal não só retardava o desenvolvimento das tarefas como também onerava os cofres públicos. Ao se propor a (re)organizar o ministério, de maneira a solucionar o trinômio sanear – educar –

diversão e trabalho. (...) Sistemas centralizados de telefonia interna e água potável gelada são requintes que ilustram por que o art déco se definiu como um estilo industrial.”

Sobre o cinema a ser instalado nesse edifício e as vantagens da sua localização no centro do Rio, O Jornal, edição de domingo, 03 de janeiro de 1932, p.7, publicou a matéria “O Rio vai possuir o maior cinema da America do Sul”, na qual afirmou: “A fachada principal para a rua Alvaro Alvim, artéria já agora de grande movimento com a localização dos modernos centros de diversões da Cinelândia, movimento que recrudescerá de muito com a inauguração do ‘Rex’, que vai ter também comunicação para a rua Alcindo Guanabara.

Ainda outro facto favorável ao ‘Rex’ consiste em estar localizado num trecho de ruas onde não se faz sentir o transito de bondes, que sempre affecta, com seus ruídos e tympanos, as exhibições dos films falados. Ali esses films serão assistidos apenas com o ruído natural dos ‘talkies’.”

povoar²⁰², fundamental para o progresso do país, a construção do edifício-sede constituía um importante elemento da sua política ministerial. Para essa tarefa, tinham que ser resolvidas algumas questões, algumas das quais já analisadas na gestão Washington Pires: qual o projeto e a localização do futuro edifício? E, sobretudo, de onde sairiam as verbas para a execução da obra?

Opção por um concurso

Em relação ao projeto do futuro edifício-sede do MESP, Washington Pires fizera contatos com o arquiteto mineiro Luiz Signorelli (Cristina-MG, 1896 -).²⁰³ Em carta endereçada a Capanema, datada de 19 de outubro de 1934, o arquiteto mineiro responde a um telegrama encaminhado dois dias antes pelo ministro e coloca-se à disposição para dar continuidade aos estudos destinados à elaboração do projeto da sede ministerial. Para tanto, relata, já estivera várias vezes no Rio de Janeiro, a pedido do antigo ministro, tendo, inclusive, elaborado uma perspectiva do *edifício idealizado* (cuja reprodução fotográfica encaminhava

²⁰² De acordo com Vargas, acima citado: “Há no Brasil três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar”

“Nesse sentido, até agora, nada temos feito de orgânico e definitivo. Existem iniciativas parciais em alguns Estados, embora incompletas e sem sistematização. Quanto ao mais, permanecemos no domínio do ideológico das campanhas pró-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforta o caráter. (...)”

Tínhamos que sair do domínio do meramente ideológico, do discurso passarmos para a prática ...

²⁰³ De acordo com Sylvio de Vasconcellos (VASCONCELLOS, Sylvio de. Noções sobre arquitetura. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1962, pág. 29/30): “Signorelli, exímio aquarelista, diplomado pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, de onde trouxe o colonial, que difundiu em inúmeras obras públicas por todo o Estado, e seu companheiro de escritório, Rafaelo Berti diplomado na Itália, sob a influência do ‘Modernismo’ então lá vigorante, informado pelas teorias de Marinetti, mas sujeito ainda, em parte, ao ‘art-nouveau’ manifestado nas decorações florais estilizadas geometricamente e, em parte, ao fundo classicista italiano, caracterizado pelo amor à simetria, ao monumental e à escultura. São os dois primeiros arquitetos de categoria que trabalharam em Belo Horizonte. Foram eles que começaram a criar ‘escola’ na nova capital, dignificando a profissão e formando uma série de desenhistas de arquitetura já não mais apenas fachadistas.”

De acordo com Porto: “Signorelli faz parte de uma geração de arquitetos para a qual o ecletismo, apesar das suas referências historicistas, era também uma expressão de modernidade.” PORTO, Daniele Resende. O barbeiro de Araxá – projetos para uma estância hidromineral em Minas Gerais. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo – Escola de Engenharia de São Carlos-SP, 2005.

em anexo à carta²⁰⁴). Informado que Capanema pretendia *levar avante a projetada construção do ministério*, Signorelli desenvolve uma série de argumentos para convencer o ministro em escolhê-lo para o desenvolvimento do projeto do edifício-sede do MESP, dentre eles a oportunidade de se mostrar ao país a qualidade da arquitetura desenvolvida em Minas Gerais, estado natal do ministro. O arquiteto argumenta:

“Trata-se de construção de vulto, e lógico é o meu empenho em que ella se faça orientada por um architecto mineiro, que irá mostrar, na capital do Paiz, as normas architecturaes que orientam os profissionaes do nosso estado. *O Sr. me conhece bem, e sabe, por isso, como costumo me desempenhar das missões de que sou investido.*

Cuido em que, nessa emergência, não deslustrarei o meu nome profissional e tudo farei por corresponder à confiança que em mim depositar.” (grifos nossos)²⁰⁵

A partir do exposto por Signorelli, acreditamos ter o ministro, num primeiro momento, admitido a possibilidade de ser chamado um arquiteto mineiro para o desenvolvimento da empreitada estatal. Capanema acabara de chegar ao Rio de Janeiro e ainda não conhecia, em detalhes, o intenso debate que se travava tanto entre os profissionais egressos da Escola Politécnica (engenheiros e engenheiros-arquitetos) e os da Escola de Belas Artes (arquitetos), como entre os arquitetos defensores do ensino acadêmico-tradicional e aqueles que propunham uma renovação curricular da academia. Diversos eram os que se denominavam *modernos* e havia uma acirrada disputa em torno da hegemonia do campo arquitetônico recentemente regulamentado pelo decreto nº 23.569, publicado em 11 de dezembro de 1933.

A possibilidade de o ministro, num primeiro momento, ter chamado um arquiteto da sua confiança é reforçada pela carta interna da Diretoria Geral de Contabilidade do MESP, datada de 16 de novembro de 1934, na qual encontramos a seguinte afirmação:

“*Embora o projecto definitivo ainda não esteja ultimado* e, por conseguinte conhecido o orçamento total da obra, é de presumir, todavia, que um crédito de 7.000:000\$000, será, pelo menos, sufficiente para servir de base a um cálculo inicial.” (grifos nossos)²⁰⁶

Nestes termos, depreendemos que, em novembro de 1934, havia um projeto para o edifício-sede do MESP sendo desenvolvido e, como não ocorreu, naquele momento, qualquer concurso público para a escolha de um projeto ou de um arquiteto, entendemos que houve um

²⁰⁴ Não encontramos no arquivo Capanema a referida foto com a perspectiva do edifício idealizado.

²⁰⁵ Carta de Luiz Signorelli a Gustavo Capanema, escrita em Belo Horizonte, Minas Gerais e datada de 19 de outubro de 1934. CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.170

²⁰⁶ CPDOC-FGV GC f 34.10.19 rolo 18 fot.171.

convite pessoal a algum profissional da área. Porém, não há como afirmarmos que Luiz Signorelli foi o arquiteto convidado para a empreitada estatal, apesar dos indícios nesse sentido levantados pela carta supracitada.

Aliás, a correspondência entre Capanema e Signorelli arquivada no FGV/CPDOC não nos fornece respostas conclusivas, porém, mostra-nos como a opção de se realizar um concurso não era tão comum naquela época como afirmou o octogenário ministro em 1985. Havia uma recomendação do Instituto Central dos Arquitetos (ICA), datada de 1926, a qual recomendava a realização de concursos públicos para a escolha e a execução de obras estatais; contudo, como toda recomendação, para ser efetivamente adotada dependia de uma manifestação de vontade do agente da ação e nada obrigava a sua aceitação/aplicação.

Destarte, se, a princípio, foi chamado um arquiteto para desenvolver o projeto, logo a seguir, dada não só a atmosfera *democrática* reinante na capital federal, nos meses subsequentes à promulgação da constituição de 1934, como também a mobilização do meio arquitetônico carioca frente à uma obra emblemática do novo governo Vargas, optou-se pela realização de um concurso de projetos (amplamente divulgado pelos órgãos oficiais e pela imprensa nacional) para o edifício que centralizaria toda a estrutura administrativa do MESP. O Brasil retornara à normalidade constitucional: foi reaberto o Congresso, eleito o presidente da República, o qual formou um novo ministério. Frente a uma nova ordem legal, não cabia uma escolha arbitrária, fazia-se necessário dotar de racionalidade administrativa todas as decisões técnicas do ministério, inclusive a do projeto do edifício a ser construído.

A utilização de concurso público para a realização de obras governamentais atendia não só a recente recomendação do ICA, como também ao objetivo do governo federal de construir uma máquina administrativa moderna, racional e eficiente em contraste com o personalismo do período *pré-revolucionário*. Contudo, ao confrontarmos as versões preliminar e definitiva do edital de abertura do concurso verificamos como ainda estava arraigado nas mentes dos integrantes do governo, ditos revolucionários, práticas político-administrativas *arcaicas*/estabelecidas no país, em detrimento do novo discurso oficial proclamado nos palanques. Os administradores públicos, nesse sentido, tinham que constantemente se “policiar” para evitar incorrer naquelas práticas que condenavam, na ordem discursiva, mas ainda praticadas no dia-a-dia da administração pública. Mudar um discurso é

mais fácil do que agir de acordo com ele, uma nova forma de proceder requer cuidados e muito raciocínio. Acreditamos que esses políticos queriam de fato mudar o país, (re)construir o Estado-nação brasileiro, porém seus hábitos e costumes, construídos ao longo de uma vida pública, limitavam-lhes a mudança efetiva da realidade nacional, assim a distância existente entre o discurso e a prática desses administradores.

Ministérios na Esplanada: escolha do terreno

Conforme pudemos verificar, a partir da documentação, a vontade de se construir um edifício para abrigar o MESP não surgiu na gestão Capanema, mas o que esse ministro fez foi (re)significar a necessidade dessa construção (enquanto representação do novo Estado-nação brasileiro gestado pelo movimento armado político-militar de 1930 em seu duplo aspecto – o cultural e o racional), e dotá-la de uma urgência (dada a precariedade das instalações ministeriais após o restabelecimento do Conselho Municipal pela CF/1934). Da mesma forma, a escolha do terreno e as tratativas com a prefeitura do Distrito Federal não foram iniciadas pelo ministro do período constitucional, mas remontam ao início da gestão Washington Pires. Em 18 de novembro de 1932, Pedro Ernesto (Recife-PE, 1884 – Rio de Janeiro-RJ, 1942), prefeito do Distrito Federal, aceitou alienar o terreno (Quadra F da Esplanada do Castelo), mediante encontro de contas, *obrigando-se esse Ministério (MESP) a construir de conformidade com a lei vigente, que regula as edificações naquella local*.²⁰⁷ Com o desmonte do Morro do Castelo, uma ampla esplanada no centro da Capital Federal surgiu, tendo início uma disputa sobre o que, como e quem construiria naquele espaço privilegiado. Em foto publicada em O jornal em podemos ter uma noção da área a ser edificada e o motivo de tão acirrada disputa no início dos anos 1930:

²⁰⁷ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.198.

Souza Aguiar atuou no processo nº 406/33, destinado a aquisição do terreno para a construção do edifício-sede do ministério, como engenheiro do MESP.

Decreto n. 23.238 de 18 de outubro de 1933 – “autoriza a aquisição de terrenos situados na esplanada do Castell e destinados á construcção das sédes dos Ministerios do Trabalho, Industria e Commercio e Educação e Saude Publica” CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.207

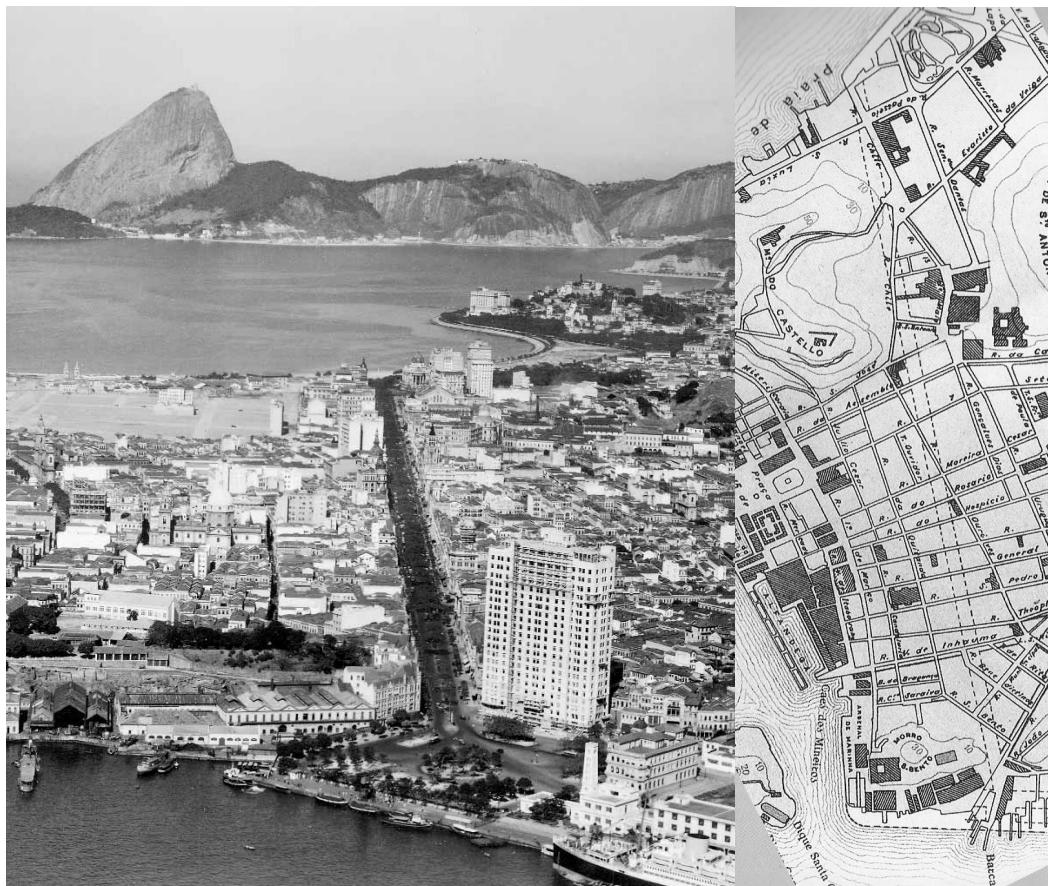


Figura 7 – esquerda – Três elementos se destacavam na vista aérea do centro do Rio Janeiro, no início dos anos 1930: 1) uma grande construção em primeiro plano – o edifício A Noite – situado na praça Mauá, porta de entrada da cidade; 2) o eixo arborizado e totalmente construído da avenida Rio Branco; 3) um vazio urbano gerado pelo desmonte do Morro do Castelo. Nesse vazio urbano, denominado Esplanada do Castelo, encontrava-se a quadra destinada à construção do MESP.

Fonte: KOK, Glória. *Opus cit.*, p. 105

Figura 6 – direita – Na planta do centro do Rio de Janeiro antes da abertura da Avenida Central (imagem à direita) verificamos o impacto causado pelo traçado daquela avenida. Salientamos a presença no canto superior da imagem dos morros do Castelo e de Santo Antônio e, no inferior, o de São Bento, antes das intervenções urbanas realizadas ao longo da Primeira República. **Fonte:** NONATO, José Antonio; SANTOS, Núbia Melhem. (org.) *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p.7

Pelo exposto, apesar de a escritura ter sido assinada em 19 de março de 1935²⁰⁸, foi durante a gestão Washington Pires que foi escolhido o terreno e dado o encaminhamento para a sua aquisição da prefeitura do Distrito Federal. Não apenas houve a preocupação de se escolher um terreno como também tiveram início as tratativas com o arquiteto mineiro Luiz Signorelli, convidado para elaborar o projeto de um edifício definitivo para o MESP. Apesar

²⁰⁸ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.210. O termo de entrega do terreno ao MESP está datado de 11 de abril de 1935. CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.212.

de todos esses feitos, a gestão desse ministro e o arquiteto por ele escolhido foram esquecidos pela historiografia da arquitetura, voltada a consagrar os feitos de Gustavo Capanema e de uma determinada forma de arquitetura *moderna*, elevada à categoria de manifestação artística nacional. Refundava-se o Brasil a partir da (re)construção do Estado-nação brasileiro, e ao mesmo tempo eram criados os mecanismos necessários à consagração de uma nova forma de se conceber o espaço arquitetônico, tornado hegemônico.

Recursos necessários à obra

Escolhido o terreno, era fundamental encontrar no orçamento do MESP, sem que houvesse aumento das despesas dado que vivíamos num período de controle dos gastos estatais, os recursos disponíveis para a construção do seu edifício-sede. Com esta finalidade foi feita uma consulta à Diretoria Geral de Contabilidade do MESP que, em 16 de novembro de 1934²⁰⁹, encaminhou ao ministro uma solução ao problema financeiro gerado pela futura construção do edifício-sede ministerial. A demonstração financeira dos créditos existentes que estavam à disposição do ministério visava não apenas informar o ministro, mas, sobretudo, conceder-lhe os argumentos necessários ao convencimento do presidente, a quem competia, de acordo com a constituição a iniciativa de todas as leis sobre matéria fiscal e financeira.²¹⁰ Logo, para se obter qualquer recurso, no orçamento da União, era indispensável convencer, em primeiro lugar, o presidente, tanto da sua necessidade (nela inclusa uma possível urgência) quanto da sua viabilidade.

Nesse sentido que, ao lermos o início da carta, temos a sensação de ter sido redigida com o intuito de conferir legitimidade à fala do ministro ao qual foi endereçada. Capanema sabia do estado precário em que se encontrava o MESP e não precisava ser informado a esse respeito. Mesmo assim, encontramos a seguinte exposição:

“A situação especial em que se encontra esta Secretaria de Estado pela sua instalação provisória em um edifício que, além de não ser próprio nacional, resente-se das adaptações indispensáveis aos vários serviços a cargo das Directorias de que ella se compõe, exige, como

²⁰⁹ Acima referida ao refletirmos sobre a correspondência entre o ministro Capanema e o arquiteto Signorelli.

²¹⁰ De acordo com a CF/34, em seu art. o art. 41, § 1º: “Compete exclusivamente à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa das leis de fixação das forças armadas e, em geral, de todas as leis sobre matéria fiscal e financeira.” Logo, para se obter qualquer recurso, no orçamento da União, era indispensável convencer o presidente tanto da sua necessidade quanto da sua viabilidade.

V.Ex., por várias vezes tem se manifestado, uma providência urgente que venha proporcionar os meios de que a Administração carece para que, em definitivo, cessem os inconvenientes que resultam de uma adaptação inadequada e deficiente pelo desenvolvimento dos trabalhos que vem sendo atribuídos a este Departamento.

Tal situação, agora agravada pela necessidade da imediata entrega do prédio à Prefeitura do Distrito Federal e que obriga a dispersão das Directorias que passarão a funcionar em lugares diferentes, dada a impossibilidade da transferência desta Secretaria de Estado para local apropriado, constitui, por si só, motivo de tal ordem, que uma solução imediata se impõe e esta, parece, não deverá ser outra senão a construção do edifício a fim de que não sejam por mais tempo perturbados os trabalhos que essa desagregação fatalmente determinará.”

Uma vez exposta a situação em que se encontrava o MESP, os técnicos procuram demonstrar os meios que estavam à disposição do ministro para (re)organizar espacialmente o ministério. Em primeiro lugar, salientam o fato de possuir o governo federal um terreno para a construção do edifício na Esplanada do Castelo. Afirmam os técnicos:

“Dispondo o Governo da União, de acordo com o entendimento havido com a Prefeitura e na conformidade do Decreto nº 23.238, de 18 de outubro de 1933, da área necessária à construção do edifício na Esplanada do Morro do Castelo, há a examinar apenas a possibilidade dos recursos para semelhante iniciativa.”²¹¹

Apenas depois dessas considerações iniciais, que ocupa um terço do documento, é que os técnicos do Ministério iniciam a análise dos recursos que poderiam ser utilizados na obra *dentro das possibilidades orçamentárias e com o producto de arrecadações já feitas e em depósito, à disposição deste Ministério.*²¹² Após elencar os fundos disponíveis, afirma a Diretoria Geral de Contabilidade:

“Como se vê, o total de 7.000:000\$000 poderá ser obtido sem que sejam excedidas as dotações orçamentárias e com as economias apuradas na arrecadação destinada a atender despesas de caracter especial e que não foram incluídas no orçamento da União.”²¹³

Contudo, o único entrave legal da solução proposta pela Contabilidade do MESP era a necessidade de autorização do Poder Legislativo para a realocação dos recursos previstos em orçamento. Salientamos que, desde a década de 1920, vigorava no país uma lei de orçamento destinada a regular os gastos públicos e, que a partir do movimento armado político-militar de 1930, o governo Vargas adotara uma rígida política de contenção dos gastos estatais. Isso posto, pondera o diretor da contabilidade do MESP:

²¹¹ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot. 170

²¹² CPDOC/FGV GC 34 10 19 rolo 18, fot. 170-171

²¹³ CPDOC/FGV GC 34 10 19 rolo 18, fot. 171

“O aproveitamento desse saldo (7.000:000\$000) e, bem assim, da quantia de 4.5000:000\$000, dependerá, entretanto, de autorização do Poder Legislativo e acredito que tal autorização não será negada diante das justificadas razões que militam a seu (Gustavo Capanema) favor.”²¹⁴

Considerando que havia um saldo de 7.000:000\$000 à disposição do MESP e uma urgência na construção de um edifício-sede, argumentavam os técnicos, não havia motivo para o legislativo recusar uma alteração da lei de orçamento anual, uma vez respeitadas as limitações impostas pelo texto constitucional²¹⁵. Nesses termos, a partir desse estudo feito pela Diretoria Geral de Contabilidade, Capanema solicitou a Vargas, em 14 de março de 1935, o encaminhamento à Câmara dos Deputados do seguinte projeto de lei:

“art. 1 – Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, no Banco do Brasil, com os saldos em depósito provenientes da arrecadação das rendas relativas aos estabelecimentos de ensino recolhidas até 31 de dezembro de 1934, uma conta especial de 3.000:000\$000, para serem aplicados nas despesas do início da construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública.

art. 2 – Para a conclusão das obras que trata o artigo anterior, será incluído no orçamento de 1936 o crédito que se tornar necessário.”²¹⁶

Tratava-se de obter legalmente os recursos necessários para o início das obras. Nesse sentido, Capanema dirigiu-se a Vargas, na carta supracitada, redigida num momento no qual a versão definitiva do *Edital de concorrência pública para o concurso de projeto do edifício da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública* ainda não estava concluída. Afirmou o ministro:

“A edificação da sede para os serviços do Ministério da Educação e Saúde Pública, - Secretaria de Estado, directorias imediatamente subordinadas e Conselhos Técnicos, - é medida que se impõe e cuja necessidade e relevância, por isso mesmo, deixo de assinalar a Vossa Excelência”²¹⁷

²¹⁴ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.171

²¹⁵ De acordo com a CF/34 em seu art. 50 § 3º - A lei de orçamento não conterá dispositivo estranho à receita prevista e à despesa fixada para os serviços anteriormente criados. Não se incluem nesta proibição:

- a) a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de créditos por antecipação de receita;
- b) a aplicação de saldo, ou o modo de cobrir o *déficit*.”

Na medida em que havia um saldo nas contas do MESP o mesmo poderia ser aproveitado na construção do edifício-sede do Ministério, sem que houvesse necessidade de se aumentar as despesas.

²¹⁶ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.176.

²¹⁷ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.176

Ou seja, a necessidade e a relevância de um edifício-sede para o MESP eram de todos conhecida, inclusive do presidente. Tais fatos eximiam o ministro de tecer longas considerações a esse respeito. O importante era conseguir a liberação dos recursos necessários ao início das obras.

O edital e a (re)organização administrativa do MESP - aproximações

*O edital de concorrência pública para o concurso de projeto do edifício da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública*²¹⁸, publicado no Diário Oficial (DO) de 25 de abril de 1935²¹⁹ é composto de duas partes, bem delimitadas: na primeira, numerada de 1 a 26, encontramos os elementos de praxe em todo edital de abertura de concorrência pública, quais sejam: as partes, o objeto, a comissão julgadora, as etapas, a premiação; a seguir, em algarismos romanos (I a XV) temos uma relação das salas necessárias à secretaria de Estado, às diretorias gerais e aos conselhos técnicos integrantes do MESP, ou seja, o programa do edifício.

O objetivo de Capanema em construir um edifício-sede para o *seu* ministério, conforme ressaltamos ao longo deste trabalho, era representar o Estado-nação brasileiro em seu duplo aspecto, o cultural e o racional. Não se tratava de se construir um monumento à sua gestão ou ao governo Vargas, mas ao Brasil, recém-liberto das travas de uma máquina administrativa que lhe tolhia os movimentos rumo ao progresso proclamado em sua bandeira. A racionalização do serviço público era uma meta a ser atingida, na qual as (re)organizações administrativa e espacial do MESP constituíam etapas da construção do novo. Verificamos que não há como dissociarmos ambas as esferas, a administrativa e a espacial, elas se interpenetram de forma que a concretização de uma depende intrinsecamente da realização da

²¹⁸ Temos duas versões do *edital de concorrência pública para o concurso de projeto do edifício da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública* arquivadas no Processo 6870/35: a *versão preliminar* (p.2-16), datada de fevereiro de 1935 e assinada por Souza Aguiar; a *versão definitiva* (p.18-24), a qual foi publicada no DO. Entre as duas versões, temos algumas diferenças na redação, as quais ressaltaremos no decorrer desse capítulo. Cumpre-nos indagar: o que levou o administrador público a juntar aos autos de um processo administrativo duas versões (a preliminar e a definitiva) de um mesmo edital? Da comparação entre elas podemos inferir algumas conclusões, as quais exporemos ao longo deste capítulo.

No anexo 1, apresentamos um quadro comparativo entre as duas versões do edital: a preliminar e a definitiva.

²¹⁹ Republicado no DO nos dias 02 e 11 de maio de 1935.

outra. Um edifício racionalmente concebido só poderia cumprir com eficácia suas finalidades públicas se houvesse uma (re)organização da própria máquina administrativa nele instalada. Assim, verificada a disponibilidade no orçamento dos recursos necessários ao início das obras, o ministro solicitou, em fevereiro de 1935, a elaboração de um edital, ao mesmo tempo em que continuava suas reflexões sobre a melhor organização administrativa possível para a pasta por ele comandada.

Os anexos do edital de abertura do concurso constituem um quadro da organização administrativa do MESP em meados de 1935²²⁰. Nesse sentido, logo na abertura do processo nº 6870/35, encontramos a seguinte solicitação de Capanema, redigida por Souza Aguiar, superintendente de obras e transportes do MESP:

“Ordenou o Sr. Ministro fosse organizado o edital para abertura do Concurso em que deverá ser escolhido o projecto para o edifício deste Ministério. Recommendo á Divisão Technica que apresente minuta do edital para a construcção do edifício na Esplanada do Castello, tendo em vista as *necessidades dos serviços*, de accôrdo com os *elementos fornecidos pelo Chefe de cada um deles*. Em, 11 de fevereiro de 1935.” (grifos nossos)²²¹

Não estamos diante de uma especulação de qual seria a futura organização do ministério, mas de como ele se estruturava, de fato, no momento de abertura do concurso. Desse modo, não concordamos com a afirmação de Lissovsky e Sá de que “o edital *antecipa*, nas disposições anexas em que o programa é especificado, a planejada reforma administrativa do ministério.” (grifos nossos)²²² Não houve uma antecipação, mas um retrato da administração pública num determinado momento histórico. Os estudos para a elaboração da reforma estavam em andamento, sendo que inúmeros esboços e rascunhos do projeto apresentado ao congresso podem ser consultados no FGV/CPDOC, arquivo Gustavo Capanema²²³. Nada estava definido sobre a organização futura do MESP. O que havia era o empenho do ministro em dotar o ministério de uma moderna, eficiente e racional organização administrativa e o edifício-sede a ser construído estava intrinsecamente relacionado a esse objetivo.

²²⁰ A estrutura administrativa do MESP seria (re)organizada pela lei nº 378/37.

²²¹ Processo 6870/35, p.1.

²²² LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.3.

²²³ Ver FGV/CPDOC, GC rolo 15.

Cumpramos ressaltar que, na medida em que a administração pública está em constante evolução e aperfeiçoamento, no edifício-sede a ser construído deveria ser levada em consideração a possibilidade de ocorrerem alterações futuras na organização administrativa ministerial sempre de acordo os constantes esforços de racionalização do serviço público. Se compararmos a relação de necessidades dos chefes de serviços colocadas nos anexos do edital de abertura do concurso com as que existiam por ocasião do lançamento da pedra fundamental em 1937, verificamos como tanto novos órgãos, funções e atividades foram criados, quanto o programa da edificação tornou-se muito mais complexo. Portanto, um edifício de acordo com o novo Estado-nação que estava sendo construído deveria ser capaz de abranger as novas funções que constantemente surgiam na esfera da administração pública federal, ou seja, ser flexível o suficiente de forma a acolher as mais diversas funções e necessidades de um Estado-nação moderno.

De acordo com os anexos do edital de abertura do concurso, o edifício-sede do MESP deveria conter as seguintes salas, as quais correspondiam a organização administrativa do ministério por ocasião da publicação do edital (abril de 1935):

1 – Secretaria de Estado

a) Gabinete do ministro: Gabinete particular do ministro; Sala de recepção; Antecâmara para as salas do ministro; Sala do diretor do gabinete; Sala dos oficiais-de-gabinete; Sala dos auxiliares do gabinete; Antecâmara para as salas do pessoal do gabinete; Sala de imprensa; Instalações sanitárias.

b) Portaria: Sala do protocolo geral; Centro telefônico; Central de instalação dos tubos pneumáticos; Sala de expedição.

c) Procuradoria dos Feitos: Gabinete do procurador; Sala do expediente da procuradoria; Uma instalação sanitária.

d) Diretoria Geral de Expediente: Gabinete do diretor; Seção do pessoal; Seção do material; Arquivo; Biblioteca; Mapoteca; Mimeografia; Depósito de publicações; Almoxarifado; Restaurante; Cozinha; Chapelaria; Sala central da portaria.

e) Diretoria Geral de Contabilidade: Gabinete do diretor; Quatro salas das seções de contabilidade; Sala de máquinas de contabilidade; Sala de tesouraria com caixa-forte e gabinete do tesoureiro; Sala de contadoria.

f) Diretoria Nacional de Educação: Gabinete do diretor; Dois gabinetes de assistentes; Seis salas para as seções.

g) Diretoria de Saúde e Assistência Médico-Social: Gabinete do diretor; Seis salas para a seção técnica de saúde pública; Seis salas para a seção técnica de assistência médico-social; Cinco salas para a seção de bioestatística; Quatro salas para a seção de propaganda e educação sanitárias

h) Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação: Gabinete do diretor; Três salas para trabalhos técnicos de estatística; Quatro salas para as seções de estatística; Seis salas para o serviço de informações e divulgação.

i) Superintendência de Obras e Transportes: Gabinete do superintendente; Seção técnica; Seção de material; Divisão mecânica; Divisão de transportes terrestres; Divisão de transportes marítimos; Divisão de obras gráficas.

2) Conselho Nacional de Educação;

3) Conselho Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social;

4) Conselho Nacional de Belas-Artes;

Cada conselho técnico deverá ter: um salão de reunião; antecâmara - três salas de reuniões especiais; instalações sanitárias.

5) Secretaria dos Conselhos: Gabinete; Três salas de expediente;

6) Diretoria da Defesa Sanitária Internacional e da Capital da República;

7) Diretoria de Assistência Hospitalar;

8) Diretoria de Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental;

9) Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância;

10) Diretoria dos Serviços Sanitários nos Estados;

As diretorias deverão conter: gabinete do diretor (um por diretoria); quinze salas destinadas às suas seções.

11) Inspeção Geral do Ensino Superior;

12) Inspeção Geral do Ensino Secundário;

12) Superintendência do Ensino Industrial;

13) Inspeção Geral do Ensino Comercial;

14) Inspeção Geral do Ensino Emendativo.

As inspeções gerais de ensino e a superintendência do ensino industrial deverão conter: peças necessárias aos gabinetes dos respectivos chefes de serviço; quinze salas destinadas às suas diversas seções.

Apesar dessa minuciosa relação das salas necessárias ao funcionamento do ministério, prevista no edital, cumpre salientar que ainda não fora concluída (re)organização administrativa daquele, a qual apenas ocorreria no início de 1937 com a aprovação da lei redigida pelo ministro. Em carta oficial endereçada a Getúlio Vargas, datada de 14 de novembro de 1935, às vésperas do movimento armado militar daquele mesmo mês²²⁴, Capanema expõe:

“Trago-lhe, finalmente, o projecto de (re)organização do Ministério da Educação. Antes do mais, peço-lhe que me perdôe a demora. *Demorei muito. Mas demorei, porque não queria apresentar-lhe uma reforma parcial, feita de afogadilho.* Demorei, não para distrahir-me com outras coisas, mas para consagrar-me fervorosamente, num trabalho realmente penoso, à elaboração de uma construção de grande vulto e sentido.

Li muito. Percorri livros e livros sobre todos os assumptos relacionados com o Ministério. Entretanto, *não lhe trago um trabalho livresco e artificial.* Estive permanentemente em contacto com a realidade: *observei, examinei, sondei as coisas existentes.* Nem só uma linha foi escripta, na exposição de motivos e no projeto de lei, sem

²²⁴ Nos Diários Getúlio Vargas escreveu, no dia 18 de novembro, segunda feira: “O ministro da Educação entregou-me o plano de (re)organização do ministério.” VARGAS, Getúlio (1995). *Opus cit.*, vol. I, p.442.

essa prévia indagação a respeito do que existe, do que está funcionando e de como está funcionando. (...)” (grifos nossos)²²⁵

E finaliza afirmando:

“Nutro a esperança de que desta reforma sairá o Ministério mais prestigiado, com uma projecção maior sobre todo o país, e entrará a ser, effectivamente, um poderoso instrumento destinado ao aperfeiçoamento do homem brasileiro.” (grifos nossos)²²⁶

Uma vez colocado em discussão no Congresso, Capanema se dedica a analisar cada emenda feita ao projeto pelos deputados e senadores. Como ele afirmara a Vargas, não se tratava de um projeto copiado dos livros lidos, distanciado da realidade administrativa brasileira, mas decorria da experiência do ministro como administrador público e de uma atenta observação dos serviços do MESP, o que pode ser constatado na documentação arquivada no CPDOC-FGV, na qual encontramos as diversas versões do projeto e inúmeros organogramas elaborados para uma racional, moderna e eficiente organização da pasta por ele comandada.

Aprovada a lei nº 378/37 o MESP adotou a seguinte organização administrativa²²⁷ a qual ampliava reordenava e ampliava as funções a serem desempenhadas no edifício-sede

²²⁵ CPDOC/FGV GV c 1935.11.14 XX-20, p.1 (versão manuscrita); GC b Vargas 6 fot.434, p.1 (versão datilografada)

²²⁶ CPDOC/FGV GV c 1935.11.14 XX-20, p.5-6 (versão manuscrita); GC b Vargas 6 fot.434, p.6 (versão datilografada).

²²⁷ De acordo com os artigos 128 e 130 da lei nº 378 foram (re)organizados diversos órgãos integrantes do MESP, agora denominado MES:

Art. 128: “Ficam extintos os órgãos seguintes, *cujas funções foram atribuídas a outros, criados por esta lei*: Directoria Geral de Expediente, Directoria Geral de Contabilidade, Directoria Geral de Informações, Estatísticas e Divulgação, Directoria Nacional de Educação, Inspectoria Geral do Ensino Superior, Inspectoria Geral do Ensino Secundário, Superintendencia do Ensino Industrial, Inspectoria Geral do Ensino Commercial, Inspectoria Geral do Ensino Emendativo, Directoria Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social, Directoria da Defesa Sanitaria Internacional e da Capital da Republica, Directoria dos Serviços Sanitarios nos Estados, Directoria de Assistencia a Psychopathas e Prophylaxia Mental, Directoria de Assistencia Hospitalar e Directoria de Protecção á Maternidade e á Infancia.”

Art. 130. “Fica extinto o Conselho Nacional de Bellas Artes, *cujas funções passarão a ser exercidas pelo Serviço do Patrimonio Historico e Artistico Nacional e pelo Museu Nacional de Bellas Artes.*” Grifos nossos.

Portanto, do programa inicialmente proposto no início de 1935, apenas permaneceram inalteradas as organizações dos Conselhos Nacionais da Educação e da Saúde.

ministerial, as quais decorriam de novas responsabilidades assumidas pelo Estado-nação brasileiro:

- 1 – órgãos de direção (denominados de Secretaria de Estado)
 - a) Gabinete do Ministro – dirigido por um chefe de gabinete
 - b) órgãos de administração geral – composto pelas diretorias de Pessoal e de Contabilidade.
 - c) órgãos de administração especial – composto pelo Departamento Nacional de Educação²²⁸ e pelo Departamento Nacional de Saúde²²⁹ com a colaboração da Diretoria de Estatística, subordinada diretamente ao Ministro²³⁰
 - d) órgãos complementares: a Comissão de Eficiência²³¹; o Serviço Jurídico; o Serviço de Publicidade; a Biblioteca; o Serviço de Comunicações e a Portaria.
- 2 – órgãos de execução – de acordo com o art. 4²³² o Brasil seria dividido em oito regiões, nas quais seriam estabelecidos os respectivos órgãos de execução:

Art. 67: “Além do Conselho Nacional de Educação, assistirá o Ministério o Conselho Nacional de Saude.

Paragrapho unico. A composição, o funcionamento e a competencia do Conselho Nacional de Educação constam da lei n.º 174, de 6 de janeiro de 1936, ficando revogadas as expressões ”com aprovação do Senado Federal” do seu artigo 3º; a composição, o funcionamento e a competencia do Conselho Nacional de Saude constarão de lei especial.”

²²⁸ Cf. Lei nº 378/37, art. 10: “O Departamento Nacional de Educação compor-se-á do gabinete do director geral, de um serviço de expediente e das oito seguintes divisões, cada um a cargo de um director se comprovada competência: a) Divisão de Ensino Primario; b) Divisão de Ensino Industrial; c) Divisão de Ensino Commercial; d) Divisão de Ensino Domestico; e) Divisão de Ensino Secundario; f) Divisão de Ensino Superior; g) Divisão de Ensino Extraescolar; h) Divisão de Ensino Physica.”

²²⁹ Cf. Lei nº 378/37, art. 14: “O Departamento Nacional de Saúde compor-se-á do gabinete do director geral, de um serviço de expediente e das quatro seguintes divisões, cada uma a cargo de um director reconhecidamente especializado: a) Divisão de Saude Publica; b) Divisão de Assistencia Hospitalar; c) Divisão de Assistencia a Psychopathas; d) Divisão de Amparo á Maternidade e á Infancia.”

²³⁰ Cf. Lei nº 378/37, art. 19: “A Directoria de Estatistica compete a organização da estatistica dos assumptos da competencia do Ministério, bem como a divulgação de seus resultados.”

²³¹ Cf. Lei nº 378/37, art. 21. “A Commisão de Efficiencia se destina a estudar e propor, permanentemente, as medidas que devam ser tomadas, para que a administração geral do Ministério (organização do pessoal, do material e da contabilidade, bem como o funcionamento burocratico) se faça com regularidade, rapidez e economia.”

²³² Cf. Lei nº 378/37, art. 4: “Fica o territorio do paiz, para effeito da administração dos serviços do Ministério da Educação e Saúde, dividido em oito regiões, a saber: a) 1ª Região, constituída pelo Districto Federal e pelo Estado do Rio de Janeiro; b) 2ª Região, constituída pelo Territorio do Acre e pelos Estados do Amazonas e Pará; c) 3ª Região, constituída pelo Estados do Maranhão, Piauihy e Ceará; d) 4ª Região, constituída pelos Estrados do Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco e Alagôas; e) 5ª Região, constituída pelos Estados se Sergipe, Bahia e Espirito Santo; f) 6ª Região, constituída pelos Estados de São Paulo e Matto Grosso; g) 7ª Região,

a) serviços intermediários: composto pelas delegacias federais de educação²³³ e de saúde²³⁴.

b) serviços relativos á educação: composto por “órgãos destinados a executar actividades de educação escolar ou de educação extraescolar”²³⁵

c) serviços relativos á saúde: composto por “órgãos destinados a executar actividades de saúde publica ou de assistencia médico-social”²³⁶;

constituída pelos Estados do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul; h) 8ª Região, constituída pelos Estados de Minas Geraes e Goyas.”

²³³ Cf. Lei nº 378/37, Art. 30. As delegacias federaes da educação competirá fazer a inspecção dos serviços federaes de educação, promover a fiscalização dos estabelecimentos de ensino reconhecidos federalmente, e ainda exercer as actividades que se tornarem necessárias á effectivação da collaboração da União nos serviços locais de educação escolar e de educação extraescolar.

²³⁴ Cf. Lei nº 378/37, Art. 31. As delegacias federaes de saude competirá fazer a inspecção dos serviços federaes de saude, e ainda superintender as actividades que se tornarem necessárias á effectivação da collaboração da União nos serviços locais de saude publica e de assistencia médico-social.

²³⁵ Cf. Lei nº 378/37, art. 33

Foram mantidas: a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade Técnica Federal (reunidas para formar a Universidade do Brasil); as instituições de ensino superior existentes em diversos estados da federação (Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Direito do Ceará, Faculdade de Medicina da Bahia, Faculdade de Medicina de Porto Alegre e Escola Politécnica da Bahia); o Colégio Pedro II; o Instituto Benjamin Constant; o Instituto Nacional de Surdos Mudos; o Instituto Oswaldo Cruz; o Observatorio Nacional; a Biblioteca Nacional e o curso de biblioteconomia nela existente; a Cada de Ruy Barbosa; o Museu Histórico Nacional e o curso de museologia nele existente.

Foram transformados em liceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União.

Foram criados: o Instituto Nacional de Pedagogia; o Instituto Nacional de Cinema Educativo; a seção Braille da Biblioteca Nacional; o Instituto Cayrú; o Serviço do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes.

Foram instituídos: a Comissão de Theatro Nacional e o Serviço de Radiodifusão Educativa,

²³⁶ Cf. Lei nº 378/37, art. 51.

Foram criados: o Instituto Nacional de Saúde Publica, o Instituto Nacional de Puericultura, o Serviço de Puericultura do Distrito Federal

Foram mantidos como serviços públicos federais: o serviço de águas e esgotos do Distrito Federal e o Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal (que abrange o Laboratório de Saúde Publica; a Inspeção da Alimentação; a Inspeção dos Centros de Saúde; a Inspeção dos Serviços Especiais e a Inspeção de Engenharia Sanitária).

Foram incorporados, ao Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal, o hospital-colônia de Curupaity e o Preventório Paula Andado, bem como constituídos o Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal (composto pelos hospitais Estácio de Sá, São Francisco de Assis e Pedro II) e o Serviço de Assistência a

d) serviços auxiliares: composto pelos Serviços de Obras, de Transportes; e Gráfico²³⁷.

3 – órgão de cooperação: composto pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Nacional de Saúde.²³⁸

Novas práticas, novos hábitos e novos costumes

Considerando que por acto do Sr. Ministro da Educação e Saúde foi mandado abrir concurso para a escolha do ante-projecto do futuro do edifício do Ministerio da Educação e Saude Publica;

Considerando ser o concurso publico uma norma digna de todo apoio, por isso que permite a manifestação de profissionais que não dispõem de outro cabedal para o successo, que não seja o seu próprio valor;

Considerando que esse é um precedente official digno de ser seguido pelos demais órgãos dos poderes publicos;

Proponho:

Que o Conselho Nacional de Bellas Artes officie ao Sr. Ministro, congratulando-se com S. Exa. pela feliz iniciativa.

Em 30 de abril de 1935.”

Gerson Pompeu Pinheiro²³⁹

De acordo com as disposições contidas no edital, o concurso se realizaria por meio de duas provas públicas sucessivas, julgadas por uma comissão composta de cinco membros tendo como presidente o ministro Gustavo Capanema. Tal disposição retificava o disposto na redação preliminar do edital, na qual constava expressamente que a primeira prova seria pública e a segunda, privada, o que claramente confrontava o princípio da publicidade dos atos administrativos. Ora, como defender essa disposição no âmbito de uma administração que se afirmava afastada dos personalismos e da corrupção características da primeira República? Ao determinar o julgamento privado do projeto a ser premiado, abria-se a

Psicopatas do Distrito Federal (composto pelos seguintes órgãos: o Hospital Psiquiátrico, o Instituto de Neuro-Syphilis, a Colonia Juliano Moreira, a Colônia Gustavo Riedel e o Manicômio Judiciário.

Foram instituídos o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (em substituição à Secção de Informações, Propaganda e Educação Sanitária, da atual Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social; o Serviço de Saúde dos Portos; o Serviço Anti-venéreo das Fronteiras e o Serviço de Febre Amarela (em cooperação com a Fundação Rockefeller)

²³⁷ Os dois primeiros em substituição a Superintendência de Obras e Transportes existente no MESP, existente por ocasião da realização do concurso.

²³⁸ Cf. Lei nº 378/37, art. 67.

²³⁹ Moção proposta por Gerson Pompeu Pinheiro, aprovada pelo Conselho Nacional de Belas Artes em 04 de maio de 1935, congratulando o ministro Gustavo Capanema pela iniciativa de realizar um concurso para a escolha do projeto do edifício ministerial, *In*: Processo 6870/35, p. 31-32.

possibilidade de ocorrerem as negociatas tão características do antigo regime / governo. Na versão definitiva, retirou-se essa disposição, passando o concurso a ser aberto / público em suas duas etapas, o que garantiria a sua transparência, um dos requisitos dos atos administrativos de acordo com o direito administrativo moderno, ainda em construção.

Na primeira etapa do concurso, foram apresentados os projetos, em invólucros fechados e lacrados, os quais deveriam conter estritamente os seguintes desenhos, sob pena de desclassificação²⁴⁰: as plantas de cada pavimento e da cobertura, o desenho da fachada principal, uma perspectiva do ângulo e um corte. Estava vedado aos concorrentes o envio de variantes de um mesmo projeto, porém, era-lhes permitido apresentar mais de um projeto para ser julgado na primeira prova.²⁴¹ Assim estabelecido, tivemos a participação de trinta e quatro concorrentes (invólucros) com a apresentação de trinta e cinco projetos, na medida em que um dos arquitetos elaborou dois projetos distintos. Verificamos que, em regra, as disposições contidas no edital tinham por finalidade garantir a igualdade de condições e de tratamento a todos os candidatos, como, por exemplo, as supracitadas referentes à ausência de identificação dos concorrentes na primeira prova, ao número de desenhos a serem apresentados e ao impedimento da apresentação de variantes de um mesmo projeto. O texto constituía-se em um instrumento para garantir não só o bom andamento dos trabalhos como também a lisura da escolha dos premiados.

Por terem sido entregues em invólucros fechados e lacrados, mediante recibo de entrega, a identificação dos concorrentes, até o término do julgamento da primeira prova, ocorreu por meio de divisas, com as quais foram assinados os desenhos e os envelopes que deveriam conter o nome e o endereço do autor do projeto²⁴². Cumpre salientar que o edital exigia a participação individual dos arquitetos, o que excluía, à princípio, a formação de equipes de profissionais voltadas ao desenvolvimento do projeto a ser objeto de julgamento.

²⁴⁰ De acordo com o item 10: “Os trabalhos serão elaborados em *estrita* observância a este edital, *não sendo admitidos* outros desenhos, documentos ou modelos, além dos acima especificados” (grifos nossos)

²⁴¹ De acordo com o item 11: “Nenhum concorrente poderá enviar variantes de um mesmo projeto, mas poderá apresentar, na primeira prova, mais de um projeto.”

²⁴² Importante salientar que de acordo com o edital os arquitetos deveriam concorrer individualmente e não em grupo, o que foi desrespeitado por inúmeros arquitetos. Dentre os premiados, inclusive, encontramos a presença de uma dupla de arquitetos: Raphael Galvão e Mario Fertin.

Como data final para a participação no concurso, o edital estipulou que os trabalhos deveriam ser entregues *até as 14 horas do dia 31 de maio do corrente ano*²⁴³. Contudo, em virtude de um abaixo-assinado de engenheiros e de arquitetos datado de 18 de maio, essa data foi alterada para 15 de junho, de acordo com o despacho, de próprio punho, do ministro Capanema:

“Defiro em parte o pedido. Fica o *1º* prazo *prorrogado* para 15 de junho, *reduzindo-se*, entretanto, o *2º* o prazo á 45 dias. 23.5.1935. Capanema”²⁴⁴

A decisão do ministro constitui um exemplo da sua habilidade política, que lhe auxiliaria a permanecer no cargo até o fim do primeiro governo Vargas.²⁴⁵ Ao mesmo tempo em que atendeu em parte a solicitação dos engenheiros e arquitetos, que a princípio solicitavam a data de 30 de junho, reduziu de sessenta²⁴⁶ para quarenta e cinco dias o prazo da segunda etapa do concurso, a do desenvolvimento dos projetos escolhidos na primeira prova. Nada lhe foi pleiteado no que se refere ao prazo de desenvolvimento dos projetos, porém o ministro para prorrogar a data de entrega dos projetos na primeira etapa do concurso reduziu o prazo da segunda de forma a manter o cronograma original do certame e não atrasar o início da construção do edifício-sede do MESP. A necessidade e relevância de se edificar a sede ministerial impunha uma atenção especial ao cronograma previsto para o concurso, isso sem mencionar a importância de a administração pública respeitar os prazos estabelecidos por ela mesma. Conforme salientou o jornal Correio da Manhã em sua edição de domingo, em 21 de abril de 1935²⁴⁷, no que se refere ao empenho de Capanema naquela questão:

“A construção de uma séde definitiva para o Ministerio da Educação e Saúde Pública é um problema que vem preocupando o Sr. Gustavo Capanema, desde que o mesmo assumiu a direção dessa pasta.

²⁴³ Edital, item 14

²⁴⁴ Processo 3870/35, p. 46-47.

²⁴⁵ A permanência de Gustavo Capanema à frente do MESP até outubro de 1945 se deve a um conjunto de fatores que não devem ser reduzidos à mera habilidade política. Contudo, não há como desconsiderarmos essa última como um elemento que o auxiliou naqueles conturbados anos.

²⁴⁶ De acordo com o edital, item 15: “O prazo para o desenvolvimento do esboço (segunda prova) é de *sessenta dias*, a contar da data em que a Superintendência de Obras e Transportes fizer aos concorrentes escolhidos na primeira prova a devida comunicação.” grifos nossos

²⁴⁷ Data anterior à da primeira publicação do edital no Diário Oficial: terça-feira, 23 de abril de 1935 (*In*: Processo 6870/35, p.24-26)

Resolvida a edificação dessa sede numa das quadras da Esplanada do Castelo, e proposta ao Congresso a maneira do seu financiamento, o titular da pasta passou a considerar as bases do concurso de projecto, que deverá preceder os trabalhos de construção.”²⁴⁸

Em diversos momentos, ao longo do concurso e da construção do edifício, Capanema expressou o caráter de urgência dado à conclusão da obra e à sua importância no projeto de (re)organização administrativa do MESP. Vivíamos num regime constitucional, sob a égide da Constituição de 1934, fruto de uma Assembléia Constituinte livre e soberana. Getúlio Vargas fora eleito presidente constitucional para o quadriênio 1934-1938, sendo-lhe vedada a reeleição.²⁴⁹ Portanto, pouco tempo possuía o ministro para concretizar seu projeto administrativo à frente do MESP, dotando-o dos instrumentos necessários às modernas teorias de racionalização do serviço público desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo em que sublinhava a urgência da construção de um edifício-sede e tomava a decisão administrativa de abertura de um concurso, Capanema buscava colher dados e informações sobre as mais recentes construções destinadas ao serviço público construídas na Europa e nos Estados Unidos de forma a ser escolhido o melhor projeto, instruindo-se para tomar uma decisão técnica. Assim, apesar de ter declarado, na reunião de encerramento do concurso *não ter examinado detalhadamente os projetos porque quis deixar inteiramente aos técnicos esta incumbência*²⁵⁰, de fato ele participou ativamente de cada etapa do certame e formou sua opinião sobre os concorrentes e os projetos apresentados. Com o intuito de se informar sobre as modernas instalações ministeriais construídas no exterior, encontramos

²⁴⁸ Há um recorte dessa notícia, publicada no Correio da Manhã, anexado ao Processo 6870/35 na p.33. Nesse texto o jornalista ressalta a não obrigatoriedade de o governo contratar os serviços do arquiteto vencedor do concurso: “o governo não fica com a obrigação de contratar os serviços dos architectos premiados para a execução da obra.”

Também foram anexadas ao processo recortes de matérias publicadas em outros jornais cariocas: A Noite (27 de abril de 1935 – dois recortes da mesma matéria), Correio da Manhã (05 de maio de 1935) e Jornal do Brasil (05 de maio de 1935).

²⁴⁹ De acordo com a CF/34, art 52 – “O período presidencial durará um quadriênio, não podendo o Presidente da República ser reeleito senão quatro anos depois de cessada a sua função, qualquer que tenha sido a duração desta.”

²⁵⁰ Ata da reunião de encerramento do concurso de escolha do projeto do edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública, 01 de outubro de 1935.

inúmeras cartas com embaixadores e funcionários a serviço do Brasil no exterior nas quais o ministro indaga sobre as soluções adotadas.

Com José Roberto Macedo Soares (São Paulo-SP, 1893 – Rio de Janeiro-RJ, 1953), embaixador do Brasil em Roma (1933-1935), obteve informações sobre o palácio do Ministério da Aeronáutica, recém construído naquela cidade, *que é considerado, pelas suas instalações como o mais perfeito da Europa*.²⁵¹ Através de Fernando Lobo (Rio de Janeiro-RJ, 1896 – 1966), diplomata brasileiro a serviço nos Estados Unidos, foi informado sobre as instalações dos modernos edifícios ministeriais norte-americanos: *O que tenho visto, porem, de verdadeiramente extraordinario, são as novas installações das repartições publicas aqui. Em relação ao do Justice Department, descreve os modernos equipamentos colocados a serviço da administração pública, dotando-a de eficiência e de agilidade:*

“o melhor de todos, que possui tudo quanto se póde imaginar em materia de conforto e organização: edificio novo, de grandes dimensões (...) tubos de ar comprimido atraves de todo o edificio para andamento dos papéis (...) Os serviços administrativos são centralizados para todo o predio: comunicações. pessoal, material, contabilidade, archivo, bibliotheca, deposito de publicações, dactylographia ... (...)”²⁵²

Em ambas as cartas, verificamos uma preocupação exclusiva com as instalações, o estilo adotado pelo edifício ou a vinculação a um determinado movimento arquitetônico não é levado em consideração pelos missivistas. O que importava para Capanema, e àqueles com quem se correspondia, era a construção de um edifício-sede para o MESP moderno e funcional de forma a auxiliá-lo na tarefa de (re)organizar administrativamente aquela pasta. Assim, dizer que delegava aos técnicos a incumbência de escolher o melhor projeto para o edifício-sede do MESP era muito mais uma frase retórica proferida num momento em que estava insatisfeito com as decisões tomadas pela comissão julgadora.²⁵³ O saber técnico e,

²⁵¹ Carta de José Roberto de Macedo Soares a Gustavo Capanema, datada de 14 de junho de 1935, antes, portanto, da primeira reunião da comissão julgadora do concurso ocorrida em 17 de junho do mesmo ano. In: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p. 8-9. CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.186A. O relatório – “Notizie sul nuovo Ministerio dell’Aeronautica” elaborado pelo governo italiano está arquivado no CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot. 186B-187.

²⁵² Carta de Fernando Lobo a Gustavo Capanema, datada de 24 de agosto de 1935. *Idem, ibidem*, p.12-14. CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.187A

²⁵³ Esse tema será retomado, adiante, ao analisarmos a reunião de encerramento do concurso.

presumivelmente, neutro dos membros da comissão julgadora desviava-se para a consagração dos detentores do capital simbólico no campo arquitetônico.

Delegar aos técnicos o dever de escolher o melhor projeto para o edifício-sede do MESP, a partir de um saber técnico, era uma forma de transitar entre as diversas concepções de *moderno/modernidade* em arquitetura discutidas na capital federal em meados da década de 1930²⁵⁴, sem se filiar a qualquer uma delas. Conforme já dissemos, o interesse de Capanema era de construir de um edifício para abrigar racionalmente o *seu* ministério e não de prestigiar um determinado arquiteto ou instituição de ensino.

O campo arquitetônico em meados da década de 1930

Em meados dos anos 1930, o que ocorria, concomitantemente à regulamentação da profissão de arquiteto enquanto profissional dotado de um saber técnico próprio, não era uma querela entre antigos e modernos, como afirma grande parte da historiografia da arquitetura, mas uma disputa entre *modernos* pela detenção do capital simbólico no campo arquitetônico. Acadêmicos ou não, todos se consideravam *modernos* e eram vistos como tais pela população e pela imprensa especializada (as revistas de arquitetura e de engenharia). No artigo publicado, em novembro de 1933 pela Revista da Directoria de Engenharia – Prefeitura do Districto Federal (RDE-PDF)²⁵⁵, sobre o cine-Ipanema, projeto de Raphael Galvão (primeiro lugar no concurso realizado pela Companhia Brasileira de Cinemas) salientou-se:

²⁵⁴ Disputa que o fizera não continuar as tratativas com o arquiteto mineiro Luiz Signorelli, conforme observamos acima.

²⁵⁵ Órgão oficial da Diretoria de Engenharia (criada pelo decreto nº 3.759 de 30 de janeiro de 1932) da Prefeitura do Distrito Federal, a RDE-PDF circulou de julho de 1932 a setembro de 1937 (periodicidade bimestral, 30 edições), quando foi extinta aquele órgão municipal. Durante o concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP, tornou-se o principal veículo de difusão das concepções arquitetônicas de inspiração corbusiana no país. Nela foram publicados os principais textos, projetos e obras dos arquitetos integrantes da equipe coordenada por Lucio Costa. Em seu primeiro número (ano I, número 1, julho de 1932), após o editorial, há um artigo dedicado (p.2-5) ao ante-projeto de Affonso Eduardo Reidy para um edifício destinado a conter dependências de Serviços Municipais, “para que mais fáceis se tornassem as comunicações entre as diversas dependências municipais, resolveu a actual administração da Prefeitura estudar as possibilidades da construção de um edificio que pudesse accomodar satisfactoriamente todas as repartições que, ou se acham installadas em predios de aluguel, ou, devido á exiguidade de espaço que occupam no Palacio da Prefeitura, não estão em

“O cine-Ipanema será em estilo *moderno*, de construção em cimento armado, onde foram aproveitadas exteriormente todos os montantes da sua estrutura por motivos decorativos. (...) A fachada, como se vê, é inteiramente lisa e despida de ornatos. (...) A sala de espetáculos mereceu especiaes estudos, pois não só na parte da visibilidade, como também na acustica, agora tão necessaria aos cinemas, foi previsto tudo o que havia de mais *moderno* e perfeito. (...) Todos os motivos decorativos, são inspirados na arte indígena brasileira de Marajó.”²⁵⁶



Figura 9 – à esquerda – Elevação frontal da fachada do cine-Ipanema.

Fonte: RDE-PDF, ano II, número 7, novembro 1933, p. 3-6.



Figura 8 – acima – Perspectiva da fachada do cine-Ipanema.

Fonte: *Idem, ibidem*, p. 3-6.

Ora, mais tarde, por ocasião do julgamento do concurso para a escolha do projeto do edifício do MESP seria exatamente o estilo marajoara, adotado pelo projeto vencedor do concurso, rotulado como acadêmico e ultrapassado pelos arquitetos que se auto-denominavam *modernos*. Na defesa de um *moderno* que se proclama o *moderno* tivemos a RDE-PDF (a mesma que publicara dois anos antes publicara o texto supracitado) em suas edições a partir de setembro de 1935, sob a direção de Carmem Portinho (1903-2001).

condições de corresponder plenamente a sua finalidade.” (p.2) Cumpre salientar que, ao tratar da forma a ser adotada no referido edifício, o arquiteto Reidy iniciou o seu texto citando Le Corbusier: “L’hamonie nous semble résulter d’une concordance parfaite entre la cause et l’effet. La cause est une question de logis: confort; L’effet est une jubulation qui nous vient au spectacle d’un jeu savant et élégant de l’esprit. Le Corbusier.” Na mesma edição, logo após o artigo de Reidy, foi publicado o projeto dos apartamentos econômicos Gambôa da firma Warchavchik-Lucio Costa... (p.6) Mesmo assim, nesta revista, no período anterior ao concurso do MESP, não eram apenas os projetos de inspiração corbusiana que recebiam a qualificação de *modernos*, como podemos notar neste projeto de Raphael Galvão publicado em novembro de 1933.

²⁵⁶ RDE-PDF, ano II, número 7, novembro 1933, p. 4 e 6.

A luta pelo capital simbólico no campo arquitetônico iniciada na década de 1920 assumiu, com o movimento armado político-militar de 1930, um caráter ideológico-profissional, tal como foi construída no campo político a idéia de *revolução*. Ser *revolucionário* era estar de acordo com a nova ordem político-administrativa, econômica, social e cultural necessária à construção de um Estado-nação moderno no Brasil. Mas o que era ser *revolucionário* e *moderno*: como transitar entre a arte e a política de forma a conquistar um reconhecimento pelo poder público ?²⁵⁷

Naqueles anos, a ENBA estava solidamente estruturada, contudo, seus alicerces estavam fincados na Primeira República.²⁵⁸ Seu edifício fora projetado por Adolfo Morales de los Rios (1858-1928), em 1906²⁵⁹, durante a presidência de Rodrigues Alves, no momento em que se organizava uma determinada forma de república: a mesma questionada anos mais tarde pelos *revolucionários* de 30. Nessa ordem, institucionalizada pelo poder político, o debate se realizava entre a ENBA e a Escola Politécnica, cujos profissionais assumiam postos e responsabilidades específicas em cargos técnicos, políticos e administrativos da capital federal.

Nos primeiros anos da república, num momento em que novas técnicas e as inovações tecnológicas surgiam sem cessar, os engenheiros, em virtude da sua formação técnico-científica, adquiriram grande destaque no cenário político nacional, enquanto portadores da

²⁵⁷ No primeiro número da RDE-PDF, a então secretária da revista, Carmem Portinho afirmou, num artigo sobre a “Arquitetura Moderna na Hollanda: “Notavel foi o esforço desenvolvido para que um movimento architectural vencesse num paiz tradicionalista como a Hollanda. (...) O povo aceitou as novas tendencias seguidas pelos seus technicos e as concepções modernas preconisadas então, tornaram-se em breve verdadeiramente populares, facto esse que não aconteceu ainda em outra parte do mundo. (...) Como vemos a Hollanda acompanha galhardamente esse *movimento revolucionario da architctura* que se faz sentir em todo o mundo e que tão anciosamente procura perfeição.” (grifos nossos) p.7

²⁵⁸ O impacto, no início dos anos 1930, do XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes realizada em setembro de 1931 (o denominado *salão revolucionário*) foi abordado no capítulo anterior. Contudo, conforme dissemos seus reflexos seriam sentidos ao longo das décadas de 1930 e 1940. Apesar de fracassada a tentativa de reforma do ensino da ENBA, o seu idealizador, Lucio Costa, tornara-se tão *revolucionário* quanto os articuladores do movimento armado político-militar de 1930.

²⁵⁹ A construção do edifício da ENBA foi realizada pela Comissão Construtora da Avenida Central, de 1906 a 1908.

racionalidade, da técnica neutra.²⁶⁰ A Escola Politécnica do Rio de Janeiro formava não apenas os principais engenheiros do país, dedicados à construção civil e de estradas de ferro, como também administradores públicos renomados, a exemplo de Pereira Passos (1836-1913). Cumpre lembrar que a própria república fora articulada por militares engenheiros, dentre os quais se destaca Benjamin Constant (1836-1891). Observa Motta:

“Donos de um saber considerado técnico, e investidos da missão de construir uma cidade moderna, estes profissionais, entre os quais Pereira Passos é um dos nomes de maior relevo, iriam conquistar amplos espaços de saber e, conseqüentemente, de poder. É evidente a crescente importância de uma profissão nascente – a engenharia –, cujas características iriam configurar um certo entrelaçamento entre o poder público e o desenvolvimento de uma burocracia profissional.”²⁶¹

Nesse momento, havia uma clara predominância do saber técnico da engenharia, enquanto veículo do progresso²⁶², frente à arquitetura – um ramo das artes cujos profissionais

²⁶⁰ De acordo com SILVA, Lúcia Helena Pereira da. História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas. Rio de Janeiro: E-papers serviços editoriais, 2003, p. 90: “A visão enciclopédica acompanhada de filosofia positivista fazia com que os engenheiros se vissem como portadores da racionalidade, da técnica neutra. Com o desenvolvimento tecnológico, os engenheiros passaram a atuar nas áreas em que se processava a modernização técnica.”

Cumpre salientar que, durante as obras de remodelação urbana do Rio de Janeiro – 1900-1922 – os engenheiros desempenharam o papel de protagonistas no processo, na medida em que detinham o saber técnico necessário para este empreendimento, cabendo aos arquitetos um papel coadjuvante: o de mero desenhador de fachadas. Nesse sentido, tivemos o concurso de fachadas para a nova avenida rasgada em pleno coração da capital federal – a avenida Central (1906). Estava clara a divisão de tarefas: aos engenheiros cabia o raciocínio técnico e aos arquitetos o desenho artístico. Desta forma, os edifícios tornam-se invólucros para a criatividade ornamental dos egressos da ENBA.

²⁶¹ MOTTA, Marly. Administrando o Rio: engenheiros x economistas. In: MOTTA, Marly *et alli*. A política carioca em quatro tempos. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.238.

²⁶² Durante o século dezenove, os engenheiros conquistaram um espaço destacado dentro da burocracia estatal graças a um discurso técnico que dava respostas aos questionamentos formulados pelos advogados e pelos médicos em relação à emergência da questão urbana no Rio de Janeiro. Da mesma forma que os engenheiros empreenderam uma batalha no século dezenove em face dos advogados e dos médicos para a constituição de um campo de atuação próprio, nas décadas de 1920 e 1930, os arquitetos iniciaram um movimento, primeiro em defesa da especificidade da sua atuação profissional frente aos engenheiros, para, a seguir, lutar por um lugar próprio na burocracia estatal.

A batalha arquitetônica teve início no interior da academia – a ENBA, através da defesa de uma reformulação do ensino – para ganhar as ruas, nas disputas pelos espaços edificáveis na capital – por exemplo, os edifícios-sedes da moderna / modernização da administração pública defendida pelo governo Vargas. Essa batalha tem como

eram formados por uma instituição tradicional do ensino das artes plásticas no país – a ENBA ou por uma instituição técnica – a Escola Politécnica, através de uma especialização no último ano do curso. Na Prefeitura do Distrito Federal (PDF), por exemplo, tínhamos uma *diretoria de engenharia*, na qual uma das divisões era a de *censura de fachadas*, ocupada por um arquiteto: nela não encontrávamos uma seção de arquitetura independente e atuante. De acordo com a RDE-PDF, dedicada a divulgar as obras realizadas pela Prefeitura do Distrito Federal e artigos relacionados à engenharia e à arquitetura, ao tratar da Diretoria de Engenharia, assim se referia:

É um “departamento dos mais importantes da administração municipal. Abrindo estradas, alargando ruas, melhorando a rede de vias públicas – facilitando a circulação de riquezas, promovendo e executando as obras de defesa sanitária, exercendo vigilância sobre o meio em que se fazem as novas construções, impondo-lhes regulamentos técnicos e modernizando-as, visando sempre a segurança individual e o bem coletivo, - tem, este órgão técnico, a missão grandiosa de assistir, não só, mas de orientar a evolução e o progresso da cidade – legado de antepassados longínquos – que, maravilhosa ante a policromia exuberante da natureza, aqui a fundaram e, até nós, a engrandeceram e aformosearam.”²⁶³

Nesse panorama, a arquitetura era lembrada só quando se fazia necessário o embelezamento das cidades e/ou a criação de fachadas, ou seja, para funções meramente decorativas e fortemente ligadas às belas-artes. Quando o tema era refletir sobre a cidade²⁶⁴, a

ápice a conquista do direito de projetar a futura capital do país a ser construída no planalto central, em fins da década de 1950. Brasília representou, destarte, o coroamento de uma campanha iniciada, em 1931, com a tentativa de reforma do ensino da arquitetura na ENBA, empreendida pelo jovem arquiteto Lucio Costa.

Uma questão que podemos nos colocar é o porquê de uma geração ter conseguido se firmar na burocracia estatal, nos anos 1950 e 1960, e perdido, nas décadas seguintes, o espaço conquistado. Por que os arquitetos perderam o prestígio conquistado naqueles “tempos heróicos”? Hoje eles voltaram a ser meros desenhadores de fachadas? Qual o espaço que lhes cabe no Brasil contemporâneo imerso numa ordem globalizada?

²⁶³ RDE-PDF, ano III número 12 setembro 1934, p.87.

²⁶⁴ O urbanismo, enquanto ramo específico do conhecimento humano, ainda estava em construção. Não havia uma concepção da sua abrangência e das ligações que possuía com a engenharia e com a arquitetura. Havia, inclusive, uma disputa entre engenheiros e arquitetos sobre qual deveria ser a formação de um urbanista. Sobre a situação do ensino do urbanismo no Brasil, em contraste com a situação em diversos países da Europa e os Estados Unidos, afirmou Carmem Portinho em artigo publicado na RDE-PDF ano III, número 11, julho de 1934, p.52: “Na Escola Politécnica do Rio de Janeiro há uma cadeira de ‘Saneamento e traçado das cidades’ que não pode ser considerada como sendo uma cadeira de urbanismo. Na Escola Nacional de Belas Artes, existe

organização da administração pública municipal ou o desenvolvimento dos serviços públicos dentre outros temas, os engenheiros eram chamados e assumiam os seus postos enquanto agentes da racionalidade.²⁶⁵

Portanto, dentre as reivindicações dos arquitetos, no início dos anos 1930 encontrávamos tanto a delimitação da arquitetura enquanto saber técnico-profissional distinto do da engenharia, o qual deveria ser adquirido através de um ensino específico, quanto à luta por lugar a ser ocupado pelo arquiteto no campo político do Estado-nação em construção.²⁶⁶ Frente a esse estado de coisas, um grupo de arquitetos, formados pela ENBA, iniciam uma campanha pela regulamentação da profissão²⁶⁷, o que seria obtido com a publicação do decreto 23.569 em 11 de dezembro de 1933.

recentemente, no 5º ano do curso de Arquitetura, uma cadeira facultativa de urbanismo, cuja frequência tem sido nula. Em São Paulo, felizmente, o ensino do urbanismo é levado mais a sério, graças á iniciativa e competência do engenheiro Luiz de Anhaia Melo, professor da Escola Politecnica de S. Paulo, que ha varios anos vem lecionando com proficiência e entusiasmo a ‘Cadeira de Urbanismo’ do Curso de Engenheiros Arquitetos da referida Escola.”

²⁶⁵ Em relação aos engenheiros, havia, desde Pereira Passos, a idéia de que eram não só portadores da razão e da técnica, como também da neutralidade necessária ao bom funcionamento da máquina administrativa: eram considerados apolíticos, distantes do debate político que agitava a capital federal.

²⁶⁶ Ainda hoje, encontramos uma exaltação ao papel desempenhado pela Escola Politécnica e, sobretudo, pelos seus mais destacados alunos, na construção de um Brasil moderno. Paulo Pardal, historiador da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, afirma: “Os ex-alunos de nossa mais antiga Escola de Engenharia, a da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, tem por ela fundamentado orgulho e carinho, tal a sua relevante tradição. Em suas antecessoras se formaram expoentes da nossa nacionalidade, como o duque de Caxias e o marechal Deodoro; dela foram diretores o visconde do Rio Branco e Paulo de Frontin; também ocuparam suas cátedras Benjamin Constant, André Rebouças e tantos vultos eminentes que freqüentaram o histórico prédio do Largo de São Francisco. (...) Em suas (da Escola Politécnica) salas ocorreram, no Brasil, as primeiras realizações públicas: de transmissão telegráfica (1851), de iluminação a gás (1857), de chapas de radiografia (1896), técnica comunicada oficialmente por Röntgen poucos meses antes.” PARDAL, Paulo. Brasil, 1792: início do ensino da engenharia civil e da Escola de Engenharia da UFRJ. Rio de Janeiro: Construtora Norberto Odebrecht S/A, CBPO, 1985, p.33.

²⁶⁷ Não apenas no Brasil ocorria esse movimento pela regulamentação da arquitetura de forma a garantir aos seus profissionais um campo de atuação próprio. Os principais expoentes das vanguardas arquitetônicas européias produziram textos nesse sentido e exerceram grande influência sobre os nossos profissionais.

A delimitação das atribuições dos engenheiros e dos arquitetos estava intrinsecamente relacionada a uma disputa pelo reconhecimento e ingresso na burocracia estatal. Aos primeiros, em virtude do domínio da técnica, não se questionava a sua habilitação para *o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das estradas de rodagem e de ferro*²⁶⁸, ao passo que aos arquitetos era inquestionável a habilidade de desenvolver *o projeto, direção e fiscalização das obras de grande decoração arquitetônica*.²⁶⁹ No entanto, havia uma área indefinida, na qual o decreto 23.569/33 possibilitava a atuação de ambos os profissionais, qual seja, a *(d)o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com tôdas as suas obras complementares*.²⁷⁰ No entanto, a lei excepcionava em favor dos arquitetos na hipótese de a obra ter um *caráter essencialmente artístico ou monumental*.²⁷¹ Nesses termos, podia ser questionado: um edifício ministerial constituía uma obra de caráter essencialmente artístico ou monumental, ou nele também deveriam ser considerados elementos técnicos relacionados ao perfeito funcionamento da administração pública? Caberia a um arquiteto ou a um engenheiro a elaboração e a escolha do projeto? Cumpre salientar que, neste momento, os engenheiros dispunham de um grande prestígio junto à administração pública na medida em que advogavam a tese da racionalização do serviço público, nos termos defendidos pelo governo federal.

Frente a essa indefinição de atribuições, a equipe técnica do Ministério adotou, após a intervenção de Capanema, uma posição conciliadora. Por um lado, para o desenvolvimento do projeto do edifício-sede do MESP seria escolhido um arquiteto através de um concurso público nacional, do qual poderiam participar arquitetos, brasileiros ou não, de todos os estados brasileiros, desde que regularmente inscritos nos respectivos Conselhos Regionais de

²⁶⁸ Decreto 23.569/33, art. 28, alínea c. Pereira Passos, o celebrado prefeito da capital federal durante a presidência de Rodrigues Alves, adquiriu prestígio público ao se dedicar a esse ramo da engenharia. De acordo com MOTTA, Marly, p.236) “como funcionário do governo, foi ele quem fiscalizou a obra da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867 como São Paulo Railway. Ao longo da década seguinte, Passos consolidou sua carreira nessa área, desde a missão técnica em Londres, como inspetor especial das estradas de ferro subvencionadas pelo governo, até a nomeação, em 1876, para o cargo de diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II.”

²⁶⁹ Decreto 23.569/33, art. 30, alínea e. Tal como ocorrera em 1906, ao ser realizado o concurso para a escolha das fachadas da Avenida Central.

²⁷⁰ Decreto 23.569/33, art. 28, alínea b; e 30, alínea a.

²⁷¹ Decreto 23.569/33, art. 30, alínea b.

Engenharia e Arquitetura.²⁷² Por outro, para o julgamento das propostas apresentadas seria formada uma comissão composta de quatro membros: dois ligados à arquitetura (*um* professor da ENBA e *um* representante do ICA) e dois à engenharia (*o* superintendente de obras e transportes do MESP e *um* professor da Escola Politécnica)²⁷³, sob a presidência do ministro²⁷⁴. Dessa forma, foram corrigidas várias questões colocadas pela redação do § 14 da versão preliminar do edital, referente à composição da comissão julgadora:

“O concurso será julgado por um Jury constituído de uma comissão formada pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, que o presidirá, pelo *Diretor* da Escola Nacional de Belas Artes, por um representante do Instituto Central dos Arquitetos e pelo Superintendente de Obras e Transportes.” (grifos nossos)

Em primeiro lugar, havia uma desigualdade entre o número de engenheiros (um profissional) e de arquitetos (dois profissionais), o que acarretaria uma reação negativa por parte daqueles e com o apoio da Escola Politécnica e do Clube de Engenharia. A questão foi solucionada ao ser determinada, na versão definitiva do edital, a participação de um professor da Politécnica, reafirmando-se a essa instituição o prestígio técnico-administrativo adquirido

²⁷² De acordo com o art. 10 do decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, ainda em vigor.

²⁷³ Durante os anos 1930, durante os quais estavam sendo definidas as atribuições profissionais dos engenheiros e dos arquitetos, havia o cuidado de se indicar os profissionais formados pela ENBA e pela Politécnica em igualdade de número e de responsabilidade nos conselhos representativos de classe. Dessa forma, para a composição do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, previa o art. 20 do decreto nº 23.569: “O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura será constituído de dez membros *brasileiros, habilitados* de acordo com o art. 1º e suas alíneas, e obedecerá à seguinte composição: a) um membro designado pelo Governo Federal; b) três profissionais escolhidos pelas congregações de escolas padrões federais, sendo *um engenheiro, pela da Escola Politécnica do Rio de Janeiro*; outro, também engenheiro, pela da Escola de Minas de Ouro Preto, e, finalmente, *um engenheiro arquiteto, ou arquiteto, pela da Escola Nacional de Belas Artes*; c) seis engenheiros, ou arquitetos, escolhidos em assembléia que se realizará no Distrito Federal e na qual tomará parte um representante de cada sociedade ou sindicato de classe que tenha adquirido personalidade jurídica seis meses antes, pelo menos, da data da reunião da assembléia. Parágrafo único. Na representação prevista na alínea e deste artigo haverá, pelo menos, um terço de engenheiros e um terço de engenheiros arquitetos ou arquitetos.” (*Revogado pelo Decreto-Lei nº 8.620, de 1946*) Grifos nossos. Cumpre salientar que com a regulamentação dos cursos de arquitetura no país o parágrafo único não tinha mais razão de existir. Outro

²⁷⁴ Cumpre lembrar que o avô de Capanema – Guilherme Schuch de Capanema, o barão Capanema – foi engenheiro e o responsável pela instalação da primeira linha telegráfica do Brasil em 1855 e pela fundação da Repartição Geral dos Telégrafos, a qual dirigiu por mais de 30 anos, ao tempo do Império. O prestígio da família Capanema está relacionado a esse antepassado integrante da elite técnico-administrativa brasileira. Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Cpdoc – Fundação Getúlio Vargas.

ao longo do período republicano. Em segundo, a designação do diretor da ENBA, Archimedes Memória²⁷⁵, para integrar a comissão contrariava o interesse desse arquiteto em participar do concurso. A solução foi a utilização do artigo indefinido (*um*) ao se referir ao representante a ser designado pelas instituições representativas de classe. Possibilitava-se dessa forma a participação de todos os arquitetos e engenheiros-arquitetos que assim desejassem fazê-lo, desde que de acordo com as determinações constantes do decreto regulamentador da profissão.

Os arquitetos legalmente habilitados ao exercício da sua profissão no Brasil

Apesar do forte nacionalismo presente em meados da década de 1930, de acordo com o decreto nº 23.569/33, não havia qualquer impedimento à atuação, no Brasil, de arquitetos estrangeiros, desde que os mesmos estivessem regularmente inscritos em um dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura. Naquele momento, havia não só um grande número de profissionais estrangeiros que atuavam há muitos anos no país como também muitos deles ocupavam lugares de destaque no campo arquitetônico nacional. Dessa forma, o art. 4 do referido decreto buscou solucionar essa questão ao estabelecer:

Art. 4º Aos diplomados por escolas estrangeiras que satisfazendo as condições da, alínea c do art. 1º²⁷⁶, salvo na parte relativa à revalidação, provarem perante o órgão fiscalizador a que se, refere o art. 18, que, à data da publicação deste decreto, exerciam a profissão no Brasil, e registrarem os seus diplomas dentro do prazo de seis meses, contados da data da referida publicação, será permitido o exercício das profissões respectivas.

Apesar de resolvida a questão no plano legal, ao possibilitar aos arquitetos (brasileiros ou não), diplomados por escolas estrangeiras e atuantes no país, o exercício da profissão no Brasil (sem a necessidade de revalidação dos seus diplomas, bastando-lhes efetuar o registro dos mesmos), na prática político-administrativa permanecia a preocupação de se valorizar o

²⁷⁵ Conforme salientado no primeiro capítulo, ao refletirmos sobre o salão *revolucionário* de 1931, Archimedes Memória foi designado diretor da ENBA após o afastamento de Lucio Costa desse cargo naquele ano.

²⁷⁶ Cf. Decreto nº 23.569/33: art. 1º O exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor será sòmente permitido, respectivamente: (...) alínea c) àqueles que, diplomados por escolas ou institutos técnicos superiores estrangeiros de engenharia, arquitetura ou agrimensura, após curso regular e válido para o exercício da profissão em todo o país onde se acharem situados, tenham revalidado os seus diplomas, de acòrdo com a legislação federal do ensino superior;"

profissional nacional. Assim, os técnicos do MESP, ao elaborarem a versão preliminar do edital, estabeleceram, em desacordo com o texto legal regulamentador da profissão:

§ 2, alínea a: “à primeira prova poderão concorrer, *individualmente*, todos os arquitetos *brasileiros* oficialmente registrados;”

§ 4: “Os arquitetos escolhidos na prova final serão convidados a apresentar suas *carteiras profissionais*.” grifos nossos

Para esclarecermos o teor desses dispositivos, e em que medida estava em conflito com o texto do decreto nº 23.569/33, precisamos saber não só quem era considerado brasileiro em fevereiro de 1935, data da elaboração da versão preliminar do edital, como também quem podia receber a carteira profissional²⁷⁷ de um dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura. De acordo com o estabelecido no art. 106 da Constituição de 1934:

art 106 - São brasileiros:

a) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do Governo do seu país;

b) os filhos de brasileiro, ou brasileira, nascidos em país estrangeiro, estando os seus pais a serviço público e, fora deste caso, se, ao atingirem a maioridade, optarem pela nacionalidade brasileira;

c) os que já adquiriram a nacionalidade brasileira, em virtude do art. 69, nºs 4 e 5, da Constituição, de 24 de fevereiro de 1891;

d) os estrangeiros por outro modo naturalizados.²⁷⁸

Ora, ser brasileiro não era um requisito para o exercício da arquitetura no Brasil, de acordo com o decreto nº 23.569/33. Por esse diploma legal, em seu art. 1, estavam autorizados a exercerem o ofício no país:

a) aos diplomados pelas escolas ou cursos de engenharia, arquitetura, oficiais, da União Federal, ou que sejam, ou tenham sido ao tempo da conclusão dos seus respectivos cursos, oficializadas, equiparadas às da União ou sujeitas ao regimen de inspeção do Ministério da Educação e Saúde Pública;

b) aos diplomados, em data anterior à respectiva oficialização ou equiparação às da União, por escolas nacionais de engenharia, arquitetura ou agrimensura cujos diplomas hajam sido reconhecidos em virtude de lei federal;

²⁷⁷ Até o decreto-lei nº 926, de 10 de outubro de 1969, denominava-se carteira profissional, o que hoje chamamos carteira de trabalho.

²⁷⁸ A CF/1934 restringiu o conceito jurídico de nacionalidade previsto pela CF/1891. Cumpre salientar que juridicamente “nacionalidade é o vínculo jurídico-político de Direito Público Interno, que faz da pessoa um dos elementos componentes da dimensão pessoal do Estado.” Pontes de Miranda, *apud* SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 1996, p.307.

O texto do art.69 da CF/1891 referente à nacionalidade brasileira está reproduzido na nota 39 deste trabalho.

c) àqueles que, diplomadas por escolas ou institutos técnicos superiores estrangeiros de engenharia, arquitetura ou agrimensura, após curso regular e válido para o exercício da profissão em todo o país onde se acharem situados, tenham revalidado os seus diplomas, de acordo com a legislação federal do ensino superior;

d) àqueles que, diplomados por escolas ou institutos estrangeiros de engenharia, arquitetura ou agrimensura, tenham registrado seus diplomas até 18 de junho de 1915, de acordo com o decreto n. 3.001, de 9 de outubro de, 1880, ou os registraram consoante o disposto no art. 22, da lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924.

Portanto, não havia no texto legal qualquer impedimento aos não brasileiros de exercerem a arquitetura no Brasil, desde que diplomados pelas escolas nacionais devidamente reconhecidas pelo governo federal ou por escolas estrangeiras, caso em que se exigia o registro ou a revalidação dos diplomas obtidos no exterior. Por outro lado, o simples fato de ser brasileiro não significava a possibilidade de exercer a arquitetura no país: caso tivessem diplomas não reconhecidos ou revalidados no país estariam impedidos de exercer a profissão. O foco da regulamentação federal, de acordo com uma antiga reivindicação dos arquitetos e engenheiros, era a exigência da habilitação técnica para o exercício da profissão e não a nacionalidade.

Assim, na redação preliminar do edital, ao se colocar como um dos requisitos para a participação no concurso a nacionalidade do concorrente, apesar de coerente com os princípios nacionalistas defendidos pelo governo federal, estava em desacordo com a regulamentação nacional da profissão de arquiteto estabelecida pelo decreto 23.569 de 11 de dezembro de 1933, de autoria do mesmo governo, que ora tinha a intenção de promover um concurso para a escolha do projeto do edifício-sede de um dos seus ministérios.

Em relação à carteira profissional, os art. 14 e 15 do decreto 23.569/33 estabeleciam:

Art. 14. A todo profissional registrado de acordo com este decreto, será entregue uma carteira profissional, numerada, registrada e visada no Conselho Regional respectivo, a qual conterá: a) seu nome por inteiro; b) sua *nacionalidade* e naturalidade; c) a data de seu nascimento; d) a *denominação da escola em que se formou ou da repartição local onde obteve licença para exercer a profissão*; e) a data em que foi diplomado ou licenciado; f) a natureza do título ou dos títulos de sua habilitação; g) a indicação da revalidação do título, si houver; h) o número do registro no Conselho Regional respectivo; i) sua fotografia de frente e impressão dactiloscópica (polegar); j) sua assinatura. (grifos nossos)

art. 15. A carteira profissional, de que trata o art. 14, substituirá o diploma, para os efeitos deste decreto, servirá de carteira de identificação e terá fé pública.

Na medida em que havia a previsão de ser colocada, na carteira profissional do arquiteto, a nacionalidade do mesmo (artigo 14, alínea b), não havia qualquer impedimento

legal de se registrar no país um profissional estrangeiro, desde que atendidos todos os requisitos legais. Ora, se fosse adotada a exigência, prevista na versão preliminar do edital, de que apenas os arquitetos *brasileiros* poderiam participar do concurso poderia surgir a situação de um arquiteto estrangeiro com a carteira profissional de um dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura estar impedido de participar do concurso. Ou seja, ele estaria legalmente habilitado a exercer a profissão no país, salvo em se tratando de edifícios públicos? A redação elaborada pelos técnicos do MESP estabelecia um requisito ao exercício da profissão não constante da lei regulamentadora da mesma. Dessa forma, colocava-se, em desacordo com a lei que, a princípio, deve reger as ações de todos num Estado-nação moderno.

Entendemos que o ‘lapso’ da equipe técnica do MESP é elucidativo de como estava presente, naquele momento, a preocupação de se proteger o nacional e de se reconstruir o Estado-nação brasileiro. Nesses termos, a escolha de um estrangeiro poderia corromper aquela finalidade da administração pública e impedir a realização dos objetivos do ministério responsável pela formação do homem brasileiro. Ao estrangeiro era debitada a fragilidade de nossas instituições políticas e de nossa economia, bem como a perda de um caráter genuinamente nacional em nossa cultura o qual deveria ser resgatado através da educação e da saúde pública, cujo edifício-sede ministerial estava sendo objeto de concurso para a escolha do projeto a ser executado. Porém, os técnicos se esqueceram, naquele momento, que o respeito às leis num Estado de Direito é elemento indissociável e intrínseco ao Estado-nação em construção. Assim, a referida disposição limitadora da participação de arquitetos estrangeiros no concurso demonstra não só ânimo nacionalista que norteava a conduta dos técnicos da administração pública no período Vargas, como também o desconhecimento da legislação mais recente em assuntos específicos.

Nos termos da lei, a carteira profissional substituíra o diploma, na comprovação da habilidade técnica do seu portador, e servia como carteira de identificação dotada de fé pública. Não havia qualquer impedimento legal a um estrangeiro exercer a arquitetura no Brasil, desde que cumpridas as exigências legais estabelecidas pelo decreto nº 23.569/33. Assim, o artigo primeiro da versão preliminar do edital foi reescrito, apesar do forte caráter nacionalista em que se investira o governo. Era dele mesmo a regulamentação da profissão de arquiteto e nessa o objetivo não foi excluir o estrangeiro, mas delimitar e definir a habilitação

técnica desses profissionais. Assim, na redação definitiva excluiu-se a exigência de o arquiteto ser brasileiro, bastava àquele estar legalmente habilitado ao exercício da profissão no país:

art. 2 – “O concurso constará de duas provas sucessivas. À primeira poderão concorrer, individualmente, *todos os arquitetos legalmente habilitados* ao exercício da sua profissão no Brasil. (...)” grifos nossos.

Para a verificação da habilitação legal para o exercício da profissão, os arquitetos deveriam demonstrá-la, nos termos da lei, antes da prova final. Além disso, a exigência da carteira profissional de arquiteto foi eliminada, na medida em que o decreto nº 23.569/33 acabara de ser publicado e muitos profissionais, apesar de já terem registrado seus diplomas, ainda não possuíam aquele documento. Uma vez selecionados para participarem da prova final²⁷⁹, os arquitetos seriam convidados a demonstrar estarem legalmente habilitados ao exercício da profissão no Brasil.

A estrita observância das normas do edital, incluso a legislação municipal

Em relação ao projeto a ser desenvolvido e submetido a julgamento, o edital fazia uma série de exigências em relação, sob pena de desclassificação.²⁸⁰ Estabelecia-se o local em que seria construído; o recuo máximo de dez metros, a partir do alinhamento, admitido para a construção²⁸¹; a exigência de se respeitar altura máxima permitida pela legislação

²⁷⁹ E não por ocasião da prova final, como previa a versão preliminar do edital, art. 4.

De acordo com o Edital, item 4 – “Os arquitetos escolhidos para a prova final serão convidados a demonstrar que estão legalmente habilitados ao exercício da profissão.”

²⁸⁰ Edital, item 10 – “Os trabalhos serão elaborados em estrita observância a este edital, não sendo admitidos outros desenhos, documentos ou modelos, além dos acima especificados.”

²⁸¹ Edital, item 5 – “A área, na qual deve ser feito o edifício, é retangular, e mede 91m,60 pelas ruas Araújo Porto Alegre e Pedro Lessa e 69m,00 pelas ruas Graça Aranha e Imprensa, ficando a critério do concorrente *recuar ou não a fachada principal* do edifício até 10m,00 a partir do alinhamento.”

O item 5 ao se referir à “fachada principal” contraria o disposto no item 25 que ao tratar das entradas do edifício eliminou o adjetivo “principal”, de forma a indicar que todas as faces da futura edificação teriam igual importância, não sendo estabelecida uma hierarquia entre elas.

Na versão preliminar estava disposto: parágrafo 17 – “O edifício do Ministério será construído na quadra F da Esplanada do Castelo, com frentes para as ruas Araújo Porto Alegre, Imprensa, Pedro Lessa e Graça Aranha. A fachada principal será feita na rua Araújo Porto Alegre, com entrada principal para a Secretaria de Estado. Nas

municipal²⁸²; o preço total da construção que não poderia exceder 7.000:000\$000²⁸³; o respeito ao programa das atividades técnico-administrativas estabelecidas no anexo e à necessidade de o edifício possuir entrada por todas as quatro fachadas²⁸⁴. Portanto, para a elaboração do projeto, a ser objeto de avaliação pela comissão julgadora, eram inúmeras as limitações colocadas aos concorrentes e, dentre elas, assumiriam um papel relevante a rígida legislação urbanística municipal para o local em que estava prevista a construção do MESP: a quadra F da Esplanada do Castelo.

Após ter posto abaixo o Morro do Castelo, e realizado a exposição universal de 1922, comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, surgiu a necessidade de se planejar o que se faria com a esplanada surgida com o desmonte do morro. Em 1927, Antônio Prado Júnior (1880-1955, *engenheiro* formado pela Escola Politécnica de São Paulo, prefeito do Distrito Federal de 1926 a 1930, durante a presidência de Washington Luís) chamou Alfred Hubert-Donat Agache (arquiteto e urbanista francês, Tours-França, 1875 – Paris-França, 1959) para reordenar urbanisticamente a capital federal e, em especial, estabelecer as diretrizes para a ocupação daquela área central e valorizada da cidade. Para a Esplanada do Castelo, o urbanista francês concebeu uma ocupação compacta das quadras com edifícios de escritórios e residenciais de doze pavimentos, galerias ao longo das ruas e pátios internos para a ventilação e o estacionamento dos veículos.²⁸⁵ Nestes termos, o plano Agache constituía a grande limitação imposta aos arquitetos que desejavam participar do concurso. Cumpre salientar que foi em decorrência de uma postura contestadora a esse projeto urbanístico adotado pela PDF que tivemos alguns projetos desclassificados na primeira prova do

outras ruas haverá também entradas do edifício, para fácil acesso à Secretaria e às outras repartições do Ministério.”

De modo mais sucinto, na versão publicada do edital ficou estabelecido: item 25, *in fine*: “O edifício terá entrada por todas as quatro fachadas.”

²⁸² Edital, item 9 – “A altura do edifício projetado *não deverá exceder* ao máximo permitido pela *legislação municipal*.” Grifos nossos.

²⁸³ Edital, item 26. Valor definido a partir da consulta feita pelo ministro ao Departamento de Contabilidade do MESP, *supra* analisada.

²⁸⁴ Edital, item 25. Contudo, conforme visto em nota acima, não havia a exigência de ser projetada uma fachada principal para o edifício, tal como previsto na versão preliminar.

²⁸⁵ SEGRE (2007), *opus cit.*, cap. 1, p.30-31.

concurso. O respeito às normas contidas no plano urbanístico municipal constituía uma das exigências previstas no edital, sob pena de desclassificação.

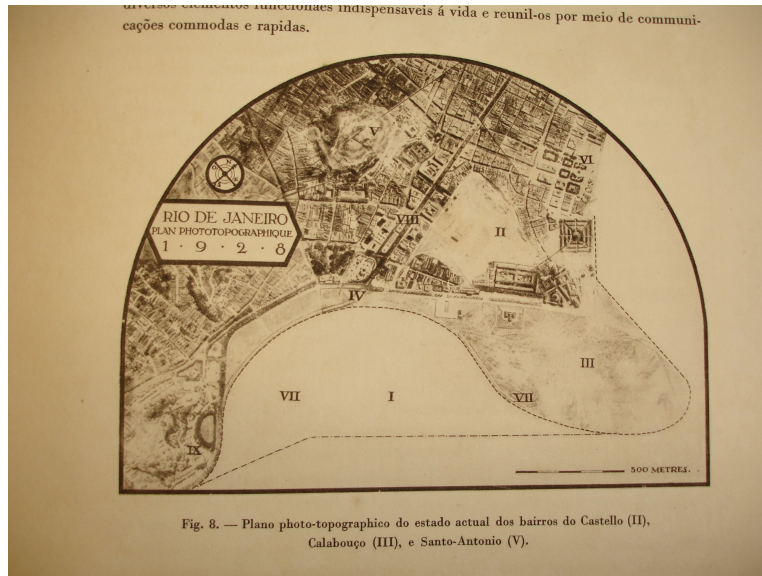


Figura 10 – Desenho sobre um *plano photo-topographico* da área central do Rio de Janeiro, constante do Plano elaborado por Agache. Nele verificamos não apenas a extensão da área resultante do desmanche do morro do Castello (II) como também das destinadas a serem aterradas.

Fonte: Plano Agache.



Figura 11 – Desenho proposto por Agache para as quadras e as futuras edificações a serem construídas na esplanada do Castello.

Fonte: Plano Agache.

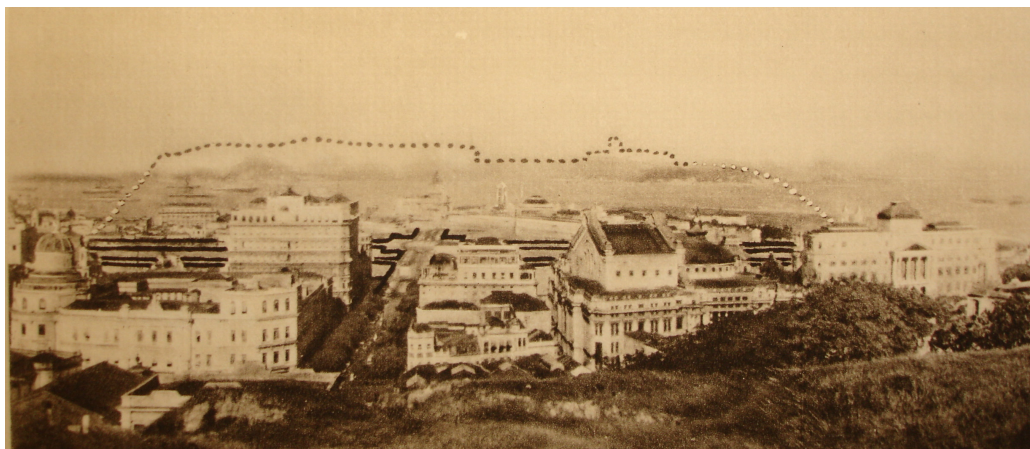


Figura 13 – acima – Fotografia tirada a partir do morro de Santo Antonio tendo em primeiro plano o teatro municipal do Rio de Janeiro e a avenida Almirante Barroso. Ao fundo encontra-se uma linha pontilhada designando a projeção do antigo morro do Castelo, após o mesmo já ter sido desmanchado. Desenhado em negro as quadras previstas por Agache para a Esplanada do Castelo.

Fonte: Plano Agache, Fig. 12.

Figura 12 – ao lado – Planta atual do centro do Rio de Janeiro da área exposta pela figura superior, com indicação da localização dos morros do Castelo e de Santo Antônio.

Fonte: NONATO, José Antonio; SANTOS, Núbia Melhem. (org.) *Opus cit.*, p.7

Apesar de Alfred Agache ser associado, pela historiografia da arquitetura, ao arcaico, ele era, naquele momento, um profissional respeitado e estava ligado ao movimento de

institucionalização do urbanismo, enquanto disciplina autônoma na França, sendo um dos seus principais defensores. Nesse sentido, enquanto instrumento para a melhoria das condições urbanas da capital federal, a RDE-PDF, sob a direção de Armando de Godoy (engenheiro-urbanista, 1876-1944), publicou o texto integral do plano elaborado por aquele profissional, a partir de julho de 1933 (RDE-PDF, ano II, número 5²⁸⁶) e, em diversos textos encontramos não só a recomendação do corpo técnico do DE em se aplicar as disposições daquele plano, como também o elogio do trabalho desenvolvido por Agache, em especial a aplicação do conceito inovador de *zoning*. Salientamos ter sido, a partir de um determinado momento, com o avanço de um grupo de arquitetos *modernos* que se sentiram preteridos pelo projeto vencedor do concurso do MESP, que o plano Agache passou a ser associado àquilo que deveria ser superado, ao arcaico e ao ultrapassado.

Definição da comissão julgadora

Definidas as instituições a serem convidadas a indicar os membros da comissão de julgamento do concurso, o júri foi composto por Adolfo Morales de Los Rios Filho (1887-1973, arquiteto, indicado pela ENBA), Salvador Duque Estrada Batalha (engenheiro-arquiteto, indicado pelo ICA), Natal Palladini (engenheiro, indicado pela Escola Politécnica onde era catedrático da cadeira de Construção Civil e Arquitetura), Eduardo Duarte de Souza Aguiar (engenheiro, superintendente de obras e transportes do MESP), sob a presidência de Gustavo Capanema (ministro do MESP). De acordo com a historiografia sobre o tema, tais escolhas decorreram das disposições conservadoras presentes no edital. Cavalcanti afirma:

“O júri, *igualmente responsável pela elaboração do edital*, era constituído por (...) A composição do júri – dos três membros estranhos ao Ministério, dois (Morales de Los Rios e Duque Estrada Batalha) eram professores na ENBA, de orientação acadêmica – reflete-se na estrutura do edital, elaborado a partir de posturas municipais incompatíveis com qualquer inovação: ‘A lei exigia o limite de sete pavimentos alinhados com quadra interna, os pisos concentrados no centro do terreno devolvido ajardinado para gozo dos contribuintes.’ (Costa: 1951)”grifos nossos.²⁸⁷

Contudo, entendemos, a partir das redações preliminar e definitiva do edital, que a composição do júri não se refletiu na elaboração do edital, mas foi fruto da luta pelo capital simbólico no campo arquitetônico na capital federal, em meados da década de 1930. Eram

²⁸⁶ A publicação do texto integral do Plano Agache terminaria na RDE-PDF, ano IV, número 19, de novembro de 1935.

²⁸⁷ CAVALCANTI, Lauro (2006). *Opus cit.*, p.35.

inúmeras as disposições conservadoras presentes no edital, porém ele reservava ao ministro poderes que poderiam ser utilizados na definição dos resultados e, caso isso implicasse num comprometimento político insuperável, na decisão futura em se contratar os serviços dos arquitetos premiados para a execução da obra.²⁸⁸ Capanema não só fazia parte da comissão julgadora, como também investia-se na posição de árbitro supremo do certame: a ele cabia a decisão de construir ou não o ministério. Cumpre salientar que, na versão preliminar do edital também tínhamos, em seu art. 15 parágrafo único, a possibilidade de o ministro não contratar os serviços do arquiteto premiado, mas, com a seguinte ressalva: *se tiver, porém, necessidade de contratar arquiteto para a fiscalização artística da obra, terá preferência o autor do projeto classificado em primeiro lugar, salvo ponderosas razões em contrário*. Ora, se os membros da comissão tivessem sido os responsáveis pela redação do edital, como afirma Cavalcanti, essa disposição teria permanecido na versão definitiva, o que não ocorreu.

Ao mesmo tempo em que optara pela realização de um concurso público para a escolha do edifício-sede do *seu* ministério, ao invés de escolher diretamente um arquiteto²⁸⁹ que realizaria o projeto, Capanema reservava instrumentos para agir, caso os resultados do certame não o agradassem. E dessa forma os utilizou, uma vez proclamado o vencedor do concurso.

Não se tratava de um instrumento a serviço dos detentores do capital simbólico no campo arquitetônico, mas de um texto habilmente tecido por um político determinado a cumprir com a sua missão à frente do ministério. Entendemos que ao analisarmos um acontecimento histórico devemos nos ater aos dados que os sujeitos históricos tiveram e não aos fatos e seus desdobramentos que nós, no futuro, sabemos que ocorreram. Naquele momento, não havia como saber que a comissão julgadora desclassificaria trinta e dois projetos por terem descumprido alguma das determinações constantes do edital. Ninguém podia adivinhar quem iria participar do concurso, quais seriam os projetos apresentados e se algum deles seria desclassificado. Se o edital tivesse sido elaborado com a finalidade explícita de desclassificar quase todos os projetos apresentados, os arquitetos não os teria apresentado: vivíamos num período constitucional, com os direitos e garantias individuais garantidas pela

²⁸⁸ O edital, pelo disposto no item 23, eximia o governo da obrigação de contratar os serviços dos arquitetos premiados para a execução da obra. Esse dispositivo seria posteriormente utilizado pelo ministro para não executar o projeto vencedor, de Archimedes Memória, uma vez pago o prêmio previsto no edital.

²⁸⁹ Cumpre lembrar as tratativas com Luis Signorelli supracitadas.

Carta Magna, além disso, havia uma imprensa atuante e aberta aos debates. Os arquitetos, inclusive, utilizavam constantemente a imprensa para divulgar e defender as suas idéias: eram intelectuais na defesa da construção de um novo Brasil.

Um concurso e alguns prêmios

Após ampla divulgação do concurso, pela imprensa oficial e pelos jornais de grande distribuição no país²⁹⁰, foram entregues, até o término do prazo estipulado no edital, trinta e quatro invólucros (trinta e cinco projetos): Amélia; X Y Z; Alfa I; Concreto; Memo; Olinda; Rio; Alenda luz ubi orta libertas (dois projetos); Alfa II; Chaco; O Brasil espera; Que será tamen; Nagra; Eis Tudo; EONS; Mario Querque; Nedype; Minerva; M.E.S.P.; Ultima hora; Pax; Alfa III; Ut docendo florescat; Logica, Economia e Belleza; Tiradentes; Atenas; Tintinha; Canaã; Popoff; JQL; Itapoan; Rosane; XX e Pax II. Dois dias após, em 17 de junho de 1935, foi realizada a primeira reunião da comissão julgadora, durante a qual se procedeu a abertura dos envelopes por ordem da sua entrega na superintendência de obras e transportes

²⁹⁰ De acordo com o Processo 6870/35, p.35: “Para divulgar o concurso foram tomadas as seguintes providencias: a) publicação integral do edital nos numeros do Diário Oficial de 23 de abril. 2 e 11 de maio, tópicos a eles se referindo nos de 4, 10 e 14 de maio; b) topicos noticiando a abertura do concurso em quasi todos os diários de grande circulação; c) divulgação pelo rádio; d) pedido à agência Havas para noticiar em São Paulo. Junto ao processo o ofício nº 69 do Conselho Nacional de Belas Artes e alguns retalhos de publicações sobre o concurso e cópia do expediente expedido pela Superintendência. Em, 11 de maio de 1935. Barroso”

Além da publicação no Diário Oficial, e em *diários de grande circulação*, houve a preocupação de se noticiar o concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP em São Paulo por meio da Agência Havas. As razões dessas recomendações não ficam explícitas na leitura dos documentos, mas podemos inferi-las a partir da análise da luta pelo capital simbólico no campo arquitetônico, no qual os arquitetos paulistas desempenhavam um papel destacado. Gregori Warchavchik, arquiteto russo radicado em São Paulo, conhecido por suas *casas modernistas* viera ao Rio de Janeiro, a convite de Lucio Costa, para integrar o corpo docente da ENBA, durante o período de tentativa de reforma daquela instituição e desenvolvera projetos arquitetônicos em parceria com Lucio Costa. Rino Levi, arquiteto paulista formado na Itália, desenvolvia na capital paulista inúmeros edifícios que ganhavam destaque nas publicações especializadas. Além disso, conforme vimos no capítulo primeiro, o movimento neocolonial se originou em São Paulo, a partir de uma série de conferências feitas em 1914 por Ricardo Severo (1869-1940), português e um dos principais arquitetos paulistas da década de 1920. E, por fim, havia o aspecto político em não contrariar um estado que se levantara contra o regime anos antes, através da *Revolução*, dita *constitucionalista*, de 1932.

do MESP, localizada no quarto andar do edifício da Biblioteca Nacional²⁹¹. Na medida em que o edital²⁹² nada estipulava sobre os critérios a serem adotados para o julgamento dos projetos apresentados, Capanema determinou que eles fossem definidos na reunião seguinte, *ficando os membros da Comissão-julgadora perfeitamente inteirados das qualidades dos projectos e portanto aptos a suggerir o melhor meio de julgal-os.*²⁹³

Verificamos na ata da primeira reunião, redigida por Souza Aguiar, não só a exaltação do ministro, enquanto o membro imparcial da comissão julgadora, acima das paixões que porventura poderiam acometer os demais (pois eram representantes de diversos grupos profissionais em luta), como também a preocupação de se elencar as pessoas presentes no recinto da referida reunião. O superintendente busca deixar perpetuado, nas palavras redigidas e arquivadas num processo administrativo, ao elencar as personalidades presentes na reunião de abertura dos projetos, o quanto o concurso foi concebido de forma a não se privilegiar qualquer das partes em luta pelo capital simbólico no campo arquitetônico naquele momento. Na referida ata afirmou:

“Com a presença de grande numero de pessoas, *architectos, engenheiros, jornalistas, funcionários e chefes de serviços do Ministério* – o Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, os Diretores, do Gabinete do Sr. Ministro, da Bibliotheca Nacional, da Educação, de Saúde e Assistência médico-social, de Assistencia a Psychopathas e Prophylaxia Mental, de Contabilidade; representantes dos Diretores do Expediente e de Informações, Estatística e Divulgação; os inspetores do Ensino Comercial e Industrial – o Sr. Ministro, dr. Gustavo Capanema assumiu a presidencia e deu por aberta a secção designando o Dr. Souza Aguiar para secretariar as reuniões do Jury.”²⁹⁴ (grifos nossos)

²⁹¹ De acordo com as datas dos recibos de entrega dos projetos, constantes do processo 6870/35, salvo três invólucros – Amélia, X Y Z e Alfa I, todos os demais foram entregues, na Superintendência de Obras e Transportes do MESP, no último dia do prazo: sábado, 15 de maio de 1935. Ver anexo 3.

²⁹² Ao contrário do que ocorria com a versão preliminar elaborada pelos técnicos do ministério, na qual o artigo 14, parágrafo único estabelecia: “O prêmio será dado ao concorrente que obtiver o *maior número de votos* da comissão, *tendo o presidente*, nessa votação, um *voto singular* como membro do Jury; em caso de empate, será premiado o concorrente que tiver obtido o voto do presidente.”

Cumpramos lembrar que, na versão não publicada do edital tínhamos uma comissão de julgamento composta de quatro membros (se incluirmos o presidente da mesma), o que possibilitava ocorrer um empate nos votos do júri durante a escolha do vencedor do concurso.

²⁹³ Processo 6870/35, p. 62.

²⁹⁴ Processo 6870/35, p. 61

Buscava-se tanto a legitimidade do resultado, em virtude da realização de um concurso público e transparente, quanto a sua legitimação diante de um grupo profissional – os arquitetos – que disputava um espaço de atuação específico junto à administração pública. Almejava-se um reconhecimento do grupo profissional e do público bem informado, através do referido concurso de projetos, realizado pelo MESP, enquanto agente da modernidade e da modernização do Estado-nação em construção. Aliás, a descrição e a enumeração dos presentes na reunião não eram aleatórias. Souza Aguiar, o redator da ata, em primeiro lugar, salientou o fato de estarem presentes no recinto um *grande número de pessoas*, o que significa ter o concurso atraído a atenção não apenas dos profissionais da área, como também da sociedade. A seguir, destaca a presença dos *arquitetos* (os responsáveis pela concepção do *projeto completo* do edifício a ser construído, de acordo com os modernos princípios da racionalização do serviço público, e não apenas pela decoração das suas fachadas), dos *engenheiros* (os portadores da razão técnico-administrativa, relacionados com a modernização e a racionalização do serviço público brasileiro), dos *jornalistas* (fundamentais num regime democrático, no qual o país vivia desde julho de 1934), e, por fim, dos *funcionários e chefes de serviços do ministério* (os profissionais que utilizariam o edifício a ser construído e que maximizaria as atividades público-administrativas do ministério). Dessa forma, a ata da primeira reunião salientou o fato de a comissão julgadora ter realizado os seus trabalhos sob a supervisão não só do ministro, mas também da sociedade: fundamento do poder em todo regime democrático.

Concedido um prazo para os membros do júri analisarem os projetos apresentados, a segunda reunião ocorreu no dia 05 de julho de 1935. Da leitura da ata, redigida naquela ocasião, constatamos, a presença de dois elementos que, de certa forma, subverteram o espírito democrático presente e sublinhado no primeiro encontro. Dela participaram só os membros da comissão julgadora²⁹⁵, o que conferia um caráter sigiloso para os pronunciamentos e as opiniões manifestadas. Além disso, logo no início da reunião, de acordo com a ata, Capanema *fez sentir que desejava o julgamento mais justo possível, premiando-se*

²⁹⁵ Na ata não há menção à presença de outras pessoas, além da comissão julgadora, no recinto. Informação confirmada pela crítica, elaborada pela RDE-PDF em setembro de 1935, ao caráter sigiloso no qual se desenvolveu o concurso.

*áquelles que melhor se apresentassem, fosse qual fosse a escola do projetista.*²⁹⁶ Assim, algo ocorreu entre a primeira e a segunda reunião de forma a fazer com que o ministro optasse em realizar uma seção fechada da qual apenas participaram os membros da comissão julgadora, sem a supervisão e o controle da sociedade. No entanto, um indício nos foi fornecido pelo pedido formulado pelo ministro e perpetuado na ata: devia ser premiado o melhor projeto, *fosse qual fosse a escola do projetista*.

O concurso que, a princípio, se mostrara como a melhor forma de se conciliar as convicções dos diversos grupos de arquitetos atuantes no país, convertera-se, de fato, no estopim de uma nova batalha. Se na abertura dos envelopes, o clima foi de festa, na fase de julgamento dos mesmos a disputa pelo espaço arquitetável na capital federal, possibilitado pelo vazio urbano da Esplanada do Castelo, e pela conquista de um lugar de prestígio junto à administração pública inviabilizava a realização de uma seção pública e exigia do ministro uma súplica (o *fazer sentir* presente na ata) de cautela. A opção de Capanema em realizar um concurso, ao invés de contratar um arquiteto da sua confiança (tal como poderia se tivesse contratado o arquiteto mineiro Luiz Signorelli), decorreu do fato, dentre outros elementos, da busca pela melhor solução espacial possível para a (re)organização administrativa em curso no ministério. Conforme analisamos acima, ao mesmo tempo em que transcorria o concurso, o ministro elaborava o projeto de (re)organização administrativa do MESP, o qual seria aprovado em 13 de janeiro de 1937. Essas ações são contemporâneas e imbuídas do mesmo espírito voltado à construção de um ministério moderno, eficiente e racional.

De acordo com a solicitação do ministro, proferida na abertura da segunda reunião, o concurso não fora concebido como uma forma de se consagrar uma determinada escola ou movimento arquitetônico. O fato de terem sido chamados representantes das principais instituições formadoras (ENBA e Politécnica) e do órgão representativo (ICA) dos arquitetos e engenheiros-arquitetos significava dar voz aos vários segmentos da sociedade envolvidos na construção de um edifício-símbolo não só da *cultura nacional*²⁹⁷ como também da

²⁹⁶ Processo 6870/35, p.65. Esse trecho, no original arquivado no IPHAN se encontra sublinhado à com lápis vermelho.

²⁹⁷ Capanema defendia, inclusive, a alteração do nome do MESP para Ministério da Cultura Nacional. Afirmou o ministro em carta endereçada ao presidente Vargas: “Ronald de Carvalho e eu mais de uma vez conversámos sobre a conveniencia de se dar nova denominação ao Ministerio. Certo dia, aventei a palavra cultura, pois o

racionalidade do novo Estado-nação brasileiro. Ao serem regulamentadas as profissões de arquiteto e de engenheiro, essas categorias profissionais tornaram-se partes integrantes e indispensáveis na (re)construção do Estado-nação e por isso foram chamadas a participar do concurso, não como grupos privilegiados, mas como cidadãos responsáveis pela objetivação do projeto nacional em curso. Havia um bem maior a ser construído, algo que deveria ser colocado acima das lutas pelo capital simbólico empreendidas pelas suas corporações de origem. Ao mesmo tempo em que direitos foram concedidos, deveres para com o Estado e a sociedade foram (re)afirmados. Como afirma D’Aléssio:

“Regulamentar o trabalho é uma forma de incluir a população no Estado, é uma forma de realizar o que Pierre Vilar chamou ‘o mito da coincidência Estado-coletividade’. E esta inclusão coloca os indivíduos na condição de portadores de direitos, ou seja, na condição de cidadãos. Como cidadania significa também deveres, é fácil perceber que o primeiro deles é o ‘amor à pátria’.”²⁹⁸

Contudo, as disputas existentes no interior do campo arquitetônico refletidas na comissão julgadora, dificultavam a concretização dos objetivos iniciais do ministro. O concurso se descaracterizava e se convertia na luta pela consagração de uma determinada forma de fazer arquitetura defendida pelas instituições formadoras dos arquitetos. Ao solicitar aos membros da comissão julgadora a imparcialidade necessária a toda decisão administrativa, o ministro fornecia um caminho a ser trilhado: o que estava sendo escolhido não era apenas um projeto de edifício, mas uma nova concepção espacial para o MESP, fruto e espelho da concepção de administração inovadora e racional defendida por Capanema. Aos membros da comissão clamava-se por uma escolha técnica (*o julgamento mais justo possível*),

objetivo desta é justamente a valorização do homem, de maneira integral. Ella concerne, como se exprime um grande philosopho moderno, Jacques Maritain, ao ‘développement rationnel de l’être humain considere dans toute as généralité.’ Ronald achou feliz a idéia, e propôs que se dissesse cultura nacional. A sugestão de nosso mallogrado amigo me pareceu de grande alcance. Observa-se, hoje em dia, certa tendência para se dar ao aparelho de direcção das actividades relativas ao preparo do homem este qualificativo nacional, como que para significar que é a serviço da nação que o homem deve ser preparado. Em setembro de 1929, o governo italiano mudou a denominação do Ministerio della Publica istruzion e para a de Ministerio dell’educazione nazionale. Em junho de 1932, a França transformou o seu Ministère de l’instruction publique ET des Beaux-Arts em Ministère de l’Education nationale. Informou-me o pintor belga Georges Wambach que, em seu país, se cogita, agora, de fazer mudança semelhante, pretende-se dar ao Ministère des Sciences et des Arts o nome de Ministère de de l’Education nationale.”

²⁹⁸ D’ALÉSSIO, Márcia Mansor (2002). *Opus cit.*, p.171.

ou seja, não parcial ou passional. Pois, se por um lado, eles foram indicados por instituições representativas da arquitetura e da engenharia no Brasil, por outro, eles, ao aceitarem esse encargo, assumiram uma função pública e tinham por dever a escolha do melhor projeto que solucionasse espacialmente a (re)organização administrativa idealizada por Capanema para o MESP de forma a dotá-lo das mais modernas técnicas relacionadas à racionalização do serviço público, fundamental para a (re)construção de um Estado-nação moderno.

Cumprir lembrar que, durante a realização do concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP, outro projeto de Capanema era objeto de amplo debate na capital federal: a concepção e criação da Universidade do Brasil e a sua instalação numa Cidade Universitária. Para essa última finalidade, iniciaram-se, em maio de 1935, os contatos com o governo italiano objetivando à vinda ao Brasil do arquiteto italiano Marcello Piacentini (autor do projeto da Cidade Universitária de Roma, Roma-Itália, 1881 – 1960), o que se efetivaria em agosto do mesmo ano.²⁹⁹ Contudo, o convite formulado a um arquiteto estrangeiro não registrado no Brasil para o possível desenvolvimento de um projeto urbanístico-arquitetônico provocaria forte reação nos grupos profissionais envolvidos: os arquitetos e os engenheiros.

²⁹⁹ De acordo com o *Memorandum* à Embaixada da Itália, datado de 21 de julho de 1935, no qual foram assentadas os termos da viagem de Piacentini ao Brasil, seriam atribuições desse arquiteto durante a sua permanência no país: “assentar as bases do projecto da Cidade Universitaria, o estudo do local e o orçamento aproximado.” As despesas com a viagem de vinda ao Brasil seriam arcadas pelo governo italiano, sendo que ao governo brasileiro caberia arcar com as despesas de hospedagem, a verba ‘indenizatória’ pela estada no país, e a passagem de retorno à Itália. Além desses termos, estabelecia-se o compromisso do governo brasileiro “em assegurar ao Sr. M. Piacentini o pagamento de uma quantia razoavel pelo projecto completo dos planos da futura cidade universitária, devendo o quantum ser fixado depois dos estudos do respectivo local e de prévio entendimento entre o dito Governo Brasileiro e o Sr. M. Piacentini, por ocasião de sua próxima estada no Rio de Janeiro.” CPDOC/FGV GC g 35 03 09 rolo 29, fot.544.

Diversas reclamações foram encaminhadas ao ministro,³⁰⁰ em virtude do convite formulado diretamente à Piacentini, ao invés da opção pela realização de um concurso, nos moldes do que estava em andamento no que se refere à escolha do projeto do edifício-sede do MESP. Frente às críticas formuladas, Capanema, em sua resposta, não apenas argumentou ter sido o referido arquiteto convidado apenas para proferir conferências na capital federal, como também convidou o Sindicato Nacional dos Engenheiros, o ICA e o Club de Engenharia para apresentarem uma lista de cinco profissionais destinados a integrarem uma comissão de engenheiros e arquitetos a ser responsável pela elaboração do projeto da Cidade Universitária. Foram sugeridos os seguintes nomes:

Sindicato Nacional dos Engenheiros – 08/ago	Instituto Central de Arquitetos – 17/ago	Clube de Engenharia – 17/ago
Manuel de Azevedo Leão – eng. civil	<i>Firmino Fernandes Saldanha</i>	Emilio H. Baumgart
<i>Paulo Rodrigues Fragoso</i> – eng. civil	Carlos Henrique de Oliveira Porto	Heitor da Silva Costa
Lucio Costa – arq.	<i>Ângelo Bruhns</i>	<i>Washington P. de Azevedo</i>
Atilio Correia Lima – arq.	Lucio Costa	Francisco Prestes Maia
<i>Afonso Eduardo Reidy</i> – arq.	Paulo Ferreira dos Santos	Lourenço Baeta Neves

³⁰⁰ De acordo com os documentos consultados, tivemos as seguintes reações ao convite formulado à Piacentini:

Reação das associações profissionais de engenheiros e de arquitetos ao convite feito a Marcelo Piacentini
Favorável à contratação: 27/jul. – ICA (presidente Augusto de Vasconcellos Jr.). CPDOC/FGV GC g 35 03 09 rolo 29, fot.549.
Contrárias à contratação: 19/jul. – Sindicato Nacional dos Engenheiros (presidente – Sampaio de Lacerda); 23/jul. – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro (presidente – Dulphe Pinheiro); 31/jul. – Directorio Academico da Escola Politecnica (presidente – Luiz Lyra Filho); Directorio Academico da ENBA (presidente – Silveira Landim); Club de Engenharia (presidente – João Felipe Pereira) – CPDOC/FGV GC g 35 03 09 rolo 29, fot.543, 545, 550, 553.

O questionamento do convite feito a um arquiteto estrangeiro sem registro no Brasil decorria de dois argumentos principais: o desrespeito à Constituição de 1934 que, em seu artigo 133 vedava o exercício das profissões liberais aos estrangeiros no Brasil, salvo as exceções previstas em lei; e o desrespeito ao decreto nº 23,569/33, regulamentador das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor no país, que em seu art. 9 exigia a contratação pela administração pública apenas de profissionais previamente registrados no CREA.

As listas de profissionais sugeridos pelo ICA e pelo Sindicato Nacional dos Engenheiros foram anexadas ao processo 6870/35 do IPHAN, na medida em que o ministro as utilizou para justificar a escolha do nome de Lucio Costa como coordenador da equipe de arquitetos responsável pelo novo projeto do edifício-sede do MESP, uma vez decidida a não execução do projeto vencedor do concurso realizado.

CPDOC/FGV GC g 35 03 09 rolo 29, fot.561 e 565. O Diretório Acadêmico da ENBA apresentou, mesmo sem ter sido solicitado, os seguintes nomes: Pedro Camargo e Almeida, Paulo E. Nunes Pires (“Architectos professores da Escola”), Salvador Duque Estrada e Lucio Costa (“Architectos extranhos de nomeada”). A comissão de projeto da cidade universitária foi composta com os seguintes profissionais: Afonso Eduardo Reidy, e Washington P. de Azevedo foi convidado para integrar a comissão, mas declinou do convite.

A partir dos nomes apresentados, formou-se a seguinte comissão: Ângelo Bruhns (arquiteto, indicado pelo **ICA**), Firmino Fernandes Saldanha (arquiteto, indicado pelo **ICA**), Lucio Costa (arquiteto, indicado pelo **ICA** e pelo **Sindicato Nacional dos Engenheiros**), Afonso Eduardo Reidy (arquiteto, indicado pelo **Sindicato Nacional dos Engenheiros**), Paulo Rodrigues Fragoso (engenheiro, indicado pelo **Sindicato Nacional dos Engenheiros**) e Washington Azevedo (engenheiro, indicado pelo **Club de Engenharia**).³⁰¹ Esse último profissional, contudo, declinou do convite que lhe foi formulado pelo ministro, ficando assim a Comissão do projeto da cidade universitária composta por cinco membros.

Ou seja, em meados de 1935, momento em que ocorriam as reuniões da comissão julgadora do concurso para a escolha do edifício-sede do MESP, eram objeto de amplos debates não só a filiação estética ou o partido adotado pelo projeto a ser escolhido, como também a própria opção pela utilização de um concurso público para a escolha de edifícios-símbolos de um Estado-nação. Nesse clima tenso, na segunda reunião, a partir da análise preliminar empreendida pelos jurados, deu-se a exclusão, a princípio sem a análise do partido arquitetônico, de trinta e dois dos projetos apresentados.³⁰² A partir de uma sugestão formulada por Batalha e por Souza Aguiar, foi utilizado o critério da eliminação de todos os projetos que não atendiam às condições impostas pelo edital, o qual exigia, igualmente, o respeito pela legislação municipal referente à Esplanada do Castelo. O ministro solicitara um julgamento *justo* e os membros da comissão julgadora relacionaram *justiça* com *legalidade*:

³⁰¹ CPDOC/FGV GC g 35 03 09 rolo 29, fot.554, 561 e 565. Cumpre salientar o cuidado tomado pelo ministro em escolher o mesmo número de profissionais indicados pelo Sindicato Nacional dos Engenheiros e pelo ICA: três dentre os cinco indicados por cada uma das associações.

³⁰² Dos trinta e cinco projetos apresentados, trinta e dois foram desclassificados por não cumprirem alguma das cláusulas constantes do edital. Isso não significa, necessariamente, que todos tenham sido desclassificados pelo descumprimento de uma determinada regra do edital.

na medida em que o edital é a lei que rege um concurso ele deve ser respeitado.³⁰³ Dessa forma, foram escolhidos três anteprojetos: PAX, Minerva e Alpha [I]. Todos os demais, inclusive os apresentados pelos arquitetos posteriormente chamados de *modernos*³⁰⁴, em virtude do descumprimento das normas presente no edital, foram descartados. O impacto dessa decisão, no campo arquitetônico³⁰⁵ e entre os intelectuais do período, será analisado no capítulo seguinte no qual abordaremos a decisão ministerial de não contratar o projeto vencedor do concurso e chamar Lucio Costa para coordenar uma equipe de arquitetos³⁰⁶ na elaboração de um novo projeto para o edifício-sede do MESP.

O elevado número de concorrentes desclassificados em virtude do descumprimento das regras contidas no edital constitui um dos pontos mais polêmicos do concurso. Apesar de o edital prever que só cinco projetos seriam classificados para a segunda prova, a desclassificação sumária de trinta e dois concorrentes nos causa, hoje, perplexidade: se havia um edital a ser seguido, porque tantos arquitetos o descumpriram? Na época, contudo, o que mais chamou a atenção foi o rigor na aplicação das referidas regras. Afirmou a RDE-PDF, em setembro de 1935, em frases curtas e diretas, como se fizessem parte de um relatório técnico:

“Estabelecera o edital que o concurso seria realizado em duas etapas. Na primeira seriam selecionados cinco anteprojetos.

(...)

Foram apresentados 34 anteprojetos, já tendo sido realizado o julgamento da primeira prova.

A comissão julgadora, entretanto, classificou apenas três anteprojetos.

Até a presente data não foi divulgado o laudo da comissão esclarecendo as razões que a levaram a desclassificar os 31 projetos.”³⁰⁷

³⁰³ Importante salientar que o artigo da versão preliminar do edital, que eliminava os projetos que não estivessem de acordo com o mesmo não foi mantido na versão publicada. Dizia o referido artigo:

Artigo 8, alínea b: Os projetos que não estiverem de acordo com este edital serão excluídos do concurso.

³⁰⁴ Dentre outros, tínhamos os anteprojetos apresentados por: Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira / Ernani Mendes de Vasconcelos, Olavo Redig de Campos, Lucio Costa / Carlos Leão.

³⁰⁵ Sobretudo através da *Revista da directoria de engenharia – prefeitura do Districto Federal* (RDE-PDF), dirigida por Carmem Portinho (desde a edição nº 12 de setembro de 1934), mulher de Affonso Eduardo Reidy, arquiteto-chefe da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal na gestão de Pedro Ernesto (1884-1942, interventor do Distrito Federal de setembro de 1931 a abril de 1936).

³⁰⁶ Da equipe formada por Lucio Costa: Jorge Machado Moreira, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Ernani Mendes de Vasconcelos e Oscar Niemeyer Soares Filho apenas esse último não tinha participado do concurso.

³⁰⁷ RDE-PDF, ano IV número 18 setembro 1935, p. 510.

Porém, antes dessa nota lacônica sobre a desclassificação, a RDE-PDF questionou o rigor da aplicação das regras do edital, pela comissão julgadora constituída por arquitetos e engenheiros, através de um texto extraído da revista *L'architecture d'Aujourd'hui*, sobre a Caixa de Aposentadoria de Praga (CGDA), dos arquitetos modernos Josef Havlicek (1899-1961) e Karel Honzik (1900-1966), e traduzido por Affonso Eduardo Reidy:

“Em 1929, escolheu essa caixa de aposentadoria os arquitetos que participaram do concurso de projetos do edifício.

O programa exigia cerca de 1600m² de superfície de piso para seiscentos escritórios, além de uma parte destinada a habitações, garagens, etc.

As condições eram bastante penosas por ter a municipalidade fixado a forma do bloco. Este deveria ser tradicional com duas ou três áreas internas e de fisionomia acadêmica. Tais condições determinavam já muito o aspecto do edifício futuro e *não ofereciam nenhuma possibilidade de solução verdadeiramente livre apropriada às necessidades da circulação*.

Os arquitetos sabem, por experiência, que desprezar tais disposições significa, quase sempre, naufragar com o seu projeto, caso não tenham os interessados a paciência de entabular negociações administrativas.

Não obstante, solucionando o problema, ficamos persuadidos de que *a solução funcional seria impossível sem a abolição das condições prescritas*. Foi assim que propusemos ao instituto um projeto desprezando o desenvolvimento natural do plano. Nossos concorrentes, arquitetos mais reverentes, temendo a recusa da municipalidade, procuraram encerrar o programa no quadro tradicional. *Foi de tal forma evidente em nossos planos e nossa maquete que, coisa inesperada, a direção da CGDA aceitou nossa idéia*.

Restava, ainda persuadir a municipalidade. As negociações duraram mais de um ano. Tornou-se necessário recorrer ao Ministério dos Trabalhos Públicos. Fomos forçados a modificar alguns detalhes do projeto e dar muitos passos para manter a idéia essencial de nosso plano. Censuravam-nos de querer transportar os arranha-céus americanos para uma cidade gótica e barroca, em suma, de querer aplicar métodos importados do estrangeiro.

Retrucamos ser um exagero chamar de arranha-céus uma casa de 14 pavimentos (compreendendo dois subterrâneos e o andar térreo), e que a altura da edificação não fora uma idéia excêntrica, mas, ao contrário, subordinada às necessidades econômicas. Os espaços das áreas internas, ordinariamente sombrios e perdidos, nós os damos ao público, anexando-os às ruas e parques. Enfim propusemos à cidade conservar as árvores que se encontravam na praça defronte do edifício (destinada a ser pavimentada) e deixar uma grande superfície de gramado.”³⁰⁸ (grifos nossos)

Se uma solução questionadora das condições prescritas pelo edital foi aceita pela direção da CGDA e depois negociada junto à municipalidade, na medida em que se impunha *de tal forma evidente em nossos planos e nossa maquete*, como pode ter uma comissão composta por profissionais da área adotado uma posição tão dogmática em relação aos termos da convocatória. Considerando que *a solução funcional seria impossível sem a abolição das condições prescritas*, ao saber técnico, representado pela comissão julgadora, cumpre refletir

³⁰⁸ RDE-PDF, ano IV número 18 setembro 1935, p. 509-510.

sobre a melhor solução a ser adotada, ainda que em desrespeito às disposições do edital. Na medida em que assim não procedeu, indiretamente a RDE-PDF questiona se o rigor na aplicação do edital não teve por objetivo privilegiar alguns concorrentes (*arquitetos mais reverentes, temendo a recusa da municipalidade, procuraram encerrar o programa no quadro tradicional*) em detrimento dos demais. O rigor no cumprimento das regras limitadoras à solução de um problema, constantes de um edital, pode ser previsto nas decisões de um burocrata, mas não nas de um profissional consciente dos desafios da sua profissão.

Na medida em que se trata de uma comissão composta por profissionais da arquitetura e da engenharia, a RDE-PDF lhes solicita esclarecimentos sobre os motivos que os levaram a desclassificar um elevado número de concorrentes a partir de um eminentemente burocrático: o respeito às condições impostas pelo edital. Em relação aos desclassificados, Souza Aguiar, o redator da ata da segunda reunião se limitou a afirmar: *Foram sucessivamente examinados e excluídos os anteprojectos com as seguintes legendas: ...*³⁰⁹ Desta forma, apenas seriam objeto de exame mais detalhado, levando-se em consideração os aspectos técnico-arquitetônicos os três projetos que seguiram as determinações constantes do edital.

A súplica formulada por Capanema, no início da reunião, não fora ouvida.



Figura 14 – Projeto PAX.

Fonte: LISSOVSKY, Maurício; Sá, Paulo Sérgio Moraes de. *Opus cit.*, p. 11.

³⁰⁹ Processo 6870/35, p.65-66



Figura 15 – Projeto Minerva.

Fonte: *Idem ibidem*, p.11.



Figura 16 – Projeto Alpha.

Fonte: *Idem ibidem*, p.11

Na terceira reunião do júri, ocorrida no dia 08 de julho de 1935, foram analisados os três projetos não eliminados na reunião anterior e estabelecido o critério de serem considerados classificados para a próxima etapa do concurso aqueles que *obtivessem votação igual ou superior a tres votos*.³¹⁰ Os concorrentes PAX e Minerva obtiveram, cada um, quatro votos, ou seja, de todos os membros da comissão julgadora; o concorrente Alpha, por sua vez, obteve apenas dois votos (Batalha e Souza Aguiar), tendo a sua classificação para a segunda prova sido garantida pelo voto do ministro. Da leitura da ata dessa reunião, verificamos a ausência de qualquer recomendação ou comentário de Capanema aos membros da comissão

³¹⁰ Processo 6870/35, p.68.

julgadora: a única intervenção ministerial foi o referido voto dado a um dos projetos, com o intuito de possibilitar a participação de um maior número de concorrentes na prova de desenvolvimento do projeto.³¹¹ Não entendemos ter sido o voto do ministro decorrente de uma filiação aos cânones da ortodoxia racionalista, em parte defendidos pelo projeto Alpha, do arquiteto Gérson Pompeu Pinheiro³¹² (1910- ? , turma ENBA 1930). Desde a reunião anterior, em meio à polêmica gerada pelo convite feito a Marcello Piacentini de vir ao Rio de Janeiro para desenvolver o projeto da Cidade Universitária, o ministro se mostrava insatisfeito com os rumos tomados pelo concurso, a princípio concebido para dotar a escolha do projeto do edifício-sede do MESP de um caráter técnico, de acordo com as suas concepções de um ministério moderno, eficiente e racional.

Reiteramos o fato de ter Capanema deixado explícito, desde que assumiu a chefia do MESP, os objetivos e os meios a serem, respectivamente, alcançados e utilizados em sua gestão. Dentre aqueles, três se encontravam intimamente ligados: a (re)organização administrativa do MESP, a criação e implantação da Universidade do Brasil e a construção do edifício-sede ministerial. Assim, apesar da sua ligação com o grupo de intelectuais mineiros *modernos*³¹³, dentre os quais Carlos Drummond de Andrade como chefe de Gabinete, o ministro buscava em suas ações não demonstrar qualquer vinculação com uma determinada estética artística ou mesmo arquitetônica. A princípio, o seu compromisso era com a administração pública e com o ideal da racionalização do serviço público defendido, por ele e pelo governo a quem servia, em meados da década de 1930. Mais importante do que visualizar, no voto dado pelo ministro ao projeto Alpha, uma adesão à causa *moderna* é refletir sobre o possível impacto nele causado pelos demais projetos apresentados e

³¹¹ De acordo com o edital (item 2) seriam admitidos, na segunda prova, cinco concorrentes escolhidos pelo júri.

³¹² Sócio de Affonso Eduardo Reidy (arquiteto que mais tarde integraria a comissão responsável pela elaboração do projeto do edifício-sede do MESP) no início de carreira.

³¹³ Lembramos que as ligações de Capanema com os modernos antecederam a sua entrada na política mineira. Remontavam ao período em que estudava Direito (1920-1924), quando formou, junto com outros jovens estudantes, o grupo conhecido como o dos “intelectuais da rua da Bahia”, do qual faziam parte: Abgar Renault, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Gabriel Passos, João Alphonsus, João Pinheiro Filho, Mário Casassanta e Milton Campos. Além disso teve como auxiliar direto, desde o período em que ocupou o cargo de secretário do interior e justiça de Minas Gerais até o que esteve à frente do MESP, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987). Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, consultado no sítio <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm> em 09/10/2007.

eliminados sumariamente pela comissão julgadora. Talvez eles apresentassem soluções espaciais que, apesar de conflitantes com as normas do edital, solucionavam espacialmente o programa proposto no anexo do edital. Além disso, não podemos desconsiderar um possível descompasso existente entre as propostas classificadas para a segunda prova e os mais recentes edifícios públicos ou privados construídos no exterior e divulgados pela imprensa especializada. A RDE-PDF, antes mesmo de iniciar sua campanha em defesa de uma determinada forma de se fazer arquitetura, constitui um exemplo de como circulavam as diversas concepções de uma nova arquitetura *moderna* entre nós.³¹⁴ Diversas eram as formas do *moderno* possíveis, e elas podem ser admiradas como tal até hoje na cidade do Rio de Janeiro, basta termos um olhar atento e buscarmos nos desvencilhar do discurso bem articulado pelos *modernos* que saíram vitoriosos.

No entanto, em 1935 não havia como se prever que o *moderno* seria associado a uma determinada forma de se fazer a arquitetura entre nós. Após solicitar informações sobre o funcionamento da administração pública em diversos países, através de funcionários públicos brasileiros locados no exterior, o conjunto de projetos apresentados durante a primeira reunião do concurso surgia como um momento excepcional de reflexão sobre as respostas possíveis ao programa ministerial pela arquitetura nacional. As consultas feitas no exterior, ao mesmo tempo em que informa o ministro das novidades em termos de racionalização do serviço público também indica um desconforto de Capanema com os rumos tomados pelo concurso. No momento em que também se discutia o convite feito a um arquiteto italiano para desenvolver o projeto da Cidade Universitária, não adiantou a recomendação de o julgamento *ser o mais justo possível, premiando-se aqueles que se apresentassem, fosse qual fosse a escola do projetista*. As disputas travadas entre os diversos grupos profissionais no campo arquitetônico refletiram-se nas escolhas da comissão julgadora e corria-se o risco de ser escolhido um projeto destinado não a ser a sede do MESP, mas o símbolo da consagração dos detentores do capital simbólico no campo arquitetônico carioca, os quais eram considerados herdeiros dos arquitetos prestigiados pelos governantes durante a primeira república. Nesse

³¹⁴ Atualmente encontramos na historiografia da arquitetura uma preocupação, em determinados autores, em diferenciar uma arquitetura funcionalmente moderna daquela concebida de acordo com os princípios fundadores do moderno, de inspiração corbusiana. Àquela rotula-se de proto-moderno, estilo 1925, cabendo apenas a um determinado grupo de arquitetos o mérito de serem denominados modernos, uma formalmente fundada nos princípios norteadores ainda que eliminados preliminarmente.

momento, o rigor na aplicação das *condições impostas pelo edital* se convertia num meio de se (re)afirmar o prestígio de um grupo de arquitetos ligados à ENBA.

O papel desempenhado pelas redes de sociabilidade estabelecidas por Gustavo Capanema tanto com os grupos de intelectuais integrantes do MESP quanto com os burocratas brasileiros em serviço no exterior e nos diversos órgãos do aparelho estatal nacional foi fundamental para o desenrolar dos fatos. Não só com intelectuais conversava o ministro, aliás, no ministério o que mais havia eram burocratas, como até hoje em qualquer repartição pública. Dizer que tudo foi uma *ação entre amigos*³¹⁵ é desconsiderar o debate travado entre os diversos grupos em luta durante o concurso.

Após a abertura dos envelopes, identificados externamente com as divisas escolhidas pelos arquitetos, foram proclamados os nomes e os endereços dos concorrentes classificados para a segunda prova do concurso: Archimedes Memória – divisa PAX, Raphael Galvão (? – 1964, ENBA turma 1920) / Mario Fertin (?) – divisa Minerva –, e Gérson Pompeu Pinheiro – divisa Alpha.

Decorrido o prazo de quarenta e cinco dias destinado ao desenvolvimento dos projetos classificados na primeira etapa do concurso, ocorreu no dia 01 de outubro de 1935, a reunião de encerramento *em uma das salas* do gabinete do ministro. Logo na abertura dos trabalhos, conforme consta da Ata, Capanema, desanimado com os rumos tomados pelo concurso, declarou *não ter examinado detalhadamente os projectos porque quis deixar inteiramente aos technicos esta incumbencia. (e) Indagou se todos tinham opinião definitiva sobre os projetos, tendo sido por todos respondido affirmativamente.*³¹⁶

³¹⁵ Francisco Bolonha, arquiteto paraense radicado no Rio de Janeiro (turma 1945 Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil), em uma entrevista concedida a Américo Freire e Lúcia Lippi em 05 de fevereiro de 2001, afirma: “A história da construção do prédio do Ministério da Educação ilustra bem o que estou dizendo. Primeiro fizeram um concurso para escolher o projeto. Muito bem, ganhou o Archimedes Memória. Pois o Lucio Costa e o Carlos Leão foram ao Capanema e exigiram a anulação do concurso, sob a alegação de que o projeto vencedor era muito ruim. Anularam um concurso público!” Mais adiante, ao se referir à relação estabelecida entre Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer afirma: “No fundo, uma ação entre amigos.” FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Capítulos da memória do urbanismo carioca. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p.53-54.

³¹⁶ Processo 6870/35, p. 79.

Nesse momento, ao alegar não ter *examinado detalhadamente os projetos* ele deixa *inteiramente aos técnicos* a incumbência de escolhê-los. Escolha técnica, que deveria ser feita com justiça, acima das filiações estético-profissionais; contudo, o desânimo do ministro decorria da constatação de que a luta travada no campo arquitetônico invadira a administração pública e o concurso se convertera em uma trincheira na defesa de uma determinada concepção do fazer arquitetônico hegemônico na ENBA. A questão da solução espacial para a (re)organização administrativa em curso no MESP tinha sido colocada de lado, a forma do edifício a ser construído passou a ser mais importante do que as funções que nele deveriam ser desempenhadas.

Desde a segunda reunião do concurso, com a exclusão sumária de trinta e dois projetos em virtude da aplicação rigorosa das normas do edital em detrimento das qualidades espaciais intrínsecas a cada um deles, tal como recomendara o ministro no início da reunião anterior, Capanema se desinteressara do concurso, o qual seguia o seu trâmite legal. O convite feito a um arquiteto estrangeiro Marcello Piacentini, para a elaboração do projeto da Cidade Universitária, provocara, por outro lado, uma intensa mobilização do campo arquitetônico em defesa dos profissionais devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura, invocando os arquitetos e os engenheiros o respeito não só ao decreto regulamentador da profissão, como também à Constituição Federal recém-promulgada. Para o projeto da Cidade Universitária, a solução encontrada pelo ministro foi, conforme já vimos, a constituição de uma comissão de arquitetos e engenheiros, porém, para o edifício-sede do MESP tínhamos um concurso em andamento e Capanema tinha que finalizar o processo que ele próprio iniciara.

Não podemos, igualmente, desconsiderar a tensão política de meados de 1935 a qual se refletia no concurso em virtude das filiações ideológicas de alguns dos seus participantes. Archimedes Memória era integralista, por outro lado, Lucio Costa, acusado de ser defensor do “judaísmo internacional”, em virtude do período em que passou à frente da ENBA, no qual convidou Warchavchik para integrar o corpo docente daquela instituição.³¹⁷ Nesse sentido,

³¹⁷ Afirmara Marianno Filho, por ocasião da passagem de Lucio Costa na direção da ENBA: Se eu combati, por perniciosa, a orientação acadêmica de origem francesa que manietou durante mais de um século o ímpeto nativista da corrente artística nacional, com maioria de razão combaterei (...) o judaísmo arquitetônico que quer implantar oficialmente no país a arquitetura espúria que se abstrai de qualquer sentimento de espiritualidade (...)

num momento em que os ânimos se exaltavam, entendemos melhor o sentido das palavras iniciais da carta de Fernando Lobo, diplomata brasileiro a serviço em Washington, a Gustavo Capanema:

“Aqui lhe dirijo estas linhas de Washington, desejando-lhe a melhor saúde e o melhor estado de espírito, necessários ao bom empreendimento de sua grande obra (o edifício-sede do MESP).”³¹⁸

Diversas foram as sugestões recebidas por Capanema para a solução espacial do *seu* ministério, tanto de burocratas, como o diplomata supracitado, quanto de intelectuais *modernistas* como o seu chefe de gabinete Carlos Drummond de Andrade. Assim, de acordo com a carta de Lucio Costa a Le Corbusier datada de 26 de junho de 1936, foi o poeta mineiro que sugeriu o seu nome ao ministro e providenciou o encontro entre eles. Afirma Lucio Costa:

“Em *setembro de 1935*, sou chamado ao Ministério da Educação. É que o ministro Capanema tem, como chefe de seu gabinete, *Carlos Drummond de Andrade*: um poeta – quer dizer, alguém que, como Bandeira, tem o sentido profundo das realidades ‘verdadeiras’ e sabe não-las transmitir (não conclua daí que os poetas crescem aqui como cogumelos; muito ao contrário, eles são três ou quatro para 8.522.000 km²). Parece que, tendo ficado ao corrente de minha aventura na Escola, ele *interveio a meu favor junto ao Ministro* – em resumo: sou posto em contato com o ministro que, *desolado* com o resultado de um concurso que ele tinha promovido para a construção de um novo edifício onde deve instalar-se seu ministério (o projeto classificado em primeiro lugar é simplesmente idiota), encomenda um novo projeto a mim e a outros arquitetos, cujos nomes o senhor já conhece.”³¹⁹

Os desdobramentos dessa sugestão feita por Carlos Drummond de Andrade serão analisadas no capítulo seguinte, quando nos deteremos na decisão do ministro em não contratar os serviços do arquiteto vencedor do concurso e chamar Lucio Costa para formar uma equipe de arquitetos responsável pela elaboração de um novo projeto para o edifício-sede do MESP. Apenas salientamos que o arquiteto ora apresentado era uma dentre as inúmeras possibilidades de escolha dadas ao ministro para solucionar espacialmente o seu ministério.

A desnacionalização da arquitetura nacional, a serviço do judaísmo internacional, atinge a nacionalidade no que ela tem de mais puro e sensível, que é a sua própria alma.” In: MARIANNO FILHO, José. Escola Nacional de Arte Futurista. O Jornal, 27 de julho de 1931. *Apud* LEONÍDIO, Otavio. Carradas de razões: Lúcio Costa e a arquitetura moderna brasileira (1924-1951). Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007, p.61.

³¹⁸ Carta de Fernando Lobo a Gustavo Capanema, datada de 24 de agosto de 1935 In: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.12.

³¹⁹ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.93.

Cumpramos lembrar que, naquele momento, a comissão do projeto da Cidade Universitária já tinha iniciado os seus trabalhos e, Lucio Costa era um dos seus membros...

Um vencedor ?

Na reunião de encerramento do concurso foi anunciado o resultado do julgamento e determinado o pagamento dos prêmios aos concorrentes, de acordo com a sua classificação final: em primeiro lugar, tivemos o projeto de Archimedes Memória; em segundo, Raphael Galvão / Mário Fertin; e em terceiro, Gerson Pompeu Pinheiro (voto de Salvador Batalha).³²⁰ Assim se manifestaram os jurados:

1 – Adolfo Morales de los Rios e Souza Aguiar:

- 1º lugar. Archimedes Memória;
- 2º lugar. Galvão – Fertin;
- 3º lugar. Gérson Pinheiro.

2 – Natal Palladini:

- 1º lugar. Galvão – Fertin ;
- 2º lugar. Archimedes Memória;
- 3º lugar. Gérson Pinheiro.

3 – Salvador Batalha:

- 1º lugar. Gérson Pinheiro;
- 2º lugar. Galvão – Fertin;
- 3º lugar. Archimedes Memória.

³²⁰ Processo 6870/35, p. 80.

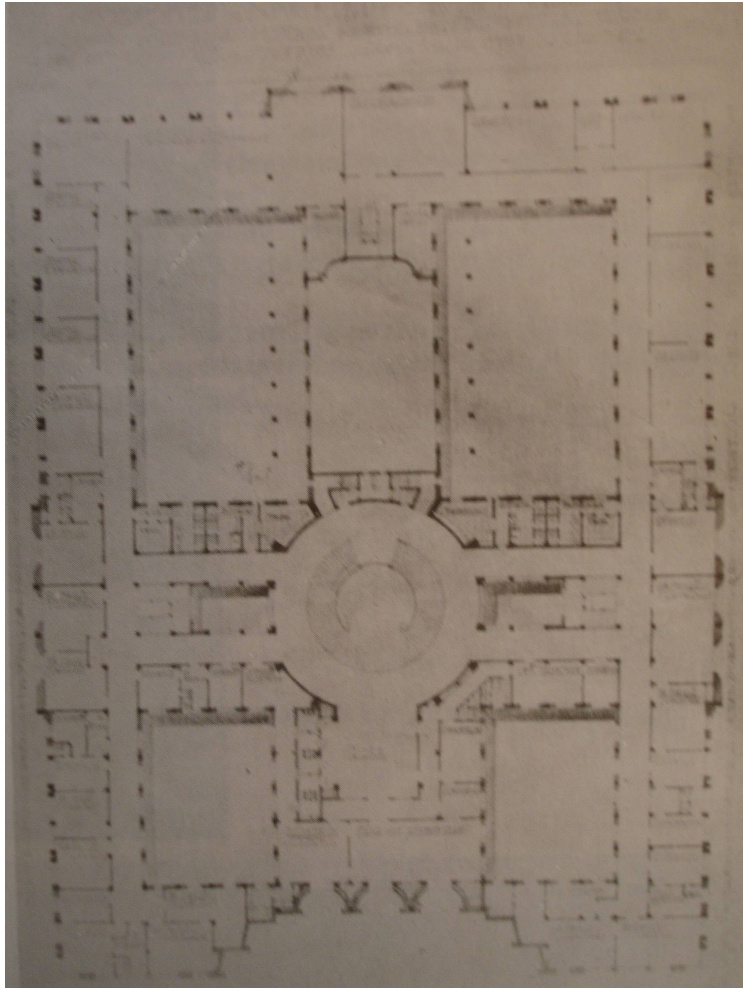


Figura 17 - Planta do pavimento térreo do projeto de Archimedes Memória, na qual podemos verificar os elementos norteadores do seu projeto: a axialidade da concepção arquitetônica, os quatro pátios internos e a grande escada central.

Fonte: *Idem ibidem*, p.17

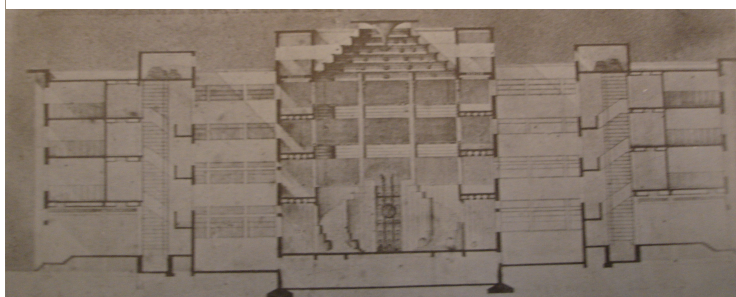


Figura 18 – Corte – no qual visualizamos a monumentalidade conferida à escadaria principal do edifício

Fonte: *Idem ibidem*, p.17



Figura 19 - Elevação frontal

Fonte: *Idem ibidem*, p.17



Figura 20 - Elevação Posterior

Fonte: *Idem ibidem*, p.17



Figura 21 - Elevação lateral

Fonte: *Idem ibidem*, p.17

Ao ser escolhido o projeto do então diretor da ENBA, Archimedes Memória, o qual substituíra Lucio Costa na direção daquela instituição em 1931, a comissão julgadora (re)afirmava o capital simbólico acumulado pelos arquitetos ligados à Academia no campo arquitetônico carioca. Assim, nos votos redigidos pelos membros do júri, verificamos os elementos intrínsecos ao fazer arquitetônico em meados da década de 1930 e alguns dos conceitos aos quais se oporiam brevemente um pequeno grupo de arquitetos formados na Academia, mas dissidentes em suas práticas compositivas. Hoje os conhecemos como *modernos*, mas naqueles anos todos os eram.

Souza Aguiar, em seu voto, salienta o *caráter quase religioso* que assumiu o concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP e denuncia a postura combativa e pouco fundamentada dos arquitetos *modernos*, expressa em artigos publicados na RDE-PDF³²¹, dentre os quais o referente à Caixa de aposentadoria de Praga, acima analisado:

“Ao examinarem uma planta, os moços da corrente moderna julgam-n’a logo imprestável quando nella vislumbram uma área interna e apontam então o caso de Praga, da revista *L’Architecture d’Aujourd’hui*, artiguete parcialmente traduzido pelo architecto Reidy, na *Revista da Directoria de Engenharia*. O trabalho pouco esclarece que justifique a preferencia dos autores pelas áreas externas; diz apenas que ‘os espaços das áreas internas, ordinariamente sombrias e perdidas nós os damos ao público, anexando-as às ruas e parques.’

Evidentemente isto não é bastante. Sombra, cá para nosso clima, não é elemento desprezível e a campanha contra ruídos não achará inconveniente nas áreas internas.”³²²

A ironia de Souza Aguiar, ao refletir sobre a aplicabilidade ao nosso clima da arquitetura de vanguarda européia é, contudo, logo a seguir, relativizada. Ele pondera: *Não há nenhum estudo científico que dê ao assunto solução final*. De toda forma, para ele nada justifica o fato de um anteprojeto contrariar o ordenamento legal e as normas de um edital, tal como ocorrera com a Caixa de Aposentadoria de Praga. Os jovens arquitetos modernos brasileiros pretendiam, aqui no Brasil, seguir o exemplo europeu e, convencer a comissão julgadora de que uma proposta em desacordo com o edital e com a legislação municipal seria a melhor solução para o futuro edifício-sede do MESP. Contrário a essa postura, a qual denomina *cavação*, o superintendente conclui:

“Penso que tanto se pode fazer um excellent projecto com áreas interiores, como sem ellas; isso depende do plano director da cidade em que se vae construir. O que eu não podia deixar de fazer era redigir o edital de accôrdo com as leis da Prefeitura, principalmente em se tratando de serviço official.”³²³

Em relação aos três concorrentes classificados, entende que todos resolveram bem *necessidades gerais das repartições*, porém a escolha pelo projeto de Archimedes Memória deu-se em virtude: da *ótima regulação térmica natural*, da *solução excelente da circulação* e

³²¹ No mês de setembro de 1935, antes da reunião de encerramento do concurso, foram publicados nessa revista alguns projetos desclassificados pelos jurados, bem como um artigo sobre a recém-construída Caixa de Aposentadoria de Praga, de autoria dos arquitetos modernos Josef Havlicek (1899-1961) e Karel Honzik (1900-1966).

³²² Processo 6870/35, p. 83.

³²³ Processo 6870/35, p.84.

por ter sido o *único que ficou inteiramente dentro do preço de 7.000:000\$000, exigidos pelo edital*.³²⁴ Em seu voto, portanto, não há qualquer menção às qualidades artísticas do projeto premiado, limitando-se a uma apreciação dos critérios técnicos (distribuição das salas, circulação, conforto térmico) e burocráticos (adequação do projeto ao orçamento do MESP). Contudo, se para um administrador público, embora engenheiro-arquiteto de formação, tal posicionamento é justificável, o mesmo não pode ser dito de um professor de história e de teoria da arquitetura da ENBA. Ao simplesmente subscrever o voto de Souza Aguiar³²⁵, Morales de Los Rios Filho não quis se intrometer no debate em curso: Archimedes Memória era o diretor da ENBA³²⁶ e o grupo de arquitetos *modernos* era forte o suficiente para não ser combatido vorazmente. A resposta técnico-burocrática de Souza Aguiar foi-lhe conveniente naquele momento.³²⁷

³²⁴ Processo 6870/35, p. 85.

“Os orçamentos dos projetos apresentados são os seguintes:

Archimedes Memória	6.675:000\$000
Galvão-Fertin	7.795:000\$000
Gérson Pinheiro	8.631:000\$000.

Em 1 de outubro de 1935.” Processo 6870/35, p. 85.

³²⁵ Morales de Los Rios escreve, na última folha do voto de Souza Aguiar (Processo 6870/35, p.85): “Estando de acordo com o parecer do arquiteto Souza Aguiar e para não repetir a mesma opinião por outras palavras, o subscrevo. Em 8 de outubro de 1935.” Cumpre salientar que foi o último integrante da comissão julgadora a justificar a escolha efetuada na reunião de encerramento do concurso.

³²⁶ Cargo assumido após o afastamento de Lucio Costa da direção da ENBA, em 18 de setembro de 1931, em meio a uma greve dos alunos em favor da continuação do programa de reformas e a substituição dos membros da congregação.

³²⁷ Em 1936, participou do concurso para a escolha do Edifício-sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do qual saíram vitoriosos os irmãos Marcelo Roberto (Rio de Janeiro-RJ, 1908 – 1964, turma 1930 ENBA) e Milton Roberto (Petrópolis-RJ, 1914 – Rio de Janeiro-RJ, 1953, turma 1934 ENBA) com um projeto moderno. Concluído em 1938, a sede da ABI está localizada a uma quadra do edifício-sede do MESP, atrás do prédio da Biblioteca Nacional. Conforme salienta CAVALCANTI, Lauro. Quando o Brasil era moderno: guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p.267: “A sede da ABI foi o primeiro prédio modernista em grande escala produzido no Brasil, havendo sido concebido antes da estada carioca de Le Corbusier e sem qualquer contato direto com outro arquiteto estrangeiro.”

Em seu voto, Natal Palladini analisa não apenas a parte técnico-funcional dos anteprojetos (plantas, funções, circulação, conforto térmico), mas também o que denomina *fatores técnico-artísticos*, ou seja:

“Os factores ‘technico-artísticos’ estão estritamente ligados à arquitetura e, toda a obra em que falte o equilíbrio nesses factores, é considerada estéril, incompleta e desarmoniosa. A composição architetonica é o último grao, a síntese, o remate dos estudos da architectura, e demonstra se o criador tem profundas cognições technicas e sentimento para o bello e para a fantasia.”³²⁸

Palladini afirma ser o projeto de Gerson Pinheiro um *esforço impotente de querer criar algo de novidade, embora acabe reproduzindo uma arquitetura de outro ambiente sem a preocupação de adaptá-la ao nosso*, que coincide com a crítica feita por Souza Aguiar, aos jovens modernos, que simplesmente reproduziam os modelos de edificações expostos em revistas de arquitetura importadas, sem, contudo, refletirem sobre a aplicabilidade das soluções estrangeiras ao nosso meio físico-social. Em relação ao anteprojeto de Archimedes Memória, critica a excessiva área destinada à circulação em detrimento às áreas úteis e a falta de imponência da fachada – *à parte ser valor como concepção artística, não a considero própria para um edifício-público* – em virtude da pouca altura nas extremidades. Finalmente, quanto ao projeto de Rafael Galvão / Mario Fertin, salienta a boa solução dada às plantas, à circulação e, sobretudo, às fachadas que:

“A perspectiva do edifício, se apresenta com boas massas, artisticamente e harmoniosamente distribuídas, de linhas simples, próprias para um edifício público. No conjunto é um bom projeto, susceptível de fáceis melhoramentos e que consagra o seu autor como um ótimo artista, sóbrio na sua arquitetura e que, respeitando as linhas dos estilos passados, soube, com senso de harmonia e de equilíbrio, orientar-se para a escola moderna.”

Uma boa arquitetura, para Palladini, era, sobretudo, o domínio sobre a volumetria das fachadas de uma edificação, mas também a arte de exprimir, através dos materiais empregados e de elementos estético-artísticos *a função e o destino de cada edifício*. Assim, segundo esse jurado, como para grande parte dos arquitetos brasileiros, ser *moderno* não significava negar o passado e os elementos caracterizadores da boa arquitetura. Ele afirma:

“A arquitetura não é somente uma produção de desenhista, porém uma arte que deve saber reunir e logicamente utilizar e harmonizar todos os progressos da arte da construção não somente do ponto de vista estático e utilitário, como também do ponto de vista artístico, dando

³²⁸ Processo 6870/35, p. 88.

ao edifício uma conformação estética relativamente à sua função e subordinadamente ao meio onde surge. (...)

A beleza arquitetônica entendida com espírito moderno pode ser em geral conseguida satisfazendo todas as exigências indicadas por meio de uma genialidade clássica, independentemente das regras de proporção, eutímia e decoração, o que não dificulta em absoluto um partido arquitetônico e utilitário. A arquitetura moderna deveria ser inspirada, não exclusivamente em formas geométricas nuas, mas sim nas que exprimem a função e o destino de cada edifício, a natureza dos materiais e meios empregados na construção, cuidando no mesmo tempo da expressão de um partido artístico, próprio do ambiente – digo do ambiente, porque o que serve em Moscou ou em Berlim pode não servir no Rio de Janeiro.”³²⁹

Assim, ao defender o voto dado ao projeto Galvão-Fertin afirma:

“Incontestavelmente o edifício se apresenta com boas massas, artisticamente e harmoniosamente distribuídas, de linhas simples, próprias para edifício público. No seu conjunto é um bom projeto, suscetível de fáceis melhoramentos e que consagra o seu autor como um ótimo artista, sóbrio na sua arquitetura e que, respeitando as linhas dos estilos passados, soube, com senso de harmonia e de equilíbrio, orientar-se para a escola moderna.”³³⁰

Ou seja, apesar de possuir uma planta com peças irregulares e alvenarias inúteis, o que dá a impressão de ter o autor invertido o procedimento da sua elaboração: as plantas parecem ter sido adaptadas a uma fachada estudada ‘a priori’ com sensível prejuízo para as mesmas, o projeto de Rafael Galvão foi o escolhido por Palladini como o melhor dos três classificados. Por outro lado, o projeto do arquiteto Gérson Pinheiro, apesar das boas plantas e ótima circulação, foi considerado o pior dentre os classificados, pois lhe faltavam os fatores *técnico-artísticos* necessários a uma boa arquitetura. Portanto, para esse jurado, uma boa volumetria, elaborada por um arquiteto-artista é capaz de suplantar uma planta bem resolvida funcionalmente.

Por último³³¹, temos o voto de Salvador Batalha no qual o representante do ICA expôs, de forma direta utilizando-se de frases curtas, o que entendia por arquitetura. Logo ao iniciarmos nossa leitura, uma postura desse arquiteto-jurado nos chama a atenção: ao se referir aos projetos analisados em seu voto há a utilização das divisas com as quais eles foram apresentados na primeira prova, antes da divulgação dos nomes dos seus autores. Dessa forma, Batalha delimitou claramente que o seu objetivo não era julgar pessoas, mas avaliar tecnicamente os projetos apresentados independente da autoria dos mesmos. Em sua concepção,

³²⁹ Processo 6870/35, p. 89.

³³⁰ Processo 6870/35, p. 90.

³³¹ Salvador Batalha foi o último a apresentar o voto, no dia 04 de outubro de 1935.

um edifício não devia ser construído simplesmente para agradar, mas para servir a uma utilidade e a um programa previamente definidos. Além disso, era fundamental haver clareza de composição, evitando-se a utilização de artifícios plásticos que escondessem a estrutura utilizada. Por outro lado, as plantas deviam ser bem elaboradas, os serviços organizados com a máxima elasticidade, a circulação bem resolvida e o conforto térmico alcançado. Frente a esses elementos considerados imprescindíveis à boa arquitetura, foi o anteprojeto de Gerson Pompeu Pinheiro que melhor solucionou o programa proposto pelo edital e as necessidades do futuro edifício-sede do MESP, devendo, por isso, ser classificado em primeiro lugar. Segundo Batalha, na proposta apresentada por Raphael Galvão / Mario Fertin havia a subordinação das plantas à fachada – *A fachada que deu origem à planta não exprime em absoluto esta* -, o que gerava salas de formas irregulares, pouca elasticidade dos serviços e excessiva insolação. Os únicos elogios conferidos aos arquitetos foram referentes às soluções dadas à circulação e às áreas internas que podiam ser aproveitadas para estacionamento. Quanto a Archimedes Memória nada havia o que se elogiar. Nele encontrávamos excesso de áreas, circulação tortuosa, salas de formas bizarras, bem como soluções construtivas difíceis. Fez-lhe, inclusive, uma denúncia de se utilizar *perspectivas falsas, pour épater*.

Esse voto salientava elementos que, mais tarde, seriam considerados essenciais a uma boa arquitetura pelos modernos e, talvez aqui encontramos a razão de se referir aos projetos avaliados através das divisas, sem identificar os autores: a clareza de composição, a simplicidade e economia de construção, a preocupação com o conforto térmico, a solução dada ao programa e a elasticidade dos serviços previstos. Em relação à fachada, ele destacava que a mesma devia exprimir a estrutura da edificação, sem artifícios plásticos e fazia ressalvas em relação ao pórtico que Gérson Pompeu Pinheiro acrescentou ao anteprojeto apresentado na primeira prova do concurso:

“O pórtico colocado no projeto definitivo, assim como o embasamento, melhoram bastante a fachada, mas a apresentação do ante-projeto foi mais feliz.”

Argumentos iguais, conclusões diferentes

Dos votos apresentados por Souza Aguiar (subscrito posteriormente por Morales de Los Rios) e Natal Palladini, de um lado, e por Salvador Batalha, de outro, podemos tirar algumas conclusões sobre o que era considerado uma boa arquitetura para os detentores do

capital simbólico no campo arquitetônico brasileiro da primeira metade da década de 1930, bem como as lutas travadas em seu interior. De acordo com o campo dominante, a arquitetura *moderna*, na versão proposta pelos jovens arquitetos brasileiros (quase todos formados durante a gestão de Lucio Costa à frente da ENBA), refletia uma simples transposição para o Brasil dos modelos das vanguardas européias sem uma preocupação com as características dos meios físico, cultural e social de nosso país. Além disso, a ausência de ornamentação fazia com que os edifícios deixassem de ser representativos dos órgãos neles instalados. Assim, havia princípios gerais de um fazer arquitetônico que deveriam ser respeitados para que se fizesse uma boa arquitetura.

Destarte, não seriam suficientes solucionar, convenientemente, as plantas, as circulações horizontal e vertical, o conforto térmico e as exigências funcionais do programa proposto pelo ministério. Fundamental, para uma boa arquitetura era ser bela, e essa beleza não poderia ser dada apenas pela apreciação dos critérios funcionais e utilitários de uma edificação. Desse modo, formas nuas não diziam nada, eram incapazes de estabelecer um diálogo com os futuros usuários de uma edificação, bem como, não eram condizentes com um edifício público.

Tais argumentações seriam, posteriormente, utilizadas pelos técnicos, chamados por Capanema para opinarem sobre o projeto vencedor do concurso, num momento em que o ministro já decidira não o executar. Interessante notarmos como um mesmo argumento pode ser utilizado para elogiar ou para criticar algo, tudo dependendo da maneira pela qual ele for utilizado. Assim, a análise do avanço empreendido pelos arquitetos *modernos* para conseguirem ser chamados a participar da elaboração do projeto do edifício-sede do MESP, bem como as estratégias utilizadas pelo governo para se descartar da proposta vitoriosa serão os temas tratados a seguir.



CAPÍTULO 3 – Em defesa do *moderno*

Gustavo Capanema se decepcionara com os rumos tomados pelo concurso por ele idealizado, ainda durante a realização do mesmo, conforme analisamos no capítulo anterior: não só o certame se convertera em uma tribuna dos profissionais defensores de determinada forma de se fazer arquitetura perpetuada pelo ensinamento ministrado na ENBA, como também a luta pelo capital simbólico de reconhecimento ou consagração no campo arquitetônico se acirrara. A opção pela realização de um concurso não (re)estabeleceu a ordem, mas, ao contrário, acentuou a tensão existente entre os diversos grupos profissionais em conflito, muitos dos quais se proclamavam *modernos* e defensores de uma arquitetura genuinamente nacional. Se, por um lado, pela leitura das atas das reuniões da comissão julgadora, verificamos um progressivo distanciamento do ministro frente aos debates realizados entre profissionais dela integrantes; por outro, pela correspondência estabelecida por Capanema junto aos diplomatas e demais funcionários públicos brasileiros a serviço do país no exterior, iniciada antes da escolha dos projetos classificados para a segunda prova do concurso, reforçamos nossa hipótese de que o ministro se decidira a não executar o projeto vencedor. A publicação do polêmico artigo sobre a Caixa de Aposentadoria de Praga constituiu um argumento adicional à decisão de não executar o projeto vencedor do concurso.

A insatisfação era com o concurso, enquanto meio de se escolher o projeto do edifício-sede do MESP, o qual, naquele momento, tinha uma determinada função espacial a ser desempenhada dentro do projeto de (re)organização administrativa em curso no ministério. Desse modo, na correspondência ministerial supracitada, era a solução espacial de um problema administrativo o foco das atenções de Capanema: não lhe importava prestigiar uma ou outra corrente arquitetônica, na medida em que era urgente resolver uma questão técnico-administrativa. A filiação estética do edifício-sede do MESP a uma determinada concepção de arquitetura *moderna*, de inspiração corbusiana, assumiria relevância no decorrer da construção (maio de 1937 – 1943³³²). No momento em que se escolhia o projeto a ser executado (abril de 1935 – janeiro de 1937³³³) outros eram os objetivos almejados por

³³² Apesar de as obras terem sido parcialmente concluídas durante o ano de 1943, o edifício apenas seria inaugurado em 03 de outubro de 1945, durante as comemorações dos quinze anos da *Revolução de 30*.

³³³ Conforme veremos no decorrer do presente capítulo, em janeiro de 1937 foi definido o projeto a ser executado. As obras, contudo, apenas tiveram início em 02 de maio de 1937.

Capanema. Contudo, o fato de o ministro buscar uma solução para um problema administrativo-espacial não excluía os burocratas, os arquitetos, os engenheiros e os demais intelectuais do período, de visualizarem nessa mesma construção uma oportunidade excepcional de concretizarem um determinado projeto de Estado-nação para o Brasil, seja através da máquina administrativa seja através da intervenção efetiva no espaço urbano da capital federal. Conforme afirmamos no segundo capítulo, as redes de sociabilidade do ministro não incluíam apenas os intelectuais *modernistas* integrantes do seu gabinete, mas também diversos outros intelectuais e/ou burocratas com os quais se correspondia ativamente.³³⁴

³³⁴ Em entrevista concedida aos pesquisadores Américo Freire e Lúcia Lippi, em 28 de novembro de 2000, a arquiteta e historiadora Margareth da Silva Pereira afirmou, sobre a *clarividência* do ministro Capanema e o papel desempenhado pelos intelectuais modernos que integravam o MESP: “Certamente o grupo moderno teve em Capanema um apoio, apoio visto retrospectivamente ora como decisivo – e o foi – ora como autoritário – e também o foi. Mas em nosso livro *Le Corbusier e o Brasil*, por exemplo, já mostrávamos que essa noção de clarividência precisava ser relativizada e que essas afirmações nem sempre são tão cristalinas. Precisamos avançar mais no estudo de aspectos da história social e cultural no Brasil precisamente no período 1930-45. *O poder que os modernos tiveram durante o Estado Novo não foi grande.* (...) Vejamos a questão no Estado Novo. Uma coisa é resolver o prédio do MEC, um edifício. Outra, muito mais complicada, foi o problema que o Capanema enfrentou para realizar, por exemplo, o projeto da Cidade Universitária do Brasil – basta pesquisar seu arquivo no CPDOC. ali já era outra escala de negociação, envolvendo tempo e atores diferentes.” (grifos nossos) FREIRE, Américo; OLIVERIA, Lúcia Lippi (ORG.). Capítulos da memória do urbanismo carioca. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p.34.

Entendemos que não houve nem clarividência do ministro, nem o mesmo poderia ser rotulado como um príncipe esclarecido... Havia uma questão administrativa a ser resolvida e, apresentada uma solução, ainda que não convincente, essa foi adotada pelo ministério, de acordo com as conveniências políticas do período. O Capanema recém ingressado no MESP em 1934, não é o mesmo ministro consciente dos seus poderes em meados de 1936, quando desconsiderou o projeto vencedor do concurso realizado, nem o do início de 1937, quando autoritariamente deu início às obras após apelar diretamente a Vargas a liberação dos recursos necessários à empreitada estatal. Não apenas os laços com os intelectuais modernistas se estreitaram naqueles anos como também com os políticos mais influentes do governo Vargas, inclusive nos contatos diretos com o presidente. Capanema não foi ambíguo ao tratar de forma diferente assuntos diferentes, tais como: o edifício-sede do MESP e o projeto da Cidade Universitária. Ele foi hábil politicamente e soube, naqueles tensos anos jogar com os principais sujeitos históricos inclusive com a população da cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que acolheu um projeto *moderno* para a sede do MESP, foi autoritário por ocasião da dissolução da UDF e da contratação de Piacentini para elaborar o plano da cidade universitária da UB em 1939. Nas ações empreendidas pelo ministro podemos sentir o momento histórico no qual elas foram executadas...

Há outra questão a ser desenvolvida no presente capítulo, geralmente ignorada pela historiografia dedicada ao tema, a inserção do concurso para a escolha do edifício-sede do MESP na história política do governo constitucional do presidente Getúlio Vargas (20 de julho de 1934 – 10 de novembro de 1937), a qual consideramos essencial para a compreensão das decisões tomadas por Capanema. Trinta e cinco meses se transcorreram, ou seja, de 26 de julho de 1926 a 24 de abril de 1937³³⁵, entre a escolha de Capanema para a chefia do MESP e o discurso de lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do Ministério. Nesse período, inúmeros acontecimentos políticos, com reflexos diretos na estrutura ministerial, ocorreram e devem ser objeto de reflexão por aqueles que pretendem compreender os meios materiais de produção cultural que possibilitaram a construção de um edifício moderno de inspiração corbusiana para sediar o referido Ministério. Dentre outros, ocorridos no campo político, salientamos: a denominada *intentona comunista* de novembro de 1935, duramente reprimida pelo governo federal; as ofensivas católica e integralista de aproximação do poder estatal, durante os anos de 1936 e 1937; o endurecimento do regime por meio da adoção de medidas autoritárias destinadas a *preservar os ideais defendidos pela revolução*; e as manobras políticas voltadas para a sucessão presidencial de 1938. O ministro, enquanto isso, recém-chegado de Belo Horizonte em julho de 1934, aos poucos (re)articulava os laços políticos que o conduziram à capital federal e se fortalecia. Se no início de 1935, parecia-lhe politicamente viável para contornar os diversos grupos profissionais em luta, a realização de um concurso, em novembro de 1936, adotando uma argumentação de viés autoritário, afirmou ao presidente Vargas tanto os riscos de se abrir um novo certame, quanto a ineficácia da utilização desse mecanismo para a escolha de projetos de edificações governamentais.³³⁶

Ora não visualizamos nas decisões de Capanema de, num primeiro momento, realizar um concurso para, logo a seguir, desconsiderar o resultado do concurso finalizado designando um determinado arquiteto por ele escolhido tendo em vista o desenvolvimento do projeto, ações de caráter ambíguo por parte do ministro: a primeira de caráter democrático e a segunda, autoritária. Foram decisões tomadas não só em momentos políticos distintos, como também decorrentes do maior entrosamento do ministro com os diversos grupos profissionais

³³⁵ Salientamos que nosso recorte temporal tem como termo final a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do MESP ocorrida em 24 de abril de 1937. Portanto, o período do Estado Novo, iniciado em 10 de novembro daquele ano, não será objeto de análise nessa dissertação.

³³⁶ *In*: Processo 6879/35, p.365-370. Reproduzida em LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.147-148.

em luta e os diversos membros do governo federal. De uma atitude de prudência e reserva, verificada nos primeiros meses à frente da pasta, encontramos em 1937 um ministro consciente do que lhe era ou não permitido fazer, respeitado o jogo político em vigor. Estamos, portanto, em face de um político hábil, que soube compreender o intrincado momento político no qual estava inserido: foi um dos poucos ministros que permaneceram no cargo desde o período constitucional do governo Vargas até os últimos meses do Estado Novo.³³⁷ Além disso, não há como desconsiderarmos a dedicação de Gustavo Capanema aos assuntos relacionados ao *seu* Ministério³³⁸, durante a vigência do Estado Novo.

No intuito de ver o assunto ainda examinado sob todos os seus ângulos e conveniências...

Decidido a não executar o projeto vencedor do concurso, Capanema buscou no meio técnico, tanto no arquitetônico quanto no administrativo, os fundamentos necessários para embasar a sua decisão. Vivíamos sob a égide de uma constituição, apesar do Estado de sítio vigente no país desde dezembro de 1935³³⁹, e o governo tinha, naquele momento, dentre os seus deveres o de justificar os atos administrativos por ele adotados.³⁴⁰ Nesse espírito,

³³⁷ Também permaneceram no cargo: Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra), Henrique Aristides Guilhem (ministro da Marinha) e Arthur de Souza Costa (ministro da Fazenda).

³³⁸ Essa dedicação, e determinação quanto aos objetivos a serem alcançados pelo *seu* ministério, o levou, algumas vezes, a anular as políticas, desenvolvidas por outros órgãos ou instâncias de poder, que lhe obstaculizavam ou dificultavam o caminho por *ele* considerado correto. Tal postura, muitas vezes o conduziu a arbitrariedades como o que ocorreu no caso da dissolução da Universidade do Distrito Federal – UDF em 20 de janeiro de 1939. Criada em 04 de abril de 1935 pelo Decreto Municipal nº 5.513 de 04 de abril de 1935, assinado por Pedro Ernesto, de acordo com os princípios escolanovistas de Anísio Teixeira, foi inaugurada oficialmente em 31 de julho de 1935. Sobre as divergências entre o pensamento de Gustavo Capanema e Pedro Ernesto/Anísio Teixeira sobre o ensino superior, ver SARMENTO (2001), em especial p. 145-150.

Pelo decreto-lei 1063, de 20 de janeiro de 1939, assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, os estabelecimentos de ensino da UDF foram transferidos para a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil e extinta arbitrariamente aquela instituição de ensino superior.

³³⁹ Equiparado ao de guerra em 30 de março de 1936. SILVA, Hélio. 1937 – todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p.154-155.

³⁴⁰ De acordo com a Constituição de 1934, art. 175:

art. 175 – “O Poder Legislativo, na iminência de agressão estrangeira, ou na *emergência de insurreição armada*, poderá autorizar o Presidente da República a declarar em *estado de sítio* qualquer parte do território nacional, observando-se o seguinte: 1) o estado de sítio não será decretado por mais de noventa dias, podendo ser *prorrogado*, no máximo, por igual prazo, *de cada vez*; 2) na *vigência do estado de sítio só se admitem estas*

tivemos a solicitação pelo ministro de pareceres sobre o projeto vencedor a dois eminentes profissionais: Saturnino de Brito Filho (engenheiro sanitarista, formado pela Escola Federal de Minas de Ouro Preto em 1923: Campos-RJ, 1899 – Rio de Janeiro-RJ, 1976) e Maurício Nabuco (diplomata brasileiro, elaborador do projeto para Racionalização do Serviço Público apresentado ao ministro da Fazenda, Souza Costa em 1935³⁴¹, Londres-Inglaterra, 1891 – Rio de Janeiro-RJ, 1979).

A escolha dos nomes e a forma pela qual lhes foi solicitada a elaboração dos respectivos pareceres refletem a postura de Capanema frente ao edifício a ser construído. Nas cartas endereçadas aos profissionais supracitados, ambas datadas de 04 de março de 1936,

medidas de exceção: a) desterro para outros pontos do território nacional, ou determinação de permanência em certa localidade; b) detenção em edifício ou local não destinado a réus de crimes comuns; c) censura de correspondência de qualquer natureza, e das publicações em geral; d) suspensão da liberdade de reunião e de tribuna; e) busca e apreensão em domicílio.” (grifos nossos) In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao34.htm consultada em 28 de janeiro de 2009.

Portanto, em seus parágrafos o art. 175 delimita a extensão das medidas de exceção possibilitadas pelo estado de sítio, as quais não possibilitavam aos administradores públicos agirem arbitrariamente em todos os atos proferidos pela administração pública federal.

Da mesma forma, o estado de guerra tinha finalidades bem específicas que não atingiam os princípios a serem seguidos pelo administrador público de um Estado-nação moderno. Proclama o art. 161, da Carta de 1934, ao delimitar o estado de guerra:

Art 161 – “O estado de guerra implicará a suspensão das garantias constitucionais que possam prejudicar direta ou indiretamente a segurança nacional.”

In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao34.htm consultada em 28 de janeiro de 2009

Ou seja, as regras referentes à contratação de arquitetos para a elaboração do projeto do edifício-sede do MESP, desde que não atentassem à segurança nacional, continuavam submetidas aos princípios norteadores da administração pública vigentes, respeitada a racionalização do serviço público defendido pelo governo federal.

³⁴¹ De acordo com o perfil biográfico consultado em LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.326: Maurício Nabuco “diretor do arquivo, biblioteca e mapoteca do Itamaraty, A partir de 1935 destacou-se na Comissão Mista da Reforma Econômico-Financeiro, presidida pelo ministro da Fazenda Sousa Costa, ao apresentar projeto para Racionalização do Serviço Público. Esse subgrupo de trabalho tornou-se conhecido como Subcomissão Nabuco.”

Lucio Costa conhecia Maurício Nabuco desde o período em que esse diplomata ocupava o cargo de secretário geral do Itamaraty, tendo sido por ele convidado a ocupar o cargo de arquiteto daquele ministério. COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p.67.

verificamos a mesma estrutura narrativa: em primeiro lugar, o sumário do concurso realizado e de alguns dos questionamentos formulados aos projetos vencedores, presentes nos votos da comissão julgadora; a seguir, temos a solicitação de um parecer específico a cada profissional, dada a relevância do edifício a ser construído e *no intuito de ver o assunto ainda examinado sob todos os seus ângulos e conveniências*. A Saturnino de Brito escreveu:

“Em 20 de abril de 1935, abri um concurso de projectos para o edificio do Ministério da Educação e Saude Pública, buscando, desse modo, interessar os architectos brasileiros no *planejamento de um grande e moderno edificio publico, que constitua documentação positiva da nossa evolução technica e artistica* e se institua em exemplo de outras iniciativas do genero.

Á competição compareceram numerosos candidatos, que offereceram soluções altamente interessantes, fugindo, entretanto, a esta ou aquella das condições estabelecidas no mesmo edital.

Estabelecida uma selecção final de tres projectos, verificou-se que dois delles ainda excediam o custo fixado para a construcção, que é de sete mil contos, restando o projeto subscrito ‘Pax’ que se subordinava a essa limitação de preço.

Obtido o pronunciamento da commissão de architectos, julgadora do concurso, e no intuito de ver o assumpto ainda examinado sob todos os seus angulos e conveniencias, o que bem se compreende pela sua relevancia e pelas responsabilidades de sua solução, desejo ouvir o autorizado parecer de V. Exc. sobre o seguinte:

O projecto ‘Pax’, que obteve o primeiro lugar, atende ás exigencias da engenharia sanitária, no que diz respeito a edificios públicos ?

Estimarei que a resposta de V. S. seja acompanhada de razões technicas pormenorizadas, para o que ponho á sua disposição o alludido projecto e mais todos os elementos de informação, exame e consulta, existentes neste Ministerio.”³⁴² (grifos nossos)

A Maurício Nabuco foi encaminhado o mesmo texto, substituindo-se apenas a parte final referente ao assunto que deveria ser objeto de análise no parecer solicitado:

“Em 20 de abril de 1935, abri um concurso (...)

*“O projeto ‘Pax’, que obteve o primeiro lugar, atende ás exigências de uma organização racional do serviço publico, no que diz respeito a conforto, propriedade, eficiencia e outros quaesquer requisitos indispensáveis ao bom funcionamento da administração ?”*³⁴³

No convite comum encaminhado separadamente aos técnicos responsáveis pela elaboração de pareceres sobre o projeto vencedor do concurso deve ser ressaltado como o ministro, sob a influência do texto Razões da Nova Arquitetura de autoria de Lucio Costa,

³⁴² Processo 6870/35, p.164-165. CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot. 193.

³⁴³ Processo 6870/35, p.166-167. CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot. 192-193.

publicado na RDE-PDF de janeiro de 1936, apropriou-se argumentativamente da concepção daquele arquiteto sobre o que seria uma nova arquitetura para um edifício público.³⁴⁴

No parecer elaborado por Saturnino de Brito Filho, datado de 10 de março de 1936, encontramos, logo de início, uma observação na qual o engenheiro sanitarista não só expressou o caráter eminentemente técnico das considerações elaboradas a pedido do titular do MESP, como também buscou se distanciar da batalha travada no interior do campo arquitetônico. Tratava-se de um profissional respeitado em sua área de atuação – a engenharia sanitária – e não havia o menor interesse de desagradar às partes em luta. Dessa forma, afirmou:

³⁴⁴ A RDE-PDF se tornou, no decorrer do concurso, na principal publicação defensora dos ideais defendidos pelo grupo de arquitetos *modernos* posteriormente articulados por Lucio Costa. Contudo, em outras publicações do período eram diferentes as concepções arquitetônicas defendidas. Não havia uma relação direta entre o adjetivo moderno e determinada forma de se fazer arquitetura.

Cumprе salientar que, mesmo antes desse concurso, a revista divulgava artigos favoráveis a uma determinada concepção de arquitetura contemporânea surgida recentemente na Europa. Nesse sentido a matéria sobre o projeto de Affonso Eduardo Reidy para o Palácio da Prefeitura do Distrito Federal, publicado na RDE-PDF, ano III, número 11, julho 1934, na qual buscou-se definir o que seria ‘arquitetura moderna’ ainda como sinônimo de ‘arquitetura contemporânea’: “Ainda hoje existe certa animosidade e prevenção contra todas as expressões arquitetônicas não vasadas nos canones clássicos de proporções e formas. Principalmente em se tratando de edificios publicos, é considerado por alguns, como que uma profanação, abandonar as formas do passado para substitui-las pela despresticiosa simplicidade da arquitetura contemporânea.

Entretanto, a racionalidade dos principios que regem esta arquitetura, a forma pela qual ela atende às condições impostas pela moderna concepção do conforto e economia, faz com que pouco a pouco, dia a dia, a arquitetura funcional ganhe terreno na aceitação por parte do publico.

O objetivo da arquitetura moderna é a solução racional dos problemas que lhe são impostos. Encarando-os de frente, sem subterfúgios, ela proporciona ao arquiteto a possibilidade de soluçona-los de forma clara simples e pratica. Quanto à parte plastica, sob o ponto de vista da estética, não deixa ela também de se preocupar. A utilidade do conjunto e a exata concepção de equilibrio, são requisitos de que não abre mão a arquitetura de hoje. Rompe porém com o falso, o ‘pastiche’, acaba com o enfeite, a preocupação com a ostentação, os esguichos de estilos passados substituindo-os pela pureza de sua simplicidade e sinceridade de suas formas.

O ponto de vista utilitario, forçosamente terá que predominar em qualquer edificação. Um edificio é construído para um determinado fim. A utilidade é a propria razão de ser de sua existencia.

Resta, pois, conseguir resolver de maneira mais pratica, facil e completa, a equação apresentada.

Para tal, lança mão a arquitetura moderna de todos os recursos de que pode dispôr sem os entraves da preocupação por formas preconcebidas ou efeitos cenograficos.” p.9.

“Versando a consulta sobre pontos precisos, que são também os de nossa especialidade, cingir-nos-emos a eles, *sem entrar na apreciação do mérito artístico do projeto, que, por certo, é grande, de vez que* foi o mesmo classificado em primeiro lugar entre 34 concorrentes.” (grifos nossos)³⁴⁵

Ao se utilizar de uma ironia para se referir ao *mérito artístico* do projeto vencedor do concurso, o qual, *por certo, é grande, de vez que foi o mesmo classificado em primeiro lugar*, implicitamente questionou a propalada neutralidade da comissão julgadora e a postura adotada pelo ministro durante o certame. Não podemos desconsiderar, nas palavras iniciais do engenheiro sanitarista, o impacto causado no campo arquitetônico pelo artigo *Arquitetura em família*, publicado no Correio da Manhã, edição do dia 06 de março de 1936. Nesse texto, em termos contundentes, o jornal denunciava, dentre outros assuntos³⁴⁶, tanto a não neutralidade da comissão julgadora quanto a manobra ministerial *à esquerda* para a contratação dos arquitetos desclassificados no concurso. Afirmou o jornal:

“A comissão julgadora dos trabalhos em questão [o concurso para a escolha do edifício-sede do MESP] era formada pelos Srs. Sousa Aguiar, na qualidade de superintendente de Obras e Transportes do ministério do Sr. Capanema; Natal Palladini, como professor da Politécnica, e Adolpho Morales de los Rios, como professor das Belas-Artes, sendo a intervenção de um representante desse estabelecimento de ensino foi pedida pelo próprio ministro. Na falta da congregação da escola, seu diretor, que de futuro iria concorrer com os demais arquitetos, indicou aquele professor, que é interino e foi posto das Belas Artes pelo mesmo sr. Memória. *Começou aí o passe de mágica, visando dar o resultado que se vai ver.* Integrava mais aquela comissão o Sr. Salvador Batalha, como delegado do Instituto Central de Arquitetos. Escolhidos os referidos três anteprojetos, entre os quais, como já se notou, apareceu lindo e formoso o do Sr. Memória, o ministro da Educação convocou a comissão julgadora e mais arquitetos classificados para, conjuntamente, pedir modificações no anteprojeto quando desenvolvido. (...) Entregues os projetos já desenvolvidos e devidamente assinados pelos seus autores, o sr. *Capanema*, confiando ‘na hombridade dos juízes’, mas *trabalhando por concorrentes que não lograram classificação, manobrou para esquerda*, não comparecendo às mencionadas reuniões. E a comissão, sem a presença do ministro, classificou em primeiro lugar, Memória, com dois votos; segundo, Galvão e terceiro Gérson, cada um com três votos. Estes dois últimos tiveram um voto cada um para primeiro lugar, valendo-se dizer que essa classificação foi concedida com maioria de um voto. Memória obteve dois votos e os seus concorrentes um cada um, não havendo assim maioria, pois o ministro não votou. Até que se prove o contrário, a maioria de cinco ou quatro é três e não dois. *Pagaram-se os prêmios: réis 40:000\$000 ao Sr. Memória, réis 20:000\$000 ao Sr. Galvão, e réis 6:000\$000 ao Sr. Gérson. E, por fim, o Sr. Capanema contratou por 300:000\$000 os serviços dos srs. Lucio Costa, Afonso Reidy, Jorge Moreira, Ernani Vasconcelos, Carlos Leão e Niemeyer, concorrentes desclassificados, cujo projeto já elaborado vai ser brevemente executado. Arquitetura em família, da qual o Sr. Capanema foi*

³⁴⁵ Processo 6870/35, p. 168.

³⁴⁶ Como, por exemplo, a construção pelo governo federal de “majestosos edifícios para neles serem instalados alguns ministérios” num momento de dificuldades financeiras. LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.27

*o artista máximo e o Sr. Memória o colocador dos alicerces para garantir a segurança da obra...” (grifos nossos)*³⁴⁷

Em face da denúncia de uma conspiração em curso, feita pelo jornal, na qual o próprio ganhador do concurso, o arquiteto Archimedes Memória, aparecia como co-autor de forma a legitimar a contratação de arquitetos *à esquerda*, Saturnino de Brito Filho buscou se afastar dessa polêmica ao centrar o seu parecer no aspecto técnico-sanitário do edifício a ser construído. Dessa forma, em se tratando de objeto de arte, foi escolhido um projeto o qual, *por certo, é grande, de vez que foi o mesmo classificado em primeiro lugar entre 34 concorrentes*; mas, se levarmos em consideração os aspectos racionais defendidos pela engenharia, a avaliação poderia ser outra. Desta forma, delimitava-se claramente o papel reservado ao engenheiro, enquanto o portador da razão, e nesse campo, Saturnino de Brito Filho desenvolveu sua argumentação.

O edifício destinado a abrigar o MESP, na medida em que era a pasta responsável não apenas pela educação, mas também pela saúde pública no Brasil, deveria ser *ele próprio um padrão dos princípios da higiene urbana, ter seus lineamentos básicos determinados em função da luz, do calor solar, dos ventos e do conforto geral*. Salientou o sanitarista: *sendo a arquitetura ‘a mais técnica das artes’ (A. Comte), precisa, deve e pode atender a todos os requisitos higiênico-sociais da vida moderna*. Ou seja, ao citar Comte, Saturnino de Brito Filho reafirmava a sua filiação à engenharia³⁴⁸ e a um saber técnico-profissional institucionalizado desde os primórdios da República. Um saber que era portador do progresso e da racionalidade ao Estado-nação brasileiro em construção.

Em virtude de o projeto vencedor do concurso não ter atendido aos aspectos técnicos a serem observados em toda edificação – a orientação, a implantação, a insolação, a heliotermia, a anemometria, ao conforto, a previsão das canalizações, dentre outros –, Saturnino de Brito Filho foi categórico em seu julgamento:

³⁴⁷ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.27-28

³⁴⁸ Saturnino de Brito Filho formou-se em Engenharia Civil e de Minas pela Escola de Minas de Ouro Preto-MG, tornando-se, posteriormente, professor da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro).

“Não temos dúvida em concluir que o projeto premiado em primeiro lugar, qualquer que seja o seu valor estético, *não satisfaz aos requisitos higiosanitários que se devem exigir em um Ministério da Educação e Saúde Pública.*”³⁴⁹ (grifos nossos)

Da mesma forma que Saturnino de Brito Filho, Maurício de Nabuco rejeitou, em parecer datado de 16 de março de 1936, o projeto vencedor do concurso em virtude de o mesmo não atender aos objetivos da (re)organização administrativa proposta por Capanema.³⁵⁰ Apesar de afirmar que *nenhum edifício é perfeito em absoluto*, o parecerista verificou no projeto Memória o excesso de áreas, a má circulação horizontal e vertical, as instalações irregulares pouco convidativas para os serviços, bem como a pouca elasticidade dos mesmos. Os defeitos, por sua vez, avolumavam-se caso fosse levado em consideração o *estilo* adotado pelo arquiteto vencedor do certame. Nesses termos, Nabuco afirmou:

“quando refletimos sobre o estilo preferido. Na verdade, a maior justificativa da arquitetura funcional reside em sua adaptabilidade aos fins a preencher. Desprezados estes, ela não vingará. *Só é belo aquilo que corresponde a uma finalidade, e o propósito do projeto de que nos ocupamos parece ter sido, tão-somente, o de conciliar as várias exigências contratuais, custo, posturas municipais etc., sem preocupação da vida de repartição e da harmonia dos serviços.*” (grifos nossos)³⁵¹

Ou seja, o respeito às condições impostas pelo edital, aliadas a uma legislação urbanística municipal restritiva, limitaram as ações dos arquitetos e geraram projetos inadequados às atividades a serem desenvolvidas no MESP naquele momento e pouco flexíveis para as novas funções a serem desempenhadas no futuro, *quando, como todos esperamos, se elevarem os índices nacionais de cultura e saúde pública.*³⁵² Assim, em sua argumentação, ao questionar os termos nos quais foi redigido o edital, bem como o impacto desse na qualidade dos projetos apresentados, Nabuco concordou, em parte, com o artigo sobre a Caixa de Aposentadoria de Praga, publicado na RDE-PDF, ano IV, número 18 setembro 1935. Porém, não houve em seu parecer a defesa de um determinado grupo de arquitetos, mas de uma concepção de arquitetura funcional na qual *só é belo aquilo que corresponde a uma finalidade*. Como também afirmaria Capanema, em abril de 1937, no

³⁴⁹ Processo 6870/35, p.174

³⁵⁰ Nas palavras de Maurício de Nabuco: “O edifício projetado não corresponde às exigências de uma organização moderna; não se presta à feição administrativa que Vossa Excelência pretende dar às repartições que lhe são subordinadas.” *Apud*: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.32. Processo 6870/35.

³⁵¹ *Apud*: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.32. Processo 6870/35.

³⁵² *Apud*: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.32. Processo 6870/35.

discurso de lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do MESP: *O edifício, cuja construção hoje declaramos iniciada, para sede do Ministério da Educação e Saúde, se baseará num projeto, que foi elaborado pro técnicos criteriosos, visando o duplo objetivo de se fazer uma obra de arte e uma casa de trabalho.*³⁵³

Além dos dois pareceres supracitados, há outros dois pareceres: o elaborado por Domingos J. da Silva Cunha³⁵⁴, inspetor de engenharia sanitária do MESP; e um anônimo e sem data, reproduzido no livro Lissovsky e Sá.³⁵⁵ Encontramos, portanto, diversos pareceres, elaborados a pedido do ministro por técnicos vinculados ou não ao ministério, destinados a legitimar a decisão ministerial de não executar o projeto vencedor do concurso. Os argumentos utilizados abrangem desde aspectos técnico-construtivos até as reflexões sobre a inadequação do projeto às necessidades da moderna administração pública, defendida por Capanema. Nestes termos, a conclusão a que chegou Domingos da Cunha:

“o edifício projetado não deverá ser construído, se o governo quer, realmente, *além de satisfazer perfeitamente às suas necessidades de administração, possuir uma notável arquitetura, digna da nossa cultura artística*, enquadrando-se, pelo seu orçamento, dentro da quantia máxima estabelecida pelo edital de concorrência.”³⁵⁶ (grifos nossos)

Ou seja, inclusive em relação ao preço da construção, o edifício projetado por Archimedes Memória não respeitava as condições impostas pelo edital. De acordo com Cunha, o arquiteto se utilizou de artifícios para enquadrar a sua proposta nos rígidos termos do edital e, se este foi aplicado com rigor em relação aos demais concorrentes, o mesmo deveria ser feito com o seu projeto, ou seja, ser desclassificado. O porquê da não desclassificação não necessitava ser abordado, bastava ao ministro possuir os elementos necessários para se colocar suprapartes e, utilizando-se da sua *virtú*, desconsiderar o projeto vencedor e buscar uma nova solução para a questão espacial do *seu* ministério a ser (re)organizado espacialmente. Qual caminho seguir?

Em março de 1936, quando foram redigidos os pareceres supracitados, o ministro já optara pela designação de um arquiteto – Lucio Costa – para coordenar uma equipe de

³⁵³ Discurso proferido por Capanema no lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do MESP em 24 de abril de 1937. *Apud*: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.151. Ver as Considerações Finais dessa dissertação.

³⁵⁴ Arquivado no Processo 6870/35 do IPHAN e reproduzido no livro LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.32-36.

³⁵⁵ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.36-41.

³⁵⁶ Processo 6870/35, p.188.

profissionais responsável pelo desenvolvimento de um projeto para o futuro edifício. Contudo, conforme analisamos no capítulo anterior, em meados do ano anterior, no momento em que o ministro se decepcionara com os rumos tomados pelo concurso o nome desse arquiteto era apenas um dentre os inúmeros outros profissionais aptos a desenvolver o projeto. Diversos fatores, além da presença de Carlos Drummond de Andrade na chefia do gabinete do ministro, foram fundamentais para o desenlace dessa trama: a circulação e o debate em torno dos escritos de Le Corbusier no Brasil durante as décadas de 1920 e 1930; a curta, porém polêmica, presença de Lucio Costa à frente da ENBA; a necessidade de se dar uma solução espacial adequada à (re)organização administrativa proposta por Capanema; o encastelamento da ENBA na defesa do seu diretor – Archimedes Memória, um integralista membro da Câmara dos Quarenta; a questão da sucessão presidencial em 1938; a gestão Pedro Ernesto a frente a PDF, com Anísio Teixeira como secretário da educação; a presença de Affonso Eduardo Reidy e de Carmem Portinho no departamento de engenharia da PDF e a campanha posteriormente desenvolvida pela RDE-PDF em defesa de uma determinada concepção de arquitetura moderna.

Dessa forma, não foram apenas a superioridade do discurso de Lucio Costa e/ou a rede de sociabilidade dos intelectuais *modernistas*, o denominado grupo mineiro, junto ao ministro Capanema que possibilitaram a emergência de uma determinada concepção de arquitetura *moderna*, de inspiração corbusiana, entre nós. Esses fatores não devem ser desprezados, mas nos reduzirmos a eles seria desconsiderarmos o momento político em que se encontrava o Brasil durante o segundo biênio do governo constitucional de Getúlio Vargas, após as agitações de novembro de 1935, o avanço da AIB (Ação Integralista Brasileira) frente a dissolução da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e as manobras políticas voltadas à escolha dos candidatos às eleições presidenciais de 1938.

Sob uma tal luz nascerá a arquitetura: Le Corbusier e o Brasil

“Tentei a conquista da América devido a um motivo implacável e a uma grande ternura que dediquei às coisas e às pessoas; compreendi, entre esses irmãos separados de nós pelo silêncio do oceano, a existência de escrúpulos, dúvidas, hesitações, assim como as razões que motivam o estado atual de suas manifestações, e confiei no dia de amanhã.

Sob uma tal luz nascerá a arquitetura.”

Le Corbusier³⁵⁷

Inúmeros são as pesquisas, muitas das quais publicadas, dedicadas à relação existente entre a arquitetura moderna brasileira e o pensamento de Le Corbusier, conforme salientamos na introdução. Periodizações da nossa arquitetura foram construídas a partir das visitas desse arquiteto ao Brasil em 1929 e 1936, de forma a sublinhar o impacto que suas idéias tiveram entre nós. Relatos se sucederam e uma historiografia foi tecida e canonizada a partir dos primeiros cursos de arquitetura criados na década de 1940 e 1950. Paulo Santos (Rio de Janeiro-RJ, 1904 – 1988, turma 1926 ENBA), arquiteto em 1929 e posteriormente professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, afirmou em 1965³⁵⁸, por ocasião do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro, ao rememorar aqueles anos, ditos *heróicos*:

“A vinda do genial arquiteto franco-suíço em dezembro de 1929 foi indubitavelmente o fato capital da década de 1920-1930. (...) Assistimos às conferências. Cerca de duas horas cada uma. Lógica implacável. Lucidez total. A maioria de nós ouvimo-lo perplexos. Le Corbusier já tinha atingido o ápice de sua carreira. (...)

Parte Le Corbusier, mas ficam as suas idéias, para o estudo das quais se formou de 1931 a 1935 um *reduto purista* de jovens arquitetos – a informação é de Lucio Costa – que estudava também as realizações de Gropius³⁵⁹ e de Mies Van der Rohe³⁶⁰, mas, numa espécie de culto a um autêntico gênio, considerava a doutrina e a obra de Corbusier, ‘não como um exemplo entre tantos outros, mas como o Livro Sagrado da Arquitetura.’”³⁶¹

³⁵⁷ LE CORBUSIER. Precisoões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p.31.

³⁵⁸ Palestra posteriormente convertida no texto “Quatro Séculos de Arquitetura” publicado na coletânea “Quatro Séculos de Cultura” como parte das comemorações do Quarto Centenário da Cidade do Rio de Janeiro em 1965.

³⁵⁹ Arquiteto alemão (Berlim-Alemanha, 1883 – Boston-EUA, 1969) fundador e primeiro diretor da escola de artes e arquitetura Bauhaus (Weimar, 1919).

³⁶⁰ Arquiteto alemão (Aix-la-Chapelle-Alemanha, 1886 – Chicago-EUA, 1969).

³⁶¹ SANTOS, Paulo F. Quatro séculos de arquitetura. Rio de Janeiro: IAB, 1981, p.101.

Os arquitetos brasileiros, posteriormente autoproclamados *modernos*, reconheceram não apenas a presença, mas, sobretudo, a filiação aos princípios defendidos pelo arquiteto franco-suíço, tanto pela sua obra teórica³⁶² e construída³⁶³, quanto dos momentos de convívio em suas visitas ao Brasil. Desse estreito relacionamento surgiu uma obra – o edifício-sede do MESP – elevada, nos anos 1940, à categoria de marco inaugural de nossa arquitetura, a partir de então, denominada *moderna*. Uma vez construído o edifício, foi questionada a sua paternidade: teria sido um mero desenvolvimento, pelos profissionais brasileiros que acompanharam a visita de Le Corbusier ao país em 1936, a convite do ministro Gustavo Capanema, de um esboço elaborado pelo arquiteto franco-suíço; ou um projeto original da equipe de arquitetos sob a coordenação de Lucio Costa. Dessa polêmica, de ambos os lados do Atlântico, desenvolveram-se reflexões sobre o referido impacto das idéias de Le Corbusier na arquitetura moderna brasileira. Trata-se de uma disputa que envolve muito mais do que a defesa de um fazer arquitetônico genuinamente nacional, tal como pregava os defensores da arquitetura neocolonial brasileira nas décadas de 1920-40, na medida em que estamos face à permanência ou não da influência francesa no Brasil. Constituiu-se a vinda de Le Corbusier em julho de 1936 numa segunda *missão francesa*³⁶⁴, restabelecendo-se uma tradição que

³⁶² Dos livros publicados por Le Corbusier na década de 1920, o que atingiu maior público leitor foi *Vers une architecture* (primeira edição, Paris: Crès, 1923 – Collection de l'Esprit Nouveau), trata-se de uma coletânea de textos publicados pelo arquiteto na revista L'Esprit Nouveau durante os anos de 1920 e 1921. Foram também publicados durante aquela década, todos dentro da Collection de L'Esprit Nouveau: *L'Art Décoratif d'Aujourd'hui* (Paris: Crès, 1925), *La Peinture moderne* (Paris: Crès, 1925); *Urbanisme* (Paris: Gres et Cie., 1925), *Almanach d'architecture moderne* (Paris: Crès, 1926), *Une Maison-un Palais. A la recherche d'une unité architecturale* (Paris: Crès, 1928).

³⁶³ São da década de 1920, dentre outras, as seguintes obras: a casa La Roche-Jeanneret (1923, Paris), o Pavilhão de L'Esprit Nouveau (1925, Paris), a Villa Stein (1926-28, Vaucresson-França) e a Villa Savoye (1928-31, Poissy-França).

³⁶⁴ A presença no Rio de Janeiro do século XIX de uma missão francesa encarregada de nos trazer a civilização / nos integrar à civilização, é questionada pela historiografia contemporânea. Inúmeros trabalhos foram desenvolvidos e, alguns, publicados sobre o tema. Questiona-se, dentre outros fatos, a constituição de uma missão artística destinada a um fim específico, pois os diversos intelectuais (pintores, escultores, arquiteto) franceses que se dirigiram ao Brasil naqueles anos, fizeram-no em virtude dos revezes políticos ocorridos na França (a queda de Napoleão) e não a convite do monarca português. Ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *O sol do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

remontava aos primeiros anos do século XIX e à fundação da Academia Imperial de Belas Artes³⁶⁵?

A permanência e a influência do pensamento francês no Brasil eram reforçadas pela presença da língua francesa nos círculos letrados do país. Se, na literatura dos anos 1920, os *modernistas* buscaram depurar seus textos das inúmeras expressões e citações em francês, correntes até então, nos textos jornalísticos ainda era muito presente o francês enquanto língua da cultura. Ensinava-se a língua francesa nas escolas e a fluência no idioma era um passaporte para o ingresso nos meios letrados.³⁶⁶ Nas instituições de ensino superior, grande parte da bibliografia estava naquela língua e, por ocasião da criação das primeiras universidades brasileiras na década de 1930, o convite formulado a professores franceses para virem ao Brasil dar aulas fez com que a presença francesa se tornasse ainda mais visível pelos setores médios da população.³⁶⁷

³⁶⁵ Com o advento da República a Academia Imperial de Belas Artes foi denominada ENBA.

³⁶⁶ Pedro Nava (Juiz de Fora-MG, 1903 – Rio de Janeiro-RJ, 1984), ao elaborar o perfil-biografia do seu amigo Afonso Arinos de Melo Franco (Belo Horizonte-MG, 1905 – Rio de Janeiro-RJ, 1990), traçou-nos um quadro sobre a presença do idioma e da cultura francesa no Brasil dos anos 1930. Segundo o memorialista: “A influência da cultura francesa foi fenômeno dominante sobre a brasileira, dos fins do século XVIII ao princípio dos anos 30 do atual. Afonso Arinos recebeu a mesma no quinquênio passado no Internato do Colégio Pedro II. A presença da França era, nesse período, avassaladora. Basta dizer que seu idioma não era apenas utilizado na cadeira que o ensinava. Havia livros franceses adotados para as matemáticas, a física, a química, a história natural. E não era só isto: já dissemos que Afonso Arinos era oriundo de uma família de letrados, o que era sinônimo, no Brasil, de pessoas de educação e sabedoria francesas.” NAVA, Pedro. O círio perfeito: memórias VI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p.409.

Cumprе salientar que não era apenas no Brasil que a língua francesa desfrutava de grande prestígio. Na diplomacia e no mundo dos negócios o francês era a língua corrente, sendo aos poucos substituída pelo Inglês no pós-guerra (1918).

³⁶⁷ Ver FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. *In*: Revista Brasileira (Academia Brasileira de Letras), Rio de Janeiro, v. 1, n. 43, 2005, p. 227-245. A autora reflete sobre o interesse da França em garantir sua influência no campo universitário brasileiro em formação, através da vinda de professores franceses para ministrarem cursos regulares, ao invés de conferências isoladas, nas universidades recém-criadas no país: a USP (em 1934), a UDF (em 1935) e a UB (em 193) Afirma a autora sobre a presença francesa no Brasil desde o início século XIX: “As relações culturais entre a França e o Brasil têm longa tradição. A presença francesa no universo cultural brasileiro manifestou-se de maneira consistente desde o início do século XIX, por intermédio de missões científicas e culturais, de escolas religiosas e da Aliança Francesa, criada

Nesse universo cultural, no qual ser intelectual era estar inscrito no idioma francês, inseriram-se as visitas de Le Corbusier ao Brasil. Na primeira, em novembro de 1929, no retorno de uma viagem à Argentina, proferiu duas conferências em São Paulo e duas no Rio de Janeiro³⁶⁸. Na segunda, em julho de 1936, feita a convite do governo brasileiro, dedicou-se

em 1896. Contudo, foi no começo do século XX que essas relações passaram a ser mais sistemáticas. Foi então, em 1908, que a Universidade de Paris criou o Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine, com o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico entre a França e a América Latina. No que concerne especificamente ao Brasil, essas iniciativas tiveram em Georges Dumas seu principal promotor. (...) Se entre 1914 e 1920 o intercâmbio cultural com a França foi bastante reduzido, em virtude, sobretudo, da Primeira Guerra Mundial, os anos 1920 iriam recolocar na ordem do dia a influência francesa. Apoiado pelo Fonds pour l'Expansion Universitaire et Scientifique de la France à l'Étranger, criado em 1912, e a partir de 1919 pelo Service d'Oeuvres à l'Étranger, George Dumas presidiu, em colaboração com autoridades de São Paulo e do Rio, a instalação do Institut Franco-Brésilien de Haute Culture no Rio (1922) e em São Paulo (1925). Foram iniciativas decisivas, pois foi precisamente por intermédio desses institutos e das estreitas relações que mantinham com a Universidade de Paris que o ensino superior francês, pouco a pouco, ganhou seu espaço no Brasil. No começo dos anos 1930, embora a França parecesse preparada para garantir sua influência no campo universitário brasileiro que então se estruturava, as dificuldades nas relações comerciais entre os dois países geraram entraves à efetivação desse projeto. A isso se somava o interesse de países como a Alemanha e a Itália em desempenhar um papel relevante nas novas universidades que estavam sendo criadas no Rio e em São Paulo. Nesse quadro, em que a tradicional hegemonia cultural francesa se via ameaçada, os franceses não mediram esforços para afastar seus competidores. (...) Um relatório, não assinado e não datado, elaborado pelo consulado francês em São Paulo, expunha os debates a propósito das diferentes orientações educacionais em pauta na época, enfatizando a concorrência italiana e a americana e a necessidade de os franceses garantirem sua posição. (...) Com a fundação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, e da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil em 1939, organizaram-se afinal as missões universitárias francesas compostas não mais de conferencistas eventuais, mas de professores que iriam se transferir para o Brasil e tornar-se responsáveis por cursos completos.”

³⁶⁸ A visita de Le Corbusier ao Rio de Janeiro ocorreu no momento em que se encontrava nessa cidade, a convite do prefeito Antônio Prado Júnior (engenheiro formado pela Escola Politécnica de São Paulo, São Paulo-SP, 1880 – 1955), o urbanista francês Donat Alfred Agache, um dos fundadores da Société Française des Architectes Urbanistes, em 1911. No momento em que o urbanismo se constituía enquanto uma disciplina autônoma da arquitetura e da engenharia, Agache foi um dos primeiros arquitetos franceses a buscarem a delimitação da sua abrangência. De acordo com esse arquiteto: "*L'Urbanisme* - nous l'avons souvent dit dans nos conférences - est à la fois une science, un art et une philosophie; (...) Une science car il procède de l'étude méthodique des faits. Il faut avoir étudié les villes du passé, leurs caractéristiques, leur formation... Il s'agit ensuite de rechercher les causes de développement ou de malaise et enfin, après un travail précis d'analyse, il faut, dans une synthèse

não apenas a um ciclo de seis conferências na capital federal³⁶⁹, como também à elaboração de projetos e *croquis* para o edifício-sede do MESP e a Cidade Universitária.

Não constitui o escopo de esse trabalho refletir sobre os motivos que levaram Le Corbusier a empreender, a partir de setembro de 1929, uma viagem a três países da América do Sul (Argentina, Uruguai e Brasil)³⁷⁰ que, em suas palavras, destinava-se tanto à descoberta

générale, prévoir les améliorations nécessaires pour le développement futur de la cité. Observation, classification, analyse et synthèse: voilà bien ce qui caractérise l'étude scientifique. (...) Mais, si la science suffisait à résoudre l'Aménagement des villes, cette urbanisation se réduirait sans doute à un certain nombre de formules. Il n'en est pas ainsi. *L'Urbanisme constitue également un Art, car l'intuition, l'imagination, et la composition jouent un rôle important dans son application : l'Urbaniste doit traduire en proportions, en volumes, en perspectives, en silhouettes, les différentes propositions suggérées par les ingénieurs, les économistes, les hygiénistes et les financiers.* (...) *L'Urbanisme est aussi du domaine de la philosophie sociale.* La ville, en effet cherche à réaliser plastiquement le cadre adéquat à l'existence d'une collectivité organisée; son rôle est de grouper autour du citoyen tout ce que l'organisation et le confort moderne ont inventé pour sa commodité, ceci en diminuant les frais généraux de cette existence en voisinage immédiat." grifos nossos (La remodelation d'une capitale 1932 in 323 citations sur l'Urbanisme de Auzelle, Gohier, Vetter) In: <http://www.urbanistes.com/page-4.html> acessado em 31 de janeiro de 2009.

Durante sua permanência no Brasil (1926-1929), Agache contribuiu para formar, em um grupo de jovens arquitetos, uma nova percepção sobre as questões urbanas e as formas de intervenção na cidade. Afonso Eduardo Reidy estagiou com Agache e, de acordo com entrevista dada pela arquiteta e historiadora Margareth da Silva Pereira, esse período foi fundamental na formação daquele arquiteto: "Ora, o Plano Agache ratificava uma divisão e hierarquização não só de atividades, mas de grupos sociais, dentro da cidade: há bairros de embaixadas, bairros voltados para os funcionários, outros destinados às classes médias; outros ainda voltados para as classes proletárias. Mesmo se alguns anos mais tarde, em 1938, quando se realiza a revisão do projeto de urbanização da esplanada do Castelo, Reidy já se sentisse distanciado dessa maneira de pensar o urbanismo, criticando certos princípios do Plano Agache, é indiscutível que *foi ele quem o sensibilizou para o problema da cidade.*" (grifos nossos) In: FREIRE, Américo; OLIVERIA, Lúcia Lippi (ORG.). Capítulos da memória do urbanismo carioca. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p.27.

³⁶⁹ Os textos das conferências de Le Corbusier em 1929 e 1936 encontram-se reproduzidas no livro BARDI, Pietro Maria. Lembrança de Le Corbusier: Atenas, Itália, Brasil. São Paulo: Nobel, 1984, p.117-167. Sobre o tema, consultar: SANTOS, Cecília Rodrigues dos [et ali] (org.). São Paulo: Tessela, Projeto Editora, 1987.

³⁷⁰ Nesse sentido remetemos o leitor ao levantamento bibliográfico e à análise crítica do texto resultante da viagem corbusiana – Precisoções – realizada por Carlos A. Ferreira Martins (MARTINS, Carlos A. Ferreira. Uma leitura crítica. In: LE CORBUSIER (2004). *Opus cit.*, p.265-290.). De acordo com o autor, em 1929, ao contrário do que afirma "a narrativa senso-comum do chamado movimento moderno, a posição de Le Corbusier nos três últimos anos da década de 20 era, no mínimo, incômoda. (...) Desclassificado do concurso da Sociedade

do *novo mundo* com sua natureza exuberante, suas cores e vastas extensões, quanto à reconquista e (re)civilização daquelas longínquas terras.³⁷¹ Enquanto intelectual, nos termos propostos por Julien Benda (Paris-França, 1867 – Fontenay-aux-Roses-França, 1956)³⁷², tinha uma missão a cumprir e, ao se dirigir à América buscava novos horizontes para essa empreitada. Se na Europa, seu espaço de atuação se encontrava limitado, talvez na América do Sul o cenário fosse outro. Afirmou Le Corbusier:

“Colonizar. Colonizar é pura e simplesmente tirar-se os chinelos e instigar à aventura. O cientista, o artista, colonizam a cada dia. Descobrir, em consequência revelar. Revelar, em consequência mudar a face das coisas. Mudar a face das coisas, agregar um amanhã ao ontem.”³⁷³

Para o arquiteto franco-suíço, portanto, tratava-se de uma missão. Pois, como afirmou na ‘advertência’ ao livro *Precisões* (1930)³⁷⁴:

“Uma pessoa não viaja para tão longe a fim de fazer conferências sobre a arquitetura e o urbanismo se ela não se sentir capacitada para contribuir com alguns dados de realidade. *Estas dez conferências foram realizadas com o infatigável desejo de propiciar certezas*. É por isto que o presente livro intitula-se *Precisões*.”³⁷⁵ (grifos nossos)

Le Corbusier objetivava, com a publicação dos textos das conferências proferidas na capital argentina, elaborar uma síntese das suas idéias e realizações desenvolvidas ao longo da década de 1920, de forma a *propiciar certezas* aos arquitetos do novo mundo. Conforme analisa Martins:

das Nações pelos acadêmicos e duramente criticado pelos jovens entusiastas da Nova Objetividade, Le Corbusier sentia-se, como dirá em uma das conferências de Buenos Aires, atacado pelos ‘dois lados da barricada’.” (*Opus cit.*, p.268-269) Frente às lutas travadas no campo arquitetônico europeu, para Martins, a viagem aos países latino-americanos representava para o arquiteto franco-suíço um momento de reflexão sobre o trabalho realizado e de redefinição dos caminhos a serem seguidos: “fim da etapa dos encargos privados e dedicação plena e consciente aos *grands travaux*; confirmação da busca da ‘opção latina’ e afirmação da necessidade de um ‘urbanismo sensível’.” (*Opus cit.*, p.266) Cumpre salientar que são de 1929 a *ville Savoye* e o primeiro volume da *Oeuvre Complète 1910-29*.

³⁷¹ MARTINS, Carlos A. Ferreira. Uma leitura crítica. In: LE CORBUSIER (2004). *Opus cit.*, p.270.

³⁷² Autor do livro *La trahison des clercs* (1927).

³⁷³ Le Corbusier, *Apud* MARTINS, Carlos A. Ferreira. Uma leitura crítica. In: LE CORBUSIER (2004). *Opus cit.*, p.271.

³⁷⁴ No livro *Precisões*, Le Corbusier publicou os textos das dez conferências proferidas em Buenos Aires, acrescidas de um *prólogo americano* e de um *corolário brasileiro*.

³⁷⁵ LE CORBUSIER (2004). *Opus cit.*, p.13.

“Primeiro, e sem dúvida motivado pelos recentes enfrentamentos no CIAM, *Precisões* demonstra um esforço de avançar na reflexão sobre as relações entre possibilidades técnicas e criação formal, o que em termos corbusianos significa a *explicitação das relações entre as potencialidades técnicas da ‘civilização maquinista’ e a esfera da criação ou do lirismo individual*. Em segundo lugar, a *tentativa de sistematização de uma teoria da sensação arquitetural*, paralela ao esforço teórico do purismo. Decisiva para a compreensão das propostas urbanísticas desse período é a *extensão da noção ‘une Maison-un palais’, para a escala da cidade e do território*. Por fim, mas não menos significativo, ‘*Precisões*’ é, decerto, um dos momentos em que, em sua reflexão teórica, Le Corbusier está mais próximo de vencer a distância entre a importância evidente da paisagem em sua obra e a elaboração conceitual de algo como uma teoria da paisagem.”³⁷⁶ (grifos nossos)

Frente ao *engenheiro*, arauto do *maquinismo*, o elemento de perturbação das relações sociais e espaciais, fruto das conquistas científicas do século XIX; e ao *acadêmico*, ‘*que admite formas, métodos, conceitos, simplesmente porque eles existem, e que não pergunta o porquê*’, Le Corbusier contrapôs o *construtor, o novo homem dos novos tempos*, proclamado, desde já, pelo poeta-profeta: *aquele que no âmago do turbilhão sabe observar os acontecimentos, sabe como os ler*.³⁷⁷ Nesse sentido, para concluir a primeira conferência, proclamou:

“Quando a noção dos novos tempos for pertinente, quando a harmonia contemporânea for apreendida, exaltada por um novo espírito, conquistada após a tomada de uma resolução, no sentido de caminhar *para a frente* e não *para trás*, quando nos voltarmos *em direção à vida* e não nos congelarmos na morte, o construtor nascerá e a imensa produção dos tempos modernos se orientará unanimemente em direção à clareza, à alegria e à limpidez. Acreditem em mim: a hora está próxima. Ela soa simultaneamente em todos os países, na Argentina assim como na França e no Japão.

Mas é preciso que antes de mais nada e em todos os lugares o espírito acadêmico seja soterrado.

Não se deve mais pensar academicamente.”³⁷⁸

Contudo, cumpre perguntamos, em que termos essas provocações, bem como os inúmeros conceitos e idéias elaboradas ao longo das conferências, foram divulgadas e, posteriormente, assimiladas pelas elites letradas locais? Bem como o impacto que tiveram especificamente no campo arquitetônico brasileiro? E, em que medida influenciaram (n)os acontecimentos da década seguinte, consubstanciados pela trama tecida no decorrer do concurso para a escolha do edifício-sede do MESP? Enfim, quais as possíveis relações existentes entre a breve visita de 1929 e a ocorrida em 1936? Apesar de não podermos fazer

³⁷⁶ MARTINS, *Opus cit.*, p. 272.

³⁷⁷ LE CORBUSIER (2004), *Opus cit.*, p. 42.

³⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 45.

afirmações conclusivas sobre essas questões, constatamos que as idéias de Le Corbusier estavam presentes nas crônicas e nos artigos referentes à arquitetura publicados entre o final dos anos 1920 e o início dos 1930, quer nos textos escritos por seus partidários quer nos dos opositores. Nesse sentido, em plena polêmica em torno do Salão Oficial da XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes, o denominado *salão revolucionário*, José Marianno Filho, um dos mais ferrenhos críticos das idéias de Le Corbusier no Brasil, afirmou em artigo publicado em O Jornal:

“Se com efeito, levados por snobismo, ou ignorância, os brasileiros, que amam a sua terra, e lhe veneram a tradição histórica, se dispõem a considerar a sua casa, o seu ‘home’, objeto de exploração industrial, como é do desejo dos caixeiros viajantes de Monsieur Le Corbusier, eu nada tenho a lhes dizer, porque cada um manda em sua casa.”³⁷⁹

Na historiografia dedicada ao tema, as opiniões se dividem. Para Paulo Santos, a passagem de Le Corbusier pelo Rio de Janeiro em 1929 foi fundamental para a apropriação das suas idéias por parte de um grupo de jovens arquitetos brasileiros articulados por Lucio Costa.³⁸⁰ Porém, de acordo com Carlos Eduardo Dias Comas, não há que se estabelecer uma ligação entre as duas viagens de Le Corbusier ao Brasil. Em sua narrativa cronológico-interpretativa, simplesmente os relaciona como fatos que ocorreram e não reflete sobre um possível impacto da presença corbusiana nos jovens arquitetos de fins da década de 1920. Em sua concepção, *as conferências de Le Corbusier e o êxito relativo de Warchavchik ou Rino tem repercussão restrita. Mais que vista com hostilidade, a arquitetura moderna é vista com indiferença ou desprezo pelos arquitetos e professores de arquitetura prestigiosos, tratada como moda passageira. Passa por iniciativa a mais de representação da modernidade nos anos 1920, embora mais radical e futurista.*³⁸¹ Logo a seguir, Comas estabelece um jogo de imagens poéticas para transmitir os desafios que se colocavam aos arquitetos daqueles anos:

“Os desafios dos 1930 para a arquitetura não é menor que o dos 1920. Se uma década é tempo de nascimento, a outra é tempo de puberdade. Nascimento e puberdade são umbrais igualmente aterradores, universalmente aplacados com ritos de iniciação. A perda das bases alemã e russa confirma a crítica de Piacentini e valida as posturas de Le Corbusier e dos italianos quanto à arquitetura arte. Apesar dos protestos ao contrário, a arquitetura moderna

³⁷⁹ MARIANNO Filho, José. A duplicidade do problema arquitetônico nacional. In: O Jornal, 05 de setembro de 1931, p.4.

³⁸⁰ Afirma SANTOS, Paulo (1981). *Opus cit.*, p.101.

³⁸¹ COMAS, Carlos Eduardo Dias (2002), *Opus cit.*, p.67.

não pode se furtar a ser uma retórica e essa retórica é julgada quantitativa e qualitativamente deficiente à esquerda e à direita.”³⁸²

Da mesma forma, Elizabeth Davis Harris, em um dos primeiros trabalhos dedicados ao papel desempenhado por Le Corbusier no desenvolvimento da denominada arquitetura moderna brasileira, não encontrou ligações possíveis entre as duas viagens de Le Corbusier ao Brasil. Após salientar o papel desempenhado pelo poeta Blaise Cendrars (pseudônimo de Frédéric-Louis Sauter, La Chaux-de-Fonds-Suíça, 1887 – Paris-França, 1961) na primeira viagem, na medida em que ambos eram provenientes da mesma cidade suíça³⁸³, afirmou não ter a viagem de 1929 deixado marca visível, *por outro lado, a de 1936 fez explodir a arquitetura moderna.*³⁸⁴

Maria Luiza Bressan Pinheiro, por outro lado, insere a visita de Le Corbusier ao Rio de Janeiro, em de 1929, dentre os acontecimentos que influenciaram a mudança de orientação de Lucio Costa nos anos 1930 e, portanto, deram início às reflexões teórico-espaciais feitas posteriormente por esse arquiteto. Conforme afirma a autora, as conferências corbusianas isoladamente consideradas podem não ter sortido grande efeito naquele arquiteto, mas se as associarmos à obra construída por Gregori Warchavchik em São Paulo e no Rio de Janeiro, verificamos o quanto ambos os acontecimentos refletiram na atitude teórica e profissional de Lucio Costa, a partir de então: primeiro como diretor da ENBA e, mais tarde, como coordenador da equipe de arquitetos brasileiros responsável pela elaboração do projeto do edifício-sede do MESP.³⁸⁵

³⁸² *Idem Ibidem*, p.89.

³⁸³ De acordo com HARRIS, Elizabeth D (1987). *Opus cit.*, p. 19: Blaise Cendrars, amigo de Le Corbusier desde 1912, “foi a força oculta por trás dessa conexão. (...) Radicado em Paris, poeta da vanguarda ativista dos anos 20, Blaise Cendrars, assim como Le Corbusier, nasceu em La Chaux-de-Fonds, Cantão de Neuchâtel, onde moravam a 100m um do outro.”p.19

³⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 11.

³⁸⁵ Afirma Pinheiro: “De qualquer forma, este primeiro e fortuito contato com Le Corbusier, em 1929, não produziu efeitos imediatos na maneira de pensar e de praticar arquitetura de Lucio Costa – que, de resto, nunca se referiu ao episódio como decisivo. Mas, juntamente com outros fatores contemporâneos – tais como a construção da casa da Rua Toneleros, primeiro projeto de Gregori Warchavchik no Rio de Janeiro, ao longo do ano de 1931 – deve ter inspirado muitas e prolongadas reflexões ao arquiteto carioca. (...) é inegável o impacto da casa da Rua Toneleros contra a exuberante vegetação carioca. Suas linhas deviam afigurar-se efetivamente modernas em comparação com outras manifestações de “arquitetura moderna” do período, e mesmo em relação



Figura 22 – Residências projetadas por Gregori Warchavchik. Primeira à esquerda: casa *modernista* da rua Itápolis, São Paulo (1930). Ao centro e à direita: casa Nordchild, rua Tonelero, Rio de Janeiro (1931).

Fonte: CAVALCANTI, Lauro. *Opus cit.*, p.116 e 119

Não há como desconsiderarmos o interesse despertado pela visita de Le Corbusier não só na imprensa especializada em engenharia e arquitetura como também nos jornais de grande circulação na época.³⁸⁶ Se antes suas idéias se encontravam restritas a um pequeno grupo de intelectuais modernistas leitores da revista *L'esprit nouveau* e de alguns dos seus livros, em especial *Vers une architecture*, agora se tornava conhecido por um público leitor mais amplo. Frente àqueles que se preocupavam com as soluções possíveis para o crescimento desordenado das cidades brasileiras, fruto da modernização da economia brasileira, suas concepções urbanísticas mostravam a todos não ser Agache era o único a se interessar pelos problemas urbanos e que outros arquitetos também desenvolviam teorias a esse respeito. Nesse sentido, O Jornal, na edição de sábado, 23 de novembro de 1929, na sessão *Notas mundanas*, noticiou aos leitores cariocas: “Acha-se em São Paulo o urbanista francês o sr. Le Corbusier, que, hontem, realizou no Instituto de Engenharia, da capital desse Estado uma conferência sobre ‘A revolução architectural contemporânea’.

Cumprе salientar que o convite formulado a Le Corbusier para proferir duas conferências no Rio de Janeiro³⁸⁷ partiu de Adolpho Morales de los Rios Filho, arquiteto,

a outras obras de seu autor.” PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Lucio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes. In: <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Maria%20Lucia%20Bressan%20Pinheiro.pdf> acessado em 03/09/2009.

Geraldo Ferraz em sua obra dedicada ao resgate do papel desempenhado por Gregori Warchavchik no desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil já salientara o impacto causado em Lucio Costa pela obra do arquiteto russo, radicado em São Paulo. Ver FERRAZ, Geraldo (1965). *Opus cit.*

³⁸⁶ Ver nota ... 375 acima

³⁸⁷ O Jornal noticiou em 06 de dezembro de 1929 uma conferência proferida por Le Corbusier na capital federal. Contudo, conforme salientado na revista Movimento Brasileiro, a cobertura da imprensa brasileira “tão larga

presidente do ICA e professor da ENBA³⁸⁸. O fato de ser um dos principais defensores da regulamentação da profissão de arquiteto no Brasil³⁸⁹ não o impedia de apoiar ou de convidar, em nome do ICA, a vinda de profissionais estrangeiros ao país com o intuito de desenvolver as habilidades técnicas dos profissionais nacionais. Em 1926, numa entrevista a Angyone Costa, sobre o convite a Alfred Agache para a elaboração de um plano urbanístico para a capital federal afirmara:

“A essa preocupação da melhoria obedece a necessidade da organização de uma comissão, que deverá elaborar, um plano de modificação e previsão. (...) E a melhor maneira de levar a efeito esse plano é a indicada pelo prefeito da cidade, sr. Antonio Prado Jr., ou seja: o contracto de technicos estrangeiros de reconhecido valor que, unidos a technicos nacionaes, constituirão a comissão technico artistica. *A participação estrangeira é aconselhada para que se obtenham idéas uteis, convenientes, e se possam applicar os ensinamentos modernos da arte do urbanismo, aqui completamente desconhecidos. Mas, para salvaguardar o caracter local, que nunca se deve perder, é necessária a collaboração de elementos nacionaes: architectos, engenheiros, medicos, esthetas, etc...* Somente assim daremos uma solução pratica, artistica e especiala cada problema a ser resolvidos.”³⁹⁰ (grifos nossos)

Da mesma forma que apoiara a vinda de Alfred Agache, em 1929 convidou Le Corbusier para proferir duas conferências no Rio de Janeiro. O fato de ambos os arquitetos convidados defenderem diversas concepções de urbanismo, ambas consideradas *modernas* naquele momento, não representava um obstáculo, mas antes um estímulo à formação dos

para tudo quanto é mediocridade que nos visita, foi, salvo uma ou outra excepção, quasi sempre estranha á presença de Le Corbusier.” *Apud* Movimento Brasileiro, nº 12, Rio de Janeiro, 1929 (Fac-símile no livro SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (org.) (1987). *Opus cit.*, p. 56.

Entendemos que apesar de não terem sido publicados muitos artigos, na grande imprensa, sobre a presença de Le Corbusier no Brasil em 1929, as suas idéias passaram a integrar a argumentação de todos aqueles que se interessavam pela solução do problema arquitetônico e urbanístico nacional. Nesse sentido a crítica formulada por José Marianno Filho à aplicabilidade das idéias corbusianas ao meio brasileiro, dois anos após a visita daquele arquiteto ao Brasil.

³⁸⁸ De acordo com a revista Movimento Brasileiro: “Não fosse a acção do ‘Instituto Central de Arquitetos’ e do seu presidente, dr. Morales de los Rios, e de um grupo de modernos, esse grande artista [Le Corbusier] teria passado despercebido entre nós.” *Apud* Movimento Brasileiro, nº 12, Rio de Janeiro, 1929 (Fac-símile no livro SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (org.) (1987). *Opus cit.*, p. 56.

³⁸⁹ Da mesma forma que José Marianno Filho.

³⁹⁰ COSTA, Angyone. A inquietação das abelhas (O que pensam e o que dizem os nossos pintores, esculptores, architectos e gravadores, sobre as artes plasticas no Brasil). Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & Cia., 1927, p. 281.

profissionais brasileiros. Dessa forma os ensinamentos *modernos* desenvolvidos na Europa, muitas vezes desconhecidos dentre nós, seriam transmitidos aos profissionais brasileiros e aplicados no Brasil de acordo com o nosso caráter nacional. Importante salientarmos a seqüência, adotada na resposta dada pelo entrevistado, dos profissionais responsáveis pela salvaguarda do caráter nacional na arquitetura e no urbanismo: arquitetos, engenheiros, médicos, estetas, etc... Ao colocar em primeiro lugar os arquitetos, deixou clara a ligação existente entre a arquitetura e o urbanismo³⁹¹. Contudo, na defesa dos ideais nacionais no planejamento urbano deveriam ser chamados a colaborar os engenheiros – enquanto portadores da razão –, os médicos – dado o caráter sanitário-higienista de uma intervenção urbana –, e os estetas – na medida em que o urbanismo envolvia também o embelezamento das cidades. A postura adotada por Morales de los Rios Filho foi mantida pelo ICA, mesmo após a sua saída da presidência daquela associação profissional: em 1935, por ocasião do convite formulado ao arquiteto italiano Marcelo Piacentini para traçar o plano da Cidade Universitária, aquela associação profissional foi a única a defender a iniciativa de Gustavo Capanema.³⁹²

Dentre as crônicas publicadas sobre a visita do arquiteto franco-suiço ao Rio de Janeiro, destacamos as publicadas no jornal pernambucano *A província*, por Manuel Bandeira, em virtude do papel desempenhado por esse intelectual na política brasileira dos anos 1930.³⁹³

³⁹¹ Ocorreu um debate, nos anos 1920-30, sobre as relações do Urbanismo, enquanto ciência, com a arquitetura e com a engenharia. Não estava definida se a nova disciplina seria atribuição dos arquitetos, dos engenheiros ou se seria objeto de formação própria. Na França, por exemplo, tornou-se um ramo do conhecimento autônomo quer da engenharia quer da arquitetura.

³⁹² Após analisar a inaplicabilidade dos diversos argumentos contrários ao convite formulado a Marcelo Piacentini, o ICA, por meio do seu presidente Augusto de Vasconcellos Júnior, afirmou: “Os arquitetos brasileiros, que este instituto representa, procuram agir de acordo com as suas convicções e os ditames do seu patriotismo. Ora, ‘l’art est une magnifique leçon de sincérité’. Convencidos, pois, de que só um arquiteto encanecido e de incontestável valor profissional seria capaz de traçar, com segurança, o PLANO-DIRETOR da cidade Universitária, louvamos a V. E. por haver apreendido a realidade. Realizado aquele plano, os elementos mais destacados da classe que tenho a honra de representar serão chamados a projetar os diversos e grandiosos edifícios daquela cidade.” CPDOC/FGV GC g 35.03.09 rolo 29, fot.549.

³⁹³ Foi por indicação de Manuel Bandeira e Mário de Andrade, que Gustavo Capanema convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade a organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1936. Conforme MARINHO, Terezinha (org.). Rodrigo e seus tempos – Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória, 1986, p.19.

Na primeira, publicada na edição de domingo daquele jornal, em 22 de dezembro de 1929, abordou a conferência consagrada à arquitetura; na segunda, de 01 de janeiro de 1930, as propostas urbanísticas renovadoras proclamadas, segundo o cronista, numa longa conferência que, ao invés de tratar do embelezamento das cidades, tal como Agache propunha para o Rio de Janeiro, expôs sua concepção de urbanismo *como sinônimo de ‘aparelhamento’, ‘equipamento’*.³⁹⁴ A importância das idéias defendidas por Le Corbusier justificava a repetição do assunto – a visita do arquiteto ao Rio de Janeiro – pelo cronista, o que não era habitual em suas crônicas destinadas a informar o leitor pernambucano das novidades na vida artística da capital federal. A admiração, convertida em palavras, levou Bandeira a proclamar:

“Ora, Le Corbusier é um *modernista sensato*. O verdadeiro *modernista* é o artista que assimilou a boa tradição e sentindo as necessidades de sua época inventa novas formas em correspondência com a vida do seu tempo. No passado ele admira e venera todas as expressões de arte bem condicionadas pela realidade que as suscitou.

Que é a arquitetura? Le Corbusier disse-o no seu livro famoso (*Vers une architecture*): Arquitetura é o equilíbrio sadio, correto e magnífico dos volumes reunidos sob a luz. Portanto volume e superfície são os elementos por que se manifesta a arquitetura. Volume e superfície, luzes e sombras. Quando esses elementos estão bem combinados entre si e em perfeita concordância com o sítio e os fins, eles geram a emoção. Tem-se então a arquitetura: formas puras em relações precisas. Não é isto o espírito do classicismo? (...)

Ainda imaginamos que a arquitetura é a arte de fazer fachadas muito enfeitadas. E a própria maioria dos pseudo-arquitetos não refletiu que ‘o exterior resulta do interior’.³⁹⁵”³⁹⁶

Diante dos diversos grupos que se proclamavam *modernos/modernistas*, Le Corbusier representava o *modernista sensato*, ou seja, dotado de bom senso / prudente³⁹⁷ que, apesar de suas deficiências orais³⁹⁸, domina o seu ofício e, com o auxílio de um desenho ágil, consegue

Coubera igualmente a Manuel Bandeira a sugestão dada a Rodrigo Melo Franco de Andrade (então chefe de gabinete de Francisco Campos, ministro do recém-criado MESP), do nome do arquiteto Lucio Costa para a direção da ENBA. Ver capítulo primeiro.

³⁹⁴ BANDEIRA, Manuel. Crônicas inéditas I. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 282.

³⁹⁵ Bandeira traduz para o português a idéia corbusiana de composição arquitetural sintetizada na expressão *le dedans est toujours un dehors*. Assim, se em outros trechos da crônica encontramos palavras e citações em francês e, mesmo, em italiano, ao abordar um conceito chave do arquiteto franco-suíço ele o coloca em português, de forma a torná-lo acessível a todos os leitores da crônica e não apenas a uma pequena parcela da população letrada naquele idioma.

³⁹⁶ BANDEIRA, Manuel (2008). *Opus cit.*, p.279-280.

³⁹⁷ FIGUEIREDO, Cândido (1922). *Opus cit.* vol. II, p.695.

³⁹⁸ Bandeira, em sua crônica afirma: “O francês de Le Corbusier não é bonito, a dicção é penosa, o vocabulário impreciso, a exposição difícil e cortada de incidente.” BANDEIRA, Manuel (2008). *Opus cit.*, p. 278.

deixar claras as suas idéias. *O fusain e os lápis de cor suprem as deficiências orais*, afirma Bandeira. A arquitetura, como declarara o arquiteto em *Vers une architecture*, não é um discurso escrito por meio de palavras, mas *o equilíbrio sadio, correto e magnífico dos volumes reunidos sob a luz*. O cronista também nos relata o riso provocado na sala de conferências da ENBA quando Le Corbusier, além de não possuir um francês academicamente correto, desenhou agilmente alguns *croquis* de *sobradinhos de sacada que eram antigamente comuns nos bairros comerciais do Centro da cidade*, em desacordo com as regras do bom desenho defendidas pela Academia. Acreditou-se estar o estrangeiro a debicar do público presente, quando, de fato, ele expunha sua concepção de arquitetura, na qual *o exterior resulta do interior*. A expressão *le dedans est toujours un dehors* colocada em português na crônica, e, não em francês, como em inúmeros outros trechos da mesma, ressaltava um aspecto que não poderia passar despercebido pelo público leitor: a idéia corbusiana de composição arquitetural sintetizada por aquela expressão. Pois, *não basta repetir como papagaio ensinado a fórmula de Le Corbusier: A casa é uma máquina de morar. Como ele disse em sua conferência – quem mora na casa é o homem, e o homem dentro da casa pensa...*³⁹⁹

Uma viagem providencial

Nos sete anos transcorridos entre a primeira e a segunda viagem de Le Corbusier ao Brasil, ocorreram transformações não apenas no campo político, por meio de um movimento armado político-militar, auto-proclamado de *revolução de 30*, do qual Vargas emergiu como chefe de um governo, a princípio provisório e, posteriormente, constitucional, dotado de um projeto (re)construção do Estado-nação moderno brasileiro; como também no campo artístico, tanto com a tentativa de reforma do ensino na ENBA, quanto com a organização e realização do Salão Oficial da XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes, denominada pela imprensa de *salão revolucionário*, pelo seu novo diretor: o arquiteto Lucio Costa. Se, em 1929, as palavras *modernidade*, *modernismo* e *moderno* eram associadas aos avanços tecnológicos⁴⁰⁰ e às múltiplas e efêmeras tendências artístico-arquitetônicas, surgidas na Europa e na América do Norte, consumidas por uma fração de nossa elite financeiro-intelectual residente nos grandes

³⁹⁹ BANDEIRA, Manuel (2008). *Opus cit.*, p.281.

⁴⁰⁰ No caso da arquitetura podemos citar, dentre outras: a utilização do concreto armado, os sistemas de condicionamento de ar e as instalações sanitárias.

centros urbanos do país⁴⁰¹; em 1936, os mesmos termos, igualmente submetidos aos avanços tecnológicos e fracionados por diversas correntes estéticas, passaram a ser relacionados ao novo Estado brasileiro em construção, de acordo com o projeto político, social, econômico, administrativo e cultural desenvolvido a partir dos acontecimentos de 1930. Porém, ao mesmo tempo em que assumia o *moderno* enquanto o novo em construção, Getúlio Vargas os seus ministros não elegiam nem privilegiavam determinado grupo intelectual em detrimento dos demais. O importante era *modernizar* o Estado e a sociedade brasileiros renovando-os de forma a fortalecer a sua participação na sociedade das nações.

Antes de iniciado formalmente o trabalho dos arquitetos com vistas à elaboração de um novo projeto para o edifício-sede do MESP⁴⁰², em substituição aos premiados no concurso realizado, Capanema providenciava a vinda de Le Corbusier ao Brasil conforme lhe fora solicitado por Lucio Costa. Arquiteto integrante das equipes de profissionais responsáveis pelo projeto do MESP e da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, foi em nome dessa última comissão que foi feita a referida solicitação.⁴⁰³ Para trazer aquele arquiteto ao

⁴⁰¹ Ver no anexo 4 a tabela com a evolução populacional das maiores cidades brasileiras na primeira metade do século XX.

⁴⁰² Na carta-convite encaminhada por Gustavo Capanema a Lucio Costa, arquivada no Processo 6870/35, encontramos a data de 25 de março de 1936, ou seja, posterior à data de apresentação dos pareceres técnicos sobre o projeto vencedor do concurso realizado, supra analisados, a partir de solicitação expressa do ministro. Fac-símile da carta-convite *In*: COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.* p.131. No entanto, no CPDOC/FGV, arquivo Capanema, encontramos dois documentos que indicam a contratação dos arquitetos em data anterior à constante do processo arquivado no IPHAN. No primeiro, datado de 08 de janeiro de 1936, temos a “Proposta para a elaboração do edifício para o Ministerio da Educação e Saude Publica”, em papel timbrado do arquiteto Carlos Leão e assinado pelos arquitetos na seguinte ordem – Lucio Costa, Ernani Vasconcellos, Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer e Jorge Machado Moreira (CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.190); no segundo, datado de 19 de março de 1936, sem assinatura, a minuta de um recibo de um valor pago “por adiantamento” a Lucio Costa “para atender a despesas com a realização do projecto do edifício do Ministerio da Educação e Saude Publica” (CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.195). Assim, por ocasião da publicação do texto-manifesto Razões da Nova Arquitetura na RDE-PDF, volume III, número 1, janeiro de 1936, os arquitetos *modernos* tinham ao menos iniciado as tratativas referentes a elaboração de um novo projeto para o edifício-sede do MESP em substituição ao projeto vencedor do concurso.

⁴⁰³ De acordo com SCHWARTZMAN, Simon *et alli* (2000). *Opus cit.*, p.116: “Uma das primeiras iniciativas da comissão de engenheiros e arquitetos (da Cidade Universitária) foi propor a vinda de Le Corbusier da França, como forma de contrabalançar Piacentini. Em 29 de janeiro de 1936, Capanema escreve a Getúlio Vargas solicitando a vinda de Le Corbusier junto com, novamente, Piacentini, já agora dizendo tratar-se de um pedido

Brasil, foi elaborada uma estratégia destinada a convencer tanto o ministro quanto o presidente da República, na medida em que o governo federal arcaria com as despesas da viagem e permanência do referido arquiteto no Rio de Janeiro. Além disso, havia que se contornar o impedimento legal de atuação profissional no Brasil de arquitetos estrangeiros sem o devido registro em um dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura, imposto pelo decreto nº 23.569/33⁴⁰⁴. Apesar de os arquitetos brasileiros, de ambas as comissões, objetivarem contar com a atuação efetiva do arquiteto franco suíço, tanto no projeto do MESP quanto no da cidade universitária, oficialmente o convite oficial foi feito tendo em vista a realização de conferências no país e a possível emissão de pareceres sobre os projetos previamente elaborados.

Lucio Costa relatou, em 1975, ou seja, quarenta anos depois, o encontro decisivo realizado com Vargas:

“Mas não foi fácil conseguir a vinda de Le Corbusier, porquanto no ano anterior já aqui estivera Piacentini – o arquiteto de Mussolini – contratado pelo governo para ajudá-lo no problema da implantação da Cidade Universitária (a escolha então oscilava entre a Praia Vermelha e a área existente aos fundos da Quinta da Boa Vista, onde se acha atualmente o Jardim Zoológico) –, e o ministro Capanema não se sentia em condições de pleitear nova contratação. Mas *tanto fiz que me levou ao Catete*, e o Dr. Getúlio, entre divertido e perplexo diante de tamanha obstinação, *acabou por aquiescer, como se cedesse ao capricho de um neto*. Recorremos então ao Monteiro de Carvalho que conhecia pessoalmente Le Corbusier, ficando estabelecido que viria por quatro semanas para reexaminar o problema da Cidade Universitária, fazer uma série de conferências (realizadas no então Instituto Nacional de Música, sempre lotado) e, finalmente, para dar parecer sobre o projeto do Ministério.” (grifos nossos)⁴⁰⁵

da comissão de engenheiros e arquitetos.” Cumpre salientar que não encontramos no CPDOC/FGV documentação que comprove a data indicada pelos autores supra citados

A formação da comissão de projeto da cidade universitária ocorreu após a oposição, por parte das principais associações profissionais da arquitetura e da engenharia (salvo o ICA), à visita ao Rio de Janeiro, confirmada para agosto de 1935, do italiano Marcelo Piacentini (Roma-Itália 1881 – 1960), arquiteto responsável pelo projeto e construção da cidade universitária de Roma, com a finalidade de elaborar o projeto da cidade universitária da Universidade do Brasil.

⁴⁰⁴ Ver no segundo capítulo maiores detalhes sobre o nº 23.569/33 regulamentador das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor no país.

⁴⁰⁵ COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p.135-136. De acordo com Lucio Costa, o relato pessoal de 1975 foi elaborado “a pedido de Maria Luiza Carvalho para o nº 40 da revista Módulo.”

Em seu relato, fruto da *memória* daqueles *anos heróicos*, enquanto sujeito da história e construtor de uma historiografia da arquitetura moderna brasileira, Lucio Costa reconstrói a trama dos acontecimentos de acordo com o enredo articulado ao longo das décadas de 1940 e 1950, que teve nele um dos principais articuladores. Ainda assim, ao rememorar o arquiteto nos fornece indícios valiosos à nossa pesquisa. Ao passo que a dificuldade de se convencer Capanema sobre a contratação de Le Corbusier para auxiliar as equipes de arquitetos responsáveis tanto pelo projeto da cidade universitária quanto o do MESP e a associação de Piacentini à figura de Mussolini (logo, a uma *arquitetura fascista*), são temas recorrentes não apenas em nossa historiografia da arquitetura como também na internacional; ao afirmar *tanto fiz que me levou ao Catete*, Costa nos descreve a tensão existente no campo arquitetônico no início de 1936, e a maneira pela qual conseguiu convencer primeiro o ministro e, depois, o presidente: a argumentação, a insistência e a convicção. Não que os demais arquitetos não possuísssem essas qualidades (ou defeitos, de acordo com o ângulo sob o qual analisarmos o assunto), mas elas associadas às concepções propostas pelo arquiteto franco-suíço assumiam grande poder de convencimento. Nos textos de Le Corbusier, desde os publicados em *L'esprit nouveau*⁴⁰⁶, posteriormente reformulados durante a década de 1920 e sintetizados nas conferências proferidas em sua viagem à América Latina em 1929, temas como a economia, a racionalidade, a adequação ao clima, o respeito às tradições não miméticas de uma arquitetura genuinamente nacional eram freqüentes e respondiam, em parte, as expectativas do ministro em relação às funções a serem desempenhadas pelo edifício-sede ministerial a ser construído.⁴⁰⁷

⁴⁰⁶ A revista *L'esprit nouveau* foi publicada de fins de 1919 a meados de 1925 e da reunião dos artigos de Le Corbusier nessa revista, nos anos de 1920-21, resultou o livro *Vers une Architecture* de 1923, amplamente citado por intelectuais brasileiros nas décadas de 1920 e 1930. A coleção completa da revista *L'Esprit Nouveau* pode ser consultada na seção de obras raras da FAU-USP.

⁴⁰⁷ Paulo Santos de forma a salientar o papel desempenhado pelos “partidários do Movimento Moderno – Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond e Rodrigo Melo Franco” na decisão ministerial de não executar o projeto premiado no concurso afirma, como contemporâneo daqueles fatos: “viam-se livros de Le Corbusier em sua [do ministro Capanema] mesa de trabalho”. SANTOS, Paulo (1981). *Opus cit.*: p.109.

Apesar desse relato-memória de Paulo Santos, entendemos que a simples presença desse grupo de intelectuais junto ao ministro não foi suficiente para levar o ministro à decisão de construir um edifício *moderno* de inspiração corbusiana. Eles desempenharam um papel importante, mas não decisivo no curso dos

Após convencer Capanema, Lucio Costa rememora ter obtido o aval de Vargas não através de um discurso teórico, mas por meio de uma fala descontraída, não engajada, num momento em que os ânimos estavam acirrados em torno da questão do combate ao comunismo.⁴⁰⁸ Tanto que o presidente, *entre divertido e perplexo diante de tamanha obstinação, acabou por aquiescer, como se cedesse ao capricho de um neto*. A par da questão do paternalismo na era Vargas⁴⁰⁹, que aflora nas *memórias* dos que viveram aquele período, interessa-nos aqui ressaltar a habilidade argumentativa e política dos arquitetos *modernos*, de inspiração corbusiana.

Enquanto no DE da PDF tínhamos, por meio de uma publicação técnica (a RDE-PDF), Carmem Portinho (Corumbá-MS, 1903 – Rio de Janeiro-RJ, 2001)⁴¹⁰ e Affonso Eduardo Reidy em defesa dos princípios de Le Corbusier entre os engenheiros e arquitetos; no governo

acontecimentos que levaram ao início das obras. A decisão coube exclusivamente ao ministro e deve ser inserida no momento histórico em que se deu – janeiro de 1937. Ver considerações finais.

Cecília Rodrigues dos Santos *et alli* em obra pioneira dedicada à presença de Le Corbusier no Brasil alertou: “Muito já se discutiu sobre o papel das diferentes personalidades brasileiras envolvidas na organização da vinda de Le Corbusier ao Brasil em 36 e, principalmente, de Capanema e Lucio Costa. Enquanto que comumente se admite o caráter resolutivo e decisivo da intervenção do Ministro da Educação, a documentação encontrada autorizaria a levantarem-se algumas dúvidas a esse respeito. Os convites, praticamente simultâneos, que faz a profissionais tão divergentes quanto Piacentini, Le Corbusier e Perret, relativizariam o aspecto de convicção profunda envolvido nessas escolhas. *O assunto exige, no entanto, maior reflexão.*” (grifos nossos) SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*, p.109.

⁴⁰⁸ Apesar de não fornecer a data na qual ocorreu o encontro com o presidente, com certeza ele ocorreu antes de 21 de março de 1936, data do início da correspondência entre Monteiro de Carvalho e Le Corbusier referente aos termos da visita desse último ao Brasil. Parte da documentação, arquivada na Fundação Le Corbusier, referente à visita do arquiteto franco-suíço ao Brasil, em 1936, se encontra reproduzida, em português, no livro SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.134-192.

Sob Estado de sítio, decretado em dezembro de 1935, em virtude da revolta militar de novembro de 1935, os primeiros meses de 1936 foram marcados pela forte repressão aos comunistas. Em março de 1936 seria decretado o Estado de guerra no país.

⁴⁰⁹ O tema do paternalismo na era Vargas presente na fala de Lucio Costa não será desenvolvido nesse trabalho, na medida em que ele extrapola os objetivos do mesmo.

⁴¹⁰ A partir da edição de setembro de 1934 (ano III, número 12), Carmem Portinho assumiu o cargo de redator-chefe da RDE-PDF, antes ocupado por Armando de Godoy.

federal, Lucio Costa atuava com o apoio de intelectuais *modernistas*⁴¹¹. Assim, várias frentes de batalha foram abertas com o intuito de conseguir os encargos da administração pública federal que então se (re)organizava administrativamente de acordo com os preceitos da racionalização dos serviços públicos e dispunha, na capital federal, de um espaço territorial privilegiado, no marco fundador da cidade.⁴¹² Algumas, como a do edifício-sede do MESP, foram ganhas, porém, as derrotas, num primeiro momento, se sucediam com uma frequência muito maior: a Cidade Universitária, depois da rejeição do projeto elaborado por Le Corbusier, foi entregue a Mopurgo/Piacentini; o edifício-sede do MF, após a realização de um concurso e vitoriosos dois arquitetos ligados à linha corbusiana, foi projetado por profissionais segundo as orientações dadas pelo ministro Souza Costa⁴¹³; o edifício-sede do MTIC foi entregue, sem concurso a Mário dos Santos Maia.⁴¹⁴ Aos poucos, a área resultante do desmonte do morro do Castelo se transformava em uma vitrine das diversas concepções do *moderno* entre nós em meados da década de 1930. Hoje, surpreendemo-nos ao saber que os prédios dos três principais ministérios do governo Vargas foram construídos na mesma época, contudo, naqueles anos, cada um deles representava o *moderno* à sua maneira. O cânone ainda não fora construído e todos eram *modernos*. Eram *modernos* tanto os edifícios construídos com as mais recentes tecnologias destinadas ao conforto humano (sistemas de elevadores, condicionamento de ar ...), adotando-se sistemas construtivos racionais, rápidos e eficientes; quanto aqueles de acordo com alguma corrente estética vanguardista européia ou nacionalista. Nesse sentido, citamos no capítulo anterior o exemplo do cine-Ipanema considerado *moderno*

⁴¹¹ Dentre os quais destacamos Rodrigo de Mello Franco, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, e Mario de Andrade.

⁴¹² Conforme analisamos no capítulo primeiro, a área resultante do arrasamento do morro do Castelo se constituía num espaço privilegiado no centro da capital federal. KESSEL aborda, inclusive, a postura ambígua dos arquitetos *tradicionalistas* na década de 1920 frente às iniciativas governamentais referentes à demolição dos monumentos do período *Brasil-colônia* existentes no local. Ao mesmo tempo em que se indignavam com o desaparecimento desses conjuntos arquitetônicos representativos de uma arquitetura por eles considerada como genuinamente nacional e, portanto, a ser objeto de medidas de proteção governamental, por outro lado, afigurava-se-lhes irresistível o amplo espaço arquiteturável que emergiria com a eliminação do morro e o aterramento da área defronte à praia de Santa Luzia.

⁴¹³ CAVALCANTI, Lauro (2006). *Opus cit.*, p. 76.

⁴¹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 87.

em virtude do estilo (a decoração marajoara dos montantes externos) e das técnicas construtivas nele utilizadas.⁴¹⁵

No início de 1936, mesmo tendo Capanema decidido não executar o projeto vencedor do concurso, pagos os prêmios e invocado o item 23 do edital⁴¹⁶, nada garantia a efetiva construção de um edifício *moderno* de inspiração corbusiana. Uma batalha estava em curso e estratégias eram constantemente (re)elaboradas pelos diversos grupos profissionais envolvidos.⁴¹⁷ Se assim não fosse, ficaria sem sentido o pedido formulado por Lucio Costa a Le Corbusier, antes da sua vinda ao Brasil em julho de 1936:

“A *muito lúcida inteligência* do ministro Capanema parece-me inclinada a aceitar a idéia, *em princípio*; ele teme apenas o *escândalo da imprensa*, a *reação da opinião pública*, pouco preparada para aceitar sem reagir proposições tão pouco ‘convenientes’.

Nessas condições, a *viagem* do senhor ao Rio nos parece *providencial*. Uma de suas tarefas junto ao ministro será dar-lhe sua opinião sobre o projeto do qual estou enviando fotos. Se ele desagrada, diga-nos sem cerimônia, mas, por favor, não diga secamente ao Sr. Capanema: ‘É feio... eles não me compreenderam’ – pois aí nós estaríamos perdidos sem apelo, uma vez que os ‘outros’ já o condenaram e nós invocamos o seu testemunho.”⁴¹⁸ (grifos nossos)

Assim, mesmo se levarmos em consideração que o primeiro parágrafo da citação supracitada se refere ao projeto da cidade universitária elaborado por Lucio Costa, a ser

⁴¹⁵ A RDE-PDF, ano II, número 7, novembro 1933, p. 4, ao tratar do cine-Ipanema afirma: “Esta sala que está provida de todo o conforto moderno é ligada a uma galeria que dá acesso á grande sala de espetáculos: essa galeria tem a dupla função de servir aos sanitários e, em caso de urgência ou perigo, para a circulação dos que saem.(...) O 2º pavimento é ocupado somente pela cabine dos operadores que é dotada do máximo conforto como sejam água filtrada, banheiro, W. C., lavatório e dá passagem para os terraços lateraes. (...) A sala de espetáculos mereceu especiaes estudos, pois não só na parte de visibilidade, como também na acústica, agora tão necessária aos cinemas, foi previsto tudo o que havia de mais moderno e perfeito.”

Assim, em virtude de todos esses atributos, em diversos momentos o articulista da RDE-PDF ressalta o caráter moderno do edifício construído com ornamentação marajoara.

⁴¹⁶ Cumpre salientar que não houve a anulação do concurso realizado, pois foi realizado o julgamento dos projetos apresentados e efetuado o pagamento dos prêmios, de acordo com o item 22 do edital. O fato de não ter o ministro executado o projeto vencedor não implica em afirmar que houve a anulação do concurso. O edital foi cumprido inclusive no que se refere à possibilidade de não se executar o projeto vencedor.

⁴¹⁷ Ver no anexo 6 um quadro com os dados dos principais arquitetos em atuação na capital federal em meados da década de 1930.

⁴¹⁸ Carta de Lucio Costa a Le Corbusier, datada de 26 de junho de 1936, *In*: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.95.

implantado sobre a lagoa Rodrigo de Freitas, ele se encontra no momento em que o missivista passa a abordar, logo a seguir, outro tema, o do projeto do edifício-sede do MESP. Assim dispostos no texto da carta, os citados temores de Capanema frente à possível reação desfavorável da imprensa e da opinião pública eram aplicáveis a ambos os projetos a serem submetidos à análise de Le Corbusier durante a sua visita ao Brasil.

Se no relato fruto da *memória* Lucio Costa evocou apenas as suas conversas, bem como as diversas argumentações utilizadas, com os principais personagens políticos do período de forma a convencê-los da procedência das suas idéias; na documentação pesquisada aparecem como sujeitos históricos, protagonistas e não meros coadjuvantes do enredo: a *imprensa* e a *opinião pública*. Conforme salientamos no primeiro capítulo, vivíamos um período democrático⁴¹⁹: havia uma constituição aprovada por uma Assembléia Constituinte e o presidente da República fora eleito conforme o disposto no texto constitucional. Novas eleições estavam previstas para 1938, vedada a reeleição do presidente da República. Nesse quadro político-institucional, com o voto secreto ampliado para amplos setores da população, a imprensa e a opinião pública assumiam um lugar privilegiado nas decisões do ministro que, apesar da sua *muito lúcida inteligência*, era um político e, enquanto tal, dependia do voto popular para se manter no poder. Desagradar a imprensa era alimentar um perigoso inimigo, responsável, em grande parte, pela formação da opinião pública.

Nesses termos, a viagem de Le Corbusier ao Rio de Janeiro, em plena luta pelo espaço arquitetável da capital federal por meio dos encargos públicos, assumia o caráter de *providencial*, ou seja, indispensável para que o resultado, nesse caso os projetos submetidos ao julgamento do arquiteto franco-suíço, se consumasse. Frente a uma opinião pública *pouco preparada para aceitar sem reagir proposições tão pouco ‘convenientes’* e a condenação dos *outros*, o que incluíam não só os pareceres técnicos, elaborados a pedido do ministro, como também as reações de integrantes dos grupos profissionais envolvidos. Invocava-se, destarte, o testemunho do *arquiteto de gênio*, ou seja, conforme definido por Lucio Costa no texto-

⁴¹⁹ Ainda que sob Estado de sítio, equiparado ao de guerra em maio de 1936, essas medidas foram tomadas de acordo com os dispositivos da Constituição de 1934 referentes ao assunto. Esboçava-se um estado autoritário, mas formalmente ainda vivíamos sob a égide de uma constituição e não havia como prever que em novembro de 1937 haveria um golpe de Estado. Pelo contrário, acreditava-se que, apesar das tensões existentes no campo político, as eleições marcadas para 3 de janeiro de 1938 ocorreriam e seria eleito um novo Presidente da República.

manifesto Razões da Nova Arquitetura, citado na carta enviada a Le Corbusier antes da sua viagem ao Brasil: *se, em determinadas épocas, certos architectos de genio revelam-se aos contemporâneos desconcertantemente originaes (Brunellesco no começo do século XV, actualmente, Le Corbusier), isto apenas significa que nelles se concentram em um dado instante preciso – crystalisando-se de maneira clara e definitiva em suas obras – as possibilidades, até então sem rumo, de uma nova architectura.*”⁴²⁰

Lucio Costa expressou a Le Corbusier que o seu testemunho era invocado não na qualidade de um arquiteto franco-suíço encarregado de nos *ensinar* como fazer arquitetura, mas na de *poeta-profeta* de uma nova forma de se conceber a arquitetura de acordo com *as exigências de ordem social, técnica e plástica*.⁴²¹ Como afirmara Le Corbusier *cabe ao artista-construtor partir dos elementos da época, apoiar-se sobre o cálculo, mas reconhecê-lo como mutável, contingente e, pelo lirismo, atingir a perenidade, objetivo de toda obra de arte*.⁴²²

Os contatos efetivos para a vinda de Le Corbusier ao Rio de Janeiro se iniciaram em 21 de março de 1936 por meio do engenheiro e construtor⁴²³ Alberto Monteiro de Carvalho (Campinas-SP, 1887 – Rio de Janeiro-RJ, 1969), correspondente do arquiteto franco-suíço desde a viagem de 1929 ao Brasil.⁴²⁴ Na carta inicial⁴²⁵, o missivista ressaltava tanto a existência no país de um grupo de jovens arquitetos modernistas *à la Corbusier*, quanto as oportunidades que se abririam àquele arquiteto caso concordasse em vir ao Rio de Janeiro dar um curso de dois a três meses na ENBA. De forma a justificar essa última idéia, Monteiro de Carvalho expôs a resistência dos arquitetos e demais intelectuais brasileiros às idéias do

⁴²⁰ Trecho do texto Razões da Nova Arquitetura reproduzido na carta de Lucio Costa endereçada a Le Corbusier ora analisada. Em outro trecho da carta Lucio Costa afirma, em defesa de Le Corbusier, junto ao ministro Capanema: “Há centenas de Piacentini, em toda a parte, a todo momento – são necessários séculos de intervalo para um Corbusier.” LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 95.

⁴²¹ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 95.

⁴²² LE CORBUSIER (2004). *Opus cit.*

⁴²³ A construtora Monteiro & Aranha Engenharia foi fundada pelo engenheiro-arquiteto Alberto Monteiro de Carvalho em sociedade com o empresário Olavo Egydio de Souza Aranha Junior (São Paulo-SP, 1887 – 1972)

⁴²⁴ Sobre a correspondência trocada entre Alberto Monteiro de Carvalho e Le Corbusier ver SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*, p.134-140 (em português).

⁴²⁵ Em papel timbrado da construtora Monteiro & Aranha. Ver reprodução fac-simile em SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*, p.134.

arquiteto italiano Marcelo Piacentini, que acabara de visitar a cidade, a convite de Gustavo Capanema. No sentido de demonstrar o porquê Le Corbusier teria maiores chances de conquistar a simpatia do ministro afirmou:

“PIACENTINI ne doit pas avoir impressione énormément les gens ici parce qu’il a des idées d’une achitecture trop fasciste et romaine et le Brésil n’est pas, pour le moment, ni très fasciste et n’a pas été jamais romain. Le Brésil n’a jamais eu une architecture à lui ; il est le pays idéal pour une architecture internationale ; d’ailleurs l’esprit brésilien est très ouvert à recevoir tout ce qu’il y a de bon et avancé dans le monde; tout le monde est bien reçu ici; naturellement on combat le communisme, qui n’a pas raison d’être ici où tout le monde qui veut et sait travailler peut faire sa vie.”⁴²⁶

A argumentação utilizada por Monteiro de Carvalho de forma a ressaltar as circunstâncias favoráveis ao florescimento de uma arquitetura de inspiração corbusiana no Brasil – país não *muito fascista*, sem arquitetura própria, aberto à arquitetura internacional e, naturalmente contrário ao comunismo – não eram exatamente as que posteriormente seriam utilizadas pelos defensores do pensamento e obra de Le Corbusier no país. De qualquer forma cumpre notarmos como o arquiteto franco-suíço habilmente conduz as tratativas com o construtor brasileiro. Na correspondência trocada entre ambos, não há qualquer comentário ou menção referente às ideologias políticas em ebulição naquele momento na Europa. O interesse de Le Corbusier era de colocar em prática as suas idéias⁴²⁷ e, nesse sentido, o Brasil se apresentava como uma possibilidade de trabalho naquele momento. Como já afirmara em Buenos Aires, o que pode ser aplicado às demais cidades sul-americanas:

“Sua cidade, mais do que Paris ou qualquer outra cidade, sugere-me mil idéias. Explico a mim mesmo o motivo: antes de mais nada Buenos Aires está na América. E a América é separada pelo silêncio de um oceano, da Roma do Sr. Vignola e do Instituto de

⁴²⁶ Fac-símile In: SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.134. Tradução: “Piacentini não deve ter impressionado enormemente as pessoas daqui porque tem idéias de uma arquitetura por demais fascista e romana e o Brasil, por enquanto, não é nem muito fascista e nunca foi romano. O Brasil nunca teve uma arquitetura própria; é o país ideal para uma arquitetura internacional; aliás, o espírito brasileiro está sempre aberto para receber tudo o que há de bom e avançado no mundo; todos são bem recebidos aqui; naturalmente combatemos o comunismo, que não tem razão de ser aqui, onde todo aquele que quer e sabe trabalhar pode fazer a sua vida.” *Idem, ibidem*.

⁴²⁷ Em carta datada de 17 de abril, Le Corbusier afirmou a Monteiro de Carvalho: “a profissão de profeta começa a ser um peso nas minhas costas e preciso ganhar minha vida. (...) é necessário que eu construa, de qualquer jeito, senão morrerei na pele de um teórico, o que desagrada.” In SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.137.

França⁴²⁸. A América – os pampas ou a mata virgem! Os senhores enfrentam problemas gigantescos. Devem agir com rapidez; são desprovidos de preconceitos e farão coisas animadas pelo espírito da época!”⁴²⁹

Nesse sentido, em 30 de março, na resposta encaminhada a Monteiro de Carvalho, Le Corbusier ressaltou: *l'essentiel c'est ma participation éventuelle à la construction du nouveau Ministère de l'Instruction Publique*.⁴³⁰ Esse projeto juntamente com o da cidade universitária eram considerados fundamentais pelo arquiteto franco-suíço para a viabilização da sua vinda ao país. Tal como afirmaria ao ministro em outra carta, datada de 5 de maio:

“Je suis à un âge ou je ne peux pas me déplacer si loin pour faire purement et simplement des conférences à des étudiants. Il est indispensable que je trouve à créer des oeuvres d'architecture petites ou grandes, mais significatives.

Je pose donc ainsi très nettement le problème, en faisant bien ressortir que je ne puis venir faire des cours d'architecture et d'urbanisme à Rio que si je suis assuré formellement d'être chargé d'un travail d'architecture et d'urbanisme, en collaboration avec des architectes brésiliens.”⁴³¹

A insistência de Le Corbusier em participar ativamente de um projeto arquitetônico constituiu o ponto mais delicado das tratativas, na medida em que no Brasil vigorava uma legislação restritiva à atuação de arquitetos estrangeiros não registrados no CREA e o

⁴²⁸ Nesse trecho, Le Corbusier se refere a dois baluartes do ensino da arquitetura na França: a tradição teórica representada pelos preceitos do arquiteto italiano Jacopo Barozzi da Vignola (Vignola-Itália, 1507 – Roma-Itália, 1573), autor do livro *Règles des cinq ordres d'architecture*; e o Instituto de France, o qual agrupa as cinco academias francesas (a Académie Française, a Académie d'Inscriptions et belles-lettres, a Académie des sciences, a Académie des sciences morales et politiques e a Académie des Beaux-Arts). Cumpre salientar que, em Roma, também se localizava outro baluarte do ensino *beaux-arts* a Academia da França em Roma, para a qual se dirigiam, todos os anos, os ganhadores do Prêmio de Roma (uma bolsa de estudos concedida anualmente aos melhores alunos de arquitetura, de pintura, de escultura, de gravura e de composição musical).

⁴²⁹ LE CORBUSIER, *Precisões*, p.215-216.

⁴³⁰ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.57; SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.135. CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.214. Tradução: “O essencial é a minha participação eventual na construção do novo Ministério de Instrução Pública.” LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.57

⁴³¹ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.59; SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.138. CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.215-216. Tradução: “Estou numa idade que não me permite mais deslocar-me para tão longe pura e simplesmente para dar conferências a estudantes. É-me indispensável que eu possa criar obras arquitetônicas, pequenas ou grandes, mas significativas. Coloco assim muito nitidamente o problema, deixando claro não posso dar cursos de arquitetura e urbanismo no Rio a não ser que me seja formalmente assegurada a participação num trabalho de arquitetura ou de urbanismo em colaboração com arquitetos brasileiros.” LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.59.

ministro não desejava gerar uma nova polêmica no campo arquitetônico, cujos reflexos no campo político seriam inevitáveis: como justificar aquelas despesas num momento de controle orçamentário pelo governo federal? Nesse momento, de definições sobre o que faria no país, outra questão deixava Le Corbusier intrigado: a urgência com que era tratada a sua viagem ao Brasil. Monteiro de Carvalho, em carta datada de 08 de abril, ou seja, dezoito dias após o primeiro contato com o arquiteto franco-suíço, finalizara com a seguinte afirmação: *Responda-me e dê-me seu endereço telegráfico para que possamos lhe telegrafar caso necessário, pois pode ser que o Ministro tenha pressa em vê-lo por aqui.*⁴³² Ainda, na mesma carta o missivista brasileiro sugeria a utilização do novo zeppelin *Hindenburg* como o meio de transporte entre a França e o Brasil⁴³³, de forma a reforçar a idéia de urgência conferida à sua viagem. E, de fato, foi a bordo do referido dirigível que Le Corbusier embarcou com destino ao Rio de Janeiro no dia 08 de julho de 1936...

Sejam ouvidos sobre o projeto os senhores ...

Durante as tratativas para a vinda de Le Corbusier ao Brasil, a equipe de arquitetos coordenada por Lucio Costa apresentou ao ministro, em 15 de maio, um novo projeto para o edifício-sede do MESP, o qual foi submetido à apreciação de profissionais da área, tal como ocorrera anteriormente com o projeto vencedor do concurso. De acordo com os princípios da administração pública moderna, defendidos por Capanema, se foram convidados profissionais para avaliarem o projeto vencedor do concurso, de forma a legitimar a decisão previamente

⁴³² Carta de Monteiro de Carvalho a Le Corbusier datada de 08 de abril de 1936. In: SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.137.

⁴³³ O que contrariava o arquiteto que, a princípio, preferia viajar de navio. Em suas palavras, em carta datada de 15 de junho a Monteiro de Carvalho: “Zeppelin? Não tenho a menor vontade de ir de zeppelin – gostaria, pelo contrário, de tomar bem burguesamente o navio que demora onze dias que podem se constituir em dias de repouso e meditação, enquanto o zeppelin, assim como o avião, é um aparelho onde nos aborrecemos muito. Considero as viagens marítimas como agradáveis pausas na existência e preferiria muito mais tomar o navio que o Zeppelin.” SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.140.

Cumprе salientar que, enquanto a viagem de navio entre a França e o Brasil durava de 10 a 12 dias, a feita a bordo de um dirigível levava 5 dias.

tomada pelo ministro de não o executar, com maior razão deveriam agora deveriam ser chamados consultores para analisarem o novo projeto apresentado.⁴³⁴

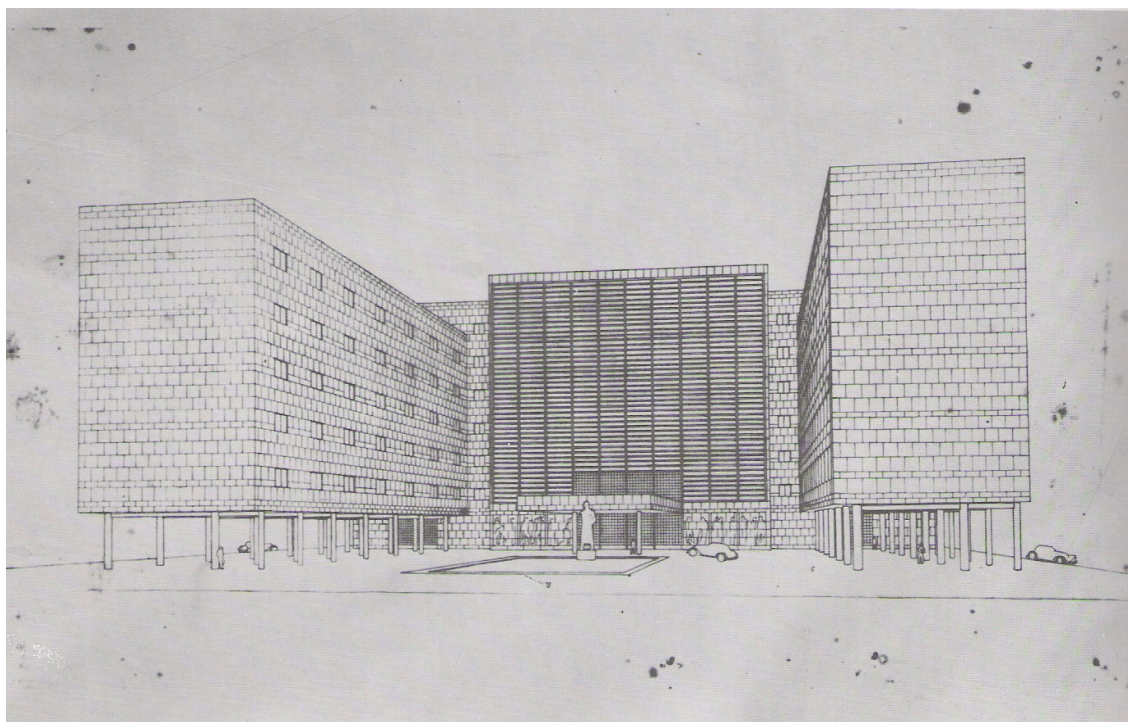


Figura 23 – Perspectiva frontal – entrada principal – do projeto apresentado pela equipe de arquitetos brasileiros sob a coordenação de Lucio Costa, em 15 de maio de 1936.

Fonte: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p. 64.

⁴³⁴ Não é objeto dessa dissertação discorrer sobre as ligações existentes entre o novo projeto para o edifício-sede do MESP, apresentado em 15 de maio, e os projetos desclassificados pela comissão julgadora do concurso realizado. Salientamos que, além dos três projetos vencedores do concurso (cujas fotos se encontram anexadas no processo 6870/35 do IPHAN), somente possuímos as concepções de dois outros arquitetos: a de Jorge Machado Moreira / Ernani M. de Vasconcellos, a de Afonso Eduardo Reidy. As demais, inclusive a de Lucio Costa / Carlos Leão, não foram preservadas. Aliás, não há como sabermos, inclusive o nome dos participantes do concurso, na medida em que apresentaram seus projetos em invólucros fechados e identificados por meio de uma divisa, a qual apenas seria divulgada uma vez classificado o arquiteto para a segunda prova do concurso.

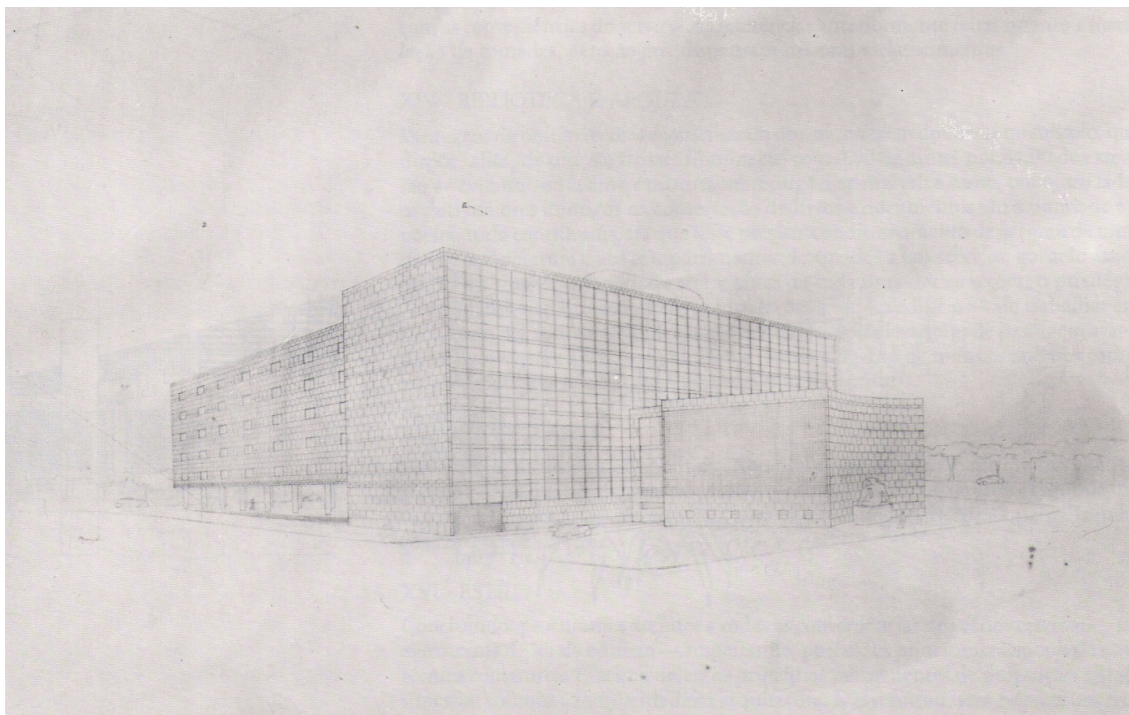


Figura 24 – Perspectiva posterior – auditório – do projeto apresentado pela equipe de arquitetos brasileiros sob a coordenação de Lucio Costa, em 15 de maio de 1936.

Fonte: *Idem ibidem*, p. 65.

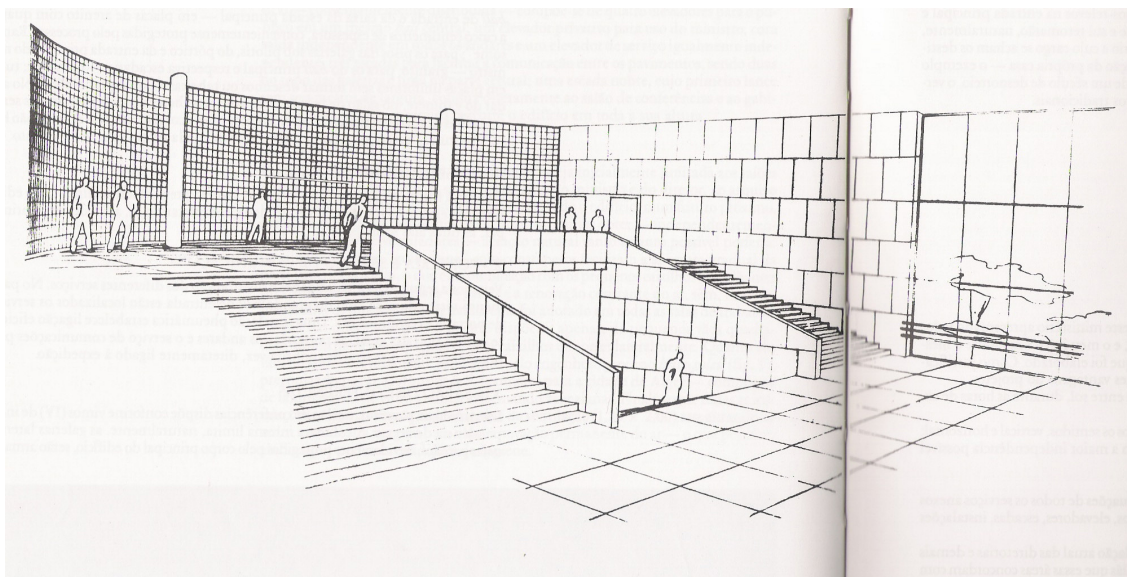


Figura 25 – Hall monumental do projeto apresentado pela equipe de arquitetos brasileiros sob a coordenação de Lucio Costa, em 15 de maio de 1936.

Fonte: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p. 66-67.

Dessa forma, foram solicitados, pelo ministro, seis pareceres⁴³⁵, dos quais, uma vez apresentados, apenas um aprovou por completo o novo projeto – o elaborado por Souza Aguiar⁴³⁶. Os demais elencaram um extenso rol de restrições não só estéticas como também técnico-funcionais, tal como ocorrera antes com o projeto de Archimedes Memória – vencedor do concurso.

Das críticas apresentadas ao novo projeto a mais extensa e incisiva foi a de Saturnino de Brito Filho⁴³⁷, apresentada em 04 de junho, sobre a qual nos deteremos. Nesse parecer, foram abordados inúmeros temas, dentre eles: o debate travado entre as diversas tendências/escolas *modernas* em meados da década de 1930; a implantação do futuro edifício do MESP na esplanada do Castelo e sua proximidade com o prédio do MTIC; a semelhança entre o partido geral arquitetônico do novo projeto com o anteriormente elaborado pelos arquitetos Jorge Moreira e Ernani Vasconcellos para o concurso de projetos para o MESP e publicado pela RDE-PDF; as condições de conforto térmico e sanitário do edifício; o sistema estrutural proposto pelo engenheiro Emílio Baumgart (formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1918, Blumenau-SC, 1889 – Rio de Janeiro-RJ, 1943).

Em sua conclusão, o engenheiro sanitaria nos fornece, de forma sintética e inequívoca, algumas das concepções de *moderno* existentes naquele momento na capital federal e, reitera a crítica à filiação aos princípios corbusianos pela equipe brasileira.⁴³⁸ Em suas palavras:

⁴³⁵ “Sejam ouvidos sobre o projeto os srs.: a) Prof Domingos Cunha; Eng. Saturnino de Brito; b) Arch. Souza Aguiar; Arch. Ângelo Bruhns; c) Ministro Maurício Nabuco; Dr. Teixeira de Freitas; Dr. Hilário Leitão; Dr. Heitor Farias. 15-V-1936 Capanema” *In*: Processo 6870/35, p.233.

⁴³⁶ Processo 6870/35, p. 290-291.

⁴³⁷ *In*: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p.68-84.

⁴³⁸ Apesar de não estar confirmada, era praticamente certo que Le Corbusier viria em breve ao Brasil, daí as críticas formuladas por Saturnino de Brito a esse arquiteto e às relações existentes entre o novo projeto e o pensamento corbusiano. No início do parecer afirma: “Não se pode negar gênio às idéias proclamadas, porém se a arquitetura fosse limitar-se à mera produção de ‘máquinas de habitar’, perderia valores inestimáveis para a eclosão do sentimento do belo. É certamente por isso que os salões, os júris de arquitetura, as comissões municipais, embora saúdam o poeta da *La ville radieuse*, conservam-no no seu lugar de bardo arquitetônico, sem concretizar-lhe os planos.” *Apud Idem, ibidem*, p. 70.

“Quanto à arquitetura, [o novo projeto apresentado] obedece a uma tendência que se acha em minoria na arte contemporânea. (...) Tecnicamente, será indiferente adotar qualquer dos três alvitre seguintes:

1º) Execução do projeto com o caráter arquitetônico apresentado pelos arquitetos (...) Nesse caso a decisão estética será pela escola de Le Corbusier.

2º) Execução do projeto segundo as modificações que sugerimos (...) dando ao prédio mais equilíbrio e relações de estética. Predominará então uma arquitetura moderna e funcional, porém possuindo órgãos com função estética.

3º) Resolve-se edificar o prédio com *outra qualquer arquitetura moderna*, dispensando as colunas.” (grifos nossos)⁴³⁹

Como poderia ser adotada no Brasil uma tendência arquitetônica *em minoria tão diminuta no concerto arquitetônico moderno*? De acordo com Saturnino de Brito Filho as utopias apenas são úteis enquanto nos ajudam a pensar e a suscitar idéias, mas não para serem postas fielmente em prática. Além disso, a escola de Le Corbusier não é a única representativa da arquitetura *moderna* em meados da década de 1930, há outras tendências arquitetônicas *modernas* amplamente adotadas tanto nos países europeus quanto nos Estados Unidos. Nessas últimas vemos a valorização de uma arquitetura de linhas sóbrias: *linhas que salientam tal ou qual aspecto e que delineiam sempre elementos destinados a apresentar proporções, evocando às vezes tal ou qual motivo tradicional, mas, de qualquer forma, constituindo relações donde nasce insopitável a sensação de beleza.*⁴⁴⁰ Dentre os inúmeros edifícios públicos citados, destaque é dado ao *grande conjunto de edifícios públicos de Washington*⁴⁴¹ e ao palácio da Liga das Nações, em Genebra. Sobre esse último, fruto de um concurso do qual participou Le Corbusier sem lograr sucesso, o parecerista transcreve um trecho de um artigo escrito pelos arquitetos responsáveis pelo projeto vencedor, Henri Paul Nénot (Paris-França, 1853 – 1934) e Julien Flegenhimer (Genebra-Suíça, 1880 – 1938), no qual eles expõem sobre o estilo adotado:

“D’abord quel style devait-on adopter pour les façades principales du Palais? On fut d’accord pour choisir le style moderne aux lignes extrêmement pures sans ornementation superflue et d’inspiration antique. (...) Le bâtiments administratifs ont une belle ordonnance dont la régularité n’est ni monotone ni lourde. L’architecture du palais ainsi définie aura le grand mérite de ne pas vieillir. (...) L’assentiment admiratif des temps à venir leur est assuré.”⁴⁴²

Ao que complementa Saturnino de Brito Filho:

⁴³⁹ *Apud Idem, ibidem*, p. 83-84.

⁴⁴⁰ *Apud Idem, ibidem*, p. 71.

⁴⁴¹ *Apud Idem, ibidem*, p. 73.

⁴⁴² *Apud Idem, ibidem*, p. 74 (em francês no original).

“É esta uma vantagem dos edifícios que possuem as relações da beleza: serem eternamente admirados, quer formem um templo grego ou egípcio, uma construção gótica, ou um edifício moderno.”⁴⁴³

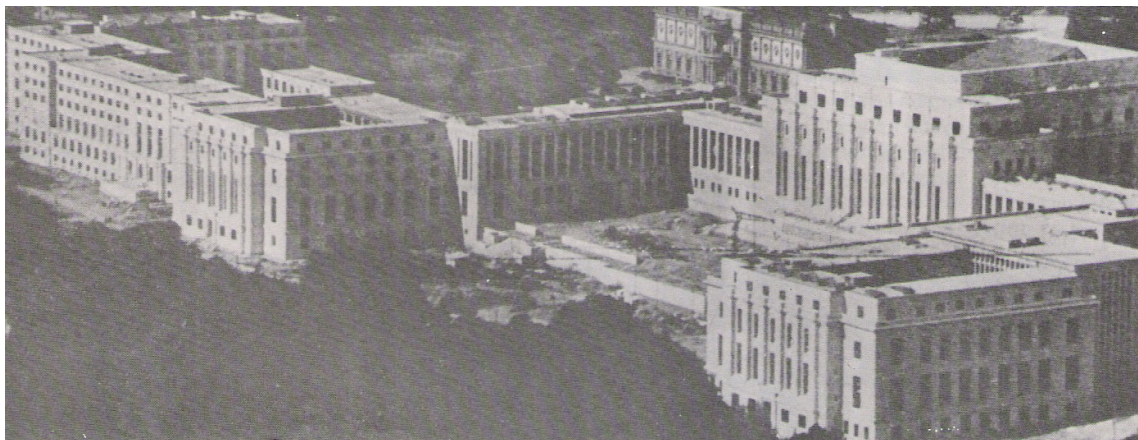


Figura 26 – Imagem utilizada por Saturnino de Brito Filho, no parecer entregue ao ministro Capanema, para ilustrar as afirmações por ele feitas sobre a monumentalidade do Palácio da Liga das Nações, em Genebra. Segundo afirmara: “A extensão total das fachadas mede 1800 m²”.

Fonte: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p. 74.

Além disso, segundo Saturnino de Brito Filho, não há como desconsiderarmos o fato de que *os edifícios públicos são feitos para ser visto pelos pelo povo e não pelos artistas, pelos engenheiros e pelos arquitetos.*⁴⁴⁴

Nesse quadro, no qual se avolumavam as críticas ao novo projeto apresentado a ser construído em substituição ao vencedor do concurso realizado, a viagem de Le Corbusier assumia um caráter providencial. Se na carta de Monteiro de Carvalho, o missivista se esquivara de abordar o tema do projeto do MESP, na de Lucio Costa, encaminhada em 26 de junho, o coordenador da equipe de arquitetos brasileiros transpareceu a finalidade da viagem daquele arquiteto ao Brasil: o *testemunho* de Le Corbusier frente ao projeto elaborado pela equipe de arquitetos brasileira seria fundamental para a concretização das ideais corbusianos naquele edifício, *uma vez que os ‘outros’* (dentre os quais os pareceristas convidados por Capanema) *já o condenaram.*⁴⁴⁵

⁴⁴³ *Apud Idem, ibidem*, p. 74.

⁴⁴⁴ *Apud LISSOVSKY & SÁ, Opus cit.*

⁴⁴⁵ Carta de Lucio Costa a Le Corbusier, datada de 26 de junho de 1936, *In: LISSOVSKY & SÁ, Opus cit.*, p.95.

Julga o senhor que o projeto seja bom?

“Não tema a minha obstinação e permita-me expor-lhe verbalmente as razões fundamentadas que me fazem agir, de modo que o Sr. possa um dia felicitar-se de ter tido a generosidade de confiar em em.”

Le Corbusier⁴⁴⁶

Acertada a viagem, Le Corbusier chegou ao Rio de Janeiro em 12 de julho de 1936⁴⁴⁷, a bordo do dirigível *Hindenburg*, e permaneceu na cidade até 15 de agosto do mesmo ano, quando retornou à França a bordo do *Conte Biancamano*. Durante sua permanência na capital federal não apenas proferiu as conferências previamente acertadas como também participou ativamente das comissões incumbidas pela elaboração dos projetos da cidade universitária e do MESP. A sua presença no Brasil acirrou a disputa pelo capital simbólico de reconhecimento ou consagração no campo arquitetônico empreendida pelos arquitetos *modernos* liderados por Lucio Costa, sobretudo se levarmos em consideração os projetos governamentais que a ela estavam associados. Arquitetos e engenheiros escreveram e publicaram artigos nos jornais e revistas da época, os quais tanto noticiaram a presença entre nós do arquiteto franco-suíço quanto se envolveram na polêmica surgida. A arquitetura deixara de ser apenas uma questão meramente estética e passara a desempenhar um papel de destaque na (re)construção do Estado-nação brasileiro: se por um lado, a Cidade Universitária abrigaria a Universidade do Brasil, responsável pela formação dos nossos futuros líderes, por outro, os novos edifícios ministeriais não apenas interviriam na paisagem urbana carioca como também reelaborariam a imagem do país para os próprios brasileiros. Logo, como se abster dessa luta?

Archimedes Memória, arquiteto vencedor do concurso realizado para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP e diretor da ENBA publicou, em 18 de julho de 1936⁴⁴⁸ no

⁴⁴⁶ Carta de Le Corbusier a Gustavo Capanema, SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.169

⁴⁴⁷ CPDOC/FGV, GC f 34 10 19 rolo 18, fot.226; LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.105.

⁴⁴⁸ Dois artigos publicados por Archimedes Memória no jornal integralista A Offensiva se encontram reproduzidos na íntegra na bibliografia consultada: 1) Comunismo intelectual, de 18 de julho de 1936, *In*: SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.145 (ortografia original mantida) e, 2) Esquerdismo arquitetônico, de 16 de janeiro de 1937, *In*: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 133.

Em relação à autoria do artigo publicado em 18 de julho de 1936, SANTOS *et alli* (1987, p.145) reproduz uma “nota manuscrita de Le Corbusier, à margem do texto [o recorte do jornal A Offensiva se encontra

jornal integralista A Offensiva, o artigo *Communismo intellectual* no qual alertava seus leitores sobre as possíveis ligações entre o Le Corbusier e a Rússia Soviética. Afirmou Memória:

“Ao par do seu espirito creador e do engenho das suas concepções revolucionárias no domínio da architectura, não é para se desprezar as suas actividades um tanto ou quanto suspeitas no dominio social. (...)

O sr. ministro Capanema deveria ter desconfiado, um pouco, das insinuações que recebeu, forçosamente, para convidar o sr. Le Corbusier.

O nome de Corbusier está muito ligado à Rússia Soviética.

No Ministério da Educação trabalham actualmente varios architectos, cujas idéias communistas são do domínio quasi que público, mas, apesar de tudo, os mesmos estão realizando obras de vulto, nas quaes receberão grossas importâncias...

Vale a pena ser comunista nesta terra.

Cuidado, Sr. ministro. Muito cuidado.

*Elles, os communistas, andam por ahi, ainda; somente perderam a cor ... de susto.”*⁴⁴⁹
(grifos nossos)

O fato de ter Le Corbusier projetado obras arquitetônicas e urbanísticas para a Rússia soviética não significava a sua filiação ao partido comunista ou mesmo a sua adesão ao que, naquele momento, se entendia por comunismo. O que o arquiteto buscava, tanto na Rússia ou na Alemanha quanto na Argentina ou no Brasil, eram oportunidades de executar a sua obra, na medida em que pouco espaço lhe era dado em território francês. Assim se expressou no livro *Precisões*:

“Moscou é uma *fábrica de sonhos*, a Terra Prometida dos técnicos (sem Klondyke). O país está sendo equipado.

Um afluxo surpreendente de projetos: fábricas, represas, unidades manufactureiras, moradias, cidades inteiras. Este conjunto se coloca sob um único signo: *tudo que contribua para o progresso*. A arquitetura se infla, se agita, estremece, dá à luz sob o sopro e a fecundação daqueles que sabem algo e daqueles que simulam saber. (...)

Moscou está repleta de projetos em execução, idéias em elaboração, jurados que examinam. O plano quinquenal é um tiro de barragem da tecnicidade contemporânea.

Encerrado o prazo do concurso, os projetos são expostos em determinado local hoje e em outro amanhã. Uma multidão atenta observa os gráficos – jovens, homens e mulheres (existem muitas arquitetas em Moscou). Olham, discutem silenciosamente, ávidos, compenetrados, intensamente curiosos.

Aqui se prepara uma arquitetura para a qual são designados novos objetivos.”⁴⁵⁰

arquivado na FLC F2.13.265, e contém à sua margem uma nota manuscrita por Le Corbusier]: *écrit par l'architecte de l'École de Bx Arts à qui ont enlevé la commande Du Palais Du Ministère*. [“Escrito pelo arquiteto da Escola de Belas Artes de quem tiraram a encomenda do Edifício do Ministério.”] O Arquiteto em questão era Achimedes Memória.”

⁴⁴⁹ SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.145.

Verificamos que vários aspectos do novo estado russo em construção atraíam a admiração do arquiteto franco-suíço⁴⁵¹, dentre os quais, o papel reservado à arquitetura e ao urbanismo na modernização do país e a utilização de concursos públicos para a escolha dos projetos a serem executados. Nesses, de acordo com o arquiteto, verificava-se a participação atenta da população que discutia sobre os projetos em exposição. De um modo geral, os concursos eram realizados de uma forma transparente e com o controle direto da sociedade soviética. Contudo, alertava Le Corbusier, em outro trecho do mesmo livro, mesmo na Rússia soviética havia o perigo de ressurgir um *academicismo dos novos tempos*. O Estado que lhe possibilitara construir um grande edifício público, como o *Centrosoyus* (1928-1936), e desenvolver ousados projetos urbanísticos não estava imune a um retrocesso, o que, aliás, de fato ocorreria anos mais tarde, com o realismo soviético⁴⁵². Em 1930, afirmou, em tom profético: *os acadêmicos rondam o Kremlin assim como rondam o Quirinale ou o Quai d'Orsay, mas estão camuflados*.⁴⁵³

⁴⁵⁰ LE CORBUSIER, *Opus cit.*, p.255.

⁴⁵¹ Nos anos 1920 havia uma certa fascinação do meio arquitetônico europeias, em especial da França pelo espaço desdichado à nova arquitetura na Rússia soviética. Não apenas Le Corbusier participava ativamente dos concursos promovidos por aquele Estado fortemente ligado com a questão social...

⁴⁵² Afirma FRAMPTON, Kenneth, *Opus cit.*, p.216: “Después de 1932, aquellos académicos que, como A.V. Schchuvev (cuya ecléctica estación nacional-románica de Kazan, en Moscú, se estaba construyendo en 1913), se habían establecido antes de la Revolución y desde entonces habían permanecido en una cierta quietud, empezaron a construir un monumento seudoneoclásico tras otro. (...) La absoluta conveniencia ideológica de la línea realista social del Partido, intigada en 1932, justifica los sofismas de Anatole Lunacharsky el año siguiente, su elaboradísima apologia del realismo social, en la que, aun reconociendo el carácter remoto de la cultura helénica, insistía en que ‘esta cuna de la civilización y el arte’ todavía podía servir como modelo para la arquitectura en la Unión Soviética.”

⁴⁵³ LE CORBUSIER, *Opus cit.*, p.255.

O projeto de Le Corbusier para o Centrosoyus foi utilizado por Saturnino de Brito Filho, no parecer sobre o novo projeto elaborado pela equipe de arquitetos brasileiros sob a coordenação de Lucio Costa, para fundamentar sua hipótese de que não apenas os referidos arquitetos se filiavam aos princípios arquitetônicos de Le Corbusier como também essa *escola* ou *tendência* artística minoritária em meados da década de 1930. LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 75.

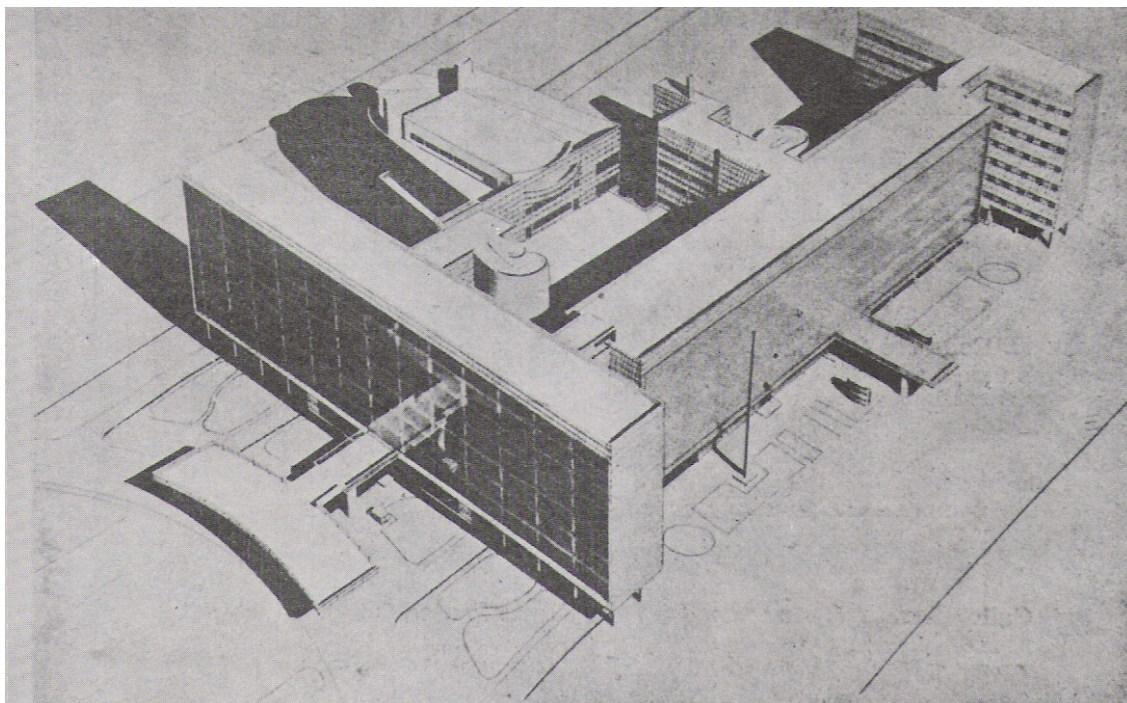


Figura 27 – Perspectiva do edifício do Centrosoyus proposto por Le Corbusier. (essa imagem foi utilizada por Saturnino de Brito Filho para ilustrar a concepção arquitetônica defendida pelo arquiteto franco-suíço)
Fonte: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p. 75.

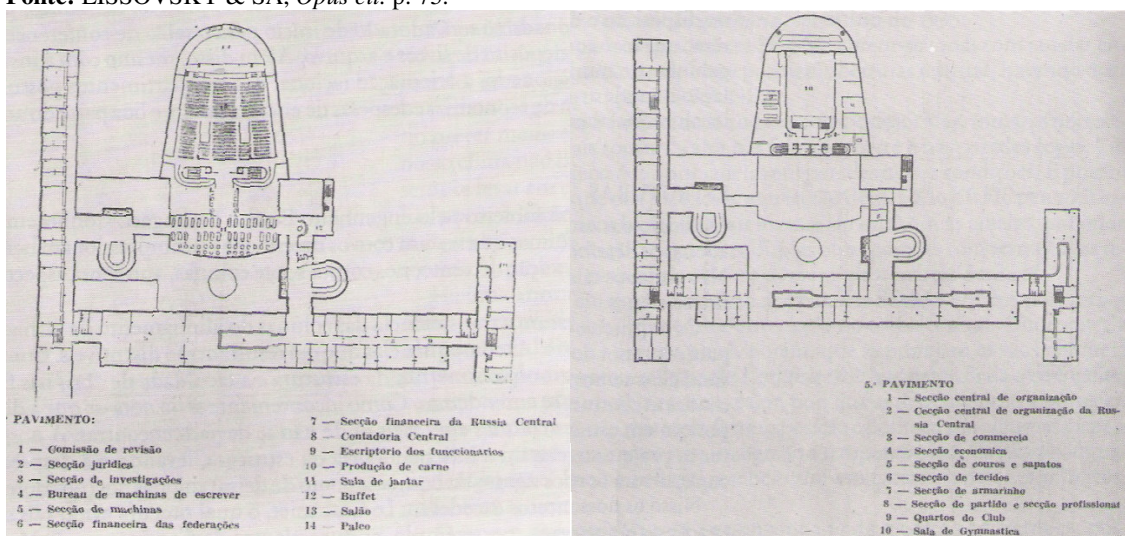


Figura 28 – Plantas do edifício do Centrosoyus proposto por Le Corbusier. (essa imagem também foi utilizada por Saturnino de Brito Filho para ilustrar a concepção arquitetônica defendida pelo arquiteto franco-suíço)
Fonte: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.* p. 80.

Ainda assim, na argumentação desenvolvida por Memória as referidas ligações entre Le Corbusier e o regime soviético, eram suficientes para fundamentar sua hipótese: tratava-se de um profissional com *actividades um tanto ou quanto suspeitas no domínio social*. O que era reforçado, de acordo com o autor, pelos *varios architectos, cujas idéias communistas são*

do domínio quasi que publico contratados pelo MESP, os quais convenceram o ministro a convidar aquele arquiteto. Nesses termos sua conclusão: *Vale a pena ser comunista nesta terra.*

Cumpre salientar que, no artigo escrito por ocasião da visita de Le Corbusier ao país, Memória retomou a argumentação utilizada na carta encaminhada a Getúlio Vargas naquele mesmo ano⁴⁵⁴, na qual tanto denunciava a contratação sem concorrência de Lucio Costa para *varios projectos, entre elles o do futuro Palacio para sede do Ministerio*⁴⁵⁵ quanto a presença de inúmeros intelectuais comunistas no MESP:

“O que acabámos de narrar [o concurso realizado e a contratação de Lucio Costa para projetar o edifício-sede do MESP], tem, no presente momento, gravidade não pequena, em se sabendo que esse architecto [Lucio Costa] é socio do architecto Gregori Warchawisk [*sic*], judeu russo de attitudes suspeitas, por esse mesmo Lucio Costa levado para uma cadeira da Escola Nacional de Bellas Artes, onde ambos, tanto têm concorrido para as constantes agitações em que esta escola se tem visto.”⁴⁵⁶

Não ignora o Sr. ministro da Educação as actividades do architecto Lucio Costa, pois, *pessoalmente* já o mencionamos a S. Excia., entre varios nomes de filiados ostensivos á corrente modernista que tem como centro o Club de Arte Moderna⁴⁵⁷, cellula comunista

⁴⁵⁴ Carta datilografada (CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.267), sem data, e assinada por Archimedes Memória, redigida em papel timbrado do escritório de arquitetura de A. Memória e F. Cuchet.. O texto integral se encontra reproduzido *In*: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 26.em reproduzido.

⁴⁵⁵ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.267, p.1. Ao afirmar que Lucio Costa participava de *varios projectos* patrocinados pelo MESP, Memória estava se referindo à comissões de projeto da Cidade Universitária e do MESP.

⁴⁵⁶ Esse trecho do texto se encontra ressaltado a sua margem no documento pesquisado. CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.267, p.2.

⁴⁵⁷ O Clube de Arte Moderna (CAM) foi criado em São Paulo, em 24 de novembro de 1932, como uma reação à criação da Sociedade Pró-Arte Moderna (SPAM), no dia anterior.

De acordo com Mário Pedrosa: “As idéias políticas revolucionárias vieram à tona com a crise das instituições e a crise econômica do café que deram por um momento, sobretudo em São Paulo, ligeiros sintomas de vacância de poder. Osvaldo de Andrade, numa profissão de fé comunista, rompeu com a própria classe, a aristocracia do café, vencida e decadente, convertido por um momento à ideologia do Partido Comunista de então e à revolução proletária. Ao lado e em oposição à Sociedade Paulista de Arte Moderna, fundada por antigos promotores da Semana, já agora acusados de grã-finos, aristocratas e reacionários, lança-se o Clube de Arte Moderna, Flávio de Carvalho, seu organizador e animador, intelectual de alta têmpera, artista de múltiplas possibilidades, rico e desabusado (...) enche o meio paulistano com os ecos de suas atividades e seus desafios. (...) O ambiente de alta tensão social e de crise institucional não permitia mais as explosões puramente estéticas ou culturais da

cujos principais objetivos são a agitação no meio artístico e a anulação de valores reais que não comunguem no seu credo. Esses elementos deletérios se desenvolvem justamente à sombra do Ministério da Educação, onde têm como patrono e intransigente defensor o Sr. Carlos Drummond [sic] de Andrade, chefe do gabinete do ministro.”⁴⁵⁸

Nas afirmações feitas por Memória há sempre o alerta para o perigo representado pelos comunistas camuflados e infiltrados nos órgãos do governo federal. O arquiteto relacionou uma série de fatos, muitos dos quais referentes às atividades passadas e não mais existentes naquele momento. Por exemplo, em 1936, Warchavchik não era mais sócio de Lucio Costa: a sociedade fora desfeita três anos antes, em 1933, e o arquiteto russo retomara suas atividades em São Paulo. As agitações estudantis, da mesma forma, se concentraram por ocasião do pedido de exoneração do cargo de diretor da ENBA formulado por Lucio Costa em setembro de 1931⁴⁵⁹, e tinham de certa forma sido acalmadas durante a direção do missivista. Memória ainda relembra ao presidente a presença no MESP de *varios nomes de filiados ostensivos á corrente modernista*, os quais tinham em Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do ministro Capanema, seu grande *patrono e defensor*.

De acordo com Memória, havia uma espécie de conspiração a ser debelada, e contra a qual nada se fazia. Num momento em que inúmeros intelectuais eram perseguidos pelas supostas ligações com o Partido Comunista, e a um presumido internacionalismo degenerador dos ideais nacionalistas defendidos pelo Estado-nação em construção, Memória buscava desqualificar tanto a equipe de arquitetos coordenada por Lucio Costa quanto o arquiteto Le Corbusier, em visita ao Brasil a convite do governo, a partir dos possíveis ideais comunistas professados por ambos. Gustavo Capanema, por outro lado, aparecia nesses relatos como acobertador dos atos praticados por seus auxiliares, *cujas idéias comunistas são do dominio quase que público*.⁴⁶⁰ No entanto, a proteção ministerial não decorria de uma filiação do ministro àqueles ideais, mas dos laços de amizade que o ligava a alguns intelectuais, como Carlos Drummond de Andrade, e do desconhecimento do perigo que corria ao assim

Semana.” In: PEDROSA, M. “Entre a Semana e as Bienais” In Mundo, homem, arte em crise. (org. Aracy Amaral). São Paulo: Editora Perspectiva, 1986, pp. 277-278.

⁴⁵⁸ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.267, p.2.

⁴⁵⁹ O Jornal na edição de 12 de setembro de 1931, p. 4, noticiou o pedido de exoneração do cargo de diretor da ENBA, proposto por Lucio Costa, em decorrência da pressão sobre ele exercida pela Congregação daquela instituição: “A direção da Escola de Belas Artes”.

⁴⁶⁰ SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (1987). *Opus cit.*: p.145.

proceder. Memória salientava o fato de, naqueles anos, os comunistas não serem apenas os filiados ao partido, mas também os que dissimulavam os seus ideais de forma a corromper o novo Brasil a ser construído. Dessa constatação, decorria o alerta proclamado ao final do artigo publicado em *A Offensiva: Cuidado, Sr. ministro. Muito cuidado.*⁴⁶¹

Apesar das severas acusações lançadas por Archimedes Memória, no jornal *A Offensiva*, grande parte da imprensa noticiou de forma neutra ou favorável a vinda de Le Corbusier ao Brasil para proferir as conferências previamente programadas. A partir da documentação consultada, verificamos que as associações profissionais de engenheiros e de arquitetos posicionaram-se favoravelmente ao convite feito aquele arquiteto, o que influenciou diretamente no teor das matérias publicadas na imprensa especializada ou não. Em telegrama datado de 27 de julho de 1936 e endereçado a Gustavo Capanema, João Felipe, presidente do Conselho Diretor do Club de Engenharia, afirmou:

“Por proposta unânime seu Conselho Director Club Engenharia congratula-se V. Exa. pelo convite feito ao Sr. Le Corbusier para realizar conferencias sobre urbanismo e arquitetura. Saudações attenciosas

Eng. João Felipe – Presidente”⁴⁶²

No mesmo sentido, manifestou-se a revista *Arquitetura e urbanismo* nº 2 (julho e agosto de 1936), através de uma nota redigida pelo arquiteto Ricardo Antunes na seção Notas – Comentários – Bibliografia, redigida e publicada após a visita de Le Corbusier ao país:

“O Rio de Janeiro hospedou no mês de Junho p.p. [sic], uma das mais notáveis personalidades da nossa época – Le Corbusier, que já fez aqui duas conferências memoráveis em 1929, acedendo gentilmente ao convite do nosso Instituto. Desta feita veio a convite do Doutor Gustavo Capanema, D.D. Ministro da Educação e da Saúde Pública.

Desnecessário é dizer do valor desse arquiteto, pois seu nome, ou melhor o seu pseudônimo é conhecido no mundo civilizado. Como todos os grandes precursores, todos os gênios e todos os profetas, ele é venerado ou acatado, amado ou invejado. Os seus livros são bastante conhecidos entre nós, assim como os seus trabalhos de arquitetura pelas publicações editadas na França, onde vive, e na Suíça, onde nasceu.

Queremos, porém, salientar a importância da sua visita.

Acaba ele de fazer uma viagem à América do Norte, e seremos nós os primeiros a ouvir as suas impressões de observador incomparável.

Ele chega como um vencedor. O último e o mais importante reduto da escola conservadora, que é a Inglaterra, foi vencido. Na nova geração dos arquitetos ingleses há discípulos notáveis de Le Corbusier.

⁴⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 145.

⁴⁶² CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.226.

A nossa revista saudando o hóspede ilustre não pôde deixar de manifestar a sua grande satisfação por vê-lo novamente entre nós.

As suas conferências, a que deu um caráter de palestra encantadora, com a maneira de expor, toda sua, precisa e entusiasmadora, foram muito concorridas.”⁴⁶³

Na mesma revista, logo após tratar sobre a visita de Le Corbusier ao Brasil, Ricardo Antunes abordou o tema da Cidade Universitária⁴⁶⁴ e não o relacionou ao anterior. Em sua matéria foi elogiada a visita de Piacentini ao Brasil⁴⁶⁵ e informada a constituição de uma comissão de arquitetos⁴⁶⁶ a ser responsável pelo *projeto de Urbanização e dos Edifícios* da Cidade Universitária. A postura adotada pela revista Arquitetura e Urbanismo foi a mesma que permeou a grande imprensa, ou seja, quase não houve menção à participação do arquiteto franco-suíço nas comissões do projeto da Cidade Universitária e do MESP, ocorreu um silenciamento sobre esses temas, os quais afrontavam a regulamentação da profissão de arquiteto no Brasil, a qual restringia o seu exercício aos regularmente inscritos em um dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura.

Nesse sentido, de forma a exaltar a visita de Le Corbusier ao Brasil, tivemos a matéria *Revolução architectural e solução urbanistica: Le Corbusier iniciou hontem suas conferencias* publicada em O Jornal na edição de sábado, 01 de agosto de 1936, p.8:

“As idéias de Le Corbusier foram, no mundo inteiro, objecto de debates apaixonados. Raramente se viu, como lembrou o ministro Capanema, personagem tão louvada e tão criticada. Seus conceitos, como já tivemos o ensejo de salientar, englobam não somente a architectura e o urbanismo, mas todos os demais problemas que se ligam a essas sciencias.

Por essa razão, o vasto salão do Instituto de Música encontrava-se repleto de intellectuais e artistas de todas as classes. Notava-se a presença do embaixador da França e sra. Hermite e do sr. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública.

O titular da pasta da Educação abriu a reunião com um brilhante Improviso de apresentação do senhor Le Corbusier. Lembrou que a Universidade do Rio de Janeiro, que dentro de pouco – accrescentou – será a ‘Universidade do Brasil’, não tinha somente por fim o ensino de alumnos, mas também a diffusão geral da mais elevada cultura e iniciativas no sentido de incentivar as pesquisas em todos os domínios da actividade intellectual.

⁴⁶³ Arquitetura e urbanismo nº 2, julho e agosto de 1936, p.52

⁴⁶⁴ *Idem*, p.52-54.

⁴⁶⁵ Cumpre salientar que, por ocasião da visita ao Brasil do arquiteto italiano Marcelo Piacentini, apenas o ICA elogiou o convite feito por Capanema àquele profissional. *In*: CPDOC/FGV GC g 35.03.09 rolo 29, fot.549.

⁴⁶⁶ A qual foi constituída a partir dos profissionais sugeridos pelas três principais associações de classe da capital federal: ICA, Club de Engenharia e Sindicato Nacional de Engenheiros (CPDOC/FGV GC g 35.03.09 rolo 29, fot.561 e 565).

Resolvera, por isso, convidar alguns mestres estrangeiros para uma série de conferencias, no Rio. O sr. Le Corbusier era o primeiro professor estrangeiro a ser convidado com esse intuito.

O ‘revolucionario da arquitetura’ não precisava ser apresentado ao público. Muitos já o ouviram, quando aqui esteve, em 1929; todos conhecem sua obra e suas idéias. Ademais – acrescentou o ministro – um artigo da sra. Tarsila do Amaral, publicado há poucos dias n’O jornal, veio, de maneira notável, trazer uma nova luz sobre o vulto do conferencista.”⁴⁶⁷

Assim, logo no início da matéria, o articulista ressaltou para seus leitores tanto o caráter polêmico do personagem e das idéias defendidas por Le Corbusier quanto o interesse que elas despertavam *entre intelectuais e artistas de todas as classes*. Tratava-se de um *revolucionario da arquitetura*, cujas idéias e obras eram conhecidas de todos, muitos dos quais o ouviram quando estivera no Brasil em 1929. Não encontramos menção à sua participação nas comissões da Cidade Universitária e do MESP. A presença do arquiteto franco-suíço na capital federal decorria da nova concepção do ensino superior defendida por Capanema, ou seja, *a difusão geral da mais elevada cultura e iniciativas no sentido de incentivar as pesquisas em todos os domínios da actividade intellectual*. Nesse sentido, Le Corbusier seria o primeiro dentre os mestres estrangeiros a serem convidados para aperfeiçoamento intelectual das novas gerações a serem formadas na futura Universidade do Brasil.

O Jornal do Comércio, por outro lado, em matéria publicada na edição de quinta-feira, 30 de julho de 1936⁴⁶⁸, procurou não apenas noticiar o início da série de conferências a serem dadas por Le Corbusier como também reproduzir *algumas observações publicadas no ‘Journal des Débats’ (de 21 de janeiro) e na revista ‘Architecture d’Aujourd’hui’ (número de março) a respeito da última obra deste discutido artista que, sob o título ‘La ville radieuse’, procurou delinear a cidade moderna, destinada a proporcionar aos habitantes ‘as alegrias essenciais’*.⁴⁶⁹ Nessas observações, apresentava aos seus leitores um arquiteto ao mesmo tempo teórico e prático, um *poeta que não deixa de ser antes de tudo construtor e*

⁴⁶⁷ O Jornal, sábado, 01 de agosto de 1936, p.8.

⁴⁶⁸ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.105-106.

⁴⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 105. Ao assim proceder, o Jornal do Comércio adotou postura similar à RDE-PDF de setembro de 1935, na tradução, por Afonso Eduardo Reidy, de um artigo publicado na revista L’Architecture d’Aujourd’hui sobre a Caixa de Aposentadoria de Praga.

As polêmicas sobre a obra de Le Corbusier, contudo, conforme noticiara o Jornal do Comércio, não se limitavam ao Brasil...

homem prático, nas palavras de Paul Fierens (historiador e crítico de arte, Paris-França, 1895-1957).⁴⁷⁰ Contudo, após salientar tratar-se a *Cidade Radiosa* de um projeto de aparência quimérica, louca mas cujas possibilidades de realização seu autor [Le Corbusier] não põe em dúvida, Fierens advertia seus leitores:

“Somente em um regime de comunidade, para não dizer de comunismo, poderiam triunfar as idéias de Le Corbusier. Ora, os planos da ‘Cidade Radiosa’ foram elaborados em resposta a um questionário de Moscou; e, entretanto Moscou não adotou os planos da ‘Cidade Radiosa’.

Assim, enquanto na Suíça, onde nasceu, Le Corbusier é cognominado ‘o cavalo de Tróia do bolchevismo’, os comunistas o qualificam de arquiteto ‘burguês e capitalista’.

Se contrariamente à opinião de Le Corbusier, ‘A cidade radiosa’ é apenas um caso teórico, a solução proposta tem entretanto o mérito de se poder aplicar, com modificações, a casos especiais diversos, estudados nesse livro por um homem que, pratica o urbanismo a modo de cirurgião. Ele conseguiu entusiasmar alguns auditórios, mas não chegou a convencer nenhum júri, nenhum governo, nenhuma municipalidade. A tal ponto que a última parte do seu livro, onde trata dos planos, poderia melhor se intitular: das oportunidades pedidas. (...)”⁴⁷¹ (grifos nossos)

Não se tratava, na opinião de Fierens, de um arquiteto filiado ao comunismo internacional, da maneira como o atacara Archimedes Memória nos artigos publicados no jornal A Offensiva, mas de um profeta/poeta da arquitetura e mesmo com suas *superfluidades ideológicas* essa obra [A cidade radiosa] é uma das mais exaltantes que possa interessar a espíritos sem preconceitos doutrinários rotineiros.⁴⁷² Personagem e idéias polêmicas – de imaginação genial, – até as aparências da ‘folie’, diante do qual devemos evitar as opiniões extremadas dos que o julgam e saibamos reconhecer no cipoal das suas idéias o que realmente for de algum modo proveitoso para o progresso do Brasil.⁴⁷³ No Jornal do Comércio, a partir da tradução de textos publicados em revistas francesas, adotou-se uma posição intermediária entre aqueles que atacavam ou elogiavam o convite a Le Corbusier feito pelo ministro Capanema. Ou seja, ao mesmo tempo que relativizava a pecha de comunista lançada contra aquele arquiteto, alertava os leitores sobre o perigo de se adotar as concepções corbusianas sobre a arquitetura e o urbanismo de forma dogmática.

⁴⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 105.

⁴⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 105-106

⁴⁷² LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.105.

⁴⁷³ *Idem, ibidem*, p. 106.

Além das seis conferências proferidas no INM⁴⁷⁴, amplamente abordadas pela imprensa, conforme analisamos acima, Le Corbusier atuou ativamente, durante a sua permanência no Rio de Janeiro, nas comissões de arquitetos e engenheiros constituídas para a elaboração dos projetos da Cidade Universitária e do MESP. Dessa atuação profissional, resultou um relatório (*rapport*), datado de 10 de agosto de 1936, no qual apreciou os projetos propostos pelas comissões da Cidade Universitária e do MESP.⁴⁷⁵ Na análise do projeto do MESP, apresentado pela comissão de arquitetos sob a coordenação de Lucio Costa, Le Corbusier iniciou a sua análise a partir das perguntas que lhe foram formuladas, em 13 de julho de 1936, por escrito pelo ministro Capanema:

- “1. Est-ce que vous jugez le projet bon?
2. Est-ce que vous Le jugez mauvais?
3. Dans ce cas, quelle orientation devrait suivre la commission, pour présenter un bon projet?
4. Est-ce que vous jugez le projet raisonnable?

⁴⁷⁴ Foram seis as conferências proferidas por Le Corbusier no Brasil: 1ª) 31 de julho – “La révolution architecturale accomplie apporte une solution à l’urbanisation des villes contemporaines”; 2ª) 05 de agosto – “La dénaturalisation du phénomène urbain”; 3ª) 07 de agosto – “Les Loisirs considérés comme occupation véritable de la civilisation machiniste”; 4ª) 10 de agosto – “Le Logis - Prolongement des services publics”; 5ª) 12 de agosto: “Les temps nouveaux et la vocation de l’architecte. Programme d’une faculté d’architecture”; 6ª) 14 de agosto: “Les congrès internationaux d’architecture moderne légifèrent sur des bases nouvelles” *In*: CPDOC/FGC GC pi Le Corbusier 1936.08.12 rolo 10 fot.36-65. No livro BARDI, Pietro Maria. Lembrança de Le Corbusier : Atenas, Itália, Brasil. São Paulo: Nobel, 1984, p.121-168, há uma versão em português das conferências proferidas pelo arquiteto franco-suíço no Brasil. Em relação aos textos em francês das conferências de Le Corbusier no Brasil, a partir de uma pesquisa desenvolvida pelo historiador da arquitetura Yannis Tsiomis, foi publicado em 2006 o livro: LE CORBUSIER. Conférences de Rio – introduction, établissement du texte e notes par Yannis Tsiomis. Paris: Flammarion, 2006. Nessas conferências, Le Corbusier aborda questões fundamentais da sua concepção de arquitetura e de urbanismo.

⁴⁷⁵ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.231-239 (20 páginas). Nas citações do relatório elaborado por Le Corbusier, sobre os projetos da Cidade Universitária e do MESP, utilizaremos no texto principal a versão original em francês apresentada ao ministro Capanema e, nas notas de rodapé, a tradução parcial do texto constante do livro LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.108-113.

No processo 6870/35 foi anexada uma cópia do relatório de Le Corbusier na parte referente ao projeto do edifício-sede do MESP às p.330-337.

5 Dans ce cas, quelles sont ses défauts et ses imperfections et quelles sont les solutions de remplacement que vous proposez, afin que ces défauts et ces imperfections soient corrigées, de telle sorte que le projet puisse être considéré bon?”⁴⁷⁶

Ou seja, após ter sido severamente criticado pelos técnicos brasileiros consultados, o Ministro pediu a Le Corbusier um parecer sobre projeto apresentado. Em atenção ao que lhe solicitou Lucio Costa antes de sua viagem ao Brasil – *se ele* [o projeto do MESP apresentado em 15 de maio de 1936] *desagrada, diga-nos sem cerimônia, mas, por favor, não diga secamente ao Sr. Capanema: ‘É feio... eles não me compreenderam’ – pois aí nós estaríamos perdidos sem apelo, uma vez que os ‘outros’ já o condenaram e nós invocamos o seu testemunho*⁴⁷⁷ –, Le Corbusier fez um breve comentário laudatório sobre o projeto proposto pelos arquitetos brasileiros:

“Le projet est établi sur les principes architectoniques que je défends depuis longtemps. Les auteurs ont apporté à l’application des théories modernes d’architecture un esprit très rationnel. Ceci a permis d’établir les plans d’un bâtiment qui me semble correspondre fort bien au programme donné. (...) Ce projet peut être classé pour sa valeur architecturale parmi les meilleurs que aient été faits à ce jour dans n’importe quel pays.»⁴⁷⁸

Ao que se seguiram algumas restrições diplomaticamente elencadas, dentre as quais destacou a questão da simetria do projeto apresentado, logo contemporizadas com a afirmação: *j’ai du convenir que la solution préconisée par les architectes était peut-être la seule que le terrain autorisée.*⁴⁷⁹ A qual lhe possibilitou argumentar sobre a necessidade de se

⁴⁷⁶ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.225 (solicitação de Capanema datada de 13 de julho de 1936) e fot. 232 (reprodução das questões formuladas por Capanema no relatório apresentado em 10 de agosto do mesmo ano). Tradução: “1. Julga o senhor que o projeto seja bom?; 2. Julga o senhor que ele seja ruim?; 3. Neste caso, que orientação deveria adotar a comissão para apresentar um bom projeto? 4. Julga o senhor o projeto razoável?; 5. Neste caso, quais os defeitos e imperfeições e quais as soluções corretivas que o senhor propõe afim de que tais defeitos e imperfeições sejam sanados, de tal modo que o projeto possa ser considerado bom?” In: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.109.

⁴⁷⁷ Carta de Lucio Costa a Le Corbusier, datada de 26 de junho de 1936, In: *Idem, ibidem*, p. 95.

⁴⁷⁸ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.232. Tradução: “O projeto foi estabelecido a partir dos princípios arquitetônicos que defendo há longo tempo. Os autores trouxeram à aplicação das teorias modernas de arquitetura um espírito bastante racional. Isso permitiu estabelecer planos de um prédio que me parece corresponder satisfatoriamente ao programa dado. (...) Este projeto pode ser classificado por seu valor arquitetônico dentre os melhores que já se fizeram até hoje não importa em que país.” LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 109.

⁴⁷⁹ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.232. Tradução: “Devo convir que a solução preconizada pelos arquitetos era talvez a única que o terreno autorizava.” LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 109

escolher outro terreno mais propício à construção de um edifício ministerial. Para, a seguir, propor um novo projeto, em substituição àquele desenvolvido pela equipe de arquitetos brasileiros sob a coordenação de Lucio Costa. Assim, ao mesmo tempo em que elogiou o projeto brasileiro, condenou o terreno sobre o qual ele seria edificado: o problema não era do projeto – *peut être classé pour sa valeur architecturale parmi les meilleurs que aient été faits à ce jour dans n’importe quel pays* – mas do terreno, impróprio para uma edificação daquele porte. Dessa forma abria espaço para a construção de um edifício de acordo com o seu próprio desenho. Afirma Le Corbusier:

“Je suis allé sur place voir le terrain. Celui-ci, ainsi que ses alentours sont entièrement libres de toutes construction, mais la viabilité est déjà tracée, les gabarits dont déjà fixes par la Préfecture, Il est possible dès aujourd’hui de s’imaginer le site sur lequel s’élèvera le Palais. (...) Je me suis occupé de rechercher un autre terrain susceptible de recevoir le Palais projeté dans les conditions suffisamment acceptables. J’ai trouvé ce terrain. (...) il serait déplorable que l’initiative du Ministre fût engloutie dans un ensemble architectural et urbanistique tel qu’en aucune façon et malgré toute la perfection du bâtiment, il ne sera possible d’attendre à une impression de noblesse et de grandeur. (...) Je propose non pas de remplacer le projet qui est excellent mais de remplacer le terrain qui est mauvais.»⁴⁸⁰

Em substituição ao terreno da esplanada do Castelo, Le Corbusier propõe outro localizado à beira-mar, ao qual ressaltou a beleza e as vantagens: *j’ai trouvé un terrain qui est actuellement un des plus beaux de Rio. (...) sa perspective est assurée par la présence de l’Aéroport qui exige, selon le projet de l’Aéroport une nappe d’eau s’étendant à CET endroit pour interdire toute construction. Le Palais construit sur ce terrain se trouverait dans l’axe visuel de la baie.*⁴⁸¹ E, uma vez escolhido o novo terreno, e demonstrada a viabilidade da

⁴⁸⁰ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.232. Tradução: “Fui visitar o terreno no próprio local. Este, como seus arredores estão livres de qualquer construção – mas a viabilidade já está traçada, os gabaritos já estão determinados pela prefeitura –, pode desde agora nos dar uma idéia do sítio sobre o qual se erguerá o palácio. (...) ocupei-me de procurar um outro terreno suscetível de sediar o palácio projetado em condições suficientemente aceitáveis. Achei esse terreno. (...) ser[ia] deplorável que a iniciativa do ministro submergisse num conjunto arquitetônico e urbanístico de tal natureza que de nenhuma maneira e apesar de toda a perfeição do prédio seria possível atingir uma impressão de nobreza e de grandiosidade. (...) proponho não corrigir o projeto, que é excelente, mas sim substituir o terreno, que é ruim.” LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 109-110.

⁴⁸¹ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.233. Tradução: “Encontrei um terreno disponível, que é atualmente um dos mais belos do Rio. (...) sua perspectiva está assegurada pela presença do aeroporto, que exige, segundo o próprio projeto do aeroporto, uma vasta extensão de água que se estende a esse sítio para interditar qualquer construção. O palácio construído sobre esse terreno, se encontraria no eixo visual da baía.” *In*: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 111.

troca⁴⁸², o arquiteto franco-suíço passou, de fato, à defesa de um novo projeto para o terreno à beira-mar, por ele escolhido. Contudo, cautelosamente, ao ministro expôs de forma a parecer que se tratava de simples adaptação do projeto elaborado pela equipe de arquitetos brasileiros ao novo terreno. Diplomáticamente afirma:

“Sur ce terrain, le projet de la Commission des Architectes a pu être adapté automatiquement. J’insiste que le fait qu’il ne s’agit pas d’un nouveau Palais, mais du même dont les ailes sont simplement déployées.»⁴⁸³

Ele fora informado das restrições legais à atuação profissional como arquiteto no Brasil e, conforme salientara Lucio Costa qualquer deslize poderia por tudo a perder. Dessa forma, mesmo em relação à sua retribuição pelos serviços prestados afirmou: *celle-ci pourrait être assurée par les soins de la Commission des Architectes que me ristournerait une partie de ses honoraires.*⁴⁸⁴ O que revelaria a concordância dos arquitetos brasileiros com as ‘alterações’ feitas no projeto por eles proposto ao ministro.

⁴⁸² Em carta endereçada a Gustavo Capanema, datada de 31 de julho de 1936, Le Corbusier expôs como seria possível a troca: “Um plano será feito, em cadastro, mostrando a nova localização do palácio. O senhor [Marques] Porto preparará uma nota, que será submetida à assinatura (autografada, diz ele) do prefeito. O terreno do Castelo será trocado pelo da avenida Beira-Mar. O preço do metro quadrado no Castelo é muito superior ao do outro. Como as superfícies são diferentes, isto se compensará.” LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.106.

⁴⁸³ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.233. Tradução: “O projeto da comissão dos arquitetos pôde ser automaticamente adaptado a este terreno. Insisto no fato de que não se trata de um novo palácio, *mas do mesmo*, cujas alas simplesmente se abriram.” In: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 111.

⁴⁸⁴ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.232. Tradução: “alterações de detalhes a introduzir que, na verdade, constituem nuanças.” In: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 109.

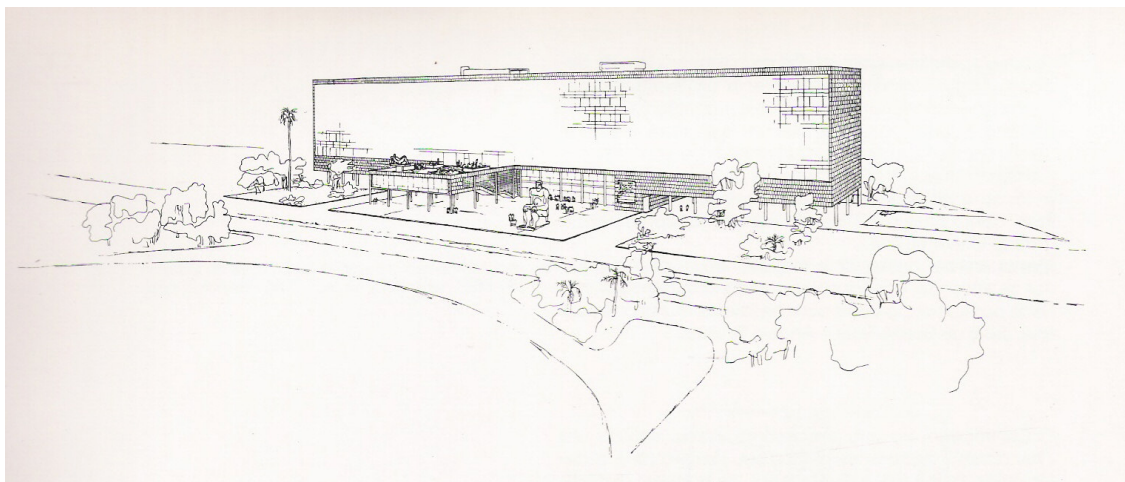


Figura 29 – Perspectiva frontal do projeto para o edifício-sede do MESP proposto por Le Corbusier para o novo terreno, por ele escolhido, localizado à beira-mar.

Fonte: BARDI, *Opus cit.*, p. 77.⁴⁸⁵

Contudo, apesar da argumentação desenvolvida por Le Corbusier, frente à urgência de serem iniciadas as obras do edifício-sede do MESP⁴⁸⁶ e ao possível atraso decorrente da troca

⁴⁸⁵ Os desenhos de Le Corbusier para o projeto do edifício-sede do MESP, no terreno localizado à beira-mar, foram publicados pela RDE-PDF, volume IV, número IV, julho de 1937, p.182-183. Na mesma edição foram publicados os desenhos feitos por aquele arquiteto para a cidade universitária. Em um breve texto sobre a vinda de Le Corbusier ao Brasil, colocado entre os dois projetos publicados, afirmou a revista: “É, no entanto, fóra de duvida que a permanência do notavel arquiteto entre nós foi de muita utilidade, esclarecendo e exemplificando – in loco – a aplicação dos princípios por que vem, ha tantos anos, combatendo – verdadeiro creador que é da nova arquitetura.”p.184 Apesar do lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do MESP, a disputa pelo capital simbólico de reconhecimento ou consagração no campo arquitetônico ainda continuava. Era necessário o início das obras do MF, e que os *modernos* de inspiração corbusiana conseguissem a execução do projeto da cidade universitária. A proposta feita por Le Corbusier fora barrada pela Comissão de Professores, cumpria aos arquitetos se mobilizarem para conseguirem o encargo estatal e firmarem mais uma vitória junto ao governo. Nesse sentido interpretamos os vários artigos dedicados aos arquitetos *modernos* de inspiração corbusiana publicados na RDE-PDF de maio a setembro de 1937. Uma batalha fora ganha, mas ainda não havia um vencedor para a batalha iniciada.

⁴⁸⁶ No momento em que estava sendo discutido no MESP qual o projeto de edifício-sede a ser construído, ocorria no MTIC a cerimônia de lançamento da pedra fundamental do edifício-sede desse ministério, em 01 de agosto de 1936, com a presença do presidente da República Getúlio Vargas. O Jornal, na edição de domingo, dia 02/08/1936, p.5, afirmou em relação ao novo edifício cuja construção se iniciava, aclamando-o: “O edifício revestirá a forma de um ‘H’ e sua arquitetura será de estylo *moderno*, obedecendo a um *caracter utilitário*. Tudo no novo edifício tenderá para o conforto, de que resultará *melhor rendimento do trabalho de cada funcionário*.”

dos terrenos, Capanema, às vésperas do retorno daquele arquiteto à França, em 11 de agosto, solicitou-lhe as referidas *modifications des détails à apporter qui constituent en réalité des nuances*⁴⁸⁷ ao projeto elaborado pela equipe de arquitetos brasileiros para a quadra F da esplanada do Castelo. Ora se era excelente o projeto apresentado, conforme afirmara no relatório, porque não o executar desde que adotadas as sugestões propostas por Le Corbusier. Dois dias após a solicitação foram entregues alguns desenhos ao ministro, os quais seriam a base para a apresentação de uma *variante* ao projeto originalmente proposto pela equipe de arquitetos brasileiros sob a coordenação de Lucio Costa.

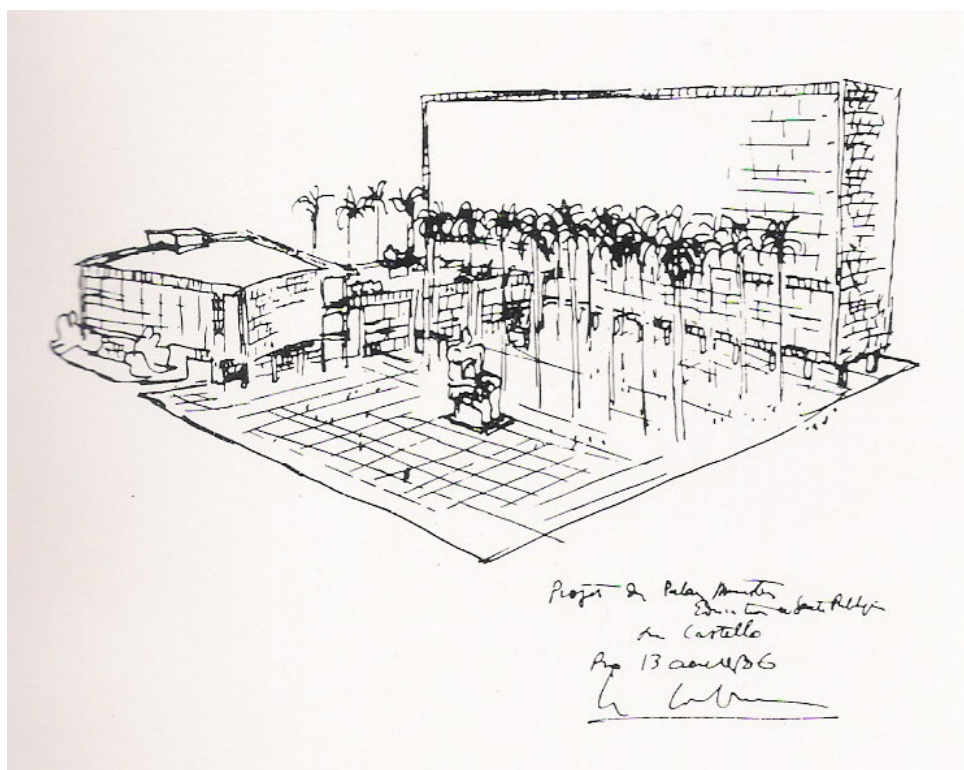


Figura 30 Perspectiva do *croquis* elaborado por Le Corbusier para o edifício-sede do MESP, caso não fosse possível a troca de terrenos proposta pelo arquiteto.
Fonte: BARDI, *Opus cit.*, p. 77.

(grifos nossos) Enquanto isso, no MESP nem um projeto definitivo havia para a futura edificação, o que angustiava o ministro.

⁴⁸⁷ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.233. Tradução: “Isso poderia ser garantido pelas atenções da comissão de arquitetos, que me retornaria uma parte dos seus honorários.” In: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 113.

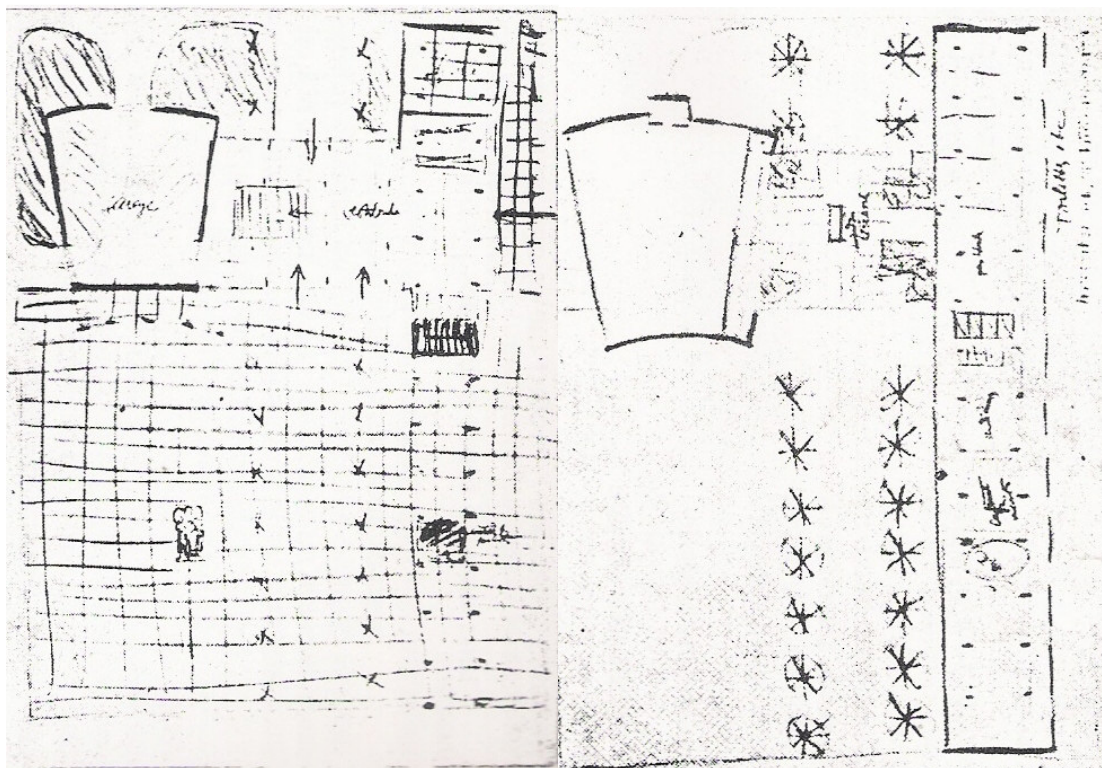


Figura 31 – *Croquis* elaborados por Le Corbusier para o edifício-sede do MESP, caso o mesmo fosse construído no terreno da esplanada do Castelo.

Fonte: SANTOS, Cecília Rodrigues dos, *et alli*. *Opus cit.*, p. 173.

Aprovo o projeto, com as seguintes observações

Após a visita de Le Corbusier ao Brasil e o elogio feito ao projeto da equipe brasileira, Capanema ainda faria outra consulta, em setembro de 1936, a um arquiteto de prestígio internacional, então de passagem no Rio de Janeiro: Auguste Perret (arquiteto franco-belga, Bruxelas-Bélgica, 1874 – Paris-França, 1954)⁴⁸⁸. Convidado pelo ministro para proferir uma conferência sobre arquitetura no INM, foi-lhe verbalmente solicitada sua opinião sobre o projeto do MESP proposto pelos brasileiros em maio daquele ano. As sugestões dadas por esse arquiteto, juntamente com as de Le Corbusier e dos pareceristas convidados pelo ministro, refletiram na aprovação daquele projeto em 19 de outubro de 1936⁴⁸⁹, no qual foi elencada uma série de observações a serem objeto de reflexão e análise pelos arquitetos antes de iniciadas as obras.

⁴⁸⁸ Após uma visita a Buenos Aires, no retorno à França. LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.125.

⁴⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 125-126.

Verificamos na aprovação ministerial que, naquele momento, ainda não fora oficialmente reelaborado projeto em forma de U apresentado em 15 de maio e submetido à análise de diversos profissionais ligados à engenharia, à arquitetura e à administração pública. Le Corbusier desenvolvera um novo projeto para o outro terreno localizado à beira-mar e esboçara, a pedido do ministro, as modificações necessárias à execução do projeto originalmente proposto para a esplanada do Castelo. Perret, por outro lado, discordara da solução proposta para a esplanada do Castelo e sugerira correções possíveis ao projeto.⁴⁹⁰ Ou seja, naquele momento o que era objeto de apreciação por Capanema era o projeto em U⁴⁹¹, e não o desenvolvimento do desenho elaborado por Le Corbusier às vésperas do seu retorno à França. Nesse sentido a carta de Capanema a Le Corbusier, datada de 21 de outubro de 1936:

“Quanto ao edificio do Ministério, ficou assentado que elle se fará no terreno anteriormente escolhido, o unico, aliás, que seria possível utilizar sem perda de tempo. A solução que me propôs, e que me parece muito interessante, exigiria retardamento da obra. *Adoptado, assim, o projecto de Lucio Costa e de seus collegas, serão entretanto feitas as modificações que elle reclamava.*”⁴⁹² (grifos nossos)

⁴⁹⁰ A partir das observações feitas por Capanema, na aprovação do projeto da equipe de arquitetos brasileira, podemos saber, em parte, a opinião de Perret sobre o referido projeto: “ O corpo anexo, para salão de conferências, poderia ser localizado de um dos lados da parede que dá para o sul, conforme me alvitrou o próprio arquiteto Lucio Costa. Poderia ser colocado ao lado da rua da Imprensa. Isso tiraria ao conjunto um pouco de simetria, que foi objeto de crítica do Sr. Le Corbusier, no seu parecer. Tal corpo poderia ter a forma retangular, solução melhor, como apareceu a Augusto Perret, que, ao ensejo de sua passagem pelo Rio de Janeiro, me fez verbalmente, a meu pedido, *rápida crítica do projeto* (com o qual, de resto, *não se mostrou inteiramente de acordo*).

Resultaria dessa solução uma área retangular, compreendida entre o corpo central do edificio, o corpo anexo, a rua Pedro Lessa e a rua Graça Aranha, área que poderia ser transformada em jardim.

Outra solução que poderia ser examinada: suprimir o corpo anexo, trazendo-se o corpo central para mais perto da rua Pedro Lessa e aumentando-se o tamanho das *alas laterais*.” In: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 125-126

⁴⁹¹ O que é reforçado pelo parecer de Washington de Azevedo datado de 14 de outubro de 1936, quatro dias antes da aprovação do referido projeto por Capanema, no qual foi analisado o projeto em U apresentado em maio de 1936. *Idem, ibidem*, p. 124-125

⁴⁹² CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot. 246. Reproduzido em LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.127. Ao que Le Corbusier, em virtude da não troca dos terrenos, lamentou em carta a Capanema, datada de 21 de novembro do mesmo ano: “J’ai bien reçu votre lettre du 21 Octobre qui m’a fait un bien grand chagrin. Je suis desolé de penser que le Palais sera construit sur un terrain si défavorable et que les circonstances ne vous aient pas permis d’attacher votre nom à une oeuvre qui aurait été un élément essentiel de la ville de Rio et de son paysage. » CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.249. Tradução: « Recebi sua carta de 21 de outubro que me causou um

Após 18 meses da abertura do concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP, obra considerada urgente pelo ministro, conforme exposto no capítulo anterior, não havia mais tempo a perder. Optou-se por um concurso, elaborou-se um edital, desclassificou-se o vencedor, convidou-se um arquiteto para formar uma equipe de profissionais e o projeto finalmente apresentado foi alvo de severas críticas, tanto de profissionais nacionais quanto de estrangeiros. Exigia-se uma decisão e essa foi tomada: aprovou-se o projeto em U, elaborado pela equipe de arquitetos sob a coordenação de Lucio Costa, o qual seria construído de acordo com as modificações reclamadas pelos diversos profissionais que elaboraram pareceres a partir da solicitação do ministro.⁴⁹³

Contudo, para o início imediato das obras, outro obstáculo se apresentava a Capanema: a questão da liberação dos créditos necessários à construção do edifício. Em face da indefinição do ministro Souza Costa⁴⁹⁴, o titular do MESP resolveu apelar diretamente ao presidente da República, solicitando-lhe sua intervenção *no sentido de ser resolvido o caso da*

grande pesar. Estou desolado em pensar que o palácio será construído sobre um terreno tão desfavorável e que as circunstâncias não lhe hajam permitido associar seu nome a uma obra que teria sido um elemento essencial da cidade do Rio de Janeiro e de sua paisagem.” LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.127.

⁴⁹³ No final de 1936 Capanema elaborou uma lista (*Nota*) com os itens que deveriam ser observados no projeto do edifício-sede do MESP, ainda em discussão: “1 – Examinar as observações feitas por Le Corbusier em varias plantas do projecto; 2 – Duas entradas. Disposição nova para as escadarias; 3 – Columns em forma elíptica ou circular?; 4 – Não é demasiadamente grande o salão de audiencias?; 5 – Disposição das portas entre as columnas e os maineais; 6 – Necessário o brise-soleil?; 7 – Talvez desnecessario o sub-solo para bibliotheca e archivo. Não conviria illuminá-lo melhor para outros serviços?; 8 – Não seria interessante collocar uma trave apparente sobre as columnas de sustentação do edificio?; 9 – Reduzir o declive do terreno para evitar a escada do lado das alas lateraes; 10 – Pinturas muraes, baixos relevos, estatuas.” Documento sem data *In*: CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.250-252 (cópia). Reproduzido em LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.129

⁴⁹⁴ Em 24 de setembro de 1936, antes da apreciação formal do projeto por Capanema, o titular do MESP solicitou a Arthur Souza Costa, do MF, a liberação das verbas necessárias ao início da construção do edifício-sede daquele ministério. Argumentou Capanema no telegrama encaminhado: “Ministro Arthur Costa / RIO / Venho pedir ao caro amigo e collega a expedição do decreto relativo ao credito para construcção do Ministerio da Educação. A actual situação não pode continuar. É impossível dar racional organização aos serviços, visando ordem e economia, sem a concentração da Secretaria de Estado, espalhada por dez pontos da cidade, num só local. Ficar-lhe-ei muito grato pela solução deste caso. Abraços – Capanema.” Essa solicitação foi reiterada em 07 de outubro do mesmo ano. CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot. 241.

*construção do edifício do Ministério da Educação.*⁴⁹⁵ À questão arquitetônica associava-se à político-econômica e, a despeito do interesse de iniciar imediatamente as obras, o ministro encontrava-se limitado financeiramente em suas ações. Conforme solicitou a Vargas:

“Venho, agora, pedir a V. Excia. a sua intercessão junto ao presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados para que promova a elaboração de nova lei autorizando o governo a despendar a quantia necessária para a obra; e depois perante o Ministério da Fazenda, recomendando-lhe as providências relativas à concessão dos recursos.”⁴⁹⁶

De forma a reiterar o pedido, anteriormente formulado, Capanema em 21 de novembro de 1936⁴⁹⁷, elaborou uma minuciosa exposição de motivos a ser encaminhada ao presidente. Nesse texto, após sumariar os fatos ocorridos desde a abertura do concurso destinado à escolha do projeto do edifício-sede do MESP, afirmou:

“Seria sem dúvida arriscado abrir novo concurso. *Ficou provado que a prática de concursos para o projeto de edificações difíceis não dá bons resultados.*”⁴⁹⁸ (...)

Convidado Lucio Costa a fazer o trabalho (fl. 162), apresentou ele a sua proposta, que, examinada pela Superintendência de Obras deste Ministério, foi julgada conveniente (fl. 163 a fl.166).

⁴⁹⁵ Carta de Gustavo Capanema a Getúlio Vargas, datada de 13 de novembro de 1936, *In*: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.146.

⁴⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 146.

⁴⁹⁷ Carta anexada ao processo 6870/35, p.365-370. Duas observações devem ser feitas a respeito da data da exposição de motivos – 21 de novembro de 1936: primeiro, tratar-se de um sábado, ou seja, dia em que não há expediente administrativo; segundo, o fato de estar o presidente em viagem à Baía, em virtude da inauguração do Instituto do Cacau nesse mesmo dia...

⁴⁹⁸ A RDE-PDF, volume III, número II, março de 1936, p.55-60, em um artigo publicado sobre a criação da Diretoria de Arquitetura e Construções, em 29 de agosto de 1935, pelo interventor de Pernambuco afirmou, dentre as vantagens do referido órgão a possibilidade de se construírem os edifícios públicos sem a realização de concursos, pois: “centralizados todos os serviços de architectura e construcções numa unica repartição devidamente aparelhada, evitaria o Governo o péssimo processo de concurrencia para as suas edificações. As concurrencias sempre maus resultados têm dado.” O governo deveria, a exemplo do pernambucano, compreender que “a architectura não pode deixar de ser uma preocupação administrativa porque é uma demonstração de cultura.” Decorria desse fato a importância de se criar o referido órgão, o qual serviria de exemplo aos particulares às suas futuras edificações. Conforme afirmou o arquiteto Luiz Nunes (autor do texto): “Em vez de estar o Governo censurando aos particulares, numa attitude hostile e inutil e se permitindo os mesmos erros e absurdos, deveria antes cuidar dos seus edifícios, fazendo com que obedecessem a projectos elaborados dentro de um criterio unico, e, construidos em moldes mais avançados e adequados. Poderia deste modo o Governo fazer compreender melhor o sentido da architectura, estimulando e orientando objectivamente aos particulares e conseguindo nos seus próprios edificios vantagens immediatas sob todos os pontos de vista.”

Apresentados, em seguida, pelo arquiteto Lucio Costa, as plantas do projeto, resolvi submetê-las, antes do mais, ao exame dos seguintes entendidos: dois engenheiros sanitários (dr. Saturnino de Brito Filho e dr. Domingos Cunha), dois arquitetos (dr. Souza Aguiar, superintendente de obras deste ministério, e dr. Angelo Bruhns) e quatro técnicos da administração pública (dr. Maurício Nabuco, e três diretores deste ministérios: Teixeira de Freitas, Heitor de Farias e Hilário Leitão).

Minuciosos pareceres foram dados.

Tudo consta do processo (fl. 169 a fl. 243).

Em seguida, mandei que tais pareceres fossem estudados pela Superintendência de Obras deste ministério (fl. 244).

Este estudo, que é meticoloso, consta do 2º volume do processo (fl. 245 a fl. 265). Foram propostas várias modificações ao projeto.

Diante disto, mandei dar vista do processo ao arquiteto Lucio Costa, para tomar conhecimento das restrições formuladas contra o projeto.

O Sr. Lucio Costa, em seguida, apresentou uma nota explicativa, aceitando umas modificações, recusando outras (fl. 276 a fl. 282).

Tendo estado aqui, recentemente, a convite do governo, o arquiteto Le Corbusier, submeti ao seu exame o projeto. O Sr. Le Corbusier escreveu longo parecer, que consta do processo (fl. 267 a fl. 274). Sua opinião é franca: julga o projeto bem feito, satisfazendo plenamente as exigências técnicas. São palavras suas as seguintes:

*Le projet peut être classe pour as valeur architectural parmi les meilleurs que aient été faits à ce jour dans n'importe quel pays.*⁴⁹⁹

Esta opinião se reveste de grande valor porque é acompanhada de restrições.

Le Corbusier, de resto, prefere que o edifício do ministério se construa em lugar diferente daquele para que foi feito o projeto. Desenvolve longas considerações a esse respeito. (...)

À vista de todos os estudos feitos e opiniões dadas, pareceu-me acertado aprovar o projeto, com as restrições constantes do despacho proferido a fls. 284 e 285. (...)

Feitas as retificações necessárias ao mesmo projeto, e concedidos pelo Poder Legislativo recursos que bastem à realização da primeira etapa das obras (fundações e estrutura), submeterei novamente o processo à deliberação de V. Excia.” (grifos nossos)⁵⁰⁰

Assim, na exposição feita ao presidente da República, de forma a reforçar o pedido da liberação dos créditos necessários às obras, Gustavo Capanema esmerou-se em salientar o rigor com o qual conduziu o processo administrativo destinado à escolha do projeto do edifício-sede do MESP. Na narrativa elaborada a cada fato afirmado, há a referência à folha do processo na qual está comprovada a realização do ato administrativo correspondente.⁵⁰¹ Na

⁴⁹⁹ Em francês no original.

⁵⁰⁰ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.147-148. Processo 6879/35, p.365-370.

⁵⁰¹ No arquivo Capanema (CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.268) encontramos quatro notas manuscritas pelo ministro, em folhas de bloco de papel timbrado do MESP, indicativas da preocupação de ordenar o processo a ser apresentado ao presidente. Nelas verificamos que, até aquele momento não havia o convite formal endereçado a Lucio Costa para elaborar um projeto para o edifício-sede do MESP.

1ª nota: “Mudar o título do processo x-x Apresentação do assumpto ao Presidente x-x Projecto do edifício para a Secretaria de Estado”; 2ª nota: “Carta ao Lucio Costa 25 de março ou simplesmente despacho mandando pedir

seqüência dos acontecimentos, destaque foi dado à opinião expressada por Le Corbusier, citada em francês: *Le projet peut être classe pour as valeur architectural parmi lês meilleurs que aient été faits à ce jour dans n'importe quel pays*. O que denota a importância que assumia não só o idioma como também as idéias daquele arquiteto franco-suíço entre nós. Tratava-se da aprovação de um arquiteto estrangeiro consagrado, o que reforçava a excelência do projeto proposto e a importância do mesmo para a imagem do país no exterior. Por outro lado, as críticas elaboradas ao projeto apresentado pela equipe de arquitetos brasileiros foram referidas em pequenas frases: *Minuciosos pareceres foram dados. Tudo consta do processo (fl. 169 a fl. 243). (...) Este estudo, que é meticoloso, consta do 2º volume do processo (fl. 245 a fl. 265). Foram propostas várias modificações ao projeto. Diante disto, mandei dar vista do processo ao arquiteto Lucio Costa, para tomar conhecimento das restrições formuladas contra o projeto*. Ou seja, noventa e sete folhas do processo (fl.169 a 265) foram resumidas em uma única frase, enquanto o parecer dado por Le Corbusier (fl. 267 a 274, de oito folhas) mereceu um longo comentário da parte do ministro que, inclusive, citou-o no original, salientando o valor da sua opinião, sobretudo por estar acompanhada de restrições. Ora, outros pareceristas brasileiros, profissionais respeitados nos campos da arquitetura, da engenharia e da administração pública, também fizeram elogios acompanhados por restrições e nem por isso foram citados pelo ministro.

Enquanto isso, em carta de Lucio Costa a Le Corbusier, datada de 31 de dezembro de 1936, verificamos a luta que se travava tanto no campo arquitetônico quanto no político em torno da execução dos projetos propostos pelas comissões dos projetos da Cidade Universitária e do MESP. Logo no início da carta, Lucio Costa desabafou ao arquiteto franco-suíço: *O ano termina hoje. Já faz, portanto, cinco meses que o senhor partiu – e estamos ainda mais ou menos no mesmo ponto onde nos deixou*.⁵⁰² De acordo com a avaliação de Costa, nada garantia a execução dos projetos elaborados durante a permanência de Le Corbusier na capital federal: 1) o projeto da Cidade Universitária foi barrado pelo escritório do plano da Cidade Universitária, composto pelos professores Ernesto de Souza Campos e Ignácio Azevedo do Amaral e 2) os projetos do MESP, tanto o da Avenida Beira-mar, quanto

uma proposta”; 3ª nota: “Carta do Lucio apresentando os desenhos plantas e o memorial. Data Abril 10 sexta 11 12 domingo 13 etc...” Buscava-se, dessa forma, dar uma organização legal aos papéis do processo administrativo instaurado desde a abertura do concurso.

⁵⁰² LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.128

o da esplanada do Castelo se encontravam em perigo. As opiniões contrárias às concepções arquitetônicas apresentadas pelas comissões de arquitetos se avolumavam e o ministro ao mesmo tempo em que as aprovava, temia as reações contrárias da imprensa e da opinião pública.⁵⁰³ Muito mais do que um ministro clarividente, adepto das concepções corbusianas e entusiasta de uma determinada concepção de arquitetura *moderna*, encontramos, no relato de Costa, um político indeciso, preocupado com o seu próprio futuro à frente do MESP e, sobretudo, após o término do mandato presidencial de Getúlio Vargas. Cumpre salientar que, tendo em vista os objetivos traçados no início da sua gestão, tanto a (re)organização administrativa do MESP ainda não fora aprovada, em virtude das inúmeras emendas que lhe foram apresentadas no Congresso Nacional, quanto os projetos da Cidade Universitária e do edifício-sede do MESP encontravam-se paralisados.

Nesse quadro político-institucional, a proposta corbusiana de trocar o terreno da esplanada do Castelo por outro à beira-mar se tornava inviável, sobretudo se considerarmos, na opinião de Costa, a falta de compreensão das idéias de Le Corbusier por Capanema. De fato não eram os impedimentos legais que impossibilitavam a referida troca, mas o não convencimento do ministro de que aquela seria a melhor solução para o problema do edifício-sede do MESP. Isso sem contar que:

“Capanema se desinteressa um pouco da questão do edifício, preocupado como está com a reforma de seu ministério, submetida desde o ano passado à Câmara e ao Senado: deles dependem os créditos, e o ministro da Fazenda a combate; modificam-na em ‘emendas’ sucessivas. E como *só lhe restam 16 meses de administração* – ou ele dá início imediatamente à construção, ou não poderá mais fazê-lo.”⁵⁰⁴ (grifos nossos)

A partir de elementos fornecidos pela documentação pesquisada, entendemos que Capanema, apesar de não estar convencido de se tratar do projeto ideal para o edifício-sede do MESP⁵⁰⁵, não dispunha de tempo para continuar discutindo teoricamente sobre qual o projeto a ser executado. Da mesma forma que criticaram o projeto vencedor do concurso, agora criticavam o projeto apresentado pela equipe de arquitetos formada a partir de um convite feito a Lucio Costa. Frente a esses fatos e à polêmica instaurada afirmou ao presidente: *à vista*

⁵⁰³ Carta de Lucio Costa a Le Corbusier, datada de 26 de junho de 1936, *In: LISSOVSKY & SÁ, Opus cit.*, p.95.

⁵⁰⁴ Carta de Lucio Costa a Le Corbusier, datada de 31 de dezembro de 1936. *In: Idem, ibidem*, p. 128

⁵⁰⁵ Nesse sentido os pareceres solicitados a Auguste Perret e a Washington Azevedo, respectivamente, em setembro e outubro de 1936.

de todos os estudos feitos e opiniões dadas, pareceu-me acertado aprovar o projeto.⁵⁰⁶ Além disso, naquele momento de acirramento das tensões no campo político não havia espaço para digressões sobre querelas intelectuais: cabia ao ministro decidir e a decisão fora tomada, pois *ficou provado que a prática de concursos para o projeto de edificações difíceis não dá bons resultados*.⁵⁰⁷ O regime aos poucos se fechava e o governo, constitucional em sua gênese, exorbitava as competências estabelecidas pela constituição de 1934 acobertado pelo o Estado de sítio (equiparado ao de guerra) vigente desde os acontecimentos de novembro de 1935. A CF/34 era colocada de lado frente as necessidades impostas pelos acontecimentos.

No campo político, intensificava-se a trama da sucessão presidencial com as manobras políticas em torno da candidatura do governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira.⁵⁰⁸ Em discurso proferido em Salvador por ocasião da inauguração do Instituto do Cacau, no dia 21 de novembro de 1936⁵⁰⁹, Getúlio Vargas *falando aos baianos para ser ouvido por todos os brasileiros* afirmou:

“O regime instituído pelo movimento revolucionário de 1930 trouxe ao país melhoras incontáveis, tanto de ordem econômica como política. Por toda parte lançou sementes fecundas de renovação, que vem frutificando promissoramente. Praza Deus multiplicar a ótima colheita e conduzir os acontecimentos de forma a fazer generalizados e duradouros os benefícios. (...)”

⁵⁰⁶ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.148. Processo 6879/35, p.370.

⁵⁰⁷ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p.147. Processo 6879/35, p.365.

⁵⁰⁸ VARGAS, Getúlio (1995). *Opus cit.*, vol. I, dias 4 e 5 de novembro de 1936, p.557.

No dia 14 de novembro de 1936 escreveu: “O panorama político toma um aspecto mais sério: os paulistas começam a apregoar com arrogância, que ninguém poderá deter a candidatura Armando, que pretendem humilhar São Paulo, e que o Armando deixará o governo em breve. Essa arrogância se apóia no caudilhismo do Flores. O ministro da Justiça manobra, o perrepismo vacila, o ministro da guerra contemporiza com a situação do Rio Grande, sabotando o general Góis e deixando-se influenciar por elementos carcomidos.

São Paulo e Rio Grande unidos, Santa Catarina e Paraná absorvidos, o Exército minado, a situação é séria. *Devo passar a ofensiva*.” VARGAS, Getúlio (1995). *Opus cit.*, vol. I, p.560.

Idéia reafirmada dias mais tarde, em 23 de novembro, após o seu retorno da viagem à Bahia: “As coisas políticas, a febre da sucessão presidencial estão absorvendo todas as atenções. Os partidários da candidatura Armando Sales enviam emissários a toda parte: torpedearam o *Octólogo* da Frente Única, abalaram o Juraci, mobilizaram o Flores. O ministro da Justiça, manobra ...” VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. I, p.562.

Enquanto isso, Capanema solicitava a intervenção de Vargas junto ao ministro da Fazenda para a liberação dos créditos necessários ao início das obras.

⁵⁰⁹ Na mesma data em que está datada a exposição de motivos encaminhada por Capanema a Vargas.

Testemunha do vosso esforço, concito-vos a prosseguir, sem desfalecimentos, no trabalho empreendido. Não vos faltará o estímulo indispensável. E, como não pode haver trabalho fecundo sem ordem, podeis estar certos de que não medirei sacrifícios para garantir a tranquilidade pública, como tenho feito até aqui. Devo porém lembrar o momento de apreensões que atravessamos e a necessidade que se impõe a cada brasileiro de prevenir-se contra as agitações estéreis, campo fértil para as ambições demagógicas e porta de fácil acesso às investidas criminosas dos inimigos das instituições.

Na hora presente, os homens de responsabilidade pública não podem nem devem esquecer que as questões de natureza econômica e os imperativos da ordem social sobrelevam às preocupações meramente políticas.

Só um ambiente de serenidade e de mútuo respeito, resultante do acordo de vontades e do apaziguamento de intransigências pessoais ou partidárias, permitirá resolver sem abalos perigosos, dentro dos quadros legais, os problemas mais delicados e urgentes, imediatamente ligados ao progresso e à tranquilidade da Nação.”⁵¹⁰

Em meio às manobras políticas voltadas ao lançamento da candidatura de Armando Sales de Oliveira (pelo partido constitucionalista), tivemos a crise no Ministério da Guerra, com a demissão do general João Gomes e a nomeação do general Eurico Gaspar Dutra para a chefia da pasta. Com a renúncia de Armando Sales de Oliveira ao governo de São Paulo, em 29 de dezembro de 1936, Vicente Rao e José Carlos de Macedo Soares pediram demissão, respectivamente, das pastas da Justiça e das Relações Exteriores, no início de 1937. Para o Ministério da Justiça foi indicado Agamenon Magalhães e para a das Relações Exteriores. Meses mais tarde seriam lançadas as candidaturas de José Américo de Almeida e de Plínio Salgado.

Uma ‘variante’ ao projeto anteriormente apresentado

“O arquiteto não ‘rabisca’, arquiteto ‘risca’.”
Lucio Costa⁵¹¹

A partir dos desenhos realizados por Le Corbusier e da experiência acumulada durante a permanência daquele arquiteto no Brasil, a equipe brasileira coordenada por Lucio Costa ‘reelaborou’ o projeto apresentado em 15 de maio de 1936. Dessa forma, uma ‘variante’ ao projeto anteriormente elaborado para o edifício-sede do MESP foi entregue a Capanema em

⁵¹⁰ VARGAS, Getúlio (1938). *Opus cit.*, vol. IV, p.196-197.

De acordo com SILVA, 1937, p.267: “Foi na Bahia que começou o trabalho ostensivo de arregimentação. Inaugurando o Instituto do Cacau, no dia 21 de novembro, Juraci Magalhães convidou o Presidente da República, Ministros e altas personalidades. Depois da fala do Presidente, o governador fez um discurso político, esboçando a figura de um futuro e ideal candidato à Presidência da República. Costa Rêgo sussurrou para Getúlio: - ‘Com esses predicados, o candidato do Juraci deve ser o Senhor do Bonfim.’”

⁵¹¹ COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p.119.

05 de janeiro do ano seguinte. Tratava-se, de fato, não de uma simples ‘variante’ como afirmaram os arquitetos, mas de um novo projeto dada a amplitude das alterações nela propostas: a partir do ‘risco’ ⁵¹² de Le Corbusier foi elaborado o projeto que seria efetivamente executado.⁵¹³ Ao afirmar que se tratava de uma simples ‘variante’ e não de um novo projeto, os arquitetos se furtavam, de forma hábil, de submetê-la a uma nova série de pareceres e uma avalanche de críticas, tal como ocorrera ante o projeto anterior. Teoricamente, a ‘variante’ representava a solução aos questionamentos levantados pelos pareceristas, a resposta da equipe de arquitetos brasileiros às críticas que lhes foram formuladas. Essa saída, aliás, fora prevista no relatório de Le Corbusier, no momento em que esse arquiteto defendeu o projeto por ele proposto para o terreno à beira-mar:

“Sur ce terrain, le projet de La Commission des Architectes a pu être adapté automatiquement. J’insiste sur le fait qu’il ne s’agit pas d’un nouveau Palais, mais du même dont les ailes sont simplement déployées. Par conséquent, le nouveau Palais comporte les mêmes coupes de bâtiment, les mêmes locaux, et en principe, la même disposition. Par contre, les services de la salle de conférence et du foyer ont pu être considérablement améliorés. (...) Ces plans ne comportent aucune surprise puisque, je le répète, ils ne sont que l’expression d’une chose connue, – le projet antérieur.»⁵¹⁴

⁵¹² O denominado “rico original de Le Corbusier” conforme inscrito na placa comemorativa, localizada no hall principal do edifício-sede do MESP, feita por ocasião da inauguração do prédio em 1945.

⁵¹³ Não é objetivo desse trabalho discutir a autoria do projeto efetivamente construído, mas os meios materiais de produção cultural que possibilitaram essa edificação naquele momento histórico. Sobre a filiação ou não do projeto da equipe de arquitetos brasileiros sob a coordenação de Lucio Costa há extensa bibliografia na área de arquitetura. Importante salientar que não se trata de simples desenvolvimento do esboço, ou ‘risco’ como prefere chamar Lucio Costa, deixado pelo arquiteto franco-suíço, mas de uma reflexão sobre os seus desenhos aliados às suas idéias, apropriando-se dos mesmos e inserindo-os na paisagem urbana do Rio de Janeiro.

Ao ministro os arquitetos salientaram, na carta de apresentação da ‘variante’, a importância da presença e dos conselhos de Le Corbusier na solução então proposta: “Certos de melhor corresponder assim ao empenho invariavelmente demonstrado por V. Excia. de realizar uma obra tanto quanto possível perfeita, é-nos ainda grato consignar o aproveitamento nesta variante dos conselhos e da experiência que nos deixou Le Corbusier.” LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 131.

⁵¹⁴ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.233. Tradução: “O projeto da comissão de arquitetos pôde ser automaticamente adaptado a este terreno. Insisto no fato de que não se trata de um novo palácio, mas do mesmo, cujas alas simplesmente se abriram. Em consequência, o novo palácio comporta os mesmos cortes de construção, os mesmos locais e, em princípio, a mesma disposição, em compensação os serviços da sala de conferências e do saguão puderam ser consideravelmente melhorados. (...) Esses planos não envolvem nenhuma surpresa, pois –

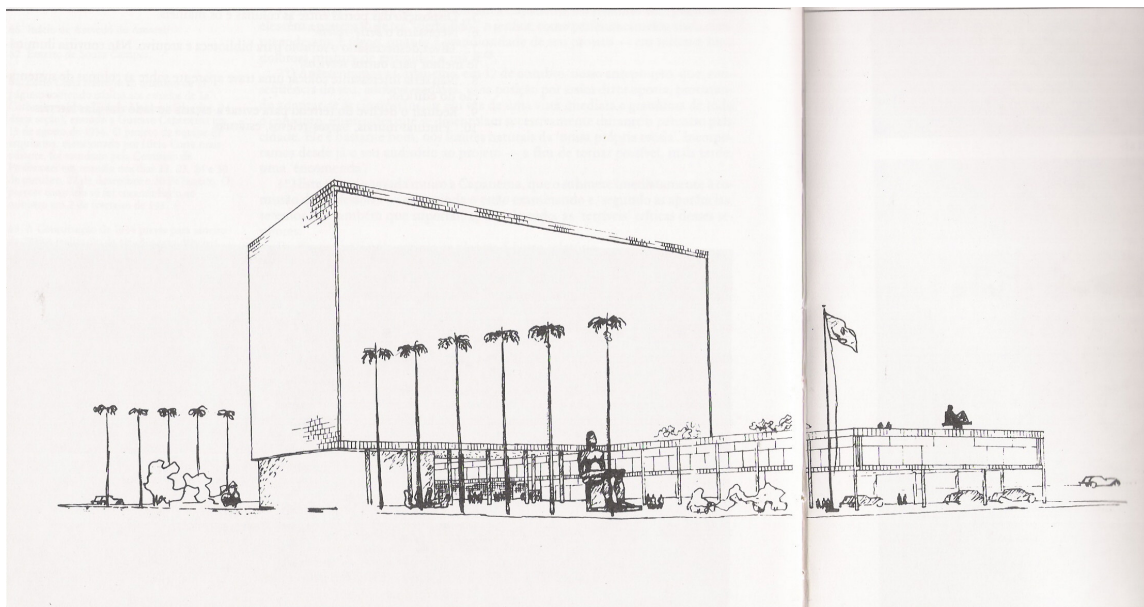


Figura 32 – Perspectiva da ‘variante’ apresentada em 05 de janeiro de 1937, pela equipe de arquitetos brasileiros sob a coordenação de Lucio Costa. Projeto que seria executado pelo MESP, a partir de maio do mesmo ano.
Fonte: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 130-131.

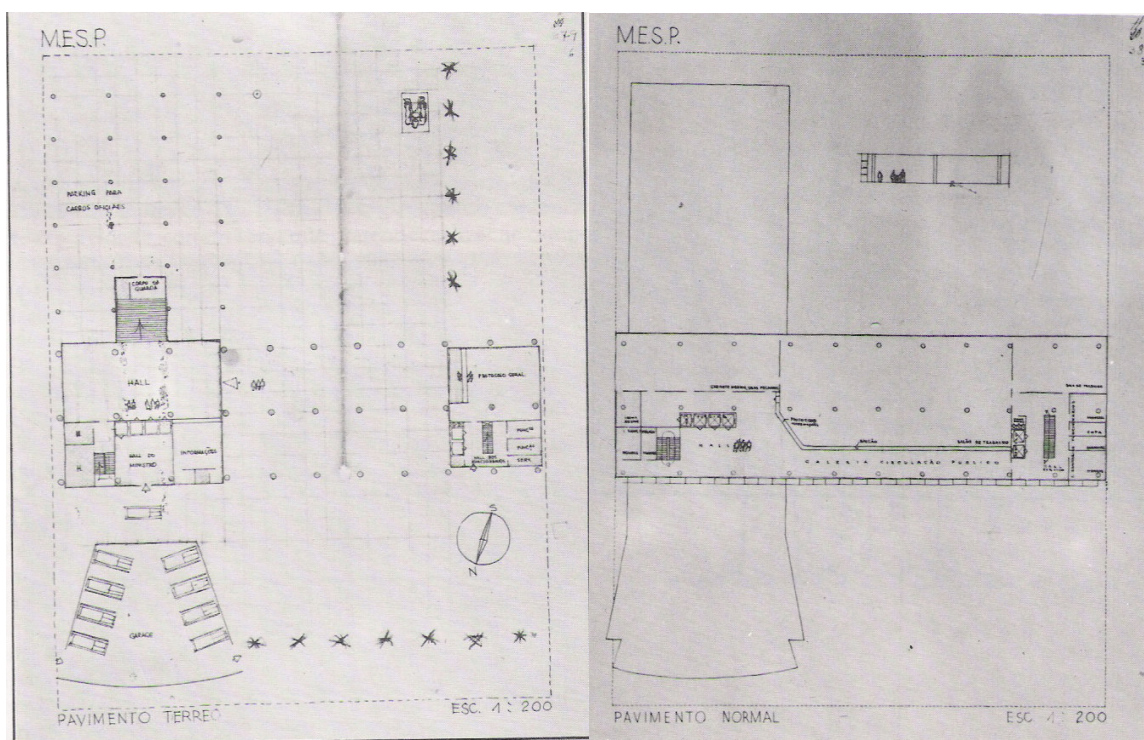


Figura 33 – Planta dos pavimentos térreo (à esquerda) e tipo (à direita) da ‘variante’ apresentada em 05 de janeiro de 1937, pela equipe de arquitetos brasileiros sob a coordenação de Lucio Costa..
Fonte: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 132.

repeto-o – eles nada mais são do que a expressão de uma coisa já conhecida – o projeto anterior.” In: LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 111.

Inclusive, a Capanema, Lucio Costa ressaltou o fato de se tratar de uma ‘variante’, a qual respondia aos questionamentos feitos tanto pelos profissionais brasileiros e estrangeiros consultados quanto pelo ministro. Além de atender ao novo gabarito imposto pela PDF, a ‘variante’ criava, conforme solicitação ministerial, *um amplo recinto especial e de fácil acesso – formando possivelmente conjunto com salão de conferências – destinado às exposições que deverão manter o público permanentemente em contato com as atividades do ministério, despertando-lhe assim de forma objetiva e direta e de um modo geral o interesse pela própria saúde, educação e cultura.*⁵¹⁵ Não seriam necessárias novas consultas, pois o que era apresentado correspondia à solução dos problemas anteriormente colocados. Bastava a aprovação do ministro para as obras serem iniciadas.

Cumprе salientar que, apesar de ter sido apresentada apenas em janeiro de 1937, desde a visita de Le Corbusier ao Brasil a equipe brasileira decidira não executar o projeto originalmente proposto.⁵¹⁶ Nesse sentido, a exposição feita por Lucio Costa àquele arquiteto,

⁵¹⁵ LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 130.

⁵¹⁶ Foi durante a elaboração da denominada “variante” ao projeto em U que se destacou o arquiteto Oscar Niemeyer, a ponto de, no carimbo dos arquitetos, no novo projeto, o seu nome aparecer em primeiro lugar:

OSCAR NIEMEYER SOARES FILHO
JORGE MOREIRA – LUCIO COSTA
CARLOS LEÃO – AFFONSO E. REIDY
ERNANI MENDES DE VASCONCELOS

No carimbo do projeto apresentado em 15 de maio de 1936, o nome de Oscar Niemeyer aparecia em penúltimo lugar:

JORGE M MOREIRA – LUCIO COSTA
CARLOS LEÃO – AFFONSO E. REIDY
OSCAR NIEMEYER SOARES FILHO
ERNANI MENDES DE VASCONCELLOS

A seqüência dos nomes dos arquitetos responsáveis pelo projeto seria novamente alterada por ocasião da confecção da placa comemorativa da inauguração do edifício em 1945:

SENDO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
GETÚLIO VARGAS E MINISTRO DE
ESTADO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
GUSTAVO CAPANEMA, FOI MANDA-
DO CONSTRUIR ESTE EDIFÍCIO PARA
SEDE DO MINISTÉRIO DA EDUCA-
ÇÃO E SAÚDE, PROJETADO PELOS AR-
QUITETOS OSCAR NIEMEYER, AFON-
SO REIDY, JORGE MOREIRA, CARLOS
LEÃO, LUCIO COSTA E HERNANI VAS-
CONCELOS, SEGUNDO RISCO ORI-
GINAL DE LE CORBUSIER. 1937-1945

no final de 1936, sobre as circunstâncias que levaram os arquitetos brasileiros a optarem pela reelaboração do projeto:

“A idéia de fazer a ‘múmia’⁵¹⁷ depois de termos visto as coisas tão bonitas que o senhor fez não nos anima: estamos propondo a ele [o ministro Gustavo Capanema] uma nova solução em um só bloco, como o senhor nos havia aconselhado – mas no sentido mais curto do terreno (S-SE) e com o dobro de profundidade.”⁵¹⁸

Nesse momento, cujo objetivo era conseguir executar um projeto *moderno* de inspiração corbusiana para o edifício-sede do MESP, o qual representaria uma vitória

Como já afirmara Lucio Costa na carta a Le Corbusier de 31 de dezembro de 1936: “Oscar – ele faz coisas lindas agora – sua visita abriu para ele novos horizontes.” *In: LISSOVSKY & SÁ, Opus cit.*, p. 129.

Rememorando esse período afirma Niemeyer: “Convidado por Lucio para examinar o projeto preparado para o edifício do MES, Le Corbusier imediatamente sugeriu outra solução, uma solução que encontrou em Lucio a generosidade e a compreensão habituais. No escritório, Le Corbusier produziu um estudo para um terreno hipotético próximo do mar; então, adaptando-se à realidade, preparou um segundo estudo, para o terreno definitivo. Mas nenhuma decisão foi acordada antes de sua partida, e o velho mestre deixou o Brasil sem saber que, depois, um de seus trabalhos - o projeto para o edifício do MES - seria realizado, dando à sua presença entre nós um significado de extraordinária importância. Naquele momento, entretanto, em discussões contínuas, foi decidido abandonarem-se os desenhos de Le Corbusier e Lucio foi encarregado de reassumir o exame dos problemas. Os primeiros estudos basearam-se no segundo projeto de Le Corbusier, mas, em minha compreensão, os dois edifícios estariam muito próximos um do outro. Com este pensamento no subconsciente, eu rabisquei alguns sketches por minha conta, tentando adaptar não o segundo estudo de Le Corbusier, mas o primeiro, destinado ao terreno imaginário. (...). Carlos Leão viu os croquis e falou deles favoravelmente com Lucio, que pediu para vê-los. Mas eu não tinha intenção de interferir no projeto e, apanhando os desenhos, atirei-os pela janela. Lucio mandou apanhá-los, examinou-os e, considerando-os bons, mandou suspender os trabalhos, imediatamente adotando os meus.” Niemeyer, Oscar - Oscar Niemeyer, Arnaldo Mondadori, Milão, 1975, p.21-22.

⁵¹⁷ Maneira pela qual os arquitetos integrantes da equipe sob a coordenação de Lucio Costa passaram a se referir ao projeto em forma de U apresentado a Gustavo Capanema, após a visita de Le Corbusier. A principal crítica formulada pelo arquiteto franco-suíço, exposta inclusive ao ministro no relatório apresentado em agosto de 1936, era a simetria do projeto submetido à aprovação ministerial: “J’ai fait des réserves sur la symétrie trop systématique à gauche et à droite de l’axe du bâtiment, tout particulièrement en ce qui concerne les ascenseurs.” CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.232. Tradução: “Fiz reservas quanto à simetria muito sistemática à esquerda e à direita do eixo da construção, muito particularmente no que concerne aos elevadores.” *In: LISSOVSKY & SÁ, Opus cit.*, p. 111.

⁵¹⁸ Carta de Lucio Costa a Le Corbusier datada de 31 de dezembro de 1936, *In: Idem, ibidem*, p. 128. Relato reiterado na carta de 3 de julho de 1937, por intermédio de Monteiro de Carvalho, na qual Lucio Costa encaminhou as plantas do novo projeto a Le Corbusier. *In: Idem, ibidem*, p. 137.

estratégica na luta pelo capital simbólico de reconhecimento ou consagração no campo arquitetônico, em curso na capital federal, não se questionava a paternidade do edifício: o importante era construí-lo. Nesse momento, em que se buscavam os meios necessários para se construir o edifício, a questão de saber quem realmente o havia concebido não era a mais importante, na medida em que havia a ameaça de nada ser efetivado, ou mesmo, de outro grupo de arquitetos conseguir aprovar outro projeto, ou seja, não ser construído tanto o projeto vencedor do concurso quanto o idealizado pela equipe de arquitetos sob a coordenação de Lucio Costa. Posteriormente, com a consagração do edifício ainda durante as obras, surgiria uma disputa entre o arquiteto franco-suíço e a equipe brasileira: quem seria o autor do projeto executado?

Frente aos desenhos apresentados, o engenheiro Souza Aguiar, da Superintendência de Obras e Transportes do MESP, questionou o fato de os mesmos não definirem um projeto detalhado a ser submetido à concorrência pública necessária ao início das obras. Tratava-se de *um croqui incompleto que indica apenas o partido a adotar e a norma geral de composição que será seguida*. A seguir complementava: *embora se tenha uma boa impressão das indicações do croqui, certo é que muitas vezes, na realização do projeto, uma exigência de programa pode invalidar um partido que se apresentou vantajoso à primeira vista*.⁵¹⁹

Na medida em que o pagamento da primeira parcela referente aos serviços prestados pelos arquitetos (100:000\$000 cem mil contos de réis) dependia da aprovação do mesmo pelo ministro, o fato de Souza Aguiar afirmar que os desenhos apresentados não constituíam nem mesmo de um anteprojeto levou Capanema a solicitar a organização das plantas apresentadas no início daquele ano de forma a *ser aberta a concorrência para a construção da estrutura*.⁵²⁰ O que os arquitetos elaboraram apresentaram em 22 de fevereiro⁵²¹, sendo o mesmo aprovado pelo ministro em 26 do mesmo mês.⁵²²

⁵¹⁹ Parecer de Souza Aguiar datado de 14 de janeiro de 1937, *In*: Processo 6870/35, p.386.

⁵²⁰ Despacho de Capanema datado de 18 de janeiro de 1937. Ao concluir o referido despacho, afirmou o ministro: “– Aprovado que seja o projeto, será paga a primeira prestação dos honorários dos arquitetos.” *In*: *Idem*, p. 387.

⁵²¹ “Rio, 22 de fevereiro de 1937 / Sr. Ministro Gustavo Capanema, / Juntamente com os arquitetos Oscar Niemeyer Soares Filho, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy e Ernani Mendes de

Narramos a sequência de atos praticados nos primeiros meses de 1937 com o intuito de salientar como naquele momento o ministro não mais se preocupava com os reflexos das suas decisões sobre o campo arquitetônico carioca, na medida em que já articulava política e culturalmente a sua gestão à frente do ministério. Tanto que, para o início efetivo das obras, após solicitar a Vargas que autorizasse a escolha da empresa responsável pela obra do ministério sem concorrência pública, na medida em que se tratava de *empreendimento da maior importância para a administração federal, sua realização é da maior urgência*⁵²³, obteve a autorização presidencial e em 26 de fevereiro publicou no DO o edital da *concorrência administrativa para a construção e estrutura de concreto armado para o edifício do ministério a ser construído na quadra F da Esplanada do Castelo*.

Contudo, ainda assim problemas surgiam tanto no que se referia à liberação dos recursos necessários ao início das obras, quanto no andamento da concorrência administrativa que acabara de ser aberta. Irritado, escreve ao presidente e, uma vez autorizado por Vargas, declarou sem efeito a concorrência que acabara de abrir. Como fundamentação legal da decisão por ele tomada, bastou à utilização do Regulamento Geral da Contabilidade Pública que em seu artigo 740 reservava à administração pública o direito de o governo *anular qualquer concorrência, por despacho motivado, si houver justa causa*.⁵²⁴ As obras tinham que ter início, e iniciadas elas seriam em breve...

Vasconcelos, remeto, nesta data, a V. Excia., o projeto definitivo para a construção do edifício destinado a sede dessa Secretaria de Estado. / Saudações atenciosas. / Lucio Costa.” In: *Idem*, p. 388

⁵²² *Idem*, p. 402.

⁵²³ *Idem*, p. 403.

⁵²⁴ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.266. Regulamento Geral da Contabilidade Pública: art. 740 “Haja ou não declaração no acto que convocar as concorrências presume-se sempre que o Governo se reserva o direito de anular qualquer concorrência, por despacho motivado, si houver justa causa.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“PS-1991

Depois de uma coisa, vem *outra*; ser moderno é – conhecendo a fundo o passado – ser atual e prospectivo. Assim, cabe distinguir entre *moderno* e ‘modernista’, a fim de evitar designações inadequadas.

A arquitetura dita moderna, tanto aqui como alhures, resultou de um processo com raízes profundas, legítimas e, portanto, nada tem a ver com certas obras de feição afetada e equívoca – estas sim, ‘modernistas’.”⁵²⁵

Ao apresentar o texto-manifesto Razões da Nova Arquitetura⁵²⁶, acrescido com o P.S.1991 – em epígrafe –, no seu livro-monumento Registro de uma vivência, Lucio Costa justificou o motivo pelo qual transcrevia aquele *longo texto*: trata-se, em suas palavras, de *um documento de época que revela o clima de “guerra santa” profissional que marcou aqui o início da revolução arquitetônica*.⁵²⁷ Originalmente publicado na RDE-PDF em setembro de 1935, o arquiteto o inseriu no livro (*Opus cit.*, p.108-116) após abordar, em sequência cronológica, os seguintes temas: o período à frente da ENBA (*Idem*, p.68-69); a organização do salão de 1931 (*Idem*, p.70-71); a parceria com Gregori Warchavchik (*Idem*, p.72-73); os projetos arquitetônicos executados pelo escritório, os quais aparecem sempre com a seguinte ressalva – *Projeto meu. Construção Warchavchik & Lucio Costa*. (*Idem*, p. p.74-77); o período de reflexão que se estendeu de 1932 a 1936 – os anos de *Chomâge*, nos quais pôde compreender abrangência do pensamento de Le Corbusier (*Idem*, p.78-107). De forma a realçar o papel desempenhado pelo referido texto-manifesto, ao datá-lo de 1934⁵²⁸, não apenas o trouxe para o período de reflexão sobre os princípios corbusianos, os quais iriam aflorar na arquitetura *moderna* brasileira com a execução do edifício-sede do MESP, como também o inseriu na *guerra santa* travada pelos *modernos* para afirmarem aqueles princípios, a qual teria tido início antes da publicação do edital do concurso para a escolha do projeto daquele edifício. Tratava-se, portanto, da defesa do ‘verdadeiro’ *moderno*, resultado de *um*

⁵²⁵ COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p. 116.

⁵²⁶ Originalmente publicado na RDE-PDF, volume III, número 1, janeiro de 1936, p.2-9

⁵²⁷ COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p. 108.

⁵²⁸ Na edição fac-símile do livro *Lucio Costa: sobre arquitetura* (1962), com as anotações feitas pelo arquiteto, sobre a data de 1930, indicada por Alberto Xavier, organizador do livro, como a de concepção do texto Razões da Nova Arquitetura, Lucio Costa corrige para 1933-35 (COSTA, Lucio (2007). *Opus cit*, p.17).

processo com raízes profundas, legítimas; e, não, de um *modernismo estilizado*, tal como o praticado algumas vezes durante a parceria com Warchavchik.⁵²⁹ Frente a uma arquitetura *modernista*, os arquitetos articulados em torno de Lucio Costa defendiam a arquitetura *moderna* brasileira, pois como alertou o arquiteto “cabe distinguir entre *moderno* e ‘modernista’, a fim de evitar designações inadequadas” (grifos do autor).

Cumpramos lembrar que em 1995, ano de publicação do livro Registro de uma vivência, estavam em curso diversas pesquisas acadêmicas que reavaliavam os denominados *anos heróicos* da arquitetura *moderna* brasileira, a partir não apenas do trabalho pioneiro desenvolvido por Martins (1987)⁵³⁰, mas também da organização e da abertura à consulta pública de diversos arquivos nos anos 1980⁵³¹. Cumpramos salientar que a partir das pesquisas realizadas nesses arquivos tivemos a publicação de importantes compilações de documentos relativos àqueles anos, ditos *heróicos* (BARDI, 1984; SANTOS, 1987; LISSOVSKY & SÁ, 1995). Ou seja, ao publicar seu livro-monumento, Lucio Costa objetivava tanto fazer uma autobiografia a partir dos textos selecionados, quanto reafirmar a trama dos fatos por ele construída e, concomitantemente, canonizada pela historiografia da arquitetura. Frente à *guerra santa* travada, emergiu um *cânon*, o qual, as *ninharias*, encontradas pelos pesquisadores nos novos documentos colocados à disposição do historiador, deveriam ser avaliadas tendo em vista a *revolução arquitetônica*⁵³² que então se processou.

⁵²⁹ Sobre o término da firma Warchavchik & Costa, Lucio Costa afirmou: “Mas acabou também porque, apesar de certa balda propagandista a que não estávamos afeitos, o trabalho escasseava e ainda porque o tal ‘modernismo estilizado’ que às vezes aflorava já não parecia – ao Carlos Leão e a mim – juntar-se aos verdadeiros princípios corbuseanos a que nos apegávamos.” COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p. 72.

⁵³⁰ Em sua dissertação de mestrado (1987) Carlos Eduardo Martins faz uma reflexão sobre a construção de uma historiografia da arquitetura *moderna* brasileira, uma trama na qual os seus protagonistas desempenharam um importante papel na escrita da sua própria história. O autor nos mostra como uma versão dos fatos foi construída e perpetuada pela historiografia dedicada ao tema.

⁵³¹ Refiro-me tanto aos arquivos pessoais depositados no CPDOC/FGV, quanto à organização do arquivo do IPHAN e da Fundação Le Corbusier em Paris.

⁵³² Conforme afirma COSTA, Lucio (1995). *Opus cit.*, p.108, na apresentação do referido texto-manifesto.

Ainda hoje, após a publicação, por meios impressos ou eletrônicos⁵³³, de uma nova historiografia da *arquitetura moderna brasileira*, na qual os novos pesquisadores questionam o *cânon* historiográfico tecido a partir dos anos 1940, ao perguntarmos a um estudante ou a um profissional da arquitetura o que foi aquele movimento, certamente obteremos como resposta a versão consagrada na historiografia tecida décadas atrás e reiterada em grande parte das faculdades de arquitetura e urbanismo. Essa historiografia, conforme refletimos ao longo dessa dissertação, tanto desconsiderou os meios materiais de produção cultural que possibilitaram o surgimento de uma nova concepção do fazer arquitetônico entre nós, quanto o fato de que até os anos trinta o adjetivo *moderno* era adotado para qualificar as mais diversas concepções arquitetônicas então propostas. Era *moderno* o que estava de acordo com as mais recentes inovações no campo da técnica construtiva, do conforto térmico, acústico e da preocupação com a inserção dos edifícios na paisagem dos grandes centros urbanos; enfim, conforme as exigências impostas pela vida nas grandes cidades: lugares onde a *modernidade* se fez presente, ao par da *modernização* dos meios de produção e de transporte. Buscava-se o *moderno* nas publicações européias e norte-americanas, e importavam-se os materiais necessários para inserir o Brasil no rol das nações *modernas*. Nesse sentido, encontramos no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido de Figueiredo as seguintes definições:

Modernice, *f.* Aferro a coisas modernas. Uso exagerado de coisas novas (De *moderno*¹).

Modernidade, *f.* Estado ou qualidade daquilo que é moderno.

Modernismo, *m.* O mesmo que modernice. (...)

Modernista, *m. e f.* Pessoa apaixonada pelo modernismo. (...)

Modernizar, *v. t.* Tornar moderno, accommodar aos usos modernos.

Moderno¹, *adj.* Relativo aos tempos mais próximos. Recente; usado desde pouco tempo. Actual, hodierno. *M. Pl.* Os homens de hoje.⁵³⁴

Portanto, não se equivocara Mario de Andrade ao qualificar a arquitetura neocolonial, concebida na década de 1920, como expressão do *moderno* no Brasil: de fato, ela representava o que havia de *atual* no que se referia ao pensamento arquitetônico no país. Além disso, ao propor o *ressurgimento da arquitetura nacional* a partir do estudo da

⁵³³ A internet facilitou não apenas a circulação das pesquisas acadêmicas realizadas não apenas no Brasil como no exterior, como também a publicação por meio eletrônico de artigos, de resumos de comunicações e de anais de congressos. Além dos sítios das universidades, destacamos os portais dedicados à arquitetura <http://www.vitruvius.com.br/> e <http://www.docomomo.org.br/>.

⁵³⁴ FIGUEIREDO, Cândido de (1922). *Opus cit.*, vol. II, p.188-189.

produção artística do *período colonial*, no neocolonial se apresentava aos *modernistas*, daquela década, não apenas *moderno* como também genuinamente *brasileiro*. Ainda que, no final da mesma década, Mario de Andrade tenha revisto a opinião anteriormente formulada, sobretudo após as primeiras obras construídas de Warchavchik, não era de estranhar a publicação na imprensa, especializada ou não, de artigos como os do arquiteto norueguês radicado na Argentina Don Alejandro Christophersen⁵³⁵ (Cádiz-Espanha, 1866 – Buenos Aires-Argentina, 1946), no qual o autor defendeu sua concepção de *moderno* na arquitetura:

“Fallando da arte dos nossos dias, creamos a denominação errônea de ‘Architectura Moderna’. A arte sempre foi a mesma, seguindo o espírito da época. O seu verdadeiro título seria ‘Architectura da actualidade’.

Outra confusão generalizada é de se falar do *stylo* moderno em oposição aos *stylos* históricos. Chamemos a essa arte ‘Architectura’ simplesmente, pois os *stylos* são somente os dialectos do grande idioma architectonico universal. (...)

As modernas exigências são sem duvida maiores cada dia; assim também são mais complicados os problemas que o architecto tem que resolver. Quem sabe se outros problemas não chegarão a exigir em breve esforços ainda maiores ao artista, para que sejam resolvidos com arte verdadeira e com capacidade?

Hoje são muitas as *audácias* que pretendem ter *apparencias de progresso*; porém, poucas indicam verdadeiro progresso, que consiste exclusivamente em fazer melhor o que os outros fizeram bem.(...)

A arte moderna, real e verdadeira, nasceu devido à imposição de um diferente conceito da vida, das exigências das novas classes sociaes e da escassez de trabalho, factores estes acompanhados pelo aperfeiçoamento dos novos materiaes de construcção e pelo emprego generalisado dos progressos scientificos, que nos trazem um conforto desconhecido pelo passado. Novo esforço exige o combinar todos estes elementos.(...)

Não é fazer arte moderna o copiar até o infinito alguns elementos e formas postos em moda pelos innovadores e repetidas por alguns plagiários, parasitas de uma arte da qual somente compreendem a envoltório, sem penetrar na essência.

Moderno é o que representa nossa vida moderna, a mudança da nossa mentalidade e nossas modernas necessidades. Moderno é o saber aproveitar os novos elementos e traduzir com elles o conjunto dessas necessidades, aproveitando o passado quando este não estorva, mas completa a nossa obra, elevando-a a uma categoria superior de arte.” (grifos nossos)⁵³⁶

⁵³⁵ Don Alejandro Christophersen foi um dos principais arquitetos argentinos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Formado em Bruxelas-Bélgica em 1885, radicou-se na Argentina dois anos após sua graduação. Um dos fundadores da Sociedade Central de Architectos de Buenos Aires, ganhou no Rio de Janeiro, durante a Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922, um prêmio pelo projeto do Pavilhão da Argentina. CRISPIANI, Alejandro. Alejandro Christophersen y el desarrollo del eclecticismo en la Argentina. In: <http://www.arquitectura.com/historia/protag/christoph/christoph.asp> acessado em 23/02/2009.

⁵³⁶ Trechos selecionados do artigo intitulado “A architectura do passado em relação com a arte da actualidade”, traduzido e publicado na revista *Architectura e Construcções*, vol. I, fevereiro de 1930, n.7, p.3-5. Periódico oficial do Instituto Paulista de Architectos, nessa revista encontramos a defesa de um fazer arquitetônico tradicional enquanto representação do *moderno* e expressão do atual, quer no Brasil, quer no exterior. A solução

Artigo publicado logo após a visita de Le Corbusier a São Paulo, em novembro de 1929, houve a preocupação dos editores da revista não apenas em distinguir o que era considerado ‘*Architectura*’ propriamente dita frente *as audácias que pretendem ter apparencias de progresso*, como também o papel a ser desempenhado pelos elementos arquitetônicos do passado na construção do presente.⁵³⁷ Os arquitetos, portanto, deviam tomar cuidado em não confundir o efêmero, colocado pelas modas passageiras infinitamente copiadas, com o eterno e o universal em arquitetura, na medida em que *os stylos são sómente os dialectos do grande idioma architectonico universal*. Assim, se aplicarmos estritamente o que nos expôs Christophersen, o recém-construído Mercado Municipal de São Paulo⁵³⁸ era um exemplo do *moderno* na arquitetura paulistana, em virtude da técnica construtiva nele empregada (o concreto armado), do atendimento das novas necessidades surgidas pelo transporte das mercadorias pelo trem e o acesso dos automóveis, das instalações frigoríficas e sanitárias... Aliás, a revista *Architectura e Construções* publicou, nessa mesma edição, uma matéria fartamente ilustrada sobre aquele projeto. Afirmou o articulista:

“O interior do edifício, com suas espaçosas galerias divididas por columnas que supportam a cobertura em concreto armado, demonstra também a grandiosidade do projecto e o critério de o dotar de todos os elementos que constituem as mais *modernas* instalações neste gênero. (...) ao seu conjunto magestoso a graça e beleza de um stylo simples, onde se congregam a proporção e delicadeza de linhas em harmonia perfeita com a *belleza local*.”⁵³⁹

Por outro lado, se adotarmos a argumentação de Christophersen, não podia ser considerada moderna, mas simples expressão de uma moda passageira, *repetidas por alguns*

dos novos programas impostos pelo mundo moderno, através do uso de novas tecnologias, tornava moderna a arquitetura delas surgidas. Desse periódico, participavam arquitetos consagrados no campo arquitetônico paulista, contrários às concepções arquitetônicas defendidas por Gregori Warchavchik, tais como Dácio de Moraes e Christiano Stockler das Neves.

⁵³⁷ Sobre o papel desempenhado pelo passado na vida moderna, a revista *Movimento Brasileiro*, nº 12, Rio de Janeiro, 1929, publicou a opinião de Le Corbusier sobre esse assunto: “Assim, continuou o conferencista, a casa é nova, inteiramente, porque a technica moderna nos permite renovar tudo. A lição do passado ... Mas o passado nos ensina que todos os grandes artistas, todos os criadores fóram revolucionarios, assim o que elle nos mostra é a revolta contra as expressões mortas, que não conseguirá jamais reviver. (...) Estamos num momento em que todas as coisas estão revolvidas e devemos fazer uma revisão total de valores se quizermos ver claro na situação actual, se quizermos ter o sentido real da vida que vivemos, tão diverso da dos nossos antepassados.” *Apud* Fac-símile do artigo no livro SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (org.) (1987). *Opus cit.*, p. 56-58.

⁵³⁸ Projetado pelo escritório técnico Ramos de Azevedo, foi inaugurado oficialmente em 25 de janeiro de 1933.

⁵³⁹ *In*: *Architectura e Construções*, vol. I, fevereiro de 1930, n.7, p.7.

plagiários, parasitas de uma arte da qual sómente compreendem a envoltório, sem penetrar na essência, a casa *modernista*, projetada por Warchavchik em 1928, localizada na rua Santa Cruz, em São Paulo. Aliás, talvez decorra do caráter polissêmico do termo *moderno* a preferência de Warchavchik pela utilização do termo *futurista*⁵⁴⁰ ao invés de *moderno* aos arquitetos defensores de uma determinada concepção arquitetônica *moderna* no país, a partir das idéias defendidas por Le Corbusier na Europa. O que não deixou de surpreender Le Corbusier, para quem o termo *futurista* se relacionava diretamente ao movimento artístico italiano sob a liderança de Marinetti.⁵⁴¹

Ainda que essas concepções de *moderno* possam parecer absurdas hoje, até os anos trinta eram aceitas pela grande maioria dos arquitetos e engenheiros no Brasil. *Modernos* eram não somente os arquitetos atualmente reconhecidos como tais, mas também todos os que estavam familiarizados com o progresso técnico e as respostas dadas frente aos novos programas arquitetônicos surgidos a partir das inovações tecnológicas – os novos meios de transporte (navio, trem, automóvel, dirigível e avião) e de comunicação (telefone, telégrafo, rádio, cinema) – e da modernização das cidades. Ou seja, *moderno* era quem resolvia o programa de uma estação marítima, hidroaérea, rodoviária ou ferroviária, de um edifício de escritórios ou de garagens para automóveis, de ministérios racionalmente organizados e aparelhados com as mais recentes tecnologias disponíveis, de presídios, enfim, de tudo o que poderia servir para tornar a vida em sociedade mais agradável, eficiente e racional – ou seja, *moderna*. Era transformar a natureza a seu favor, trazer o *progresso* para o cotidiano das pessoas. *Modernização, modernidade e moderno* eram termos que se complementavam e estavam voltados para a concretização do *progresso* almejado pelos novos Estados-nação em construção naquele momento, como era o caso do Brasil.

Se até o final da década de 1920, as referências ao *moderno* eram constantes e todos eram *modernos*, na medida em que estavam de acordo com o seu tempo. A partir dos anos

⁵⁴⁰ Em oposição ao termo *passadista*. Conforme exposto por Warchavchik no artigo “Arquitetura do século XX (IV – Passadistas e futuristas)”, publicado no Correio Paulistano, edição do dia 23 de setembro de 1928. In: WARCHAVCHIK, Gregori (2006). *Opus cit.*, p.90-93.

⁵⁴¹ Afirmou o arquiteto franco-suíço: “Na América do Sul, encontrou a expressão ‘futurismo’, não como o sentido real e europeu, da tentativa admirável da Itália, coisa já *passadista* hoje, mas como *synonimo* de *modernismo*.” In: Movimento Brasileiro, nº 12, Rio de Janeiro, 1929 (Fac-símile no livro SANTOS, Cecília Rodrigues dos *et alli* (org.) (1987). *Opus cit.*, p. 56-58)

1930, sobretudo após o avanço do grupo de arquitetos articulados em torno de Lucio Costa, cuja passagem pela direção da ENBA representara um prenúncio da batalha que se acirrou em meados daquela década, o referido adjetivo aos poucos deixou de ser aplicado a tudo o que se construía de acordo com as mais recentes técnicas e avanços tecnológicos tendo em vista proporcionar ao Homem as comodidades inerentes à *vida moderna*. Houve em nossas revistas dedicadas à arquitetura uma espécie de silenciamento: tudo deixou de ser aquilo que sempre foi... Receava-se em qualificar algo como *moderno* embora *moderno* fosse. Mesmo em Lucio Costa, no texto-manifesto Razões da *nova* arquitetura publicado na RDE-PDF, verificamos um cuidado na utilização daquela palavra.

Silenciamento, contudo, não significa banimento da palavra, a qual continuava no léxico e era esporadicamente utilizada. Entendemos que a luta pelo capital simbólico de reconhecimento ou consagração no campo da arquitetura não se deu através de uma “querela entre antigos e modernos”, como analisada tradicionalmente pela historiografia, mas entre arquitetos que se consideravam *modernos*, pois atuavam de acordo com as técnicas e o momento histórico em que viviam. No caso do Brasil, após o movimento armado político-militar de 1930, autoproclamado de *revolução de 30*, o *moderno* passou a ser associado ao *revolucionário*: mas, dentre os diversos grupos de arquitetos *modernos*, qual seria aquele responsável pela representação do Estado *revolucionário* surgido da *revolução vitoriosa*? Uma nova representação para o novo Estado-nação brasileiro era o principal objeto da disputa, porém, naquele momento ainda não se sabia quais seriam os vencedores e todos lutavam para afirmar o seu lugar num campo de batalha no qual todos defendiam as suas concepções *modernas* em matéria de arquitetura. Conforme nos referimos, no capítulo terceiro, mesmo para os novos edifícios ministeriais projetados e construídos durante o governo Vargas foram adotadas diferentes concepções do *moderno* na arquitetura.



Figura 34 – Edifícios-sedes ministeriais construídos durante o primeiro governo Vargas. Acima, vemos, ao fundo, o prédio do MTIC em construção, e, em primeiro plano a quadra F da esplanada do Castelo, local onde seria construída a sede do MESP. Abaixo, à esquerda, edifício-sede do MF, e à direita edifício do Ministério da Guerra.

Fonte: CAVALCANTI, Lauro. *Opus cit.*, p. ...

Posteriormente, com a repercussão que adquiriu, durante a guerra, a construção do edifício do MESP, em especial após a exposição *Brazil builds: architecture new and old 1652-1942*, no MoMA em Nova Iorque, tivemos a associação do nome (o adjetivo *moderno*) à

coisa (aos edifícios construídos pelos arquitetos brasileiros de acordo com os princípios arquitetônicos defendidos por Le Corbusier). A partir desse momento, ficou definido quem seriam os *modernos*, ao mesmo tempo em que os demais passaram a ser considerados *passadistas*, *tradicionalistas* ou coisa alguma. Todos os que não eram *modernos* de acordo com o cânone arquitetônico de inspiração corbusiana eram automaticamente relegados à condição de defensores de uma estética retrógrada, *passadista* e *ultrapassada*.

Cumprе salientar que a associação do adjetivo *moderno* a uma determinada forma de se fazer arquitetura entre nós, enquanto uma hábil construção da historiografia da arquitetura dos anos 1940, foi fruto não apenas da consagração no exterior de determinados edifícios construídos no Brasil, como também, em grande parte, pela defesa da arquitetura *tradicionalista* conduzida por José Marianno Filho. Acreditamos ter sido o debate travado entre esse esteta e o arquiteto Lucio Costa fundamental na construção do conceito *arquitetura moderna brasileira*. Ao defender o respeito à tradição na arquitetura brasileira aos poucos o nome de Marianno passou a ser associado ao passado, enquanto Lucio Costa representava o avanço, o progresso necessário à concretização dos ideais *revolucionários*. Mesmo o passado *colonial* defendido por Marianno passaria a ser objeto de defesa por Lucio Costa, através da criação do SPHAN em 1937. Um passado a ser preservado e não copiado...

O duplo objetivo de se fazer uma obra de arte e uma casa de trabalho

No início de 1937, após quase dois anos⁵⁴² da abertura do concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP, Capanema ainda não tinha definido qual o projeto arquitetônico a ser construído para sediar o ministério. Enquanto isso, em quadra ao lado da que lhe fora reservada na esplanada do Castelo, em primeiro de agosto de 1936, Agamenon Magalhães, titular do MTIC, lançava a pedra fundamental do edifício-sede desse ministério⁵⁴³; e Arthur da Souza Costa, ministro da Fazenda, em 19 de dezembro do mesmo

⁵⁴² O edital do concurso foi publicado pela primeira vez no D.O. do dia 25 de abril de 1935. Em 05 de janeiro de 1937, a equipe de arquitetos brasileiros sob a coordenação de Lucio Costa apresentou uma ‘variante’ ao projeto proposto, em maio do ano anterior, ao ministro.

⁵⁴³ O MTIC foi inaugurado dois anos após o início das obras, pelo ministro Valdemar Falcão (que substituíra Agamenon Magalhães), com a presença de Getúlio Vargas, no primeiro aniversário do Estado Novo. Ver CAVALCANTI, Lauro (2006). *Opus cit.*, p.87-88

ano, premiava os vencedores do concurso realizado para a escolha da nova sede do MF⁵⁴⁴ e, em breve, as obras teriam início. Ou seja, apesar de ter sido Capanema o primeiro a se decidir pela construção de um prédio ministerial, como forma de (re)organizar espacialmente o seu Ministério, os retardatários quanto a essa iniciativa estavam na frente em sua concretização dado o início efetivo das obras. Tal situação, portanto, não podia perdurar e Capanema tinha que se decidir: era impossível agradar a todos os envolvidos e, a cada decisão do ministro, novas lutas surgiam no conturbado campo arquitetônico da capital federal.

Até janeiro de 1937, dos objetivos traçados⁵⁴⁵ no início da sua gestão à frente do MESP, apenas a lei referente à nova organização administrativa do ministério⁵⁴⁶ fora aprovada e podia ser imediatamente aplicada. Por outro lado, tanto o projeto da cidade universitária quanto o do MESP se encontravam diante de um impasse: onde e o que construir? As propostas se multiplicavam e o ministro não se decidia... Essa indecisão ministerial encontra-se, expressa em palavras, na carta escrita por Lucio Costa a Le Corbusier, no dia 31 de dezembro de 1936, na qual, o arquiteto, membro das duas comissões de arquitetos e engenheiros instituídas pelo ministério, afirmou em relação ao projeto de edifício ministerial proposto por Le Corbusier para o novo terreno localizado à beira-mar: *ele [Capanema] também não compreendeu toda a excepcional beleza do seu edifício.*⁵⁴⁷ Não apenas o ministro não compreendera, como também os professores integrantes da comissão do plano da cidade universitária, membros da elite intelectual nacional, não compreenderam as propostas inovadoras trazidas pelo arquiteto franco-suíço ao Brasil. A arquitetura continuava sendo uma desconhecida e, apesar do entusiasmo provocado no meio intelectual carioca pela vinda de Le Corbusier ao país, pouco mudara no que se referia aos novos edifícios construídos na capital federal.

⁵⁴⁴ A ata da undécima reunião da Comissão do Concurso de Projetos para o Edifício do Ministério da Fazenda, realizada no dia 17 de dezembro de 1936, foi publicada na RDE-PDF, volume IV, número II, de março de 1937, p.112-114.

⁵⁴⁵ Conforme verificamos no cap. ... dentre as principais medidas estabelecidas por Capanema, no início da sua gestão foram: a (re)organização administrativa (através da aprovação de uma lei redigida com essa finalidade) e espacial (através da construção de um edifício-sede para o ministério de forma a racionalizar os serviços públicos nele desenvolvidos) do MESP, e a criação da Universidade do Brasil, o que incluía a sua implantação uma cidade universitária, nos moldes das modernas universidades européias.

⁵⁴⁶ Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937.

⁵⁴⁷ LISSOVSKY & SÁ (1996). *Opus cit.*, p.128.

Ainda assim, a visita de Le Corbusier, como previra Lucio Costa, fora *providencial*, pois, se não convenceu o ministro, ao menos lhe deu os argumentos necessários para construir o projeto de inspiração corbusiana proposto pelos arquitetos brasileiros. Não compreendera, de fato, o significado de autorizar a execução daquele projeto e, muito menos, a repercussão internacional que poderia ter a sua decisão. Como podemos inferir do discurso proferido por ocasião do lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do MESP, o ministro visualizava a (re)organização do *seu* ministério muito mais do que a execução de uma obra de arte inovadora. Transcrevemos abaixo a íntegra do discurso, de forma a salientarmos o papel conferido pelo ministro à questão administrativo-espacial do edifício a ser construído, em contraste com a pouca relevância por ele conferida aos aspectos artístico-arquitetônicos da obra cuja execução ora se iniciava. Afirmou Capanema em 24 de abril de 1937, numa cerimônia oficial sem a presença do presidente da República e, tendo como cenário o esqueleto semi-acabado do edifício-sede do MTIC:

“Senhores,

Congratulemo-nos pelo acontecimento de hoje. Sobre a pedra fundamental que agora lançamos, se erguerá, daqui a pouco, o edifício, onde se reunirão as peças, ora disseminadas, da direção do Ministério da Educação e Saúde.

O acontecimento é propício. Em primeiro lugar porque se vai plantar na bela cidade um grande monumento arquitetônico, cujo projeto se estudou, com consciência, pertinência, minúcia e esmero.

Depois (e este é o ponto que desejo salientar), porque, com a ereção desse edifício, daremos o passo final no esforço, que vem de longe, de organização do ministério, que tem a seu cargo a solução dos mais sérios problemas do Brasil.

O presidente Vargas e a racionalização

É preciso dizer que, na obra magna do presidente Getúlio Vargas, há todo um setor de novidade e importância, que não tem sido devidamente focalizado: é a racionalização do serviço público.

Emprego esta palavra – racionalização, com certo constrangimento. Tal palavra tomou um ar de pedantismo e de complicação, que repugna ao bom senso. Por toda parte, e a propósito, se tem procurado racionalizar, isto é, introduzir no funcionamento da vida os processos que a ciência e a técnica mostraram ser de rendimento maior. Mas essa generalização, essa desmesurada preocupação racionalizadora, invadindo domínios que não lhe são próprios ou adotando soluções apressadas e violentas, veio de certo modo comprometer o princípio. Na Alemanha se chegou a falar em ‘racionalizar a racionalização’. E, por esta forma, perdeu a palavra a riqueza de conteúdo que poderia ter.

Digamos, todavia, a palavra, e salientemos o fato de que, de 1930 até agora, tem sido realizada pelo governo da República com segurança e método a racionalização do serviço público. Vai-se introduzindo nele, pouco a pouco, mas firmemente, uma organização nova, que visa dar-lhe simplicidade, rapidez, economia, exatidão.

Essa racionalização baseada que é na experiência científica e nos progressos técnicos, já deu, como se sabe, resultados pasmosos na indústria. O caso Ford é um exemplo singular, mas sobretudo ilustrativo.

No serviço público, que deve funcionar à maneira de uma fábrica, ainda não se fez neste particular, a revolução necessária, de modo que, mesmo em países de cultura adiantada, a má burocracia é uma grande praga.

No nosso país, e na esfera federal, já se empreendeu, sob os auspícios do presidente Getúlio Vargas, essa remodelação que visa ser geral e precisa.

A questão do [xxxxxx] pessoal

Dois aspectos fundamentais apresenta o problema da racionalização do serviço público: a questão do pessoal e a questão do material.

Medidas legislativas e administrativas foram postas em prática, desde o tempo do Governo Provisório, para dar ao pessoal da administração federal organização rigorosa e econômica, útil a um tempo à coisa pública e aos funcionários. Tais medidas culminaram nesse empreendimento extraordinário, que é a lei do reajustamento, lei que é uma das mais importantes que já se fizeram no Brasil e que pode figurar, sem dúvida, entre os grandes feitos governamentais realizados hoje em dia em qualquer país. É natural que contra essa lei se tenham levantado recriminações. Ela veio obstar, de modo permanente, grande número de proveitos pessoais. Mas de sua cabal execução, execução que há de comportar aqui e ali pequenas retificações, vai resultar a ordem, a justiça, a exatidão, a economia, o rendimento na administração do pessoal que serve à União. O Conselho Federal do Serviço Público Civil e as comissões de eficiência de cada ministério tem a seu cargo velar por essa execução. Tais órgãos, pela capital importância de que se revestem, precisam pois, de ter dos trabalhadores federais e da opinião pública cooperação e apoio decididos.

A questão do material

A outra questão, a organização do material, vai sendo igualmente resolvida com critério e decisão.

Vários aspectos comportam esta questão: padronização, aquisição, montagem, conservação, consumo do material.

Todos eles já foram ou vão ser estudados. E grande parte da matéria já logrou execução. Assim é que, iniciados no Governo Provisório, os trabalhos de padronização já estão adiantados e neles se prossegue com atividade. O processo da aquisição se resolveu com a instituição da Comissão Central de Compras, órgão necessário e importante, cujo funcionamento deve ir sendo cada vez mais aperfeiçoado, a fim de que se conciliem a honestidade, a economia e a rapidez. Os outros aspectos da questão do material constituem preocupação do governo da República e irão sendo examinados e resolvidos.

Os edifícios para Ministerios

Neste momento, desejo, de modo especial, dizer que a montagem do material da administração federal tem sido resolutamente feita pelo presidente Getúlio Vargas. Para isto, providências difíceis, e há muito tempo necessárias, foram tomadas. Refiro-me à execução das obras de vulto e custosas, que tem sido realizadas para a instalação dos ministérios. Em poucos anos de esforços, levantaram-se três grandes edifícios: o da Justiça, o da Marinha e o da Viação. O da Agricultura foi integralmente remodelado. Neste momento, erguem-se as paredes do edifício do Ministério do Trabalho. Terá início ainda o Ministério da Fazenda. E, finalmente, também o nosso hoje se inicia.

Tais obras, que tem sido executadas com a preocupação da utilidade pública, são documentos bem vivos do esforço, que realiza o governo da República, no sentido da organização racional do serviço público federal.

O edifício, cuja construção hoje declaramos iniciada, para sede do Ministério da Educação e Saúde, se baseará num projeto, que foi elaborado por técnicos criteriosos, visando o duplo objetivo de se fazer uma obra de arte e uma casa de trabalho. Na sua feitura, poremos dedicação e amor. Isto quer dizer que ela nos agradecerá no dia final de sua criação.”⁵⁴⁸

Logo, ao iniciar seu discurso, Capanema informou aos presentes na cerimônia oficial organizada pelo MESP a principal finalidade do edifício, cujas obras eram então iniciadas: tratava-se de reunir *as peças, ora disseminadas, da direcção do Ministerio da Educação e Saude*. Tanto que, após breve menção ao *grande monumento architectonico* que ora se construiria na *bella cidade* do Rio de Janeiro (ou seja, de forma a contribuir para realçar a beleza de uma cidade já bela por si mesma), retomou a idéia lançada no início da sua fala e a desenvolveu no decorrer do seu discurso. Ressaltamos que, no momento em que se referiu à obra arquitetônica houve a preocupação em salientar o fato de os presentes estarem em face de um projeto estudado, *com consciencia, pertinacia, minucia e esmero*. Não fora fruto de qualquer arbitrariedade e se respeitara, em sua elaboração, os princípios da *moderna* administração pública, representados pelo edifício cujas obras ora se iniciavam.

Na minuciosa exposição feita sobre a (re)organização administrativa e a racionalização do serviço público possibilitada pela construção do edifício-sede do ministério que *tem a seu cargo a solução dos mais serios problemas do Brasil*, idéia tratada em diversas ocasiões por Getúlio Vargas, o ministro reiterou o seu papel enquanto integrante e colaborador do presidente no projeto de (re)construção do Estado-nação brasileiro. Desse modo, no momento em que era oficializada a candidatura de Armando Sales de Oliveira às eleições presidenciais de 1938 e os diversos atores políticos se posicionavam quer a favor do ex-governador de São Paulo, quer em torno do lançamento de um candidato próprio do governo federal⁵⁴⁹, Capanema, ao exaltar a grandiosidade do governo Vargas, tanto se posicionava politicamente no que se refere às candidaturas lançadas às referidas eleições, quanto indicava seu apoio incondicional às ações futuras do presidente.

⁵⁴⁸ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot. 271-272 (versão datilografada com os títulos das partes do discurso manuscritas pelo ministro). Reproduzido na íntegra em LISSOVSKY & SÁ, *Opus cit.*, p. 149-151.

⁵⁴⁹ O que ocorreria um mês mais tarde, em 25 de maio de 1937, com a escolha de José Américo de Almeida no Congresso Nacional.

Apesar de desenvolver um discurso laudatório à racionalização do serviço público e à (re)organização administrativa da pasta por ele comandada, o qual pode ser comprovado pela seqüência cronológica de atos administrativos que compõem o processo 6870/35, referente à escolha do projeto e à execução do edifício-sede do MESP, as decisões de Capanema nem sempre seguiram o rigor pregado em seu discurso. O início das obras, por exemplo, apenas foi possível em virtude da intervenção direta do presidente junto ao ministro da Fazenda no sentido de serem liberados os recursos necessários à mesma. Além disso, o projeto, cuja execução ora se iniciava, não fora submetido à apreciação técnica administrativa ou arquitetônica. Apresentado pela equipe de arquitetos brasileiros como uma ‘variante’ ao projeto anteriormente entregue ao ministro, foi aceito enquanto tal e não se questionou o fato de estarem todos diante de um novo projeto e não de uma simples ‘variante’... O único elemento que lhe possibilitou ser construído foi a vontade ministerial manifestada nesse sentido: Capanema quis e assim foi feito. Ou seja, na prática, foi arbitrário em sua decisão, mas, de acordo com os preceitos do direito administrativo, revestiu-a da legalidade exigida para a prática dos atos administrativos próprios a um Estado-nação *moderno*. Como afirmou no final do discurso, tratava-se de um *projeto elaborado por técnicos criteriosos* de acordo com um dos aspectos fundamentais da racionalização dos serviços públicos defendida pelo governo Vargas – as questões do pessoal e do material.

Após quase três anos à frente do MESP, Capanema sabia exatamente o que lhe era permitido fazer e como obter os meios necessários para atingir seus objetivos. Conquistara a confiança de Vargas e trouxera para o *seu* ministério uma *entourage* tanto de intelectuais modernistas quanto de reacionários *católicos* que lhe conferiam um teor de sabedoria às suas decisões. Contudo, as decisões eram dele e não dos grupos que o circundavam. Buscava sempre um equilíbrio entre os diversos projetos que lhe eram apresentados e politicamente decidia de forma a se manter no poder sem transparecer o jogo político a partir da qual tomava as suas decisões.

Não se convencera da superioridade da denominada ‘variante’ ao projeto apresentado pelos arquitetos brasileiros, elaborado a partir das sugestões feitas por Le Corbusier, contudo tinha a necessidade de dar início imediato às obras, na medida em que conseguira, com o auxílio do presidente, a liberação dos créditos necessários para a sua realização. Ora, havia um projeto disponível, o qual, a princípio, fora elogiado por um arquiteto estrangeiro

mundialmente consagrado, logo: por que perder mais tempo com discussões infundáveis sobre o que deveria conter ou não um edifício ministerial? Conseguir a aceitação de todos os envolvidos seria impossível... Qualquer que fosse sua decisão, ela seria questionada pelos perdedores, ou por aqueles que permaneceram fora da disputa. Nesse sentido, a carta que lhe foi encaminhada em 25 de janeiro de 1937, por Pedro Correia de Araújo (Paris-França, nacionalidade brasileira, 1874 – Rio de Janeiro-RJ, 1955), na qual o missivista afirmou:

“Apertei a mão de V. Ex., felicitando-a por não realizar o primeiro projeto [Memória]. Felicitarei ainda V. Ex. se não realizar o segundo [Costa], que me mostrou em rascunho.

Na verdade, não é melhor que o primeiro. Encontro n’ele, de relance, os mesmos erros que aleijam todos os projetos modernistas que vêm surgindo. (...) Quero lê-lo, sem letras, no edifício, ‘Ministerio da Educação e Saúde Pública dos Estados Unidos do Brasil’.

Uma Villa, um palacete, um arranha-céu não tem a importância, direi mesmo, a majestade serena de um Ministerio federal máxime quando este é o da própria Educação Nacional.

Distingo o moderno, isto é: a arte criando, e o modernismo: o conjunto de princípios em voga em certos meios que se disem avançados. Estes princípios norteiam a ‘cultura moderna’, que é um verdadeiro contrasenso, pois pretende ser cultural e rompe com a tradição, que é a árvore da ciência – que se amplifica, mas é única –.”⁵⁵⁰

Pintor, que durante seu período de formação em Paris entrou em contato com as vanguardas artísticas européias e, mais tarde, com ateliê no Rio de Janeiro, integraria a equipe técnica do IPHAN, Araújo questionou em sua carta não apenas a ausência de uma linguagem arquitetônica própria a um edifício ministerial como também a suposta *modernidade* da ‘variante’ apresentada pelos arquitetos brasileiros coordenados por Lucio Costa. Alertava ao ministro o perigo de se construir algo que logo poderia ser considerado ultrapassado, dado que refletia uma tendência momentânea na arquitetura e não os princípios do fazer arquitetônico estabelecidos há séculos pelo homem. Em outras palavras, Araújo questionava o que era ser *moderno* naquele momento no qual esse adjetivo ainda não se unira ao substantivo de forma a nomear um determinado movimento arquitetônico no Brasil. O *moderno* para Araújo não era o pregado pelos arquitetos articulados em torno de Lucio Costa.

Portanto, entendemos que a decisão de iniciar as obras do edifício-sede do MESP, não implicava na adesão do ministro aos princípios de uma determinada concepção de arquitetura

⁵⁵⁰ CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.269. Reproduzido em LISSOVSKY & SÁ (1996), *Opus cit.*, p.134-135.

moderna de inspiração corbusiana⁵⁵¹, mas uma decisão política, a qual, dada a sua arbitrariedade, refletia o momento no qual o país vivia. O ministro estava ciente de que um ano seria insuficiente para finalizar as obras do edifício-sede do *seu* ministério, contudo, ainda assim ele optou por iniciá-las. Se considerarmos o fato de que estávamos próximos do término do mandato presidencial de Vargas: o que levaria um ministro a iniciar as obras de um edifício monumental sem poder finalizá-lo? Acreditamos que as circunstâncias presentes no lançamento da pedra fundamental do edifício-sede do MESP nos fornecem indícios da articulação de um golpe de Estado pelo presidente naquele momento. De forma a confirmar essa afirmação, há o teor do discurso de Capanema exaltando as realizações do governo Vargas.

Não encontramos em nossa pesquisa o ministro clarividente, presente em grande parte da historiografia da arquitetura⁵⁵², mas o político hábil, muitas vezes indeciso, cujas ações foram respostas por ele encontradas aos desafios que o cargo lhe impunha. Mais tarde, frente à consagração internacional do edifício, ainda durante a sua construção, a trama seria reescrita de forma a salientar tanto o papel de mecenas conferido a um ministro clarividente e à frente do seu tempo, quanto o grupo de intelectuais modernistas que lhe envolviam em seu ministério. Acreditamos que ambas as atuações, quer do ministro quer dos intelectuais envolvidos, foram supervalorizadas de forma a se perder o caráter político das decisões tomadas. Aliás, não apenas o ministro foi hábil politicamente falando, como também o foi Lucio Costa. Cumpre lembrarmos o perfil desse arquiteto traçado por Manuel Bandeira quando da sua passagem pela direção da ENBA em 1931:

“O arquiteto Lucio Costa, atual diretor da Escola Nacional de Belas-Artes, é um desses homens inteligentes, tranquilos, ricos de vida interior, que sabem escolher o seu

⁵⁵¹ De forma a confirmar a não adesão do ministro aos princípios da arquitetura defendidos por Le Corbusier temos a não aprovação do plano elaborado por aquele arquiteto para a cidade universitária e o posterior convite feito a Mopurgo para o desenvolvimento do projeto.

⁵⁵² De acordo com Le Corbusier “bastaria que uma autoridade – um homem – suficientemente lírica acionasse a máquina, promulgasse uma lei, uma regulamentação, uma doutrina, para que o mundo moderno começasse a sair do enegrecimento de suas mãos e de seu semblante marcado por trabalhos pesados, para que ficasse sorridente, poderoso, contente, crente.” LE CORBUSIER (2004). *Opus cit.*, p.30. A importância dada por aquele arquiteto ao papel a ser desempenhado pela ‘autoridade’ para o desenvolvimento do ‘mundo moderno’ seria, de certa forma, apropriado pela historiografia da “arquitetura moderna brasileira” ao descrever as ações empreendidas pelo ministro Gustavo Capanema à frente do MESP.

caminho e é sempre um caminho onde os outros não andam, caminho sem tumulto, sem competições nem ranger de dentes. Dão um pouco a impressão de já viverem numa sociedade mais bem organizada do que a nossa e no entanto é bem a mesma em que os demais se agridem, se estraçalham e se devoram.”⁵⁵³

Com a consagração do edifício, Capanema verificou a importância do mesmo tanto em sua carreira política e quanto na intelectual e, de político se tornou mecenas estatal da *arquitetura moderna brasileira*, modo pelo qual o passou a ser chamada a arquitetura de inspiração corbusiana produzida no Brasil. Uma arquitetura duplamente adjetivada – moderna e brasileira – e excludente: ou se projetava de acordo com os seus princípios ou não se fazia arquitetura, propriamente dita. Capanema se converteu, a partir de então, no ministro clarividente, naquele que foi capaz, sabiamente aceitando os conselhos da sua *entourage* de intelectuais modernos, de lançar as bases da arquitetura moderna no Brasil. Tornou-se, assim, uma espécie de Lourenço de Médicis tropical, e o Rio de Janeiro a sua Florença tropicalizada.

A partir de 1940, não havia mais espaço para todos serem *modernos*, apenas podiam ser assim chamados aqueles que comungassem do novo credo, uma espécie de dogma, quase que religioso, apesar do caráter agnóstico da nova doutrina. Fruto de uma *guerra santa* os *modernos* mitificaram o passado recente e seus personagens-protagonistas foram alçados a categoria de heróis de uma arquitetura representativa do novo Estado-nação que acreditava ter sido construído. Porém, ainda que não o tenha sido efetivamente, todos os que nele participaram atuaram seriamente em sua realização e, com certeza, influenciaram nos rumos da política e da arquitetura das futuras gerações no Brasil. Reflexos daqueles anos, ditos *heróicos*, são sentidos até hoje, ainda que refratados pelas novas interpretações sobre eles lançadas.

⁵⁵³ BANDEIRA, Manuel (2008). *Opus cit.*, p.396.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADAS:

Arquivo Geral do IPHAN.

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP.

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP.

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

Biblioteca Pereira Passos do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV.

FONTES:

AGACHE, Alfred. Cidade do Rio de Janeiro: extensão – remodelação – embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930 – consultado na Biblioteca Pereira Passos – IPP.

Architectura e construções. São Paulo – consultada na Biblioteca FAU-USP, setor obras raras.

Arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro – consultada na Biblioteca FAU-USP.

BANDEIRA, Manuel. Crônicas da província do Brasil. São Paulo: Cosac Naify, 2006. (1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A Editora, 1937).

_____. Crônicas inéditas I 1920-1931. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro – consultado na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ.

COSTA, Angyone. A inquietação das abelhas (O que pensam e o que dizem os nossos pintores, esculptores, architectos e gravadores, sobre as artes plasticas no Brasil). Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & Cia., 1927. Disponível em http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/artigos_ac.htm

COSTA, Lucio. Lucio Costa: sôbre [sic] arquitetura; organizado por Alberto Xavier, coordenada por Ana Paula Canez – 2ª Ed. Porto Alegre: UniRitter Ed., 2007. Fac-sim. de: Lucio Costa: sôbre [sic] arquitetura; organizado por Alberto Xavier. Porto Alegre: Centro de estudantes universitário de arquitetura, 1962.

_____. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

FRANCO, Virgílio A. de Mello. Outubro, 1930. Rio de Janeiro: Schimdt Editor, 1931.

JEANNERET-GRIS, Charles Édouard - LE CORBUSIER. Conferências pronunciadas, no período de 31 de julho a 15 de agosto de 1936, no auditório da Escola Nacional de Música, no Rio de Janeiro. In: BARDI, Pietro Maria. *Lembrança de Le Corbusier: Atenas, Itália, Brasil*. São Paulo: Nobel, Edusp, 1990, p.117-166.

_____. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

_____. *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004

L'architecte. França – consultada na Biblioteca FAU-USP, setor obras raras.

LACERDA, Maurício de. Segunda República. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos & C., 1931.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. A verdade sobre a revolução de outubro. São Paulo: Gráfico-editora Unitas Limitada, 1933

LISSOVSKY, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. (organização e seleção de documentos, textos e notas). *Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945)*. Rio de Janeiro: MINC, IPHAN; CPDOC/FGV, 1996.

MONTEIRO, Gal. Góes. A Revolução de 30 e a finalidade política do exército. Rio de Janeiro: Adersen editores,

O Jornal, Rio de Janeiro – consultado na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro-RJ.

Processo 6870/35 – consultado no Arquivo Geral do IPHAN, Rio de Janeiro-RJ.

Revista da directoria de engenharia – Prefeitura do Districto Federal – consultada na Biblioteca FAU-USP.

SANTOS, Cecília Rodrigues; PEREIRA, Margareth Campos da Silva; PEREIRA, Romão Veriano da Silva; SILVA, Vasco Caldeira da. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela, Projeto editora, 1987.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

WARHAVCHIK, Gregori. *Arquitetura do século XX e outros escritos*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.36-37.

XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração*. São Paulo: ABEA/FVA/PINI, 1987.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008

ARANTES, Otília. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. Editora da Universidade de São Paulo; Studio Nobel, 1993.

_____ e ARANTES, E. Paulo. *O sentido da Formação: três estudos sobre Antonio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz; GEDOZ, Sirlei Teresinha; BARROS F., Omar Luiz de; MENEGHETTI, Sylvia Bojunga. (org.) *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

_____; BARROS F., Omar Luiz de; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). Reflexões sobre a Era Vargas. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005.

BANHAM, Reyner. Teoria e projeto na primeira era da máquina. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BARDI, Pietro Maria. Lembrança de Le Corbusier: Atenas, Itália, Brasil. São Paulo: Nobel, Edusp, 1990.

BARROS, Luiz Antonio Recamán. Por uma arquitetura, brasileira. Dissertação de mestrado em Filosofia, orientadora Profa. Dra. Otília Beatriz Fiori Arantes. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

_____. Oscar Niemeyer: forma arquitetônica e cidade no Brasil moderno. 2 vols. Tese de doutorado em Filosofia, orientador Prof. Dr. Celso Favaretto. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

BENEVOLO, Leonardo. O último capítulo da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. História da arquitetura moderna. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOMENY, Helena. Guardiões da Razão: Modernistas Mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____(org.). Constelação Capanema: intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia (1926-1932). São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. Tenentismo e revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.) Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2003, p.159-182.

BOSI, Alfredo. Arqueologia do Estado-providência. In: BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.273-307.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRITO, Silvia Helena Andrade. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). In: CORRÊA, Maria Letícia. O ministério da Educação e Saúde. Disponível em http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_gv/IIIparte.pdf acessado em 28 de novembro de 2007

BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____(org.). O que é história cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANCELLI, Elisabeth. O mundo da violência: a polícia na era Vargas. Brasília: UnB, 1993.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: v.16, no.31/32, p.328-352, 1996.

_____. Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas/SP: Papirus, 1998.

_____. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.) Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2003, p.183-213.

_____ & NEVES, Margarida de Souza. Retratos del Brasil: ideas, sociedad y política. In: TERÁN, Oscar. (cood.) Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura em el siglo XX latinoamericano. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, p.99-208.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Perspectiva, 2001.

CARRILHO, Marcos José. Lucio Costa, patrimônio histórico e arquitetura moderna. Tese de doutorado em Arquitetura, orientador Prof. Dr. Nestor Goulart Reis. São Paulo: FAU/USP, 2002.

CAVALCANTI, Lauro (org.). Modernistas na repartição. Rio de Janeiro: UFRJ, Minc – IPHAN, 2000.

_____. (org.) Quando o Brasil era moderno: guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

_____. Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CEVASCO, Maria Elisa. Para ler Raymond Williams. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Difel, 1990.

CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Liberdade, UNESP, 2006.

COLQUHOUN, Alan. Modernidade e tradição clássica – ensaios sobre arquitetura. São Paulo: Cosac & naíf, 2004.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Precisoões Brasileiras: sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos a partir dos projetos e obras de Lucio Costa, Oscar Niemeyer, MAM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia. 1936-1945. Tese de doutorado, orientador Prof. Philippe Panerai. Paris: Universidade de Paris VIII – Vincennes–Saint Denis, 2002.

CRISPIANI, Alejandro. Alejandro Christophersen y el desarrollo del eclecticismo en la Argentina. Disp. em <http://www.arquitectura.com/historia/protag/christoph/christoph.asp> acessado em 23 de fevereiro de 2009.

CUNHA, Célio da. Educação e Autoritarismo no Estado Novo. São Paulo: Cortez, 1989.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Problématique nationale et populisme dans le Brésil de Getúlio Vargas. Thèse redigée en vue de l'obtention d'un doctorat de troisième cycle, sous la direction de Monsieur le Professeur Pierre Vilar. Paris : Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne UER D' Histoire, 1979.

_____. Reflexões sobre o saber histórico: Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Estado-nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas. In: SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (org.) Razão e paixão na política. Brasília: UnB, 2002, p.159-180.

_____. L'État brésilien (1930-1954) dans l'approche vilarienne de la question nationale. In: COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F.. (coord.) Pierre Vilar: une histoire totale, une histoire em construction.

DE DECCA, Edgar Salvadori. 1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIÊGOLI, Leila Regina. Estado novo – nova arquitetura em São Paulo. Dissertação de mestrado – PUCSP, 1996.

FABRIS, Annateresa. Portinari, pintor social. São Paulo: Perspectiva, USP, 1990.

_____. (org.). Modernidade e modernismo no Brasil. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1994.

FAUSTO, Boris. (org.). O Brasil Republicano: sociedades e instituições. Rio de Janeiro: Difel, 1978. (Col. História Geral da Civilização, vol. 3)

_____. A revolução de 30. Historiografia e história. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

_____. Getúlio Vargas. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

FERRAZ, Geraldo. Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil. São Paulo: MASP, 1965.

FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____(org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

_____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.) O Brasil republicano. Vol.2: O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.) Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. *In*: Revista Brasileira (Academia Brasileira de Letras), Rio de Janeiro, v. 1, n. 43, 2005, p. 227-245.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, Minc – IPHAN, 2005.

FRAMPTON, Kenneth. Historia critica de la arquitectura moderna. Barcelona: GG, 1993.

FREIRE, Américo. Uma Capital para a República: Poder Federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Capítulos da memória do urbanismo carioca. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

_____; OLIVERIA, Lúcia Lippi (org.). Capítulos da memória do urbanismo carioca. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

_____; OLIVERIA, Lúcia Lippi (org.). Novas memórias do urbanismo carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro. (coord.). Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Essa gente do Rio ... os intelectuais cariocas e o modernismo. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

_____. Historia e historiadores – a política cultural no Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____ (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000. GOMES, Ângela Maria de Castro. História e historiadores: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____ (org.) Leituras críticas sobre Boris Fausto. Belo Horizonte/MG: UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da pedra: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, Minc – IPHAN, 2002.

GORELIK, Adrián. Das vanguardas à Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GUIMARÃES, Cêça (org.). Arquitetura e movimento moderno. Rio de Janeiro: PROARQ – PROURB, FAU/UFRJ, 2006.

HALL, Stuart. Identidade e cultura na pós-modernidade. São Paulo: DP&A, 1999.

HARRIS, Elizabeth Davis. Le Corbusier: riscos brasileiros. São Paulo: Nobel, 1987.

HERF, Jeffrey. O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na república de Weimar e no 3º Reich. São Paulo: Ensaio, 1993.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (org.) A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: 1994.

HOBBSBAWN, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780 – programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

_____; RANGER, Terence. (org.) A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HUNT, Lynn. Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JENCKS, Charles. Movimentos modernos em arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

KAMITA, João Masao. Estado moderno e país novo. Tese de doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas, orientadora Profa. Dra. Marlene Yurgel. São Paulo: FAU/USP, 1999.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na semana de arte moderna de 1922. In: Estudos Históricos, Arte e História, n. 30, 2002/2, CPDOC/FGV.

_____. Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá editora, 2008.

KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo: Nobel, Edusp, 1990.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

_____. Realidades e Ficções na trama fotográfica. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

LACERDA, Aline Lopes. Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial 'Obra Getuliana'. In: GOMES, Ângela Castro (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, p. 103-139, 2000.

LAFETÁ, João Luiz. 1930: a crítica e o modernismo. São Paulo: Duas Cidades, 34, 2001.

LAUERHASS Jr. Ludwig & NAVA, Carmem (org.). Brasil: uma identidade em construção. São Paulo: Ática, 2007

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jean. A nova História. Coimbra: Almedina, 1990.

_____. História e memória. Campinas: UNICAMP, 2003.

LENHARO, Alcir. A sacralização da política. São Paulo: Papirus, 1986.

LEONÍDIO, Otavio. Carradas de razões: Lucio Costa e a arquitetura moderna brasileira (1924 – 1951). Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2007.

LEVINE, Robert M. O regime de Vargas – os anos críticos 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980.

_____. Pai dos pobres ?: o Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

LEVY, Ruth Nina Vieira Ferreira. A Exposição do Centenário como marco para a profissão do arquiteto. In: 19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte. Volume II, n. 3, julho de 2007. Disponível em <http://www.dezenovevinte.net/19e20/> acessado em 21 de março de 2009.

LIPPI, Lúcia Oliveira (coord.). Elite intelectual e debate político nos anos 30. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

LORENZO, Helena Maria de; COSTA, Wilma Peres da. (org.) A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: UNESP, 1997

LUCA, Tânia Regina. A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Unesp, 1999.

MARTINS, Carlos Alberto F. Arquitetura e Estado no Brasil – elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lucio Costa. Dissertação de Mestrado em História Social, orientador Prof. Dr. Arnaldo Daraya Contier. São Paulo: FFLCH-USP, 1987.

MESTRES DO MODERNISMO. São Paulo: Fundação José e Paulina Nemirovsky, Pinacoteca do Estado, 2005.

MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MINDLIN, Henrique. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro: Aeroplano, IPHAN, 2000.

MOTTA, Marly; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. A política carioca em quatro tempos. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

NOBRE, Ana Luiza. Carmem Portinho: o moderno em construção. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

_____; KAMITA, João Masao; LEONÍDIO, Otávio; CONDURU, Roberto (org.). Lucio Costa: um modo de ser moderno. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A história na política, a política na história. São Paulo: Alameda, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. Estado Novo: ideologia poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: brasiliense, 2006.

PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PARANHOS, Adalberto. O roubo da fala. São Paulo: Boitempo, 2007.

PARDAL, Paulo. Brasil, 1792: início do ensino da engenharia civil na escola de engenharia da UFRJ. Rio de Janeiro: Construtora Norberto Odebrecht S.A., CBPO, 1985.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. In: R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 41-74, nov. 2005/ abr. 2006 Disp. em http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/bressan_pdf.pdf acessado em 21 de fevereiro de 2009.

_____. O pensamento de John Ruskin no debate cultural brasileiro dos anos 1920. Disponível em 19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte. Volume III, n. 4, outubro de 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/19e20/> acessado em 03 de fevereiro de 2009.

_____. Lucio Costa e a Escola Nacional de Belas Artes. Disponível em <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Maria%20Lucia%20Bressan%20Pinheiro.pdf> acessado em 03 de fevereiro de 2009.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol. 2, no. 3, 1989.

PRESTES, Anita Leocádia. Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura ? São Paulo: Paz e Terra, 1999.

PUPPI, Marcelo. Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia. São Paulo: Pontes, CPHA/IFCH, 1998.

RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Élide Rugai; ROLLAND, Denis. (org.) *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

SANTOS, Paulo. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas. 2000.

SCULLY JR., Vincent. *Arquitetura moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1999.

SEGRE, Roberto. *Ministério da Educação e Saúde Pública no Rio de Janeiro (1935-1945): um work in progress da Primeira Modernidade Brasileira*. Capítulos 1 e 2. Trabalho ainda não publicado, encaminhado via e-mail pelo autor.

SILVA, Hélio. *1930 – a Revolução Traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *1934 – A Constituinte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. *1937 – Todos os Golpes se Parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, José Luiz Werneck da. (org.) *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. vol 1. *O feixe. O autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

SILVA, Lúcia. *História do urbanismo no Rio de Janeiro: administração municipal, engenharia e arquitetura dos anos 1920 à ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: e-papers, 2003.

SILVA, Maria Angélica. *As formas e as palavras na obra de Lucio Costa*. Dissertação de mestrado em História Social, orientadora Profa. Dra. Margareth Campos da Silva Pereira. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1991.

SOUZA, Ricardo Forjaz Christiano de. O debate arquitetônico brasileiro – 1925-1936. Tese de doutorado em Filosofia, orientador Prof. Dr. Celso Fernando Favaretto. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

SOUZA, Ricardo Luiz. Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TOGNON, Marcos. Arquitetura italiana no Brasil: a obra de Marcello Piacentini (história, catálogo, documentos). Campinas: Unicamp, 1999.

TOTA, Antônio Pedro. O imperialismo sedutor; a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

TRINDADE, Hélió. O positivismo: teoria e prática. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

VASCONCELLOS, Eduardo Mendes de. Le Corbusier e Lucio Costa, “le Maître” e o Mestre, um intercâmbio de saberes. Disponível em <http://www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Eduardo%20Vasconcellos.pdf> acessado em 21 de fevereiro de 2009.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

_____. Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

VIEIRA, Lúcia Gouvêa. Salão de 1931: marco da revelação da arte moderna em nível nacional. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1984.

VILAR, Pierre. Cataluña em la España moderna. Barcelona: Crítica, 1978. Hidalgos, amotinados y guerrilleros. Barcelona: Crítica, 1982.

_____. Iniciación al vocabulário del análisis histórico. Barcelona: Crítica, 1982.

_____. Pensar históricamente. Barcelona: Crítica, 2004.

WASSERMAN, Claudia. Os programas políticos e trajetória pública dos candidatos à sucessão das oligarquias no México, Brasil e Argentina no começo do século XX. In: Revista de História Comparada, vol.1, no. 1, junho de 2007

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

WILLIAMS, Daryle. Culture Wars in Brazil: the first Vargas regime, 1930-1945. Durham, Duke University Press, 2001.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

WISNIK, Guilherme. Lucio Costa. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ANEXO 1 – Cronologia dos acontecimentos narrados nessa dissertação

vermelho – acontecimentos políticos

azul – acontecimentos relacionados ao plano da cidade universitária

1929

OUTUBRO - NOVEMBRO DE 1929

primeira visita de Le Corbusier ao Brasil.

1930

NOVEMBRO DE 1930

03 – Getúlio Vargas assume a chefia do Governo Provisório.

14 – criação do MESP pelo decreto nº 19.402 – posse de Francisco Campos no MESP.

DEZEMBRO DE 1930

08 – Lucio Costa é designado ou mantido (nessa hipótese, a posse teria ocorrido em 13 de setembro) no cargo de diretor da ENBA, em substituição ao escultor José Correa Lima.

1932

OUTUBRO DE 1932

28 – Washington Pires solicita a Pedro Ernesto a quadra F da Esplanada do Castelo para a construção do edifício-sede do ministério.

NOVEMBRO DE 1932

12 – Pedro Ernesto aceita alienar o terreno mediante encontro de contas, desde que o edifício de MESP cumpra com a lei vigente para construções naquele local. Processo 406/33 – Tratativas para a aquisição do terreno na quadra F da esplanada do Castelo.

1934

JULHO DE 1934

16 – promulgação da Constituição fruto de uma Assembléia Constituinte.

20 – posse de Getúlio Vargas como presidente constitucional do Brasil.

26 – posse de Gustavo Capanema como titular do MESP.

OUTUBRO DE 1934

19 – carta de Signorelli a Capanema.

NOVEMBRO DE 1934

16 – resposta da contabilidade do MESP sobre os recursos necessários à construção de um edifício-sede para o MESP.

1935

FEVEREIRO DE 1935

06 – escritura do terreno na quadra F da esplanada do Castelo.

11 – solicitação, pelo ministro Gustavo Capanema, da elaboração de um edital de abertura do concurso para a escolha do projeto do futuro edifício-sede do MESP.

18 – apresentação da Minuta do edital de concorrência pública para o concurso de projeto do edifício da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública ao ministro Gustavo Capanema.

MARÇO DE 1935

05 – a Minuta do edital é devolvida, por Capanema à Divisão técnica, para que sejam feitas as correções necessárias. (p.1)

09 – Capanema solicita ao Embaixador da Espanha dados sobre a Cidade Universitária da Universidad de Madrid (resposta do embaixador espanhol em 17 de junho de 1935 – na realidade não existia uma universidade de Madrid como supunha o ministro, mas apenas uma faculdade de filosofia e letras...)

ABRIL DE 1935

04 – Pedro Ernesto assina o Decreto Municipal nº 5.513 referente à criação da Universidade do Rio de Janeiro.

04 – Promulgação da lei de segurança nacional (LSN) – crimes de ordem econômica e social;

08 – posse de Pedro Ernesto como prefeito constitucionalmente eleito do Rio de Janeiro

09 – termo de entrega do terreno da quadra F da esplanada do Castelo.

20 – o ministro Gustavo Capanema aprova a redação do edital e solicita que sejam tomadas as providências necessárias à sua publicação.

25 – primeira publicação do edital de concorrência pública para o concurso de projeto do edifício da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública no Diário Oficial.

(o edital foi republicado nos dias 02 e 11 de maio e, notas referentes ao mesmo nos dias 04, 10 e 14 do referido mês)

MAIO DE 1935

03 – **Instalação solene do Congresso:** primeira legislatura ordinária após o movimento armado político-militar de 1930.

Mensagem do presidente Vargas ao Poder Legislativo: “o Ministério da Educação e Saúde Pública não está ainda organizado de maneira que possa dar cabal desempenho às funções, a que se destina.”

MAIO A JUNHO DE 1935 – tratativas para a vinda de Marcello Piacentini ao Brasil, para desenvolver o projeto da Cidade Universitária, no terreno da Praia Vermelha (de acordo com o estabelecido no Plano Agache)

JUNHO DE 1935

11 – Últimos preparativos para a viagem de Piacentini ao Brasil.

15 – data limite para a entrega dos projetos.

17 – **Primeira Reunião do Júri (das 17h até às 18h50, no edifício da Biblioteca Nacional):** abertura das propostas.

JULHO DE 1935

03 – criação da Universidade do Distrito Federal – Anísio Teixeira.

05 – Segunda Reunião do Júri (14h, no edifício da Biblioteca Nacional): foram escolhidos 3 ante-projetos: PAX (Archimedes Memória) ; MINERVA (Raphael Galvão) e ALPHA (Gérson Pompeu Pinheiro).

08 – Terceira Reunião do Júri (18h, no edifício da Biblioteca Nacional): os projetos escolhidos na segunda reunião são considerados classificados para a prova seguinte: desenvolvimento de projeto.

19 – Designação de uma Comissão de Professores responsável pela elaboração do Plano de organização da Universidade = Comissão da Cidade Universitária (Primeira reunião em 22 de julho – instalação solene). Integrantes: Ernesto de Souza Campos, Ignácio Azevedo do Amaral, José Cavalcante Felipe, Jonathas Serrano, M. B. Lourenço Filho. Washington Azevedo foi convidado para participar e recusou o convite.

A Comissão da Cidade Universitária tinha a colaboração de comissões especializadas. Na Comissão de Belas Artes figuravam os seguintes nomes: Archimedes Memória, Rodolpho Chamberland, José Otávio Correia Lima, Augusto Bracet, Morales de los Rios e Mario Leal.

31 – Inauguração oficial da UDF.

AGOSTO DE 1935

13 - Chegada de Marcelo Piacentini ao Rio de Janeiro, a convite do ministro Gustavo Capanema e passagem paga pelo governo italiano, para a elaboração do projeto da Cidade Universitária.

24 – Carta de Fernando Lobo a Gustavo Capanema sobre a organização dos serviços públicos nos EUA e a arquitetura das Secretarias de Estado.

Retorno de Marcelo Piacentini à Itália.

SETEMBRO⁵⁵⁴ DE 1935

Publicação na **RDE-PDF** (ano IV, nº 18, setembro de 1935) da tradução, pelo engenheiro e arquiteto Affonso Eduardo Reidy, de um artigo da revista *L'architecture d'Aujourd'hui* sobre a Caixa de Aposentadoria de Praga, obra dos arquitetos Havlicek e Honzik. Na mesma edição, foram publicados os projetos de Affonso Eduardo Reidy e de Jorge Machado Moreira e Ernâni Vasconcelos, os quais foram desclassificados na segunda reunião do júri do concurso para a escolha do projeto do edifício-sede do MESP.

⁵⁵⁴ Sobre setembro de 1935, há a referência de Lucio Costa expressa em correspondência endereçada a Le Corbusier, datada de 26 de junho de 1936: “Em setembro de 1935, sou chamado ao Ministério da Educação. É que o ministro Capanema tem, como chefe de seu gabinete, Carlos Drummond de Andrade: um poeta – quer dizer, alguém que, como Bandeira, tem o sentido profundo das realidades ‘verdadeiras’ e sabe não-las transmitir (não conclua daí que os poetas crescem aqui como cogumelos; muito ao contrário, eles são três ou quatro para 8.522.000 km²). Parece que, tendo ficado ao corrente de minha aventura na Escola, ele interveio a meu favor junto ao Ministro – em resumo: sou posto em contato com o ministro que, desolado com o resultado de um concurso que ele tinha promovido para a construção de um novo edifício onde deve instalar-se seu ministério (o projeto classificado em primeiro lugar é simplesmente idiota), encomenda um novo projeto a mim e a outros arquitetos, cujos nomes o senhor já conhece. (In: LISSOVSKY & SÁ (1996). *Opus cit.*, p.93)

OUTUBRO DE 1935

01 – Reunião de Encerramento do Concurso (16h20, em uma das salas do gabinete do ministro – edifício Rex, 14º andar) – Ata da Reunião de encerramento do concurso. Resultado final: 1º lugar: Arquimedes Memória; 2º lugar: Rafael Galvão – Mário Fertin; 3º lugar: Gérson Pompeu Pinheiro.p.79-81

Voto de Souza Aguiar.

02 – voto de Natal Palladini; 04 – voto de Salvador Batalha; 08 – Adolpho Morales de los Rios filho subscreve o voto dado por Souza Aguiar.

16 – Gustavo Capanema encaminha ao presidente Vargas a exposição de motivos e o projeto de lei de reorganização administrativa do MESP.

26 – Solicitação do MESP à PDF de que possam não ser seguidos algumas dos aspectos do plano diretor na construção do edifício-sede ministerial.

NOVEMBRO DE 1935

05 – Autorização da PDF para o prédio do MESP não obedecer, integralmente, ao gabarito oficial, adotado pelo Plano Agache, “uma vez que se trata de edificio publico que ocupará toda uma quadra naquelle local.” Contudo, recomendou-se que o ministro entrasse em contato com o arquiteto-chefe da Diretoria de Engenharia, Affonso Eduardo Reidy.

14 – Gustavo Capanema (re)encaminha ao presidente Vargas a exposição de motivos e o projeto de lei de reorganização administrativa do MESP. GV 35.11.14 XX-20

23 – 29 – Intentona comunista

DEZEMBRO DE 1935

Decretação do Estado de Sítio.

03 – lei nº 125 – Estabelece regras sobre a construção de edifícios públicos (publicação na íntegra na RDE-PDF, volume III, número II, de março de 1936)

1936

JANEIRO DE 1936

Publicação na RDE-PDF (volume III, número 1, janeiro de 1936) do texto-manifesto Razões da nova arquitetura de Lucio Costa.

08 – proposta dos arquitetos *modernos* para a elaboração de um projeto para o edifício-sede do MESP.

ordem das assinaturas: Costa / Vasconcellos / Leão / Reidy / Niemeyer / Moreira.

17 – lei nº 193: “A construção do edifício do MESP *independe* da observância da formalidade constante do art. 5 da lei n. 125 de 03 de dezembro de 1935.”(grifos nossos)

29 – Capanema, em nome da comissão de engenheiros e arquitetos da Cidade Universitária, solicita a Vargas a vinda de Le Corbusier, juntamente com Piacentini, ao Brasil

FEVEREIRO DE 1936

11– Rascunho de carta redigido por GC e endereçado a GV

MARÇO DE 1936

04 – Solicitação de pareceres técnicos sobre o projeto vencedor do concurso – PAX de Arquimedes Memória: a Saturnino de Brito (engenheiro sanitarista) e a Maurício Nabuco (diplomata e autor de projeto para racionalização do Serviço Público).

06, 07 (resposta de Adolpho Morales de los Rios filho) e 10 – artigos Arquitetura em família..., Tudo em família... publicados no Correio da Manhã, Rio de Janeiro. Encontramos no arquivo Capanema datado de 09/03/1936 o seguinte bilhete redigido por Adolfo Morales de los Rios Filho, em papel timbrado do CREA – Gabinete do Presidente: “Ao illustre Ministro da Educação Dr. Gustavo Capanema Com as melhores homenagens de seu adm^{or} e amigo Adolfo Morales de los Rios 9-3-36”

10 – parecer de Saturnino de Brito Filho; 16 – parecer de Maurício Nabuco; 18 – apresentação do projeto ‘pax’ à Inspetoria de Engenharia Sanitária do MESP.

INÍCIO DAS TRATATIVAS PARA A VINDA DE LE CORBUSIER AO BRASIL

21 – carta de Monteiro de Carvalho a Le Corbusier convidando-o a participar da elaboração dos projetos do edifício-sede do MESP e da cidade universitária, no Rio de Janeiro, bem como a ministrar um curso de dois a três meses na ENBA, durante sua estada no Brasil. A resposta de Le Corbusier está datada de 30 de março do mesmo ano.

24 – parecer de Domingos José da Silva Cunha (diretor da Inspetoria de Engenharia Sanitária do MESP).

25 – Carta-convite oficial do ministro Gustavo Capanema a Lucio Costa para a constituição de uma equipe de arquitetos responsável pela elaboração do projeto do edifício-sede do MESP.

30 - “Proposta para elaboração do projeto do Edifício para a sede do MESP” elaborada por Lucio Costa.

Decretação do estado de guerra pelo Senado.

ABRIL DE 1936

07 – Formação Comissão da Cidade Universitária.

13 – **Primeira reunião da Comissão de Projeto da Cidade Universitária** composta por engenheiros e arquitetos e responsável pela elaboração do plano urbanístico da mesma...

MAIO DE 1936

03 – **instalação do Congresso**

05 – carta de Le Corbusier ao ministro Gustavo Capanema.

09 – Designação da Comissão incumbida de examinar a situação jurídica dos terrenos destinados à construção da Cidade Universitária.

15 – entrega do projeto (com sete pavimentos) e do Memorial Descritivo elaborado pela Comissão de Arquitetos.

15 – Solicitação de pareceres técnicos sobre o projeto apresentado pela equipe moderna: “Sejam ouvidos sobre o projeto os srs.: Prof Domingos Cunha, Eng. Saturnino de Brito, Arch. Souza Aguiar, Arch. Ângelo Bruhns, Ministro Maurício Nabuco, Dr. Teixeira de Freitas, Dr. Hilário Leitão, Dr. Heitor Farias.

JUNHO DE 1936

02 – **carta de Gustavo Capanema a Getúlio Vargas** solicitando a contratação de Le Corbusier e de Marcello Piacentini para opinarem sobre o projeto da Cidade Universitária.

02 – parecer de Souza Aguiar; **04** – parecer de Saturnino de Brito; **05** – parecer de Domingos da Silva Cunha; **09** – parecer de Ângelo Bruhns; **12** – **parecer de Maurício Nabuco; 15** – parecer dos diretores gerais do MESP.

15 – os pareceres solicitados são juntados ao processo.

JULHO DE 1936

08 – Raul Leitão da Cunha autorizou a realização das conferências de Le Corbusier no Salão Nobre da ENBA.

12 de julho a 15 de agosto – permanência de Le Corbusier no Brasil.

13 – Gustavo Capanema solicita a Le Corbusier um parecer sobre o projeto do edifício-sede do MESP, elaborado pela equipe de arquitetos.

18 – **Exame dos pareceres emitidos pela Divisão Técnica do MESP** - estabeleceu um rol de correções necessárias e outro de correções desejáveis !

– artigo Comunismo intelectual – jornal A offensiva, Rio de Janeiro

AGOSTO DE 1936

10 – parecer de **Le Corbusier** sobre o projeto do edifício-sede do MESP, elaborado pela equipe de arquitetos.

11 – Capanema solicitou a Le Corbusier que expusesse as referidas *modificações de detalhes*, conforme expusera no relatório, para que fosse executado, caso não ocorresse a troca de terrenos, o projeto proposto pela equipe de arquitetos brasileiros.

13 – entrega do esboço do projeto do edifício-sede do MESP no terreno do Castelo, por Le Corbusier.

14 – última conferência de Le Corbusier no INM.

Carta de Capanema agradecendo a visita de Le Corbusier, e o exemplar de La ville radieuse que lhe foi ofertado pelo arquiteto.

SETEMBRO DE 1936

03 - resposta dos arquitetos ao parecer técnico da Superintendência de Obras e Transportes.

08 – criação pelo Senado do Tribunal de Segurança Nacional (TSM), cujos membros seriam nomeados pelo presidente da República no dia 26 do mesmo mês.

22 – **Visita do arquiteto francês Auguste Perret ao Rio de Janeiro**, onde proferiu uma palestra, no Instituto Nacional de Música.

24 – Telegrama a Arthur Costa solicitando a liberação de verbas. Reiterado em 07 de outubro.

OUTUBRO DE 1936

14 – parecer de Washington Azevedo.

19 – apreciação do projeto por GC.

21 – entrega à C.U.B do plano de Le Corbusier para a Cidade Universitária.

NOVEMBRO DE 1936

13 – Capanema solicita a intervenção de Vargas na liberação dos créditos necessários ao início das obras do edifício.

21 – encaminhamento do processo a Getúlio Vargas p. 365-370;

Inauguração do Instituto do Cacau, em Salvador, com a presença de Getúlio Vargas.

25 – o processo é encaminhado à apreciação do **Ministro da Fazenda**;

27 – **Chegada do presidente Roosevelt ao Rio de Janeiro**

DEZEMBRO DE 1936

03 – pedido de demissão do Ministro da Guerra – general João Gomes

04 – nomeação do general Eurico Gaspar Dutra para o Ministério da Guerra.

28 – os arquitetos brasileiros solicitam “o pagamento – antes de 31 de dezembro” a liberação da primeira parte dos honorários combinado 100:000\$000 “projecto encomendado a 25 de março e entregue em maio do anno corrente”

1937

JANEIRO DE 1937

05 – carta de Lucio Costa a Gustavo Capanema – apresentação de uma *variante* para o projeto anteriormente elaborado: “Juntamente com os arquitetos Oscar Niemeyer Soares Filho, Ernani Mendes de Vasconcelos, Jorge Machado Moreira, Affonso Eduardo Reidy e Carlos Leão, apresento-lhe, nesta data, uma variante ao projeto por nós elaborado para a sede dessa Secretaria de Estado.”

10-15 – pagamento aos arquitetos da verba referente à conclusão da primeira etapa dos trabalhos. **Autorização de Souza Costa.**

13 – Aprovação da lei 378/37 – (re)organização administrativa do MESP.

14 – Parecer de Souza Aguiar.

18 – “Faça-se o projeto, segundo o plano traçado. As plantas devem ser organizadas de modo que, nos primeiros dias de fevereiro, possa ser aberta a concorrência para a construção da estrutura. – Aprovado que seja o projeto, será paga a primeira prestação dos honorários dos arquitetos. 18.I.1937. Capanema”

FEVEREIRO DE 1937

08 – “Sr. Presidente:

Submetto á consideração de V.Excia., o presente processo, em que se trata do inicio das obras de edificação do prédio destinado á Secretaria de Estado da Educação e Saúde.

Trata-se de um empreendimento de grande alcance para a administração federal. Sua realização é da maior urgencia.

Nestas condições, parece-me que a execução das obras, sem a formalidade da concorrência publica, na forma do Regulamento Geral de Contabilidade, é de conveniência.

Se assim o entender V. Excia., peço-lhe que o autorize.

8-II-1937

Capanema

Despacho do Sr.Presidente da República:

AUTORIZADO, fazendo-se concurrencia administrativa.

Em 9-2-1937

G.Vargas.”

22 – apresentação do projeto definitivo do MESP

26 – aprovação pelo ministro

26 – publicação no DO da concorrência administrativa para a construção e estrutura de concreto armado para o edifício do ministério a ser construído na quadra F da Esplanada do Castelo.

MARÇO DE 1937

12 – rejeição pela C.U.B do plano de Le Corbusier para a Cidade Universitária.

A Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública passou a se chamar Ministério da Educação e Saúde.

15 – data da entrega das propostas dos empreiteiros para a concorrência administrativa.

ABRIL DE 1937

13 – solicitação manuscrita de GC à GV para declarar sem efeito a concorrência administrativa realizada: “Trata-se, no caso, de uma obra urgente. O Ministério da Educação está esfacelado, sem nenhuma possibilidade de organização, de ordem, de disciplina. Está disseminado por salas (muitas das quais), alugadas a particulares, em vários pontos da cidade. Por causa disto, tudo nele se realiza com demora e atraso, e a custa de grandes esforços.

É preciso começar a edificação da sua sede com a maior urgência. Entretanto, ainda serão grandes as delongas da concorrência, causando prejuízo ao serviço público.”

A responsabilidade pela execução das obras passou a ser da Secretaria de Obras do MÊS.

19 - “Tendo em vista as razões expostas no processo de fls 44, resolvo declarar sem efeito a concorrência administrativa de trata esse processo. Sejam as obras feitas diretamente pelo Serviço de Obras do Ministério. 19-4-37 Capanema” Publicado no DO em 26/abr/1937 p.45

24 (sábado) – Solenidade do lançamento da pedra fundamental do edifício do MES

Discurso de Capanema: CPDOC/FGV GC f 34 10 19 rolo 18, fot.271-272 (versão datilografada) 273-276 (versão manuscrita *para enviar para a imprensa ???*)

MAIO DE 1937

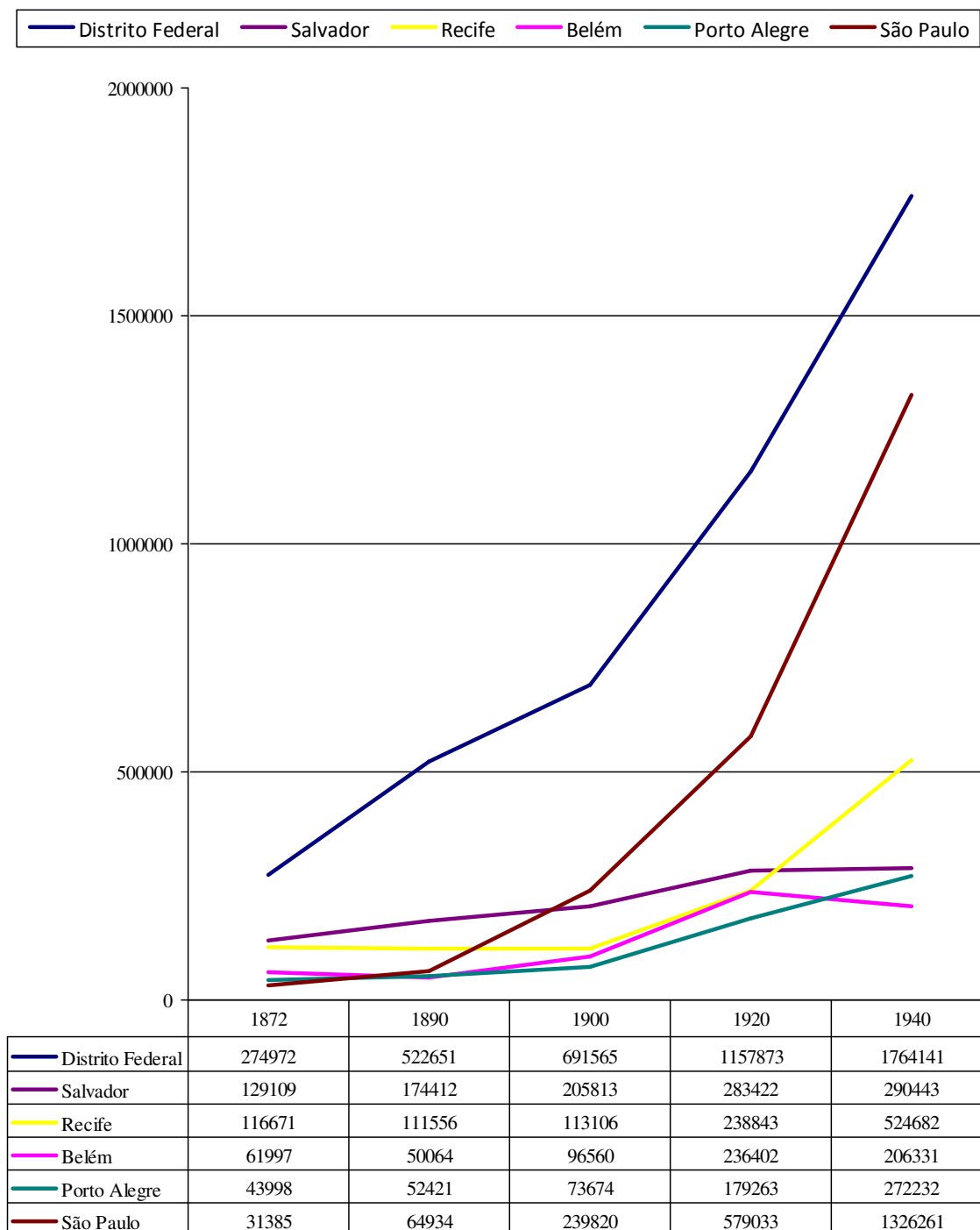
02 – início efetivo das obras

OUTUBRO DE 1937

Extinção formal da comissão de engenheiros e arquitetos responsável pelo plano da Cidade Universitária.

ANEXO 2 – Evolução populacional das maiores cidades do Brasil 1872-1940

Fonte: SANTOS, Milton. A urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993, p.137



População total do Brasil: 1872 (9930478 hab.); 1890 (14333915 hab.); 1900 (17438434 hab.); 1920 (30635605 hab.); 1940 (41236315 hab.).

Fonte: http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=POP05 acessado em 21 de março de 2009.

ANEXO 3 – Quadro comparativo: Edital publicado – Versão preliminar

Edital publicado: Edital de concorrência pública para o concurso e projetos do edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública	Versão preliminar: Edital de concorrência pública para o concurso de projeto do edifício do Secretaria de Estado ⁵⁵⁵ da Educação e Saúde Pública
1 - Fica aberto, nesta data, um concurso de projetos para o edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública:	Parte I – Capítulo I Das bases do concurso 1 – Fica aberto, nesta data, um concurso de projetos para o edifício da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública:
2 – O concurso constará de duas provas sucessivas. À primeira prova poderão concorrer, individualmente, todos os arquitetos legalmente habilitados ao exercício da sua profissão no Brasil. À segunda serão admitidos somente os concorrentes, em número de cinco , escolhidos pelo júri, na primeira prova.	2 – O concurso constará de duas provas sucessivas, a primeira pública e a segunda privada: a) à primeira prova poderão concorrer, individualmente, todos os arquitetos brasileiros oficialmente registrados; b) à segunda prova concorrerão, tão-somente, os concorrentes escolhidos pelo Jury na primeira prova, até o máximo de quatro .
3 – Cada concorrente entregará seu trabalho em invólucro fechado e lacrado, levando apenas por fora uma divisa com a qual serão assinados também os desenhos. O invólucro virá acompanhado de um envelope, levando externamente a mesma divisa do invólucro e contendo o nome e o endereço do autor.	3 – Cada concorrente entregará seu trabalho em invólucro fechado e lacrado, levando apenas por fora uma divisa com a qual serão assinados também os desenhos; o invólucro virá acompanhado de um envelope, levando externamente a mesma divisa do invólucro e contendo o nome e o endereço do autor.
4 – Os arquitetos escolhidos para a prova final serão convidados a demonstrar que estão legalmente habilitados ao exercício da profissão.	4 – Os arquitetos escolhidos na prova final serão convidados a apresentar suas carteiras profissionais.
5 – A área, na qual deve ser feito o edifício , é retangular, e mede 91m,60 pelas ruas Araújo Porto Alegre e Pedro Lessa e 69m,00 pelas ruas Graça	5 – A área a edificar é retangular e mede 69.00 pelas ruas Araújo Porto Alegre e Pedro Lessa 91.60 pelas ruas Graça Aranha e Imprensa, ficando porém a

⁵⁵⁵ De acordo com a lei 378 verificamos que a denominação Secretaria de Estado se refere a apenas um dos órgãos que compõe o MESP.

Art. 5.º Os órgãos de direcção, cujo conjuncto fórma a Secretaria de Estado, são os seguintes: a) Gabinete do Ministro; b) órgãos de administração geral; c) órgãos de administração especial; d) órgãos complementares.

Aranha e Imprensa, ficando a critério do concorrente <u>recuar ou não a fachada principal do edifício até 10m,00 a partir do alinhamento.</u>	<u>critério do projetista o recuo desses alinhamentos, até um máximo de 10.00.</u>
6 – Na primeira prova, o candidato apresentará apenas as plantas de cada pavimento e da cobertura, o desenho da fachada principal, uma perspectiva do ângulo e um corte.	6, alínea a: na prova de esboço o candidato apresentará apenas as plantas, a fachada principal e um corte.
7 – Os desenhos exigidos para a prova final são os seguintes: planta de cada pavimento e da cobertura; corte longitudinal e transversal; <u>desenho das fachadas exteriores e interiores, desenho do hall e da escadaria principal</u> , e perspectiva de ângulo, com o horizonte a dois metros de altura e a distância mínima suficiente para evitar deformações exageradas.	6, <i>caput</i> – Os desenhos exigidos para a prova final são os seguintes: planta de cada pavimento e da cobertura; corte longitudinal e transversal; <u>fachada principal e lateral</u> e perspectiva de ângulo, com o horizonte a dois metros de altura e a distância mínima suficiente para evitar deformações exageradas.
8 – A escala das plantas, cortes e fachadas é, na primeira prova, de 1:200 e para a segunda, de 1:100, nas plantas, e de 1:50 nas elevações.	6, alínea b: a escala das plantas, cortes e fachadas é, para a primeira prova a de 1:200 e na segunda de 1:100.
9 – A altura do edifício projetado não deverá exceder ao máximo permitido pela <u>legislação municipal.</u>	7 – A altura do edifício projetado não deverá exceder à máxima altura permitida pela <u>Prefeitura Municipal.</u>
10 – Os trabalhos serão elaborados em estrita observância a este edital, não sendo admitidos outros desenhos, documentos ou modelos, além dos acima especificados.	8 – Os trabalhos serão elaborados com estrita observância a este edital, não sendo admitidos outros desenhos, documentos ou modelos, além dos acima especificados.
11 – Nenhum concorrente poderá enviar variantes de um mesmo projeto, mas poderá apresentar, na primeira prova, mais de um projeto.	8, alínea a: Nenhum concorrente poderá enviar variantes de um mesmo projeto, mas poderá apresentar, na primeira prova, mais de um projeto.
	8, alínea b: Os projetos que não estiverem de acordo com este edital serão excluídos do concurso.
12 – Não poderão tomar parte no concurso, direta ou indiretamente, os arquitetos pertencentes à	9 – Não poderão tomar parte no concurso, direta ou indiretamente, os arquitetos pertencentes à

Superintendência de Obras e Transportes do Ministério da Educação e Saúde Pública. ⁵⁵⁶	Superintendência de Obras e Transportes.
13 – Sendo a segunda prova de desenvolvimento, nela deverá o concorrente observar as linhas gerais do esboço apresentado na primeira prova.	10 – A segunda prova sendo de desenvolvimento o concorrente deverá observar as linhas gerais do esboço apresentado na primeira prova.
14 – Os trabalhos da primeira prova serão entregues, mediante recibo, na avenida Rio Branco ns. 219/39, 4º andar (Biblioteca Nacional), até as 14:00 h do dia 31 de maio do corrente ano.	11 – Os trabalhos da primeira prova serão entregues, mediante recibo, na avenida Rio Branco ns. 219/39, 4º andar (Biblioteca Nacional), até as 14:00 h do dia ____ de _____ do corrente ano.
15 – O prazo para o desenvolvimento do esboço é de sessenta dias, a contar da data em que a Superintendência de Obras e Transportes fizer aos concorrentes escolhidos na primeira prova a devida comunicação.	11, alínea a: O prazo para o desenvolvimento do esboço é de sessenta dias, a contar da data em que a Superintendência de Obras e Transportes comunicar aos escolhidos.
16 – Os desenhos serão apresentados em papel colado sobre caixilhos leves de madeira ou pregados sobre papelão com enquadramento de papel grosso colorido.	11, alínea b: Os desenhos serão apresentados em papel colado sobre caixilhos leves de madeira ou pregados sobre papelão com enquadramento de papel grosso colorido.
	11, alínea c: as dimensões máximas dos quadros, são, para a primeira prova de 0,70x0,64 e na segunda de 1,40x1,20.
17 – Os trabalhos não premiados serão devolvidos aos seus autores que os procurarem, até 15 dias depois de publicado o resultado do julgamento. Findo este prazo, os concorrentes que não os tiverem procurado perderão o direito dos mesmos.	12 – Os trabalhos não premiados serão devolvidos aos seus autores que os procurarem, até 15 dias após o julgamento, findo este prazo, os concorrentes perderão o direito a posse dos mesmos.
18 – Os trabalhos premiados ficarão ⁵⁵⁷ sendo propriedade do Ministério da Educação e Saúde Pública, perdendo o autor todos os direitos sobre os mesmos.	13 – O trabalho premiado ficará sendo propriedade do Ministério da Educação e Saúde Pública, perdendo o autor todos os direitos sobre os mesmos.
19 – No projeto classificado em primeiro lugar, poder-se-á exigir que sejam feitas modificações complementares que forem julgadas convenientes pelo Ministério da Educação e Saúde Pública.	13, parágrafo único: No projeto classificado em primeiro lugar o Governo poderá exigir que sejam feitas pelo autor modificações julgadas convenientes.

⁵⁵⁶ Especifica que a exclusão se dirige apenas aos integrantes do MESP não à toda a administração pública.

⁵⁵⁷ Ou seja, todos os trabalhos que receberam o prêmio e não apenas o primeiro colocado como estava previsto na versão preliminar do edital.

20 – O concurso será julgado por uma <u>comissão</u> formada pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, que a presidirá, por um <u>professor da Escola Nacional de Belas Artes</u>, <u>por um professor da Escola Politécnica</u>, por um representante do Instituto Central dos Arquitetos e pelo Superintendente de Obras e Transportes.	Capítulo II – Do Jury 14 – O concurso será julgado por um <u>Jury</u> <u>constituído de</u> uma comissão formada pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, que o presidirá, <u>pelo Diretor da Escola Nacional de Belas Artes</u>, por um representante do Instituto Central dos Arquitetos e pelo Superintendente de Obras e Transportes.
21 – Os prêmios serão conferidos de conformidade com a classificação que for estabelecida pela comissão.	14, parágrafo único – o prêmio será dado ao concorrente que obtiver o maior número de votos da comissão, tendo o presidente, nessa votação, um voto singular como membro de Jury; em caso de empate, será premiado o concorrente que tiver obtido o voto do presidente.⁵⁵⁸
22 – O concorrente classificado em primeiro lugar na prova final receberá o prêmio de 40:000\$000 e o classificado em segundo lugar receberá o prêmio de 20:000\$000. Os outros três candidatos, admitidos a concorrer na segunda prova, receberão cada um o prêmio de 6:000\$000. Estes prêmios serão pagos imediatamente depois do julgamento.	Capítulo III – Dos prêmios 15 - O concorrente classificado em primeiro lugar, na prova final, receberá o prêmio de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) e os demais que concorrerem a esta prova receberão a indenização de 6.000\$000 (seis contos de réis) cada um.
23 – O governo não fica com a obrigação de contratar os serviços dos arquitetos premiados <u>para a execução da obra</u>.⁵⁵⁹	15, parágrafo único - O governo não fica com a obrigação de contratar os serviços do arquiteto premiado, <u>se tiver, porém necessidade de contratar arquiteto para a fiscalização artística</u>⁵⁶⁰ da obra, terá <u>preferência</u> o autor do projeto classificado em primeiro lugar, salvo poderosas razões em contrário.

⁵⁵⁸ Na versão preliminar do edital havia a previsão de, em caso de empate (na medida em que a comissão de julgamento era composta de quatro pessoas) ser premiado o projeto que recebeu o voto do presidente, o ministro do MESP.

⁵⁵⁹ Dispositivo utilizado por Capanema para não contratar os serviços de Archimedes Memória, vencedor do concurso, após o pagamento do prêmio.

⁵⁶⁰ Ainda não estava claro para os técnicos do MESP o papel desempenhado pelo arquiteto numa construção. Era muito clara a função de desenhador de fachadas, de um profissional voltado às belas artes, não técnico. Um artista ...

24 – Por não julgar idôneo os trabalhos apresentados, poderá a comissão escolher, na primeira prova, menos de cinco concorrentes. Pela mesma razão, poderá, na mesma prova, não escolher nenhum.	
25 – O edifício projetado para o Ministério da Educação e Saúde Pública deverá abrigar a Secretaria de Estado, os conselhos técnicos do ministério e outras repartições, segundo a relação adiante feita, em anexo. <u>O edifício terá entrada por todas as quatro fachadas.</u>	Parte II – Do Programa Capítulo IV – Destino do edifício projetado 16 - O edifício projetado para o Ministério da Educação e Saúde Pública deverá abrigar a Secretaria de Estado, os conselhos técnicos do ministério e as sedes das repartições do ministério que, não pertencendo à Secretaria de Estado, tem entretanto finalidade nacional, com um raio de ação que alcança todo o território brasileiro. 17 – <u>O edifício do Ministério será construído na quadra F da Esplanada do Castelo, com frentes para as ruas Araújo Porto Alegre, Imprensa, Pedro Lessa e Graça Aranha.</u> <u>A fachada principal será feita na rua Araújo Porto Alegre, com entrada principal para a Secretaria de Estado. Nas outras ruas haverá também entradas do edifício, para fácil acesso à Secretaria e às outras repartições do Ministério.</u>
	18 – Far-se-á o edifício ocupando toda a quadra, com o menor número de pavimentos possível, de maneira a ficar previsto um possível aumento do edifício em altura, quando o desenvolvimento dos serviços do Ministério o exigir.
26 – O preço total da construção do edifício não poderá exceder de 7.000:000\$000, calculado o metro quadrado de piso a 500\$000.	

ANEXO 4 – Numeração dos invólucros apresentados – Processo 6870/35 IPHAN

“Nota de recibo nº

Recebi o envólucro fechado e lacrado com o pseudônimo de

Rio de Janeiro, de de 1935.”

Os invólucros foram recebidos por Adalberto J. de Oliveira. Processo 6870/35, p.50

1. Amélia	30/05	10 pranchas	
2. X Y Z	13/06	11 pranchas	
3. Alfa I,	15/06	04 pranchas	Gérson Pompeu Pinheiro
4. Concreto,		10 pranchas	
5. Memo,		09 pranchas	
6. Olinda,		09 pranchas	
7. Rio,		12 pranchas	
8. Alenda luz ubi orta libertas (dois projetos),		8 pranchas / 7 pranchas	
9. Alfa II,		8 pranchas	
10. Chaco,		08 pranchas	
11. O Brasil espera,		13 pranchas	
12. Que Será tamen,		10 pranchas	
13. Nagra 2 envólucros,		07 pranchas	
14. Eis Tudo,		07 pranchas	
15. EONS,		08 pranchas	
16. Mario Querque,		07 pranchas	
17. Nedype,		09 pranchas	
18. Minerva,		08 pranchas	Rafael Galvão / Mário Fertin
19. M.E.S.P.,		09 pranchas	Lucio Costa / Carlos Leão
20. Ultima Hora,		08 pranchas	
21. Pax,		09 pranchas	Archimedes Memória
22. Alfa III,		10 pranchas	
23. Ut docendo florescat,		09 pranchas	
24. Logica Economia e Belleza,		08 pranchas	
25. Tiradentes,		11 pranchas	
26. Atenas,		11 pranchas	
27. Tintinha,		11 pranchas	
28. Canaã,		11 pranchas	
29. Popoff,		11 pranchas	
30. JQL,		10 pranchas	
31. Itapoan,		06 pranchas	
32. Rosane,		13 pranchas	
33. XX,		12 pranchas	
34. Pax II.		12 pranchas	

Portanto tivemos a apresentação de 34 invólucros com 35 projetos ...

Os canhotos com os recibos foram juntados ao processo em 15 de junho de 1935.

... projetos classificados

ANEXO 5 – Quadro comparativo dos edifícios-sede construídos na esplanada do Castelo

	MESP	MF	MTIC
Concurso	1935 Terreno localizado na esplanada do Castelo. Júri: Gustavo Capanema (pres.); Eduardo Souza Aguiar; Adolfo Morales de los Rios Filho; Salvador Duque Estrada Batalha; Natal Paladini.	1936 Terreno localizado na travessa de Belas Artes. Júri: José Belens de Almeida, Hilton Jésus Gadret (sec.), Paulo Fragoso, Albino dos Santos Froufe, Aristides Figueiredo e Magno de Carvalho.	Não houve Terreno localizado na esplanada do Castelo.
Vencedores do concurso	1º lugar Archimedes Memória; 2º lugar Raphael Galvão / Mário Fertin; 3º lugar Gérson Pompeu Pinheiro.	1º lugar Wladimir Alves de Souza / Enéas Silva; 2º lugar Oscar Niemeyer / Jorge Moreira / José de Souza Reis; 3º lugar Raphael Galvão.	
Autor(es) do projeto construído	Lucio Costa (coordenador) Oscar Niemeyer, Ernani Vasconcelos, Jorge Moreira, Afonso Reidy e Carlos Leão – arquitetos.	Engenheiros: Ary Fontoura de Araújo (chefe), Homero Duarte, Petrônio Barcelos e Liberato Pinto (administração); arquitetos: Luiz de Moura (responsável pelo projeto); Edgard Fonseca; Luiz Paulo Flores; Luiz Vilela; Otto Raulino e Rubens Flores.	Mário dos Santos (autor do projeto). Comissão construtora: Dulphe Pinheiro Machado (pres.), Edgard de Mello, Plínio Castanhede de Arruda, Flavio de Carvalho Lemgruber, Afonso Reidy (representante da PDF), Antônio de Almeida (secretário)
Início das obras	24 de abril de 1937	Dezembro de 1938 - no terreno da esplanada do Castelo, autorizada a permuta com o terreno da travessa de Belas Artes (dezembro de 1937)	01 de agosto de 1936 – no novo terreno contíguo ao anterior, localizado na esplanada do Castelo
Inauguração	03 de outubro de 1945	10 de novembro de 1943	10 de novembro de 1938
Ministro(s)	Gustavo Capanema	Artur de Sousa Costa	Agamenon Magalhães (início das obras) e Valdemar Falcão (inauguração do edifício)

Fonte: CAVALCANTI, Lauro (2006). *Opus cit.*